



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA  
CURSO DE MESTRADO

FÁBIA ROSEANA SOUZA OLIVEIRA DA SILVA

**ARPILLERA, O TECIDO PEDAGÓGICO DA RESISTÊNCIA FEMINISTA NO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB: uma inspiração chilena  
para as mulheres rurais do Nordeste do Brasil**

CARUARU

2022

FÁBIA ROSEANA SOUZA OLIVEIRA DA SILVA

**ARPILLERA, O TECIDO PEDAGÓGICO DA RESISTÊNCIA FEMINISTA NO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB: uma inspiração chilena  
para as mulheres rurais do Nordeste do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obtenção à obtenção do título de mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Allene Carvalho Lage.

CARUARU

2022

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária – Paula Silva - CRB/4 - 1223

S586a Silva, Fábila Roseana Souza Oliveira da.  
Arpillera, o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB: uma inspiração chilena para as mulheres rurais do Nordeste do Brasil. / Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva. – 2022.  
219 f.; il.: 30 cm.

Orientadora: Allene Carvalho Lage.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2022.  
Inclui Referências.

1. Arpilleras – Brasil, Nordeste. 2. Movimentos sociais – Brasil, Nordeste. 3. Feminismo – Brasil, Nordeste. 4. MAB. 5. Tecido pedagógico. I. Lage, Allene Carvalho (Orientadora). II. Título.

CDD 370 (23. ed.) UFPE (CAA 2022-096)

FÁBIA ROSEANA SOUZA OLIVEIRA DA SILVA

**ARPILLERA, O TECIDO PEDAGÓGICO DA RESISTÊNCIA FEMINISTA NO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB: uma inspiração chilena  
para as mulheres rurais do Nordeste do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obtenção à obtenção do título de mestre em Educação Contemporânea.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 21/07/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Dra. Allene Carvalho Lage (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Everaldo Fernandes da Silva (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profª. Dra. Jaqueline Barbosa da Silva (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico essa pesquisa de mestrado a todas as mulheres atingidas por barragens do Brasil. A todas as mulheres *arpilleristas* do mundo, que encontraram no bordado a forma de denunciar, as violências que sofreram e traduziram suas dores em arte e a todas as mulheres camponesas brasileiras.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus que me deu forças e determinação para que eu chegasse até aqui, realizando o sonho de me tornar mestra em educação, mesmo em tempos desafiadores como estes, onde a pandemia do COVID -19 ceifou tantas vidas.

Chegar até aqui, foi um ato de resistência!

Agradeço a meu amado esposo Thiago, por sempre estar ao meu lado, me dando forças, me encorajando e me fazendo olhar sempre para o futuro. Eu te amo!

Agradeço imensamente a minha Professora e Orientadora Dra. Allene Lage. Para mim é uma honra ser orientada pela senhora, que sempre foi o meu exemplo de docente, por sua humanidade e fé em seus orientandos.

Obrigada Professora, por acreditar em mim e nesta pesquisa. A senhora me inspira!

Agradeço as minhas amigas que sempre estiveram comigo, Anny Louize, Ellaine Emanuella e Iasnaia Dantas.

Agradeço ao meu amigo e cunhado, Matheus Henrique que foi um presente que o mestrado me deu e que sempre me socorreu nesta jornada acadêmica.

Agradeço a minha amiga Érika Patrícia, por sempre me encorajar, me aconselhar e seguir comigo nesta jornada.

Agradeço a todo corpo docente do PPGEduc – UFPE/CAA.

Agradeço aos Professores Everaldo Fernandes e Jaqueline Barbosa. Obrigada por todo conhecimento compartilhado e por nos encorajarem a refletir e lutar por um mundo melhor.

Agradeço a todos que fizeram parte da turma de mestrado 2020 PPGEduc – UFPE/CAA.

Agradeço a FACEPE, por todo apoio institucional e financeiro.

Agradeço a todos que fazem parte do PPGEduc – UFPE/CAA, o apoio de vocês foi fundamental para pudéssemos concluir este ciclo.

Por fim, agradeço ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB pela oportunidade que nos foi dada em pesquisar sobre as mulheres *Arpilleristas* do MAB.

Fiamos histórias quando as contamos.

O fio está no cerne da civilização, no toque que sentimos todos os dias em nossas peles, nos afazeres de qualquer comunidade há o fio, há tessitura, há história.

Costuramos saberes.

Mas que linhas são essas? A quem pertencem? Por onde começam?

É preciso ativar a tessitura do sensível, do feminino, do oculto para compreender o ato de bordar como um ato político.

As mãos que bordaram essa história tinham suas bocas caladas.

O penetrar da agulha na pele do tecido um ato de comunicação, fusão de entremundos.

A agulha frequenta outras dimensões para poder criar.

Gerar narrativas.

Cruza o espaço invisível para que seja visível.

As duas faces de um mesmo tecido, os dois lados de uma só história.

Tudo que tem frente, tem verso. Síntese de compreensão. (DUNCAN, p. 45, 2010)

## RESUMO

Este projeto de pesquisa se propõe a responder a seguinte pergunta: De que maneira a técnica chilena *arpilleras* constrói o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens para os enfrentamentos das principais violações dos direitos humanos das mulheres atingidas? Tendo como objetivo geral compreender como a técnica chilena *arpilleras* constrói o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens para a documentação, denúncia, de forma participativa e abrangente os enfrentamentos das principais violações dos direitos humanos das mulheres atingidas durante os processos de planejamento, construção e operação de barragens no Nordeste do Brasil. Nesta perspectiva, o quadro teórico utilizado principalmente são, sobre os movimentos sociais do campo no Brasil, Gohn (2010). Sobre direitos humanos na sociedade brasileira, Tosi (2005), sobre os direitos humanos e educação, Dias (2007), sobre os direitos humanos e barragens, Soares (2019) e MAB (2008,2011,2018). Sobre as pedagogias descoloniais a Alvorado (2014) e Maldonado – Torres (2020) e os documentos produzidos pelo MAB (2005,2015,2018). Sobre as mulheres *arpilleristas* do MAB, Benincá (2011) e Freire (2006), Lima (2018) e MAB (2015). A metodologia escolhida para a pesquisa foi a abordagem qualitativa, do tipo exploratória e explicativa, o método a ser utilizado será o caso alargado e realização de entrevistas não estruturadas com quatro grupos específicos do MAB Nordeste e Ceará.

**Palavras-chave:** *arpilleras*; MAB; tecido pedagógico; feminismo.

## ABSTRACT

This research project proposes to answer the following question: How does the Chilean technique *arpilleras* build the pedagogical fabric of feminist resistance in the Movement of People Affected by Dams to confront the main human rights violations of affected women? With the general objective of understanding how the Chilean technique *arpilleras* builds the pedagogical fabric of feminist resistance in the Movement of People Affected by Dams for documentation, it denounces, in a participatory and comprehensive way, the confrontations of the main violations of the human rights of women affected during the planning processes, construction and operation of dams in Northeast Brazil. In this perspective, the theoretical framework used mainly is, on the social movements of the countryside in Brazil, Gohn (2010). On human rights in Brazilian society, Tosi (2005), on human rights and education, Dias (2007), on human rights and dams, Soares (2019) and MAB (2008,2011,2018). About the decolonial pedagogies to Alvarado (2014) and Maldonado – Torres (2020) and the documents produced by MAB (2005,2015,2018). About the women *arpilleristas* of MAB, Benincá (2011) and Freire (2006), Lima (2018) and MAB (2015). The methodology chosen for the research was the qualitative approach, exploratory and explanatory, the method to be used will be the extended case and conducting unstructured interviews with four specific groups from MAB Nordeste and Ceará.

**Keywords:** *arpilleras*; MAB; pedagogical fabric; Feminism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	<i>Arpillera</i> Chilena “Democracia” .....	18
Figura 2 -	<i>Arpillera</i> Chilena “Libertad a los presos políticos” .....	18
Fotografia 1 -	“Processo formativo coletivo das <i>Arpilleras</i> do MAB” .....	19
Fotografia 2 -	“Processo de construção de uma <i>arpillera</i> ” .....	20
Figura 3 -	“ <i>Arpillera</i> privatização que mata” .....	20
Figura 4 -	Exposição <i>Arpilleras</i> no Memorial da América Latina – SP.....	21
Figura 5 -	<i>Arpillera</i> “Mulheres, água e energia não são mercadoria” .....	22
Figura 6 -	<i>Arpillera</i> “A diversidade nos territórios das barragens” .....	23
Figura 7 -	<i>Arpillera</i> “ <i>Arpilleras</i> que denunciam o racismo” .....	23
Quadro 1 -	Grupo sociais escolhidos .....	51
Figura 8 -	<i>Arpillera</i> Chilena - Mujeres bailando la cueca sola.....	70
Figura 9 -	Colcha (quilts) de paz – perda comum.....	72
Figura 10 -	“Pat Ntaub Tib Neeg” (tecido de histórias) dos povos Hmong....	73
Fotografia 3 -	As mulheres Hmong e sua ancestralidade.....	73
Figura 11 -	Kalashenkoof.....	75
Figura 12 -	Bandeira do MAB.....	81
Figura 13 -	<i>Arpillera</i> “O território e as barragens” .....	83
Figura 14 -	<i>Arpillera</i> “Crianças construindo resistência” .....	84
Figura 15 -	<i>Arpillera</i> “Democracia” .....	86
Figura 16 -	<i>Arpillera</i> “Nossa vida” .....	87
Figura 17 -	<i>Arpillera</i> “Juntas somos mais flertes” .....	89
Figura 18 -	<i>Arpillera</i> “Denúncia das megaobras” .....	90
Figura 19 -	<i>Arpillera</i> “Regularização já!” .....	92
Quadro 2 -	Síntese do caso <i>Arpillera</i> , o tecido da resistência feminista no movimento dos atingidos por barragens – MAB.....	95
Fotografia 4 -	Alagamento provocado pela barragem do Castanhão no Ceará..	172
Fotografia 5 -	Ribeirinha trabalha na região do médio São Francisco.....	173
Fotografia 6 -	Marcha dos Movimentos Sociais em Brasília, no encerramento do Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens em Abril de 2011.....	175
Fotografia 7 -	Moradoras de Correntina – BA na região do médio São Francisco.....	178
Fotografia 8 -	Moradora do Cerrado Baiano, região do médio São Francisco...	181
Figura 20 -	Cartaz de divulgação do documentário “ <i>Arpilleras</i> , atingidas por barragens bordando a resistência” .....	182
Figura 21 -	A luta e resistência pelos direitos .....	192
Figura 22 -	O velho Alagamar 02.....	193
Figura 23 -	Antes da barragem chegar .....	194
Figura 24 -	Água pra ver, mais não para beber .....	195
Figura 25 -	A vida das mulheres atingidas por barragens .....	196
Figura 26 -	A divisão sexual do trabalho e as mulheres atingidas .....	197

## LISTA DE SIGLAS

CDDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
EUA	Estados Unidos da América
FAPES	Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MME	Ministério de Minas e Energia
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MMTR – NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MMTR SC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivo Geral e Objetivos Específicos.....</b>	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO HISTÓRICO.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1</b>	<b>A efervescência dos Movimentos Sociais do Campo no Brasil.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2</b>	<b>Questões sobre Direitos Humanos da Sociedade Brasileira.....</b>	<b>28</b>
<i>2.2.1</i>	<i>Direitos Humanos e Educação.....</i>	<i>33</i>
<i>2.2.2</i>	<i>Direitos Humanos e Barragens .....</i>	<i>37</i>
<b>2.3</b>	<b>Pedagogias das Experiências.....</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>48</b>
<b>3.1</b>	<b>Método de Pesquisa.....</b>	<b>50</b>
<b>3.2</b>	<b>Delimitação e Local da Pesquisa.....</b>	<b>51</b>
<b>3.3</b>	<b>Fontes de Informação.....</b>	<b>51</b>
<b>3.4</b>	<b>Técnicas de Coletas.....</b>	<b>52</b>
<b>3.5</b>	<b>Registros de Campo.....</b>	<b>52</b>
<b>3.6</b>	<b>Análise e Sistematização de Dados .....</b>	<b>53</b>
<b>4</b>	<b>CASO EMPÍRICO: AS MULHERES ARPILLERISTAS DO MAB.....</b>	<b>55</b>
<b>4.1</b>	<b>Antecedentes teóricos da técnica das <i>Arpilleras</i> pelo mundo: onde nasceu e como se construiu.....</b>	<b>55</b>
<i>4.1.1</i>	<i>A arte como um instrumento de (re)construção social .....</i>	<i>59</i>
<i>4.1.2</i>	<i>A história dos têxteis pelo mundo: descobrindo a história das <i>arpilleras</i>.....</i>	<i>66</i>
<b>4.2</b>	<b>A história do MAB.....</b>	<b>77</b>
<b>4.3</b>	<b>As mulheres Arpilleristas do MAB.....</b>	<b>83</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DO CASO ARPILLERA.....</b>	<b>95</b>
<b>5.1</b>	<b>Os caminhos da técnica de bordado <i>arpilleras</i> e o MAB.....</b>	<b>100</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>205</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>212</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A década de 1930 emergiu no Brasil trazendo questões ligadas a posse e a propriedade da terra, e a partir deste contexto surgiram outras questões relacionadas à temática, que foram agravadas através do capitalismo e da transição do modelo agrícola para modelo industrial, fazendo com que houvesse a intensificação de investimentos capitalistas, além das questões sociais como a exclusão de trabalhadores/as rurais que foram expulsos de seus territórios arbitrariamente e dispensados do trabalho com a terra, se tornasse algo comum.

A partir da constante e desigual evolução do sistema capitalista no território brasileiro, novas e emergentes pautas surgiram, mostrando as várias faces deste sistema que transgrediu a perspectiva do direito em todos os seus âmbitos, intensificando os conflitos por terra, violando os territórios de povos tradicionais, silenciando vozes, corpos, etnias e suas subjetividades.

A conjuntura construída pelo sistema capitalista, forçou vários sujeitos a resistirem, através de uma intensa militância que emergiu e se ramificou nos estados brasileiros, porém este chão que muitas vezes foi encharcado com sangue de homens e mulheres, também constrói o protagonismo de sua militância.

Territórios marcados por lutas, onde as mulheres cada vez mais se destacam através do alargamento da participação nos espaços políticos e públicos, fortalecendo e legitimando a perspectiva que as mulheres são sujeitas de direitos, o que só vem sendo possível através do processo de auto organização das mulheres e dos movimentos sociais feministas.

A história das mulheres rurais, vem sendo construída gradativamente ao longo da história, assumindo várias formas de militância de acordo com as pautas que surgem, criando novas dinâmicas sociopolíticas e econômicas, englobando ações coletivas, ocupações, pressões, negociações e alianças com outros atores sociais que estão inseridos neste mesmo contexto, considerando a sua diversidade, subjetividade e singularidade.

Neste sentido, Vilenia Venâncio Porto Aguiar (2016) afirma que foi na década de 1980 que os movimentos de mulheres ganharam forma e significativa expressão nos processos de luta campesina. Porém, só foi após o período ditatorial que começaram a se articular com outros segmentos sociais e construíram outros espaços de expressão política, se configurando novos movimentos sociais, que englobaram a luta das mulheres rurais.

De acordo com Aguiar (2016, p. 266), existem vários movimentos rurais distribuídos ao longo de todo território nacional, que refletem o contexto local desde da década de 1980 como dito anteriormente. A teórica destaca que,

No Rio Grande do Sul, duas importantes organizações das mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram

origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja Progressista. Na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR SC), que surgiu em 1982. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR – NE, criado em 1986 (AGUIAR, 2016, p. 266).

Sabemos que desde a década de 1980, a principal reivindicação das mulheres rurais tem sido, entre outras, o reconhecimento político como mulheres camponesas, trabalhadoras rurais, tanto pelo estado quanto por outros movimentos sociais do campo. Neste sentido, Aguiar (2016) reforça que este é um dos caminhos a serem seguidos para o reconhecimento do seu estatuto profissional e as mulheres rurais terem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e a aposentadoria.

A violência, no entanto, tem sido uma marca na vida das mulheres rurais, enquanto as mesmas lutam para que os seus direitos sejam reconhecidos e assegurados, chegando até terem suas vidas ceifadas. Porém, mesmo em um cenário tão controverso, as mulheres seguem deixando a sua marca na história do campesinato brasileiro, mulheres como Nilce de Souza Magalhães (Nicinha), pescadora e atingida pela Usina Hidrelétrica de Jirau na comunidade de Abunã, foi assassinada enquanto aguardava a vistoria do governo federal em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a fim de verificar a veracidade das denúncias feitas em 2015. Nicinha, como era conhecida, foi assassinada e seu corpo só foi encontrado 05 meses após a sua morte.

Dilma Ferreira Silva, nascida no estado de São Luís- MA, mudou-se para o Pará e viu sua cidade ser engolida pelas águas da barragem construída para a Usina Hidrelétrica do Tucuruí – PA, uma das maiores obras do país, inaugurada em 1984 durante a ditadura militar que desalojou mais de 6 mil famílias. Esta mulher ressignificou a sua dor e se tornou coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, no qual lutou bravamente contra o descaso no processo de reparação da obra por mais de 30 anos. Posteriormente, passou a residir no assentamento Salvador Allende localizado na zona rural de Baião-PA, onde foi assassinada cruelmente junto com seu companheiro e outro militante do MAB em 2019 (AMAZONIAREAL, 2019).

Mulheres atingidas por barragens que seguem bravamente lutando nas trincheiras das denúncias dos crimes cometidos pela Vale S. A. no município de Brumadinho – MG, que ceifou mais de 272 vidas, em janeiro de 2019, transformando totalmente o cotidiano dos moradores e

moradoras que viviam às margens do Rio Paraopeba, que perderam sua fonte de alimento, renda e lazer, além de conviverem com a aumento crescente de problemas psicológicos como depressão, ansiedade e doenças físicas como respiratórias e de pele.

Diante desta emergente violação e negligência de direitos, são as mulheres as principais lideranças comunitárias que não se intimidaram com o descaso do poder público e dos responsáveis por esta tragédia, e com o apoio de outras mulheres atingidas por barragens encontraram força para seguir a diante.

Atingidas por barragens como a Carolina da cidade de São Joaquim de Bicas-MG, que sofre com a água com o excesso de cloro na água, de modo semelhante a Lucimar de Betim-MG, que teve que sair de casa com a roupa do corpo e os seus documentos apressadamente, pois a lama da barragem estava prestes a invadir sua casa em que residiu durante toda a sua vida e de seus vizinhos(MABNACIONAL,2019)

Para minimizar e propor o enfrentamento das demandas capitalistas no país, o MAB vem atuando em todo território nacional, em alguns estados como o Pará de forma mais vanguardista e em outros com atuação mais recente como é o caso do estado do Fortaleza-CE. Francisco Marcos Xavier de Sousa (2013), mostra que as atuações do MAB no Ceará surgiram com o Segundo Encontro Regional de Atingidos por Barragens no município de Iguatu-CE região centro-sul do estado e na Assembleia dos Atingidos ocorrida na cidade de Limoeiro no do Norte, localizada na região Jaguaribana, região leste do estado.

A efetivação do MAB no Ceará, se deu a partir de uma construção coletiva, partindo da insatisfação dos cidadãos que residiam na área do Açude do Castanhão, pois ainda de acordo com Sousa (2013), estas insatisfações eram em detrimento a instauração dos processos da barragem, pois a população mais interessada era também a mais desinformada, no que diz respeito a forma como eles seriam atingidos diretamente pelo empreendimento e como ficariam a condição deles após esta construção.

As primeiras iniciativas das organizações do MAB, começaram a se expandir por todo o estado, mobilizando ainda mais atingidos direta ou indiretamente pela barragem do Castanhão. Sousa diz que as pautas reivindicadas eram:

As áreas que seriam alagadas, onde seriam instaladas as famílias residentes na zona rural, se os reassentamentos estariam de ofereciam as mesmas ou melhores condições de vida para os camponeses, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e principalmente culturais como preconiza a Comissão Mundial de Barragens (SOUSA, 2013, p. 68).

Desse modo, podemos entender que o MAB no Ceará foi construído sobre uma vertente diferenciada de sua atuação nos demais estados, os quais reivindicam as violações de direitos

ocasionadas pela construção das Usinas Hidroelétricas, ancoradas no discurso capitalista que permeia o Brasil desde meados da década de 1950.

A questão do MAB na região Nordeste, especificamente no Ceará, está ligada a construção das barragens utilizadas como uma estratégia de armazenamento de água, cuja a sua utilização está voltada para a agricultura irrigada, ou seja, a agroindústria precisamente o agronegócio. Sousa (2013) ainda esclarece que o termo correto a ser utilizado nesta perspectiva seria o hidroagronegócio, pois segundo o teórico se refere à introdução do capital na implantação da agricultura irrigada.

De acordo com Sousa (2013, p.69), “o hidroagronegócio que é uma ramificação do agronegócio, e tem como objetivo priorizar a modernização da agricultura, porém de forma excludente tendo raízes profundas na monocultura e na produção voltada para o mercado externo.” Esta vertente capitalista, beneficia o latifúndio e prejudica diretamente o agricultor do campo, pois na maioria dos casos os agricultores não possuem condições financeiras para concorrerem com a agricultura irrigada, que é altamente mecanizada com altos índices de produtividade, tornando um mercado extremamente rentável para o capitalismo.

Podemos considerar que o hidroagronegócio é um braço do projeto desenvolvimentista, mantido através do uso exploratório dos recursos hídricos, de agrotóxicos e da expropriação dos pequenos trabalhadores rurais do campo, que sofrem com o avanço capitalista expresso pelos megaprojetos das construções das barragens.

As barragens que fazem parte dos megaprojetos elétricos, viola os direitos de homens e mulheres que residem nestes territórios, porém estas violações de direito não são de forma paritária, pois existem fortes indícios que indicam que existem violações que estão ligadas a perspectiva gênero.

As demandas do campesinato brasileiro não são contemporâneas, como nos mostra o teórico João Pedro Stédile (2014) que enfatiza essa questão, nos lembrando se trata de demandas que surgiram na época do descobrimento do Brasil em 1500 até meados de 1822, com o Brasil Colônia e se arrastam até os dias de hoje.

Stédile (2014, p.643) nos traz questões relevantes para entendermos o campesinato brasileiro, iniciando com a perspectiva da visão burguesa da agricultura que atribui ao capitalismo, o desenvolvimento e aumento da produtividade das terras no país. A segunda questão levantada pelo teórico, se refere a forma com que a sociedade brasileira estruturou o uso, a posse e a propriedade dos bens extraídos da natureza, o que obviamente ocasionam problemas agrários além de outros de natureza econômica, englobando também questões sociais, políticas e ambientais.

Compreendemos assim, que as duas questões levantadas por Stédile (2014) nos possibilita de forma crítica, entendermos a extrema desigualdade social que a estrutura econômica capitalista gerou no meio rural brasileiro, ocasionando conflitos armados, ideológicos, financeiros, ambientais etc., sendo estes alguns dos principais motivos para que muitos movimentos sociais do campo, pautem sua luta pela reforma agrária entre outras, que foram sendo acopladas diante das demandas levantadas pelos seus participantes.

A reforma agrária por sua vez, tornou-se a grande bandeira de luta do cidadãos camponeses, que contestam a perspectiva da contradição das altas concentrações arbitrárias de terras no Brasil, tal como Stédile (2014, p. 663) ressalta que as primeiras discussões sobre a reforma agrária, que surgiram no Governo João Goulart (1961-1964), ocasionando mobilizações por toda a América Latina através da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina-CEPAL, na qual se materializou através de um projeto de lei organizado pelo então ministro do Planejamento Celso Furtado, porém que foi vetado pelo governo em 1º de abril de 1964.

A seguir, o Brasil passa por 21 longos anos (1964 – 1985) de ditadura civil-militar onde todas as iniciativas de diálogo sobre reforma agrária foram silenciadas, pois em questão estavam a colonização, distribuição de terras públicas na fronteira agrícola da Amazônia legal para camponeses sem terra e para grandes fazendeiros além das empresas capitalistas da região Centro – Sul, onde só a partir de 1988 após a retomada do regime democrático, os movimentos sociais camponeses ressurgiram protagonizando as discussões sobre a necessidade da reforma agrária.

Dialogar sobre a reforma agrária a partir da perspectiva dos movimentos sociais é algo muito importante, pois os cidadãos que compõem estes movimentos, compreendem que existe a real necessidade de ampliar o processo de desapropriação de terras que não cumprem a sua função social, como está descrito constitucionalmente, através na Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 em seu Artigo 12<sup>1</sup>.

Como mencionado anteriormente, os movimentos sociais do campo são componentes fundamentais para se construir o diálogo sobre a questão agrária no Brasil. Entretanto importa destacar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST que possui uma incisiva trajetória do campesinato brasileiro, servindo de inspiração para outros movimentos sociais que surgiram posteriormente a sua criação no final da década de 1970.

---

<sup>1</sup> Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2014, p.496-500) o MST é um movimento sócio territorial que reúne diversos atores sociais como camponeses pobres, posseiros, minifundiários e diversos trabalhadores e trabalhadoras assalariados que são chamados popularmente de “sem-terra”, que protagonizam a luta pela reforma agrária e buscam a transformação do cenário do campo brasileiro. Assim, desde de sua criação, o MST protagoniza a resistência nos territórios camponeses do Brasil, englobando outras pautas como produção agrícola, educação, cultura, saúde, políticas públicas e infraestrutura social.

Nesta perspectiva, Fernandes (2014) define que

O MST se consolidou como um movimento camponês de identidade diversa por reunir pessoas de todas as regiões do Brasil. Suas ações têm contribuído para o desenvolvimento dos territórios camponeses do país. Os investimentos na produção, infraestrutura, educação e saúde, feitos por meio da organização de sua sociedade transformaram o MST em um dos monumentos mais admirados pela população, ao mesmo tempo que os ruralistas tentam imputar-lhe uma imagem de atrasado e subversivo, por causa da sua forte ocupação de terra (FERNANDES, 2014, p. 498-499).

No contexto em que o MST se apresenta, é importante ressaltar a grande relevância que o movimento credita à educação, o que vem se consolidando ao longo de sua trajetória, como argumentam Edgar Jorge Kolling; Maria Cristina Vargas; Roseli Caldart (2014, p.500-508). Esses teóricos esclarecem que a relação que o movimento possui com a educação, foi gerada desde de antes do MST ser um movimento social, pois mesmo quando ainda eram apenas famílias acampadas em Encruzilhada Natalino - RS em 1981, a educação para infância já era tida como um desafio a ser superado.

Os relatos feitos pelos teóricos (2014, p.501) trazem que para aquele grupo de camponeses, se fazia necessário que as crianças recebessem um cuidado pedagógico adequado, pois a luta pela terra precisava ser considerada no âmbito do pedagógico, e a educação precisava ser reconhecida como um direito a ser assegurado constitucionalmente. Ainda de acordo com Kolling;Vargas;Caldart (2014,p.501) nos asseguram que não existe um meio de separar a relação que o MST tem com a educação, pois é através dela que os seus sujeitos passam a entender questões e características voltadas à formação social brasileira.

Enquanto o Brasil passava por 21 anos de ditadura civil-militar (1964 – 1985), o Chile no ano de 1974 sofreu um terrível golpe militar, liderado por Augusto Pinochet, que depôs de forma violenta o governo legítimo de Salvador Allende, eleito em 1970. Assim a ditadura de Pinochet trouxe ao país uma onda de opressão, supressão de direitos, tortura, morte e muita violência. É dentro desse cenário, que surge o movimento cultural das *arpilleras*, em um contexto histórico turbulento onde as mulheres chilenas se reinventaram politicamente.

Figura 1 - Arpillera Chilena “Democracia”



Fonte: <https://parquedelamemoria.org.ar/>

O movimento das *arpilleras*, se constitui em vários segmentos de mulheres, porém a sua maioria eram órfãs, viúvas, mães, e irmãs de presos políticos, que obtiveram apoio da igreja católica. E então começaram a bordar retalhos em sacos de batata suas reivindicações particulares, para depois entenderem que de uma forma coletiva, aqueles bordados poderiam ser um instrumento de denúncia e de resistência à ditadura de Pinochet.

Figura 2 - Arpillera Chilena “Libertad a los presos políticos”



Fonte: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/bordar-ato-transgressor/>

No Brasil, também na década de 1970 o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, surge de uma forma embrionária na região Sul, sob forte influência da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que já denunciava as violações de direitos sofridas em todo território nacional, especialmente na Amazônia e que diante desta conjuntura se expandia por toda região norte.

Assim, após anos de atuação regional, o MAB na década de 1980 se firmava como movimento social, propondo o enfrentamento aos interesses econômicos capitalistas, com o tema “Água e Energia não são mercadorias”.

Hoje o MAB luta contra o modelo energético que explora os recursos naturais incontrolavelmente, além de se colocar contra o modelo de sociedade capitalista, construindo de forma coletiva, através de processos educativos, um projeto de sociedade alternativo e a possibilidade de modelo energético sustentável e popular.

O MAB enquanto movimento social é categorizado como sendo um movimento popular, que visa organizar e mobilizar toda a população atingida ou ameaçada, para lutar contra as construções de barragens e pela garantia dos direitos sociais dos povos atingidos por este processo. O movimento luta e constrói alternativas de enfrentamento e nessa esteira, as mulheres conquistaram o lugar na militância, pois além de sofrerem violações pelas as demandas comuns implicadas pelo processo das barragens, semelhantemente aos dos homens.

O MAB, ao longo dos anos identificou que existem violações de direito que as mulheres sofrem especificamente pela questão gênero. Estas demandas, que foram expostas através da construção coletiva, enviesada pelos processos de auto-organização propostos pelo movimento feminista, que pedagogicamente documentam e denunciam de forma participativa e abrangente as principais violações dos direitos das mulheres atingidas durante os processos de planejamento, construção e operação de barragens no Brasil. (MABNACIONAL,2019 )

Fotografia 1 - “Processo formativo coletivo das Arpilleras do MAB”



**Fonte:** “Bordando a luta: O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social.”<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Disponível em < <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11179>> Acesso em 31 de maio de 2021.

Fotografia 2 - “Processo de construção de uma arpillera”



**Fonte:** “Bordando a luta: O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social.”<sup>3</sup>

Desta forma, a partir de 2013, o MAB passou a considerar a técnica chilena *arpilleras* em seu plano pedagógico. A experiência de utilização dessa técnica, em sua maior parte, foi implementada em 2014, e desenvolvida em 14 microrregiões dos estados de Rondônia, Pará, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Figura 3 - “Arpillera privatização que mata”



**Fonte:** <https://mab.org.br/2019/03/18/mab-exp-e-arpilleras-na-ufpa-em-bel-m-pa/>

Inicialmente, foram envolvidas cerca de 900 mulheres atingidas ou ameaçadas por projetos de barragens (maioria de projetos de produção de energia hidrelétrica, mas também de acumulação de água). Por isso, o MAB se constitui no movimento social brasileiro onde esta técnica foi mais utilizada e por isto faz sentido esta pesquisa que procura entender esta experiência político-pedagógica vivenciada por grupos de mulheres conhecidas como *arpilleristas*.

<sup>3</sup> Disponível em < <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11179> > Acesso em 31 de maio de 2021.

Figura 4 - Exposição Arpilleras no Memorial da América Latina - SP



**Fonte:** “Bordando a luta: O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social.”<sup>4</sup>

O MAB considera como ápice desse processo, até o momento, a exposição “*Arpilleras, bordando resistência*”, no Memorial da América Latina em São Paulo - SP, no qual foram expostas cerca de 30 *arpilleras* feitas coletivamente pelas mulheres do MAB, que não são apenas artes figurativas e sim elementos de discussão e reflexão para popularizar o movimento e suas boas práticas.

De acordo com o MAB (2015) o trabalho com as *arpilleras* consiste em uma metodologia feminista de educação popular, construída de forma coletiva em encontros de mulheres atingidas em todas as regiões do país que hoje fazem *arpilleras*. Coletivo de mulheres do MAB já registrou mais de cento e cinquenta encontros, com mais de novecentas mulheres que produziram mais de cem *arpilleras* que seguem sendo replicadas.

A técnica *arpillera* consiste em retalhos que são bordados em sacos de batatas, que representam as violações de seus direitos, como forma de registro, numa linguagem de amplo conhecimento entre as mulheres rurais, atingidas por barragens. Por meio, de bordados de desenhos, palavras e cores narram seus sofrimentos numa estética que não exige o domínio mais profundo da escrita, mas funciona como um registro que expressa um conteúdo compreensível através da perspectiva do cotidiano das mulheres do MAB.

De acordo com Esther Vital (2016) “*las arpilleras han sido un nuevo language para poder re-significar la propia identidad, las propias relaciones, la propia experiencia, la propia historia*” (VITAL, 2016, p. 265). Compreendemos assim, que *Arpillera* é um bordado que traz consigo a história, a memória, as marcas da violência e o olhar das mulheres *Arpilleras* que a produz.

<sup>4</sup> Disponível em < <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11179> > Acesso em 31 de maio de 2021.

Figura 5 - Arpillera “Mulheres, água e energia não são mercadoria”



Fonte: MAB Nacional

A autora Marjorie Augosin (2007) explica que muitos mencionam as *Arpilleras* do período ditatorial chileno, como mulheres extraordinárias que mesmo diante do terror, da extrema pobreza a qual foram inseridas com suas famílias, desafiaram o sistema e conseguiram transformar minimamente sua realidade, utilizando o que elas tinham em mãos, linhas coloridas e agulhas.

Desta forma, a autora explica que “o termo *arpillera* em inglês significa “burlap”, o que em espanhol passa a significar *o tecido da resistência*” (AUGOSIN, p. 51-54, 2007) e ainda esclarece, que as arpilleras, nasceram em um contexto de ausência de diálogos, onde os cidadãos eram privados de todo e qualquer direito de fala, escrita ou participação de possíveis partidos políticos, e é neste cenário que as arpilleras floresceram de forma tímida dentro dos pátios das igrejas e bairros chilenos considerados subalternos, onde histórias tecidas com fios de roupas velhas narram aquilo que não poderia ser mencionado, mas que precisava ser exposto.

Portanto quando me referir das *arpilleras*, estarei falando do bordado produzido com retalhos, já quando estiver mencionando as *arpilleristas* me refiro as mulheres que produzem estes bordados.

Figura 6 - Arpillera “A diversidade nos territórios das barragens”



Fonte: MAB Nacional

Partindo dessa contextualização, este projeto de pesquisa se propõe a responder ao seguinte problema: De que maneira a técnica chilena *arpilleras* constrói o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens para os enfrentamentos das principais violações dos direitos humanos das mulheres atingidas?

Figura 7 - Arpillera “Arpilleras que denunciam o racismo”



Fonte: MAB Nacional

### 1.1 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Esta pesquisa tem por objetivo geral compreender como a técnica chilena *arpilleras* constrói o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens para a documentação, denúncia, de forma participativa e abrangente os

enfrentamentos das principais violações dos direitos humanos das mulheres atingidas durante os processos de planejamento, construção e operação de barragens no Nordeste do Brasil.

Como objetivos específicos: a) dialogar com a construção pedagógica da técnica chilena *arpilleras* para os processos de resistência feminista das mulheres no MAB; b) sistematizar os princípios metodológicos e políticos da técnica *arpilleras*; c) conhecer as principais violações de direitos humanos sofridas pelas mulheres do MAB; d) analisar como a educação popular fortalece os processos de empoderamento das mulheres do MAB; e) descrever as narrativas autobiográficas das mulheres *arpilleristas* do MAB.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO HISTÓRICO**

### **2.1 A efervescência dos Movimentos Sociais do Campo no Brasil**

De acordo com Maria da Glória Gohn (2010) os movimentos sociais são o coração pulsante da sociedade, onde os mesmos são categorizados como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural, as quais a população se expressa e organiza suas demandas (2010, p.13).

De forma prática, os movimentos sociais se expressam através de denúncias, marchas, mobilizações, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil e negociações, porém na contemporaneidade os movimentos sociais tem se movimentado de outras formas, através do uso de redes sociais por exemplo, além de atuarem de forma descentralizada através de redes locais, regionais, nacionais e internacionais.

Gohn (2010) afirma que sujeitos que compõem os movimentos sociais, fazem resistência contra a sociedade capitalista que os oprime, e a todo custo tenta criminalizar as suas atuações orgânicas. Assim os movimentos sociais trabalham para que os cidadãos excluídos socialmente, sejam incluídos em seus respectivos contextos plurais, construindo novos “fazeres propositivos”. (2010, p.14).

Gohn (2013, p.103) argumenta que durante o período da ditadura civil-militar, a sociedade brasileira se deparou com um cenário de extremo controle social e político, de prisões, torturas e perseguições, com várias lutas e resistência por todo o país. Mas, este período foi também de grande efervescência do movimento de esquerda, que estava motivado a resistir ao avanço das forças capitalistas no país, dado pela aliança entre os militares, o capital estrangeiro, o empresariado nacional e urbano e a nova tecnocracia que começava a se formar no país, oriunda do acesso das camadas médias ao ensino universitária.

No Brasil, após 1980 os movimentos sociais tem construído representações simbólicas, afirmativas por meio de discursos e práticas. Gohn (2010, p.15-16) esclarece que esta reformulação que veio após a ditadura civil-militar, proporcionou aos movimentos sociais a criação de identidades a grupos antes dispersos e desorganizados, o que projetou aos participantes o sentimento de pertencimento social, aos cidadãos que se sentiram excluídos de algo passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação ativamente.

Com a redemocratização do Brasil, os movimentos voltaram à mídia após um período de silenciamento, tendo assim um considerável alargamento de suas práticas, galgando novos horizontes, que foram expressos por Gohn (2010, p. 16-17) em quatro perspectivas que seguem.

A primeira perspectiva argumentada pela teórica, consiste em frisar a emergência da defesa das lutas voltadas para as culturas locais contra os efeitos da globalização e assim possibilitar a construção de um novo padrão civilizatório, onde os seres humanos são o centro e não a perspectiva mercadológica. Fazendo com que alguns movimentos sociais estão concentrando suas ações no resgate e ressignificação das coisas públicas, como espaços, instituições e políticas públicas. (2010, p.16)

A segunda perspectiva, consiste na reivindicação da ética na política no sentido de cobrar mais enfaticamente a atuação estatal e governamental a utilização de recursos públicos para seus devidos fins, para que a população usufrua dos seus direitos em sua totalidade, o que pode ser realizado através dos conselhos de direitos municipais e estaduais, que são formas da sociedade civil organizada exercer controle social e participar ativamente das decisões tomadas pelos gestões governamentais. (2010, p.16)

A terceira perspectiva, se trata do alargamento das frentes de atuação dos movimentos sociais, pois após 1980 começaram a entrar em espaços antes restritos, como partidos políticos, sindicatos, igrejas e conselhos de classe. Isto ocasionou a emergência de subjetividades antes invisibilizadas como as relacionadas ao sexo, crenças, raça e classe social, além do enfrentamento a movimentos religiosos-fanáticos que tinham os espaços públicos, como espaços de consolidação hegemônica. (2010, p.16)

A quarta perspectiva argumentada pela teórica, se trata da autonomia dada aos movimentos sociais se comparado com a autonomia que os mesmos tinham antes da década de 1980, pois de acordo Gohn (2010, p. 16-17) na contemporaneidade autonomia não é ser contra tudo e todos e sim, é criar estratégias onde os interesses dos cidadãos envolvidos possam ser contemplados com autodeterminação, com planejamento estratégico com metas e programas, construídos a partir de críticas construtivas, desenvolvendo a capacidade de dialogar nos mais diversos espaços, com os mais diferentes cidadãos.

Marlene Ribeiro (2013, p.72) afirma que as concepções de liberdade, autonomia e emancipação nas experiências pedagógicas dos movimentos sociais do campo, pressupõe decifrar o papel que estes movimentos desempenham nos processos de reforma e/ou de transformação social. A teórica ainda considera que estes movimentos teriam a potencialidade para serem considerados sujeitos da história, e não condenados ao desaparecimento com a destruição da produção camponesa familiar em decorrência ao avanço do capitalismo nos territórios campesinos.

Podemos mencionar como exemplo, o avanço capitalista no campo a exploração incontrolável da Amazônia, desencadeando uma série de conflitos com os trabalhadores/as, que

não tinham nenhum tipo de organização em meados da década de 1970 e a igreja católica era a única instituição presente na região, então os seus representantes interviram a favor dos trabalhadores/as, denunciando a realidade da região norte do Brasil.

Canuto (2012, p.129) esclarece que as denúncias feitas pelos representantes da igreja católica, se deram através de uma carta<sup>5</sup> escrita e publicada em 1971 pelo então bispo Pedro Casaldáliga da recém criada Prelazia de São Félix do Araguaia-Mato Grosso, tendo um alcance nacional, tornando uma das mais fortes investidas da igreja.

Esta carta tinha como título, “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, tendo em seu conteúdo a descrição minuciosa da dura e violenta realidade que era vivenciada nas comunidades indígenas e nos interiores das fazendas onde viviam os sertanejos e peões. Os relatos descritos pelo bispo, impactou de tal forma a igreja católica por todo país, que no ano de 1972 na cidade de Santarém-Pará, a comunidade católica convocou um encontro inter-regional com os outros bispos que estavam localizados em todo território amazônico.

Este encontro foi um divisor de águas na história da igreja naquela região, sendo definido que era necessário traçar estratégias para combater a realidade instaurada pelo então regime civil-militar. Estrategicamente, foi definido que iriam haver “Linhas prioritárias da pastoral da Amazônia”, tendo como objetivo inserir no contexto eclesial à realidade do povo, desta forma foi criada a pastoral indigenista e a ação diante de estradas e outras frentes já usadas anteriormente.

Os conflitos nos territórios camponeses continuam, porém os movimentos sociais estão presente nestes territórios de forma organizada e resistente, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. O teórico Fernandes (2014, p. 496), diz que o MST foi criado oficialmente, em 21 de janeiro de 1984 durante o primeiro encontro dos trabalhadores sem-terra, na cidade de Cascavel – SC.

Desde de sua criação até os dias atuais, o MST tem sido a principal frente de resistência e luta pela terra no país, e Ribeiro (2013, p.35) afirma que o MST é o movimento social mais importante do Brasil, pautando sempre a reforma agrária como a sua principal bandeira de luta, englobando outras reivindicações como o acesso ao crédito, à educação, à assistência técnica agrária, entre outras.

Enfatizando a perspectiva da resistência trazida pelo MST, Pereira (2007, p.67) aponta que

---

<sup>5</sup> Link da carta do bispo Pedro Casaldáliga: [https://drive.google.com/file/d/10LbnzNdf6oqD8rn-nLF\\_IUsej00tgOz6/view](https://drive.google.com/file/d/10LbnzNdf6oqD8rn-nLF_IUsej00tgOz6/view)

A história de resistência e luta pela terra que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra retomou, abriu novos caminhos para a construção de um projeto social na perspectiva de melhores condições de vida e de trabalho para homens e mulheres do campo. Juntamente com o MST, retomou-se também a possibilidade de uma vida digna para as famílias que se encontravam excluídas da terra em todo o Brasil (PEREIRA, 2007, p.67).

Seguindo esta perspectiva revolucionária, o MST se expandiu por todas as regiões brasileiras, conquistando vários assentamentos rurais, possibilitando o renascimento de vários outros movimentos camponeses, que com o processo ditatorial haviam sido estagnados, principalmente os que lutavam pela reforma agrária, além de novos movimentos sociais do campo.

A reforma agrária que começou a ser discutida de forma legítima no ano de 2003 no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde houve a participação direta dos movimentos sociais do campo, criou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), que segundo o núcleo de estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (2010) trazia a perspectiva de assentar inicialmente 400 mil famílias por meio da desapropriação, regularizando 500 mil posses, e assentando 130 mil famílias por meio do crédito fundiário.

Ribeiro (2013, p.37) esclarece ainda que o MST contribuiu ativamente, em conjunto com outros movimentos sociais do campo, para a criação da “Via Campesina”<sup>6</sup> no Brasil, se consolidando como um movimento camponês de identidade diversa, quem tem a capacidade e o objetivo de reunir vários sujeitos protagonistas, pautando sempre em suas ações, a contribuição para o desenvolvimento dos territórios camponeses do Brasil.

Durante toda trajetória de sua existência, o MST é admirado por alguns e marginalizado por outros, principalmente pela mídia de direita, mais o fato é que, o movimento é organizado por investir em produção, infraestrutura, educação e saúde com o objetivo de melhorar as condições de vida dos seus protagonistas.

## **2.2 Questões sobre Direitos Humanos na Sociedade Brasileira**

A discussão sobre Direitos Humanos na contemporaneidade é necessária, porém precisamos revisitar o passado para entendermos o contexto mundial, a princípio, sem os

---

<sup>6</sup> Fundada em Mons-Bélgica no ano de 1993, a Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. No Brasil, a Via Campesina é uma articulação formada pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Comissão Pastoral da Terra(CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab). (RIBEIRO, 2013, p. 37-38)

direitos humanos, o que tornava o mundo bem pior do qual temos hoje, marcado por profundas marcas.

Giuseppe Tosi (2005, p.19), explica que os líderes das potências mundiais vencedoras das 1º e 2º guerra, ao se depararem com a possível ameaça de uma nova guerra, uniram-se para que a paz fosse promovida entre as nações. Assim em 24 de junho de 1945 na cidade de São Francisco-EUA, foi criada a Organização das Nações Unidas-ONU, posteriormente em 10 de dezembro de 1948 foi a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>7</sup>.

Tosi (2005, p.19) esclarece que o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotadas de razão e de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Assim ao lermos esta afirmação, podemos entender, segundo o teórico, a clara influência da Revolução Francesa, unindo os três pilares, liberdade, igualdade e fraternidade, além de estabelecer um conjunto de direitos expressos também nas revoluções burguesas. Estes direitos de liberdade, civis e políticos, foram estendidos a cidadãos invisibilizados, reafirmando valores aos direitos econômicos, sociais, culturais e de solidariedade.

Parece-nos distante conceber que este diálogo sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foram promulgados há 72 anos atrás, nos mostra a grandiosidade da coragem das pessoas que assinaram esta declaração, mesmo em um cenário com tantas divergências políticas e econômicas, com a guerra fria prestes a iniciar.

No ano de 1966 houve a assinatura dos princípios éticos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, porém para que os mesmos virassem princípios jurídicos, precisaria haver o consenso entre os dois blocos, o que não ocorreu, pois onde socialistas não assinaram o pacto dos direitos civis e políticos<sup>8</sup>, os capitalistas não assinaram o pacto dos direitos econômicos e sociais<sup>9</sup> e os direitos de solidariedade<sup>10</sup>. Entre estes países estavam, os Estados Unidos como afirma Tosi (2005, p.21) e que ainda hoje os direitos econômicos e sociais não são reconhecidos como verdadeiros direitos.

Desde de sua criação em 1948, ocorreram várias atividades como conferências, pactos dentre outros documentos e reuniões que ampliaram as discussões sobre a declaração dos

<sup>7</sup> Link da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

<https://drive.google.com/file/d/10RTYeYOCqOYMftZIJVrDzqBJRxXgdZcH/view?usp=sharing>

<sup>8</sup> Direitos civis e políticos: os estende a uma série de sujeitos que anteriormente estavam deles excluídos, (proibindo a escravidão, proclama direitos das mulheres, defende os direitos dos estrangeiros, etc.) (TOSI, 2005,p.20)

<sup>9</sup> Direitos econômicos e sociais: afirma também os direitos da tradição socialista como direito a igualdade e do cristianismo social. (idem, 2005,p.20)

<sup>10</sup> Direitos de solidariedade: estendido aos direitos culturais, fruto de uma negociação entre os dois blocos do pós – guerra, do bloco socialista e do bloco capitalista. (idem 2005,p.21)

direitos humanos, a dividindo em três tendências, sendo a primeira a universalização que expandiu significativamente a quantidade de países que aderiram a declaração. Tosi (2005, p. 22) esclarece que passaram de 48 em 1948, passando para 191 em 2005. A representatividade que este alargamento trouxe, foi muito significativa para todos os sujeitos do mundo, pois deixaram de ser sujeitos de um estado, para tornaram-se cidadãos do mundo, o que nos leva a dialogar sobre a segunda tendência da multiplicação.

Endossando a perspectiva trazida acima, Tosi (2005, p.22) fala sobre a segunda tendência que foi a multiplicação de pautas a serem discutidas e defendidas, como a natureza e o meio ambiente, a identidade dos povos considerados minorias como negros, indígenas, povos camponeses, além do direito à comunicação e imagens. Todas essas discussões foram fundamentais para tornar possível a discussão sobre diversificação ou especificação.

A terceira tendência segundo Tosi (idem, 2005, p.22), se trata da diversificação ou especificação, onde as Nações Unidas, foi designada para definir quais os cidadãos eram titulares de direitos, onde só a partir da declaração dos direitos humanos que a pessoa humana não foi mais considerada de maneira abstrata ou genérica, sendo assim reconhecida em suas especificidades quanto sujeito de direito, como mulheres, crianças, idosos, doentes, homossexuais etc.

Todas as tendências mencionadas acima, contribuíram para novas gerações de direitos, começando a primeira geração que são direitos civis e políticos de acordo com Tosi (2005, p. 22)

[...] pelos direitos civis e políticos, sendo eles o direito à vida, a liberdade, à propriedade e a segurança pública a proibição da escravidão, a proibição a tortura, a igualdade perante a lei, a proibição da prisão arbitrária, o direito a um julgamento justo, o direito de *habeas corpus*, o direito à privacidade do lar e ao respeito da própria imagem pública, a garantia de direitos iguais entre homens e mulheres no casamento, o direito da religião e de livre expressão do pensamento, a liberdade de ir e vir dentro de um país e entre os países, o direito ao asilo político e de ter uma nacionalidade, a liberdade de imprensa e informação, a liberdade de associação, a liberdade de participação política direta ou indireta, o princípio da soberania popular e regras básicas da democracia (liberdade de formar partidos, de votar e ser votado, etc...) (TOSI, 2005, p. 23).

Os direitos assegurados pela primeira geração, sem dúvida foram de muita relevância para todos os cidadãos, porém para os que adotam a tradição liberal, estes direitos obtiveram ainda mais relevância, pois para estes cidadãos, os direitos mencionados são os únicos legítimos, por se tratar de direitos que podem ser exigidos aos tribunais de justiça e serem de aplicação imediata.

A segunda geração dos direitos, correspondem aos direitos econômicos, sociais e culturais, estes de acordo com Tosi (2005, p. 23) são caracterizados pelos seguintes direitos

[...] seguridade social, trabalho e segurança no trabalho, seguro contra o desemprego, salário justo e satisfatório, proibição da discriminação salarial, formação de sindicatos, lazer e descanso remunerado, proteção do Estado de Bem – Estar – Social, proteção especial para maternidade e a infância, educação pública, gratuita e universal, participação da vida cultural da comunidade e benefício do progresso científico e artístico, proteção aos direitos autorais e das patentes científicas (TOSI, 2005, p.23).

A diferença dos direitos da segunda geração para os da primeira geração, se trata ao fato da maioria destes direitos não poderem ser exigidos diante dos tribunais de justiça, sendo eles caracterizados pela sua aplicabilidade progressiva.

Tratando-se dos direitos da terceira geração, Tosi (2005, p.23) esclarece que os mesmos incluem uma nova ordem internacional, para que os direitos expressos na declaração internacional dos direitos humanos possam ser legitimados em sua totalidade. Dentre estes direitos está, o direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à proteção do patrimônio comum da humanidade, etc.

A terceira geração dos direitos, contempla uma nova perspectiva que não está baseada na jurisdição e sim na solidariedade ou na sociedade entre os povos, porém existe uma seria dificuldade para a promulgação destes direitos, que é a ausência de interesse e organização internacional com autoridade suficiente para aplicar tais direitos em sua totalidade.

A última geração dos direitos é a quarta, esta é considerada pelo Tosi (2005, p.24) como sendo uma categoria nova, porém que esta menção foi construída a quinze anos atrás, desta forma o teórico define que se trata de direitos de gerações futuras as quais terão o compromisso de construir um mundo mais justo e igualitário, partindo das discussões que foram iniciadas pelas três gerações de direitos que vieram anteriormente.

Portanto, consideramos que os movimentos sociais e sua pluridiversidade e a luta pela efetivação dos direitos das mulheres, por exemplo, fazem parte desta desafiadora geração de direitos mencionada pelo teórico.

Tosi (2005, p.24) continua nos esclarecendo que além das gerações, existem as dimensões dos direitos humanos que serão abordadas a seguir, que vão além dos princípios jurídicos, pois se tratam de valores.

A primeira dimensão que definida por Tosi (2005, p.24) é a dimensão ética, expressa através da declaração, quando a mesma diz que todas as pessoas nascem livres, o que significa que independentemente de raça, classe, gênero, ou seja, da condição de pessoa humana, considerando a dignidade que cada humano possui, por isto esta dimensão se encontra acima de jurisdições e dos respectivos estados.

A segunda dimensão é a dimensão jurídica, constituída a partir dos tratados, convenções e protocolos internacionais que foram sancionados após 1948, os quais posteriormente tornaram-se parte do direito internacional, uma vez que todos os instrumentos legais criados a partir da declaração internacional dos direitos humanos, possuem força jurídica, constituindo os que Tosi (2005,p.25) chama de direitos positivos, que são vinculados às relações externas e internas dos Estados, incorporados por constituições e conseqüentemente por leis ordinárias.

A terceira dimensão é a dimensão política, que é uma dimensão crucial para orientação e implementação de políticas públicas multisetoriais, onde no Estado do direito se dá como uma ferramenta que irá viabilizar a promoção do conjunto de direitos fundamentais, tanto no estado mínimo, onde em linhas gerais o estado interfere minimamente na economia, e na perspectiva positivista, onde as políticas públicas são implementadas em sua totalidade, efetivando os direitos de todos os cidadãos ou estado de bem estar social ou *welfare state*.

De acordo com Carmem Lúcia Duriguetto e Carlos Montaña (2011, p. 139-140)

No pensamento liberal. Nesta tradição, tão carregada de tendências (clássica, keynesiana, neoliberal, etc.), o chamado “Estado de Bem – Estar Social” é concebido como um momento no desenvolvimento (endógeno) dessa instituição. Assim, o Estado é *autonomizado* dos fundamentos econômicos do modo de produção capitalista e separado dos determinantes políticos das lutas de classes a partir dos interesses sociais e das correlações de forças. É visto como uma instituição *autônoma*, e seu desenvolvimento é compreendido como *natural* (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 139-140).

A dimensão política contribui com a quarta dimensão dos direitos humanos que é a dimensão econômica. Esta por sua vez enfatiza que o ser humano não consegue existir sem suprir as suas mínimas necessidades básicas, ou seja sem o gozo de seus direitos econômicos e sociais e sem o exercício de seus direitos civis e políticos. Assim, Tosi (2005, p.26) enfatiza que não há condição de existência, quando o estado limita a seus sujeitos a garantia de seus direitos de liberdade, o que para o teórico é algo negativo, pois é dever do Estado garantir um papel ativo na efetivação dos seus direitos de igualdade.

Seguindo a crítica realizada pelo teórico sobre o papel do Estado, chegamos até a quinta dimensão dos direitos humanos que é a dimensão social. Esta dimensão contempla a necessidade que a sociedade tem que o Estado não proporcione à sociedade civil apenas a viabilização dos direitos, mas que ele forneça a efetivação dos mesmos para além da jurisprudência contemplando atores sociais como os movimentos sociais, conselhos de direitos e centros de defesa da educação, pois entendemos que a efetivação dos direitos parte de uma construção coletiva, dialógica e plural.

### 2.2.1 *Direitos Humanos e Educação*

A relação que existe entre os direitos humanos e a educação, inicialmente se constitui por ambos serem interligados em uma perspectiva orgânica, pois a educação é um direito humano fundamental. Sendo assim, entendemos que este processo é a base para termos uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Seguindo esta perspectiva, Adelaide Alves Dias (2007, p.441-456) diz que a educação vai muito além de um direito constituinte, ela é de fato o elemento constitutivo dos seres humanos. Dias (2007, p.441) argumenta a educação é um direito humano fundamental, mencionado em vários momentos ao longo da história, mas teve seus primeiros indícios no contexto da Revolução Francesa, e se estendendo através de movimentos sociais, campanhas, iniciativas particulares e coletivas que lutaram bravamente para que na contemporaneidade pudéssemos ter legitimamente a educação como um direito da pessoa humana.

O marco histórico da Declaração de Direitos Humanos em 1948 veio consolidar este direito fundamental, através de seu artigo XXVI, o qual menciona:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico → profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito (DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, 1948, p.84).

Desta forma, fica explícito que o direito a educação sempre esteve interligado a perspectiva da evolução dos direitos humanos, onde Dias (2007, p.442) acrescenta que a temática, “Educação e dos Direitos Humanos” surgiu na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos que foi realizada na cidade de Viena-Áustria no ano de 1993, onde foi estabelecido no documento Declaração e Programa de Direitos Humanos <sup>11</sup>(1993, p.09) que:

A educação em direitos humanos deve incluir a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, tal como previsto nos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, para que seja possível conscientizar todas as pessoas em relação à necessidade de fortalecer a aplicação universal dos direitos humanos (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS DE VIENA, p.09 1993).

Assim, a Declaração produzida a partir da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, trouxe para a educação e os direitos humanos uma maior visibilidade no século XX, fazendo com o que Machado e Oliveira (2001 apud DIAS, 2007, p. 442) reconhecessem que este século assistiu à ampliação do reconhecimento dos direitos, que devem ser garantidos a

---

<sup>11</sup> Link do documento da Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena-1993:  
<https://drive.google.com/file/d/100tEiTiBt3gMVEJXR2IsSNNdMLm-2lmp/view?usp=sharing>

cada ser humano, defendendo a educação com um direito social proeminente, como um pressuposto necessário para a garantia dos outros direitos sociais, políticos e civis.

Ao fazer um recorte sobre a educação do Brasil, nos deparamos com um cenário de exclusão, o que é uma das faces da enorme desigualdade social perpetrada pelo processo capitalista, que vem se aprofundando até os dias atuais, se moldando a cada crise econômica gerida pelo capital internacional, construída por relações sociais e políticas, além de ser retroalimentada pela concentração de riquezas, o que reflete diretamente nos direitos básicos de sobrevivência, emprego, saúde, assistência social e obviamente a educação.

A estreita e frágil relação que o Brasil tem com a educação não é algo contemporâneo, esta mencionada desde da promulgação da Constituição Imperial Brasileira assinada em 1824 e a Constituição Republicana em 1891, ambas mencionadas por Dias (2007,p.444) como sendo os primeiros marcos legais brasileiros, onde a educação é mencionada como um direito, porém como sendo um direito de todos e dever do Estado, a educação só é mencionada a partir da Constituição de 1934 através do seu Artigo 140, que diz “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”.

Desde de 1934, a educação obteve vários desdobramentos e fomentações, principalmente quando surgiram debates sobre a universalidade, a obrigatoriedade da educação, além da gratuidade do ensino e o forte movimento em defesa da escola pública, liderado por educadores, sociólogos, intelectuais, líderes sindicais entre outros, como o sociólogo Florestan Fernandes e educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire, porém o eixo central deste debate se deu sobre o questionamento da natureza da educação, na tensão entre o setor público e o privado.

As crescentes discussões sobre o debate da educação, desde de que a mesma foi reconhecida como um direito constitucional, cresceram e uniram vários outros atores sociais, que intensificaram a sua pluridimensionalidade, como a que permeia a educação junto aos movimentos sociais, não tendo como os separar do diálogo sobre a educação e os direitos humanos no Brasil, e esta proposta é trazida pelos argumentos apresentados por Emir Sader (2007, p.75).

Construir pontes teóricas que liguem a educação e os direitos humanos ultrapassam as linhas formais da educação, pois trata-se de questões ligadas à subjetividade humana e plural dos cidadãos que muitas vezes estão além de contextos formais da educação, estando ligados à sua vivência diária com seus pares e espaços de formação.

Sader (2007, p.75) argumenta que o contexto histórico do Brasil, partindo do recorte histórico que o teórico faz no período da ditadura civil-militar (1964-1985), que atuou em

direções opostas, porém com o mesmo objetivo, afetar o direito das pessoas, e dentre estes direitos está o direito à educação, que foi condicionada a construir caminhos para consolidação da perspectiva militar, onde tudo que ia de encontro às ideias do regime militar eram alvo de represália.

O fim da ditadura fechou um ciclo no Brasil e abriu outro, como esclarece Sader (2007, p.77), ao dizer que as características do país eram outras, pois houve uma ruptura brusca e violenta das alianças de classe que existiam e do modelo econômico e ideológico. Com a democratização, a Constituição Federal de 1988 chamada pelo presidente Ulysses Guimarães<sup>12</sup> como “Constituição Cidadã”, afirmava os direitos que a ditadura havia retirado dos cidadãos brasileiros.

Sader (2007, p.80) argumenta que educar é um ato de formação da consciência com conhecimento, valores e com a capacidade de compreensão, por este motivo o autor considera que o processo educacional é muito mais amplo que a educação formal dos espaços escolares, e nestes processos os direitos humanos precisam estar inseridos.

Neste sentido, Sader (2007) afirma que a maior conquista da educação nos direitos humanos, foi a construção do discurso democrático, deixando de ter a conotação de repressão a opositores políticos e se aprofundando na vivência das grandes metrópoles, passando a ser um instrumento de denúncia a falta de condições de vida e segurança.

As escolas tiveram um papel fundamental neste processo, pois começaram a incorporar a temática dos direitos humanos em suas disciplinas, ainda que de forma muito sutil, abordando temas como democracia, liberdade, cidadania, diversidade e identidade. Os espaços escolares passaram a sediar também cursos específicos sobre os temas e ofereceram palestras com entidades ligadas aos direitos humanos, fazendo com que os veículos de imprensa comesçassem a trazer informações voltadas para questões de violações urbanas dos direitos humanos para a sociedade.

Seguindo esta perspectiva, Sader (2007, p. 80-81) diz que:

Educar é assumir a compreensão do mundo, de si mesmo, da interrelação entre os dois. Pode ser uma compreensão real, que capte os mecanismos que, efetivamente, são produzidos pelos homens no seu processo concreto da vida, ou, ao contrário, pode ser uma visão alienada que, ao invés de permitir essa compreensão, ocupa esse lugar na consciência das pessoas com mitos, com ilusões, com concepções que consolida a incapacidade das pessoas de se compreenderem no mundo e compreenderem o mundo que, mesmo sem consciência, estão produzindo e reproduzindo, cotidianamente em nossas vidas (SADER, 2007, p. 80-81).

---

<sup>12</sup> Presidente da Assembleia Nacional Constituinte durante o período 1987-1988.

Podemos compreender, que a educação e dos direitos humanos, possui várias limitações, porém não se comparam ao tamanho das potencialidades que podem ser alargadas, começando pelo entrave da descriminalização que os direitos humanos ainda sofrem, por trazer consciência as pessoas e defendendo os direitos de todos os cidadãos.

Sader (2007, p.83) afirma que quando o assunto é direitos humanos e educação, ambos ainda são vistos com viés discriminatório, pois ainda hoje alguns instrumentos formadores de opinião como a mídia, os tratam como sendo “direitos de bandidos” e ainda com a aprovação de órgãos governamentais que imputam e corroboram com este discurso fragmentando-o e marginalizando esta discussão.

Porém, para que haja o rompimento desta fragmentação paradigmática que está em volta dos direitos humanos, direitos econômicos e sociais além de outros temas como feminismos, demografia, questões étnicas, a educação precisa ser o ponto chave, para que possamos transpor essa limitação, promovendo uma abordagem mais abrangente em consonância com os atores sociais que compõem a sociedade como os movimentos sociais.

Diante de todas as discussões que foram apresentadas anteriormente, podemos entender que a igualdade do acesso e a qualidade da educação são necessárias para que possamos compreender que existe a extrema necessidade de fortalecermos ainda mais a perspectiva de ter a educação como um direito efetivo respeitando as diferenças, diversidade e pluralidade dos sujeitos.

Por estes motivos, a relação entre educação e os direitos humanos precisa ser construída e fortalecida por várias mãos, respeitando a autonomia dos pensamentos dos sujeitos que a constroem, para que os saberes construídos a partir da contextualização e problematização do contexto em que a sociedade está sendo formada, baseada em relações horizontais de ensino – aprendizagem, onde todos os sujeitos se formam e se transformam, em movimentos cíclicos, criando assim, saberes provenientes da práxis forjada nas realidades históricas, sociais e culturais.

Seguindo esta perspectiva, Dias (2007, p.454) esclarece que a relação entre educação e direitos humanos desconstroem pré-conceitos, pré-noções e pré-juízos e assim constroem realidades alternativas, a partir de teias através do diálogo entre sujeitos, em espaços formais e não formais de educação, considerando as ideias de democracia, cidadania, paz e justiça social *que são a base dos direitos humanos.*

### 2.2.2 *Direitos Humanos e Barragens*

De acordo com Monise Vieira Soares (2019), nos territórios das barragens as violações de direitos humanos sofridas pelos povos atingidos, consistem em decorrência da intensa migração populacional daqueles que vão residir nestes territórios, para trabalharem nas construções dos empreendimentos das usinas hidroelétricas por um curto espaço de tempo. Este fator unido a ausência de fiscalização na implementação das obras e gestão de políticas públicas nas respectivas regiões e, a não preparação prévia de ações do poder público para suportar as novas demandas sociais, geram uma série de violações de direitos nestes territórios.

São muitas violações de direito presentes nos territórios das barragens, porém as violações que afetam as mulheres são específicas, por este motivo estas mulheres precisam ser enxergadas de forma plural, considerando suas especificidades de acordo com a sua classe, gênero e raça, pois não podemos dialogar sobre a violação dos direitos humanos das mulheres, se consideramos que estas mulheres são iguais.

Desta forma, no ano de 2011, quando o MAB completou 20 anos de existência, o movimento criou a cartilha “Violação dos Direitos Humanos na Construção das Barragens”, pois de acordo com o MAB (2011) nos anos 2000 o movimento sofreu um intenso processo de criminalização principalmente nas barragens de Tucuruí-PA, Cana Brava e Serra da Mesa -GO, Acauã-PB, Manso-MT, Barra Grande e Campos Novos-RS, entre outras.

A partir da organização do MAB, se criou um dossiê no qual foi relatado todo o processo de criminalização, processos judiciais contra os atingidos, fazendo com que em 2006 o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH aceitasse as denúncias e começasse a visitar os locais denunciados.

Nesta perspectiva, no ano de 2010 a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH reconheceu a existência de um padrão e violações dos direitos humanos na construção das barragens, relacionados a proporção e magnitude dos impactos sociais negativos provenientes do planejamento, implantação e operação dos seus empreendimentos, o que de acordo com a CDDPH (2010) possibilitou o aprofundamento das desigualdades sociais, desestruturação social, familiar e individual.

De acordo com o MAB (2011, p. 05) foram detectadas ao todo 16 direitos humanos que foram sistematicamente violados nos territórios das barragens, sendo eles:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito à um ambiente saudável e à saúde;

7. Direito à contínua das condições de vida;
8. Direito à plena recuperação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletividade acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito aos grupos vulneráveis e proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária (MAB, 2011, p. 6).

Após a sinalização de tais violações de direitos humanos, o MAB destaca que a real causa destas violações existirem nos respectivos territórios das barragens, dá-se pelo fato de não existir uma política nacional que reconheça e garanta os direitos dos povos atingidos por barragens, o que acarreta a inoperância do poder público em nível estadual e nacional para implementação e efetividade dos respectivos direitos.

Ao fazermos um recorte especificamente para violação dos direitos das mulheres atingidas por barragens, em 25 de abril de 2018, houve uma audiência pública com o tema, “os impactos dos grandes empreendimentos de barragens na vida das mulheres”<sup>13</sup>, onde o movimento afirmou que as mulheres são as que mais sofrem com o processo de construção das barragens, partindo do pressuposto que no ano de 2010 houve a realização do projeto piloto no estado de Rondônia, especificamente nas hidrelétricas de Samuel, Santo Antônio e Jirau com o objetivo de levantar os direitos das mulheres que são violados nestes territórios.

Ainda de acordo com o MAB (2018), as violações dos direitos das mulheres estão relacionadas a áreas específicas como ao mundo do trabalho, atuação política, relação com as empresas, convivência familiar e comunitária, direitos sexuais e reprodutivos e acesso a políticas públicas.

Separadamente, o MAB (2018, p. 06) afirma que a violação de direito a respeito das mulheres no mundo do trabalho são:

- Invisibilidade do trabalho das mulheres, principalmente nas atividades suplementares de renda, com destaque para o trabalho doméstico e no campo;
- A perda do trabalho gerador de renda;
- A não adaptação ao mercado de trabalho urbano (MAB, 2018, p. 06).

Neste sentido, compreendemos que o mundo do trabalho mais uma vez exclui as mulheres e as conduz arbitrariamente a alimentar o mercado do capital de uma forma que as

---

<sup>13</sup> Link do material produzido a partir da audiência pública “os impactos dos grandes empreendimentos de barragens na vida das mulheres”:  
<https://drive.google.com/file/d/1xvvupo2omqCY1jZwHYWdM1aqDTUPqR71/view?usp=sharing>

suas práticas originárias sejam invisibilizadas, na perspectiva de retroalimentar o sistema capitalista.

Sobre a violação de direito, atuação política o MAB (2008, p. 09) afirma que:

A ausência e desqualificação das mulheres nos espaços deliberativos;  
 A ausência de serviços básicos que viabilizem a mobilização e participação das atingidas;  
 O não – reconhecimento das mulheres com atores sociais pelas empresas e por diversas instituições públicas;  
 A criminalização, ameaças e até assassinatos de mulheres lideranças. (MAB, 2008, p. 09).

Percebemos então, que a exclusão das mulheres nos ambientes de liderança, não é um fator exclusivo das mulheres atingidas, pois entendemos que se trata de uma questão ligada ao patriarcado que é um dos elementos de sustentação do sistema capitalista. Entretanto, podemos perceber que quando mulheres assumem posições de liderança, as mulheres são constantemente ameaçadas e em alguns casos, assassinadas como foram os casos de Nilce de Souza Magalhães (Nicinha) assassinada em 05 de janeiro de 2016 no município de Nova Mutum – Paraná – RO e Dilma Ferreira Silva assassinada em 22 de março de 2019 no município de Baião – PA, que eram grandes lideranças femininas dentro do MAB.

Posteriormente, a violação de direito interligada à convivência familiar e comunitária está diretamente impactada com o processo de instauração dos empreendimentos para implementação das usinas hidroelétricas. Nesta perspectiva, o MAB (2018, p.14) esclarece que:

A desestruturação das relações familiares e comunitárias;  
 O impacto na vida das crianças e adolescentes;  
 A ausência de redes de proteção e atenção comunitárias com o deslocamento compulsório;  
 Estímulo à competição e desconfiança;  
 Aumento dos casos de alcoolismo, uso de drogas e violência doméstica (MAB, 2018, p.14).

O rompimento da barragem do Fundão, localizada no município de Mariana – MG ocorrido no ano de 2015, é um exemplo da violação de direito mencionada acima, pois entendemos que não se trata apenas de uma residência que foi atingida por resíduos da barragem, mas se trata do território, do chão e do pertencimento aquela localidade que são valores imateriais irreparáveis, pois se trata de construções sociais construídas ao longo das respectivas histórias dos povos que pertencem a estes territórios e são invisibilizados por questões mercadológicas.

Para além, das violações ligadas diretamente aos territórios das barragens, o MAB identificou que existem violações intrínsecas aos corpos das mulheres, sendo os direitos sexuais e reprodutivos violados onde o MAB (2018, p.17) destaca que são, a mercantilização dos corpos

com a prostituição de mulheres, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o aumento dos casos de gravidez na adolescência.

Faz-se então, necessário ressaltar que a violação de direitos ligada diretamente aos corpos das mulheres, reverbera diretamente na última violação de direitos relatada, que é a falta de acesso a políticas públicas, o que de acordo com o MAB (2018, p. 19), está relacionada a falta de acesso à energia elétrica e/ou os altos preços da tarifa e instabilidade da transmissão, problemas no abastecimento de água e saneamento básico e a sobrecarga de rede pública de saúde, educação e assistência social.

Propondo um recorte específico sobre a violência contra as mulheres, foi construído um dossiê expondo a situação das mulheres atingidas por barragens no contexto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte- PA, pois o MAB (2018, p. 26-28) constatou que com a instauração do empreendimento de Belo Monte, houve um aumento significativo nos casos de violência contra mulheres no município de Altamira-PA.

O MAB (2018, p.21-26) afirma que as violências de gênero identificadas em Belo Monte são a violência física, agressões, violência psicológica, política, moral e feminicídios. As mulheres ainda relataram chantagem e ameaças feitas inclusive por parte de autoridades locais e coerção em uma conjuntura de ameaças ao direito de organização e expressão políticas, além de exploração sexual e aumento do tráfico de drogas que foi potencializado durante a construção das hidroelétricas. Houve também, a incidência da violação patrimonial que se dá pelo processo de indenização das mulheres atingidas, na medida em que se constatou que as mulheres sofreram várias pressões por parte das empresas, chegando até exigir a presença de homens para negociarem respectivas indenizações.

### **2.3 Pedagogias das Experiências**

O MAB se um movimento popular e autônomo, tendo como sua essência a luta pela garantia dos direitos dos povos atingidos por barragens, seguindo esta perspectiva o movimento traçou metodologias específicas para trabalhar com as demandas emergentes dentro do movimento com seus integrantes.

Partindo desse pressuposto, o MAB construiu a sua própria pedagogia, categorizada por Sergio Corrêa (2009, p.63) como sendo a pedagogia do movimento que por sua vez reflete a identidade dos seus sujeitos, que de acordo com o teórico são camponeses, trabalhadores rurais sem-terra, meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, indígenas, quilombolas, pescadores e moradores.

De acordo com a Roseli Caldart (2004, p. 24), entender os militantes do MAB como sujeitos, por este motivo a autora argumenta que:

Ao defender a condição dos povos do campo como sujeitos, o MAB amplia o debate e sentido da educação do campo, articulada a um projeto de desenvolvimento do campo e de Nação, fundado nos interesses dos excluídos e das excluídas, que situa as territorialidades campo-cidade numa relação de complementaridade e interdependência, passando a (re) fundar tal relação no princípio de igualdade social e da diversidade socioespacial e cultural, contrapondo-se e rompendo com a representação dominante de que “o moderno e mais avançado é sempre o urbano” (CALDART, 2004a, p. 24).

Assim a pedagogia do movimento, segue a perspectiva de transformar cidadãos em sujeitos pedagógicos, e está pedagogia vem sendo construída a partir dos encontros do MAB, que além de ser um espaço de construção política, são momentos de construção pedagógica.

A perspectiva de formação pedagógica do MAB é encarada com muita seriedade pelo movimento, tanto que o mesmo criou o seu Coletivo de Educação, que de acordo com Corrêa (2007) e MAB (2005) é estabelecida a em nível nacional, de forma articulada interna e externamente, integrando diretamente suas práticas educativas ao movimento e à Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo.

O coletivo de educação do MAB é tido pelo movimento como uma forma de fortalecer a estrutura organizacional do MAB, como afirma o MAB (2005, p. 27 - 28):

A Coordenação Nacional constitui o Coletivo Nacional de Educação do MAB. Ela está composta de lideranças do Movimento cuja tarefa é “coordenar, articular e acompanhar, política e pedagogicamente, o projeto de educação, dando visibilidade interna e externa à pedagogia dos povos atingidos em suas interfaces com a organização e as lutas do MAB”. No tocante às Coordenações Estaduais, elas são constituídas por educadores (as) responsáveis por coordenar o processo de discussão e implementação dos eixos de atuação da educação nos estados e regiões. Os coordenadores estaduais são lideranças do MAB no estado e região” (MAB, 2005, p. 27 - 28).

Para que haja, a efetivação de toda a pedagogia do movimento o MAB possui os seus educadores, que são sujeitos que são considerados populares, do povo e do campo, devendo ser prioritariamente originários da base dos atingidos e preferencialmente com maior nível de escolaridade do grupo social. Para o MAB (2005, p. 29) são pessoas com conhecimento da história, da organização e das lutas do MAB, que compartilhem de seus valores e que assumam o compromisso político de levar adiante o projeto de educação.

O projeto de educação do MAB é fundamentado pelo que o movimento considera como sendo educação, que segundo o MAB (2018, p. 18):

Entendida não apenas como aquela desenvolvida na escola (espaço formal), mas aquela gerada no próprio movimento da sociedade como um todo, na família, na igreja, na escola, na comunidade, no trabalho e nos grupos sociais, sobretudo na organização intencionalmente dirigida e travada pelos

movimentos sociais populares que resistem e protagonizam a luta pela humanização dos povos do campo e da cidade (MAB, 2018, p.18).

Esta compreensão peculiar de educação transcende o próprio MAB e seus integrantes, pois contempla a compreensão sobre a relevância dos movimentos populares do campo, os colocando como sujeitos educativos, ressignificando também a perspectiva do entendimento sobre educação escolar e seus saberes, que vão para além dos muros das escolas.

Nesse sentido, o movimento entende que existem outros espaços educativos e de saberes, onde estão localizados os movimentos sociais que não ensinam apenas disciplinas objetivas, e sim formação humana, como um exercício tênue de descolonizar a ciência e desconstruir a racionalidade eurocêntrica, o que de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2005) são os pilares da colonização e o primeiro passo para emersão de sujeitos protagonistas, além de outros saberes que irão construir uma nova realidade social.

Nesta perspectiva, podemos compreender que a pedagogia do movimento pode ser considerada uma pedagogia de(s)colonial, pois de acordo com Nelson Maldonado – Torres (2020, p. 07-08) se trata de práticas pedagógicas que foram construídas a partir do chão da América Latina, considerando as suas particularidades, e a ausência do estado além de outras instituições, que compõem este território tão plural.

Torres (2020, p.08) enfaticamente nos mostra que as “pedagogias de(s)coloniais não partem do pressuposto messiânico ou apenas sendo uma forma de preencher lacunas deixadas pelo estado e por suas políticas públicas, que tendem a beneficiar determinadas camadas específicas da sociedade em seus respectivos territórios.” Os caminhos que as pedagogias de(s)coloniais seguem, contribuem com os processos de afirmação da vida de comunidade, além de fazer enfrentamento as colonialidades do ser e saber, considerando ainda que cada espaço dos vários territórios e caminhos fortalecem a perspectiva de(s)colonial.

Neste sentido, Torres (2020, p. 08) esclarece que:

As lições da pedagogia de(s)colonial não se limitam à prática explícita do ensino. Mais que responder à necessidade de transmitir conteúdos específicos, a mesma se dá do surgimento do horror e escândalo frente à colonização e fica ancorada na atitude de amor e raiva de(s)colonial que surgem como dimensões positivas a esse escândalo. Para entender a pedagogia de(s)colonial, deve-se compreender as dimensões fundamentais da colonização moderna, da colonialidade e das atitudes que nascem para combatê-las. (TORRES, 2020, p. 08).

De fato, as pedagogias de(s)coloniais nos trazem um grande desafio que é a desconstrução do mito da modernidade e colonialidade, que contribuem para os epistemicídios<sup>14</sup> de outros saberes que enfrentam saberes hegemônicos.

Neste sentido, a metodologia que o MAB utilizada para trabalhar com as mulheres atingidas por barragens, parte do pressuposto do trabalho organizativo com as mulheres, pois o movimento considera que as mulheres são historicamente vítimas da sociedade, por serem necessárias para a reprodução capitalista, patriarcal e machista.

O MAB (2015) considera que através do trabalho doméstico, que é invisível, possibilita a diminuição do custo social da hora do trabalho na indústria. Entretanto especificamente no caso das mulheres atingidas por barragens, possui um agravante, que consiste nas desigualdades de classe e nas relações de gênero, enfatizando a violação dos direitos ocasionados pela construção das barragens.

Ainda de acordo com o MAB (2015), o movimento não possui a perspectiva de organizar um movimento exclusivo de mulheres do MAB, e sim que as mulheres atingidas se tornem sujeitas ativas no processo político organizativo do movimento, tendo condições para construir um trabalho que possibilite a emancipação e auto organização das mulheres, deixando claro que o inimigo do MAB é o sistema capitalista e os seus respectivos produtos.

Para que o MAB (2015, p.46) alcance o objetivo acima exposto, se faz necessário que seja percorrido algumas ações, sendo elas:

- 1º - Estudar e analisar a realidade, a partir da compreensão que vivemos no modelo de sociedade capitalista, imperialista e patriarcal, onde grandes corporações do capital controlam a economia e a política, se apropriando dos recursos naturais, das tecnologias, da força do trabalho, com um único objetivo: acumular riquezas às custas da exploração do trabalho dos trabalhadores, em especial das mulheres e essa realidade vive em contradição.
- 2º - Ao analisar a realidade, ter clareza do inimigo central, pois só assim é possível traçar lutas necessárias.
- 3º - Compreendemos que este modelo de sociedade patriarcal é baseado na opressão e na violência contra as mulheres. Nos exige e naturaliza um padrão de beleza baseado na aparência, violando a autoestima, forçando um padrão de vida firmado em valores do consumismo, individualismo e competição, onde tudo se torna mercadoria, inclusive o corpo das mulheres.
- 4º - Por tudo, par o MAB a definição do processo de organização e da luta das mulheres se dá a partir de uma estratégia traçada, onde têm um rumo a seguir, metas e alcançar, com confiança e esperança que os atingidos/as organizados no movimento são os sujeitos do processo de transformação (MAB, 2015, 46).

---

<sup>14</sup> De acordo com Santos e Meneses (2009, p.183) epistemicídio é à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas.

Especificamente se tratando do trabalho com as mulheres atingidas por barragens, o movimento possui linhas norteadoras, que segundo o MAB (2015, p. 48) são elas:

- 1° - Construir um trabalho de organização das mulheres do MAB, que articule formação, organização e lutas;
- 2° - Fazer o trabalho de motivação, organização e mobilização das mulheres atingidas para fortalecer a construção da estratégia do MAB;
- 3° - Criar condições para as mulheres cada vez mais se inserirem na organização do MAB, ocupando os espaços de direção (grupos de base, coordenações estaduais, coordenação nacional) para serem protagonistas e parte da luta e organização;
- 4° - Organizar pautas concretas e transformá-las em lutas, que possibilite além da denúncia da situação de violação, conquistar programas e políticas públicas para a geração de renda para as mulheres;
- 5° - Avançar com o debate e organização da ciranda do MAB (MAB, 2015, p. 48).

Para materialização das linhas norteadoras do trabalho das mulheres do MAB, o movimento traçou um trabalho utilizando a técnica de bordado *arpilleras*, como sendo uma metodologia feminista de educação popular, e esta por sua vez é de extrema importância para o entendimento da perspectiva pedagógica utilizada pelo MAB.

Individualmente a educação estabelece uma relação de saber entre pessoas, sendo a condição da criação da própria pessoa, pois a educação forma a personalidade do indivíduo desde de seu nascimento, levando-o a sua inserção na sociedade e o instrumento que o prepara para viver a cultura. Assim, a educação traz em sua gênese a perspectiva da importância que a cultura tem para a vida dos sujeitos, fazendo com os mesmos a descrevam, mostrando como eles assimilam e como neles a cultura se constitui, à medida que eles vão a assimilando.

Carlos Brandão (1983, p.05) ressalta que a educação popular é construída coletivamente por:

Pelo menos aqueles que a pensam de modo mais motivado, a educação popular parece não só existir fora da escola e à margem, portanto de uma “educação escolar”, de um “sistema de educação”, ou mesmo “da educação”, como também parece resistir a tudo isso. Porque não aproveitamos, leitor, o fato de que a educação popular não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de ideias e práticas regido pela diferença, para explorar o próprio sentido da educação, através de percorrer os diferentes modos de seu ser como educação popular (BRANDÃO, 1983, p. 05).

Brandão (1983, p.49) traz quatro novas concepções, as reflexões acerca das atribuições dadas a educação popular, chamando-os de ponto de partida, são elas:

- 1) a criação de uma nova hegemonia, o que significa um saber popular, no sentido de saber das classes populares que se constitua como base de um trabalho de acumulação de poder popular;

- 2) a cultura popular como ponto de partida, com um trabalho de revisão de seus componentes tradicionalmente “dominados” e em direção à produção de uma cultura orgânica de classe;
- 3) a progressiva participação do trabalho do educador no trânsito de sujeitos populares, de agentes econômicos para agentes políticos;
- 4) a descoberta e o aprimoramento de tipos de relações de prática pedagógica entre educadores e educandos, entre profissionais comprometidos com a “causa popular” e agentes educandos individuais (sujeitos populares) ou coletivos (movimentos populares) (BRANDÃO, 1983, p.49).

Quando o autor cita a cultura e a educação popular, abre precedentes para várias problematizações pertinentes, pois ele traz a perspectiva que a educação popular é de fato um trabalho pedagógico direcionado ao povo, que irá possibilitar a conscientização de uma classe.

Considera-se, que a educação popular é um trabalho pedagógico que traz convergências entre os educadores e os próprios movimentos populares, entretanto existem razões dos dois lados, onde de um lado temos educadores que entendem a educação como um serviço que eles precisam colocar em prática, de outro temos os movimentos sociais que são a razão para que o serviço possa ser colocado em prática, uma vez que a proposta que a educação popular defende, é a própria classe popular que deve construí-la através de seu conhecimento genuíno.

Entender os caminhos que constroem e norteiam a educação popular, nos parece ser fundamental para entendermos como o processo formativo das mulheres do MAB em uma perspectiva de(s)colonial é construído, pois entendemos que a educação popular é o fio condutor que irá materializar a prática metodológica das *arpilleras*.

De acordo com Luciana Ballestrin (2013, p.89-117) o conceito de de(s)colonização está diretamente ligado às lutas contra o patriarcalismo, o racismo e as relações de dominação cultural, economia e política, onde as mulheres precisam estar inseridas diretamente neste processo.

Alargando as perspectivas apresentadas anteriormente, a teórica Mariana Alvorado (2014, p.213-214) nos apresenta o conceito de *corpas*, trocando a vogal o pela vogal a. A teórica diz que, “uso X toda vez que finjo que a leitura incomoda, pretendo aí denunciar o uso sexista do idioma na hora da degeneração, embora inclua todo mundo. Não uso a porque em inglês tem uma tradução que distorce o uso inclusivo de A / Or para um lado, e, por outro lado, o uso inclusivo acaba por vedar A” (tradução livre).

Alvorado (2014, p.214) esclarece que a sua perspectiva diante do conceito das *corpas*, foi construída a partir das aproximações teóricas que a mesma teve com a antropóloga Rita Segato (2013). Ainda de acordo com Alvorado (2014, p.214), os conceitos apresentados por

Segato (2013) a levou a (des)construir novas masculinidades, a partir do exercício de implantar novas linhas de indagação, nomeadas como pedagogia da traição e pedagogia da crueldade.

De acordo com Alvarado (2014, p.214) quando Segato (2013) se refere a pedagogia da traição, a teórica está se referindo ao feminicídios, e a pedagogia da crueldade a teórica atribui a análise da abordagem midiática das problemáticas relacionadas ao gênero, especialmente aos crimes contra mulheres, nos fazendo enxergar que existe uma clara gratuidade da crueldade e espetacularização da banalidade com as corpos materializando a covardia patriarcal.

Rita Segato (2013 apud de ALVARADO,2014, p.214) onde a mesma nos chama a atenção para a necessidade de analisarmos as corpos das mulheres, que no olhar da autora essas corpos apresentam-se como território, lona, quadro no qual se inscrevem as marcas da crueldade refletidas através do domínio, a apropriação e a conquista.

De acordo com Segato (2013, apud, ALVARADO,2014 p. 214):

Estas corpos não são o inimigo, já que não somos antagonistas armados como nas guerras – cujos cenários atuais transbordam o conflito entre Estados e atam corporações armadas e forças paraestatais – somos corpos frágeis, rompíveis, não guerreiras, não treinadas. No fim de contas, a meta é a crueldade por si mesma; quando não há razão para crueldade, sem que a crueldade seja a razão se está posto em funcionamento um maquinário de ordenação, hierarquização e qualificação dos corpos com capacidade de representação daqueles outros inominados, estigmatizados, prejudgados e violentados pela classe, a raça, a etnia, o gênero e a sexualidade; cujo efeito não é somente um soldado treinado para a violência calculada e premeditada, executada sexualmente, mais particularmente para o triunfo da matriz patriarcal (SEGATO, 2013 apud ALVARADO, 2014 p. 214).

Alvarado (2014) esclarece que nas corpos, o pertencimento e a apropriação são elementos do sistema de relações pela qual as mulheres se veem presas dos homens, que ocupam certa posição de sujeito para o gozo e alegria de outro.

Compreendemos desta forma que quando a teórica Alvarado (2014,p. 2014-215) traz o conceito das corpos, a mesma propõe um exercício de afirmação através de nossa escrita ou dialogo, que ele aquela corpa teve sua vida marcada pela crueldade sem qualquer motivo justificável, colocando em prática as marcas da ordenação, hierarquização e qualificação dos corpos com a capacidade de representação daqueles outros inominados, estigmatizados, prejudgados e violentados pela classe, a raça, o gênero e a sexualidade, ou seja, o triunfo do patriarcalismo.

Alvarado (2014, p.2015) afirma que:

A violência que se inscreve em nossas corpos não pode ser compreendida senão na transversalização de todas as múltiplas opressões que fazem a experiência violenta uma experiência coletiva. Esta (in)sensibilidade sobre o corpo de algumas é ensinada. Esta (in)sensibilidade que expõe nas corpos as

marcas daquele maquinário espetacularizam o pertencimento a apropriação. Se trata de uma (in)sensibilidade aprendida, sustentada na relacionalidade, na diminuição do compartilhado, na abolição das relações (ALVARADO, 2014, p.2015).

Este olhar de(s)colonial trazido pela teórica Alvarado (2014, p.220) nos mostra que as corpas carregam em si, a crueldade e a materialidade do patriarcado, além de nos mostrar que o capital opera na acumulação pela desapropriação, no sentido do esquecimento e da perda que é efeito de certos diálogos, saberes, tarefas e amores que (des)aprendemos através das relações.

Compreendemos então que estas corpas não são qualquer corpo e sim nossas corpas e os corpos feminizados, usados até a última que possamos arrebatá-las. É usada na comercialização do último que possa oferecer sua carne, seu cadáver, seus rostos.

Alvarado (2014, p.215-2016) ainda diz que:

Nossas corpas, mesmo depois da morte, mesma na impossibilidade que impossibilita a (re)produção, produzem para o outro. A corpa que o olhar olha não é seu corpo, são os restos embolsados pelo poder masculino que expõe sua potência – que não é potência sexual, não é prazer na reiteração da violação, é gozo do poder na crueldade pela crueldade. A espetacularização da banalidade que o ato desata dá conta da inescapabilidade da matriz heterossexual como fundamento de todas as formas relação de dominação (ALVARADO, 2015, p.215-216).

O enfrentamento ao sistema capitalista é algo necessário, pois só o enfrentando que podemos desconstruí-lo. Nesta perspectiva entendemos que a teórica Alvarado(2015) nos apresenta uma pedagogia, a qual ela denomina de pedagogia desobediente, como sendo uma necessidade e estratégia pedagógica de enfrentamento ao capitalismo.

Alvarado (2015, p.222) esclarece que:

Uma pedagogia desobediente descoloniza o saber começa antes, por des-fazer escolas, quero dizer, instituições modernas ocidentais – o matrimônio, a família, a heterossexualidade não-voluntária, gravidez obrigatória, a amamentação materna; uma pedagogia desobediente interfere no gênero, quero dizer (de)genera a potência erótica da produção de conhecimento; problematiza a força heteronormativa; erode práticas institucionalizadas com intervenções decoloniais que parodiam a mímise da (re)produção; talvez aí esteja a diferença como dissidência. (ALVARADO, 2015, p.222)

Acreditamos que as mulheres do MAB, são corpas que constroem uma pedagogia desobediente através das *arpilleras*, e que a partir delas ressignificam seus espaços, e seguem avançando no processo de fortalecimento das mulheres atingidas, para que seja mantido o processo de organização e fortalecimento das mulheres do MAB, a partir das estratégias de luta conjuntas, considerando sua pluridiversidade em uma prática de(s)colonial.

### 3 METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender como a técnica de bordado chilena *arpilleras* se constrói o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens para a documentação, denúncia, de forma participativa e abrangente os enfrentamentos das principais violações dos direitos humanos das mulheres atingidas, durante os processos de planejamento, construção e operação de barragens no Nordeste do Brasil, iremos utilizar a metodologia feminista, apresentada pela teórica Marta Castañeda (2008).

Para tanto, a autora Marta Castañeda (2008) nos apresenta alguns caminhos teóricos que nos mostram uma realidade pautada na realidade feminista, pois se faz necessário falarmos de uma metodologia feminista, a partir de uma perspectiva construída que contrapõe a perspectiva androcentrista colonial da ciência e assim construirmos novos caminhos teóricos e metodológicos, para desconstruir os preconceitos de gênero em metodologias convencionais que sustentam a desigualdade entre os sexos, e excluem as mulheres.

Entendemos que trabalhar esta metodologia com a interface das mulheres *arpilleristas*, é muito relevante, pois estas mulheres partem de uma perspectiva social, política e histórica para reinventar sua forma de ver o mundo, dialogando sobre suas violações e reinventando formas de denúncia a partir de um olhar de(s)colonial.

Porém, não basta apenas dialogar sobre epistemologias feministas, é necessário que mulheres intelectuais feministas falem sem interlocutores, pois o lugar dessa fala traz uma representatividade importante para romper paradigmas científicos, estabelecidos pelo silenciamento de mulheres que se propuseram dialogar sobre temáticas, pois como relata Castañeda (2008), o método de investigação feminista e a teoria feminista possui uma relação mútua.

Esta relação é intrínseca e constituída através da teoria feminista, pois a mesma é um vasto campo de elaboração conceitual, com o objetivo fundamental de analisar exaustivamente as condições opressão das mulheres, se baseando nas desigualdades impostas pelas sociedades patriarcais, que foram constituídas através das relações de gênero.

Por este motivo, as teorias feministas percorrem diversas áreas de conhecimento como o campo científico amplo contemplando aspectos sociais, culturais e políticos, unidos para que de forma plural, as intelectuais feministas possam explicar as transformações que possibilitaram a transformação de diferença sexual em desigualdade sexual.

Esta perspectiva, segue a linha dos processos históricos-sociais das sociedades patriarcais, que contribuem para compreensão da dominação, subordinação e opressão das

mulheres, porém o que precisamos entender é que estas concepções se deram através dos estudos iniciais de gênero, pois a mesma conseguiu explicar que o gênero é uma construção social, cultural, política e histórica dos sujeitos e que todas estas derivam do sexo.

Castañeda (2008), ainda afirma que o gênero é uma categoria relacional de diferenciação mútua, que foi além dela exclusivamente, para estabelecer a divisão da humanidade em categorias sociais exclusivas e excludentes.

Neste sentido, a abordagem que será utilizada nesta pesquisa é a abordagem qualitativa de acordo com o teórico John Creswell (2007, p. 207-237), pois entendemos que a mesma contribui com o método de investigação feminista apresentado inicialmente.

Creswell (2007, p.207), os métodos qualitativos mostram uma abordagem diferente da investigação acadêmica, do que aquela dos outros métodos, pois a investigação qualitativa utiliza diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Além disso, ainda na visão de Creswell (2007, p.207), na pesquisa qualitativa o/a pesquisador/a irá se basear em dados de texto e imagem, tendo passos singulares na análise de dados que se valem de diferentes estratégias de investigação.

O teórico Creswell (2007, p.211) afirma que o papel do pesquisador/a na pesquisa qualitativa é muito importante, pois se trata de uma pesquisa interpretativa, onde o investigador/a está envolvido/a em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes da pesquisa, o que introduz de acordo com o teórico uma série de questões estratégicas, éticas e pessoais ao processo de pesquisa qualitativa.

Neste sentido, Creswell (2007, p.211) afirma que quando o pesquisador/a considera as questões apresentadas acima, é identificado de forma explícita e reflexiva seus vieses, seus valores, origens pessoais, como gênero, história, cultura e status socioeconômico, o que levarão o pesquisador/a à moldar suas interpretações durante sua pesquisa.

Lage (2013, p. 50) ao escrever sobre a pesquisa qualitativa diz :

De fato, a pesquisa qualitativa tem um viés que leva o investigador ao encontro de subjetividades que não conseguem se esconder, como acontece no universo da pesquisa quantitativa. As subjetividades afloram fora das regras e condicionamentos prévios, no contato, no diálogo e no confronto da realidade. Entender essas subjetividades e delas extrair novas compreensões requer metodologias claras, que possam admitir a diversidade de discursos, sentidos e sentimentos inéditos dos sujeitos de pesquisa com seus lugares de atuação (LAGE, 2013, p. 50).

Nesta perspectiva, entendemos que a abordagem da pesquisa qualitativa se enquadre como a melhor alternativa para referida pesquisa, pois a mesma retrata o contexto das lutas sociais presente na sociedade capitalista.

Lage (2013, p. 47) diz as lutas sociais possuem trajetórias diversas, que produzem a partir de suas experiências de enfrentamento às desigualdades sociais, econômicas, educacionais, ambientais e políticas epistemologias próprias de análise e de intervenções, as quais são capazes de confrontar as principais problemáticas sociais e apresentar propostas de transformação para as condições sociais historicamente desiguais.

Neste sentido, sendo esta pesquisa localizada no campo das ciências humanas, é necessário que a metodologia de pesquisa escolhida rompa com a hegemonia imposta pelas metodologias tradicionais, considerando o que afirma Lage (2013, p. 50-51) que enfatiza a necessidade do diálogo com sujeitos, novos conhecimentos advindos de um processo epistemológico criativo, que possa dar conta do enorme potencial de aprendizagem que existe dentro do universo da pesquisa qualitativa.

### **3.1 Método de Pesquisa**

Através das reflexões teóricas de Boaventura de Sousa Santos (1983), compreendemos que o método mais adequado para a realização desta pesquisa, é o método caso alargado que foi desenvolvido pela antropologia cultural e social, se opondo a perspectiva da generalização positivista, pela quantidade e pela uniformização a generalização, pela qualidade e pela exemplaridade.

Santos (1983, p. 03-04) esclarece que o método caso alargado:

Em vez de fixar a quantidade de casos (observações) adequada, o método de caso alargado escolhe um caso ou número limitado de casos em que se condensam com particular incidência de vetores estruturais mais importantes das economias internacionais dos diferentes participantes das economias internacionais dos diferentes participantes numa dada prática social setorial. Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou mesmo de único. A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983, p. 03-04)

Nesta perspectiva, Santos (1983) afirma que o caso alargado nos convida a dar um salto na imaginação sociológica entre o mais detalhado e minucioso, o mais geral e indeterminado, vetando qualquer tipo de isolamento dos fatos objetivos em um sentido subjetivo ou intersubjetivo, desta forma para que haja subsídio teórico a esta metodologia, prefere os registros linguísticos que por muitas vezes, materializam-se nas economias interacionais nas regiões de significação.

Sobre o método caso alargado, Santos (1983, p.12) ainda esclarece que:

Como qualquer método, o caso alargado esta propicio a ter limitações, alertando que o seu uso indevido pode nos trazer riscos, como pontuado por ele, o risco do descritivismo, por este motivo é necessário ter cautela ao escolher o caso de aplicação do método e o outro risco apontado pelo o autor é a sobre teorização que o contrário do ponto levantado anteriormente, parte do pressuposto que por mais rico e complexo que seja, nunca contempla todas as questões teóricas levantadas pelas análises estruturais (SANTOS, 1983, p.12).

Desta forma, compreendemos a partir das lentes teóricas do autor que o método caso alargado, tende a privilegiar o uso de técnicas de observação participante, além de observação sistemática, entrevistas não estruturadas, entrevistas em profundidade e análise documental.

### 3.2 Delimitação e Local da Pesquisa

A nossa pesquisa será realizada voltada, para o trabalho organizativo que o MAB faz com as mulheres atingidas por barragens, através da técnica de bordado chilena *arpilleras*, considerando as singularidades que estas possuem e principalmente entendendo que as violações de direitos ocorridas nos territórios das barragens também possuem recorte de gênero.

Assim, neste campo epistemológico a pesquisa de campo proposta dar-se-á no Estado do Ceará, na região do Vale do Rio Jaguaribe, especificamente com as mulheres atingidas nos assentamentos de Jaguaretama e Jaguaribara, onde houve um intenso processo organizativo do MAB, utilizando a técnica das *arpilleras* e realizando encontro regionais e locais com as mulheres, onde queremos levantar dados empíricos para darmos continuidade a pesquisa proposta.

### 3.3 Fontes de Informação

O trabalho de coleta de dados será realizado em quatro grupos sociais. Desta forma os grupos escolhidos para se estabelecer um diálogo e/ou observação para fins desta pesquisa são:

Quadro 1 - Grupos sociais escolhidos

<b>ENTREVISTAS</b>	Mércia Vieira – Coordenadora do MAB Ceará
	Daiane Carlos Hohn – Coordenadora Nacional do MAB
	Esther Vital Garcia Conti – <i>Arpillerista</i> , investigadora, ativista dos Direitos Humanos, educadora popular e produtora cultural.

<b>FILME</b>	<i>Arpilleras: atingidas por barragens bordado a resistência.</i> <sup>15</sup>
<b>ARPILLERAS</b>	Acervo das <i>arpilleras</i> nacional do MAB.

### 3.4 Técnicas de Coletas

No que tange o processo de coleta de dados, primeiramente faremos uso de entrevistas não estruturadas, a qual nos possibilita alcançar as informações que consideramos relevantes para realização da nossa pesquisa, as quais poderão ser realizadas presencialmente ou remotamente, em detrimento a pandemia do COVID – 19.

Compreendemos que por meio da técnica de entrevistas o/a entrevistador/a “[...] tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.180). Também daremos destaques à escuta de relatos de experiência das mulheres durante a produção da técnica de bordado *arpilleras*, de maneira a se obter uma narrativa mais livre para perceber a potencialidade pedagógica e feminista da técnica *arpillera*, a partir do ponto de vista das mulheres atingidas por barragens do MAB – Ceará, além de dados documentais de encontros organizativos.

Entendemos ainda, que os encontros mesmos que virtuais, se for o caso, são muito importantes para que possamos entender as subjetividades que permeiam as vidas das mulheres *arpilleras*. Os encontros que de acordo com as lentes teóricas de Lage (2005, p.198) servem para observar, além das falas e dos silêncios, os espaços, os atores, as atividades, a atmosfera do ambiente, os comportamentos e os sentimentos.

### 3.5 Registros de Campo

Registrar as nossas vivências no campo de pesquisa é primordial para que possamos documentar as nossas vivências, de modo que o registro possa endossar de forma clara e objetiva as experiências vivenciadas durante a pesquisa.

Porém, só estaremos utilizando realizando visitas nos acampamentos do MAB Ceará, se houver condições sanitárias, desta forma, para registrar as nossas atividades no campo de pesquisa, estaremos utilizando o diário de campo.

Neste sentido, Allene Lage (2005, p. 452) define que:

<sup>15</sup> Link para filme *Arpilleras: atingidas por barragens bordado a resistência*: <https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU>

O diário de campo é um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo. É ainda, um instrumento de trabalho diário, literalmente diário, e por isso mesmo um incansável e por vezes saturante trabalho, que exige disciplina, mas que proporciona ao próprio pesquisador(a) uma grande satisfação à medida que vai sendo construído e redescoberto a cada consulta que se faz dos passos dados. Tal como um álbum de fotografias, que nos leva ao reencontro das descobertas cotidianas (LAGE, 2005, p. 452).

Compreendemos assim, que o diário de campo nos possibilita visitar as vivências no campo de pesquisa, sistematizar os dados colhidos, refletir sobre cada momento vivido, inspiração na escrita, além de possibilitar o alargamento dos horizontes de nossa pesquisa.

### 3.6 Análise e Sistematização de Dados

Para a análise dos dados, serão utilizadas a Técnica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) e as Narrativas Autobiográficas (BOLIVAR e DOMINGO, 2006) que foram as metodologias escolhidas para o tratamento dos dados coletados.

Para Bardin (2016, p.15) a aplicabilidade coerente dessa técnica pressupõe o desenvolvimento de três fases, que são: a pré-análise; a exploração do material; e, por fim, o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

De acordo com a Bardin (2016, p.15-16) o respectivo método consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados, oscilando entre os fatos da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Seguindo este fluxo, as narrativas autobiográficas vêm adquirindo uma identidade própria, através do desenvolvimento e variantes metodológicos encontrados na América Latina.

Nesta perspectiva, os autores Bolívar e Domingo (2006, sp) afirmam:

As narrativas autobiográficas vêm com o objetivo de trazer novos gêneros biográficos e narrativos, para representar a experiência vivida socialmente, mostrando dimensões reais da vida pessoal e política, que até então eram distantes de formas políticas tradicionais. Narrativa é um gênero relevante para representar e dialogar com a vida cotidiana em contextos especializados. História de vida e investigação narrativa, pois, configuram um campo próprio de investigação, que a cada dia tem maior relevância e tem se potencializado pela insatisfação das narrativas pós-moderna e as reivindicações das perspectivas pessoais das ciências sociais. (BOLIVAR e DOMINGO, 2006, sp – Tradução Livre)

Portanto, aos escolhermos narrativas autobiográficas para compor as análises dos dados obtidos no campo de pesquisa, entendemos que para além da investigação a partir do uso desta metodologia, podemos construir pontes transversais multidisciplinares, entre as ciências sociais e as histórias contadas através da técnica de bordado *arpilleras*.

Bolivar e Domingo (2006, sp) ainda ressaltam, que as narrativas autobiográficas potencializam a palavra dos sujeitos, com força, pois partem de suas experiências, memória e identidade, se tornando uma ferramenta potente que entra em no mundo das identidades, dos significados, dos saberes práticos do cotidiano que estão presentes em processos de interrelação, identificação e reconstrução pessoal, cultural e política.

A profundidade do trabalho de campo, revelou aspectos muito importantes sobre a técnica *arpilleras*, que não estavam no foco desta pesquisa, mas que trouxeram um conhecimento aprofundado sobre a referida técnica e sobre as mulheres *arpilleristas*.

Inicialmente, buscamos nos aprofundar em seis aspectos, expressos através de nossos objetivos específicos, porém com a pesquisa de campo, colhemos quatro vezes mais esta quantidade de informação.

Desta forma, a potência de informações colhidas será analisadas após a conclusão desta dissertação.

## 4 CASO EMPÍRICO: AS MULHERES *ARPILLERISTAS* DO MAB

Neste capítulo estaremos contando a história das mulheres *arpilleristas* e da técnica de bordado *arpilleras* ao redor do mundo.

Iremos percorrer a história de vários povos, para mostrar a sua cultura descrita através do bordado, e mostrando a forte influência ancestral que os têxteis tiveram para que o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, utilizasse esta técnica como o instrumento de organização das mulheres atingidas em todo Brasil.

### 4.1 Antecedentes teóricos da técnica das *Arpilleras* pelo mundo: onde nasceu e como se construiu.

[...] E a batalha apenas começou. Há muitas perdas. Mas me diga quem ganhou? Trincheiras cavadas dentro dos nossos corações. E mães, crianças, irmãos, irmãs separadas. (U2, 1983).

Durante o processo de pesquisa de campo proposto em nossa dissertação, emergimos em um contexto histórico, social, político e cultural, além do território Latino Americano, cruzamos o Atlântico e chegamos a Irlanda do Norte.

Seguindo o fluxo de nossas entrevistas com as mulheres que compõem a coordenação do MAB, descobrimos caminhos históricos, construídos pelas vidas de outras mulheres que ao longo do tempo, foram tecendo e traduzindo as suas experiências, através das telas bordadas das suas *arpilleras*.

De uma forma sinérgica, conversamos com a *arpillerista*, investigadora, ativista dos Direitos Humanos, educadora popular e produtora cultural Esther Vital Garcia Conti, natural da Espanha, que realizou uma pesquisa de mestrado em 2008, intitulada “The Quilt Project” y “The Art of Survival Exhibition - Un ejemplo de cómo utilizar el arte para construir espacios para el encuentro em sociedades divididas”,<sup>16</sup> na Universidade de Duesto (Bizkaia, Espanha) no Instituto de Direitos Humanos Pedro Arrupe.

Em nossa entrevista Esther Vital Garcia Conti, compartilhou um pouco sobre sua vida e como nasceu a inquietação de ser pesquisadora, fazendo com que seus esforços acadêmicos corroborassem para que a sua própria vida fosse transformada a partir de seus estudos e as descobertas que eles trouxeram, além das fronteiras europeias.

<sup>16</sup> Link para dissertação “The Quilt Project” y “The Art of Survival Exhibition - Un ejemplo de cómo utilizar el arte para construir espacios para el encuentro em sociedades divididas”: [https://drive.google.com/file/d/1y8qVv-jssGiva63CRumH4FWzlnXGqo\\_f/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1y8qVv-jssGiva63CRumH4FWzlnXGqo_f/view?usp=sharing)

A narrativa de Esther, foi muito importante para descobrirmos o trajeto histórico das *arpilleras*, que expandiu a nossa perspectiva histórica, trazendo outros elementos cruciais, para que pudéssemos compreender ainda mais sobre esta técnica de bordado.

Em sua pesquisa, Conti (2008, p. 41) no subtítulo 3.1.1 intitulado, “*El contexto: El conflicto de Irlanda/Irlanda del Norte*” relata que os conflitos irlandeses remontam a invasão da Irlanda pelos Anglo – Romanos<sup>17</sup>. Estes conflitos se arrastaram por muitos anos, com os grupos armados irlandeses, incluindo o exército republicano irlandês – IRA (sigla em inglês) e forças britânicas, fazendo com a Irlanda chegasse a sua independência em 1921.

Entretanto, seis condados do norte da ilha (Armagh , Cavan , Fermanagh , Tyrone , Tyrconnell e Londonderry) ficaram sobre domínio da Grã – Bretanha, onde haviam muitas pessoas que aderiam a religião protestante, que já era predominante desde da promulgação das leis vigentes nos assentamentos britânicos, conhecidas como Plantação de Ulster<sup>18</sup> desde de 1609, se tratava de terras que foram repovoadas pelos protestantes ingleses e escoceses.

No ano de 1968 houve uma revolta popular, por parte da população católica que defendia seus direitos civis, os quais, segundo eles, não estavam sendo assegurados pelo governo da Irlanda do Norte, que só na perspectiva dos católicos o governo só estava privilegiando os protestantes lhes dando autonomia.

Neste cenário, os católicos encontravam muita resistência por parte da polícia e das forças armadas britânicas, o que gerou um conflito aberto, que se estendeu por mais de 30 anos. Esses conflitos que começaram em 1986, ganharam ainda mais força em 1970, quando o grupo IRA reapareceu com outros grupo paramilitares, fazendo com que iniciasse a era dos *troubles*<sup>19</sup> como foi chamada pelos irlandeses este período de conflitos.

Conti (2018, p. 41) nos esclarece uma perspectiva relevante sobre esses conflitos, de acordo com a autora

<sup>17</sup> Os anglo-normandos ( normando : *anglo-normandos* , inglês antigo : *Engel-norðmandisca* ) eram a classe dominante medieval na Inglaterra, composta principalmente por uma combinação de etnias anglo-saxões , normandos , bretões , flamengos , gascões e franceses.

<sup>18</sup> A Plantação de Ulster ( Irish : *Plandáil Uladh* ; Ulster-Scots : *Plantin o Ulster* ) foi o organizado colonização ( *plantação* ) do Ulster - uma província da Irlanda - por pessoas de Grã-Bretanha durante o reinado do Rei James I . A maioria dos colonos (ou *plantadores* ) veio do sul da Escócia e do norte da Inglaterra, e tinha uma cultura diferente da irlandesa nativa. Pequenas plantações privadas de proprietários de terras ricos começaram em 1606, enquanto a plantaçao oficial começou em 1609. A maior parte das terras colonizadas foi confiscada dos chefes gaélicos nativos , vários dos quais fugiram da Irlanda para a Europa continental em 1607 após os Nove Guerra de anos contra o domínio inglês. A plantaçao oficial compreendia cerca de meio milhão de acres (2.000 km<sup>2</sup>) de terra arável nos condados de Armagh , Cavan , Fermanagh , Tyrone , Tyrconnell e Londonderry .As terras nos condados de Antrim , Down e Monaghan foram colonizadas de forma privada com o apoio do rei.

<sup>19</sup> Palavra inglesa que significa problemas.

Apesar destes conflitos terem dimensões religiosas e civis, se tratava muito mais de um conflito de identidade. Basicamente se configurava desta forma, de um lado estava os Republicanos e Nacionalistas, onde os republicanos defendiam que a violência seria a única forma correta para conseguir seus objetivos, enquanto que os nacionalistas acreditavam, que o único caminho seria a democracia. O fato é que os republicanos e os nacionalistas, se sentiam minoria na Irlanda do Norte, então buscaram união com a República da Irlanda. Porém na República da Irlanda já existiam dois grupos, os Lealistas e os Unionistas, que seguiam a mesma perspectiva dos grupos da Irlanda do Norte, os Lealistas defendiam a violência com única via de conquista e os Unionistas acreditam na democracia. Este cenário que descreve a crise de identidade que existia nos territórios da Irlanda do Norte e da República da Irlanda, pois os integrantes destes grupos, não se reconheciam como cidadãos irlandeses e queriam fazer parte do Reino Unido (CONTI, 2019, p. 41/42 – Tradução livre).

Os conflitos armados foram marcados por muita violência nas cidades e vilas, trazendo um forte impacto a população, chegando a ser contabilizado, de acordo com Conti (2018, p. 42) mais de 3.600 mortes e ao menos 40.000 feridos.

Os impactos contabilizados pelos conflitos, não refletem a totalidade dos danos causados aos irlandeses, pois aquela população ficou marcada com traumas gerados pelos conflitos e este dado, além de outras marcas profundas deixadas nos territórios, são incalculáveis.

Sobre este ponto específico, Conti (2018, p. 42) nos traz uma perspectiva importante, segundo a autora:

Não se trata apenas de um grupo de pessoas que foram atingidos direta ou indiretamente por estes conflitos, se trata de toda uma geração, pois estamos falando de mais de 30 anos de conflitos, onde durante este período, as pessoas não tinham outra realidade ao não ser a guerra, o que impactou a forma de pensar dos irlandeses e isso é muito difícil de mudar (CONTI, 2008, p. 42 – Tradução livre).

Apenas em 1985, foi dado o início ao processo de paz, através do acordo Anglo – Irlandês que formalizou a influência da Irlanda sobre a Irlanda do Norte, o que culminou o Acordo de Belfast. Se tratou de um acordo político, mas que abriu finalmente a porta o processo de mudança, que deveria ocorrer nos territórios dos conflitos, possibilitando a transformação das relações de ódio e divisão entre as comunidades irlandesas.

Mesmo com o acordo de Belfast, não se pode invisibilizar as consequências que os 30 anos de conflitos trouxeram, pois não há como se apagar o passado e os irlandeses continua sendo católico e protestantes, onde os cidadãos católicos continuam acusando os cidadãos protestantes de iniciar os conflitos, tanto de forma direta através de acusações, quanto por seus símbolos, mitos e histórias que são contadas que passam de geração em geração como um legado, deixando vivas as feridas geradas pelos conflitos.

Conti (2008, p. 43) ainda considera que essa constante tensão entre católicos e protestantes, fazem com que ambos se reconheçam como vítimas, além de considerarem suas convicções suficientes justificarem suas ações criminosas. Percebemos que é um ciclo de violência, fazendo com que a paz duradora não seja alcançada nos territórios, o que só acontecerá quando o ciclo da violência for quebrado.

A autora (idem, 2008, p.43) acredita que só será possível quando a raiz do conflito for abordada de forma clara e objetiva, para que posteriormente sejam construídas estratégias para reconstruir o tecido social, considerando as vulnerabilidades e subjetividades dos territórios e dos sujeitos implicados no processo, sem desconsiderar o passado, mas construindo caminhos que costurem um futuro de paz.

A paz não é algo simples de ser construído, pois implica em vários fatores que precisam ser considerados, ainda mais em contexto como o irlandês, pois se trata de uma realidade que engloba várias vozes, práticas e formas de pensar, que precisam estar voltadas para a tentativa de reconciliação.

Conti (2018, p. 44) relata algumas pesquisas que foram feitas, sobre a perspectiva da reconciliação. Inicialmente a autora traz uma pesquisa que foi feita por Kelly e Hamber (2005), a qual mostrou que a maioria das pessoas que eram questionadas sobre a ideia de reconciliação, apontava para si ao descrever seu trabalho ou suas opiniões sobre a construção da paz, outros ligavam a ideia de reconciliação mencionavam as relações comunitárias.

Outra pesquisa mencionada foi a de Hall (2007), é mencionado que apesar de várias críticas ao termo e à tarefa de reconciliação, as pessoas que participaram da pesquisa, questionam se a reconciliação é um objetivo desejável, e desconfiam de sua retórica, suspeitando que ela esconde objetivos disfarçados, parece que a ideia não pode ser abandonada por completo.

Norman (2003) seguindo esse direcionamento, aponta o medo, a indiferença e o ressentimento como os três maiores obstáculos que a verdadeira reconciliação deve enfrentar, mas Conti (2018, p.44) nos traz uma perspectiva muito relevante, a qual foi levantada por McEvoy (2006), onde o autor defende a aposta numa mudança no sistema educativo que promova uma aproximação entre as comunidades.

No entanto, Conti (2008 apud Hall 2007 e Kelly e Hamber 2005) destacam que a reconciliação entre as comunidades é necessária, e que qualquer esforço nesse sentido deve estar nas mãos das comunidades envolvidas e não deve, em nenhum momento, ser imposto de fora.

A tentativa de reconciliação destas comunidades, se torna ainda mais complexa, se olharmos o cenário na sua totalidade, é como se católicos e protestantes tivessem erguido em volta de suas comunidades, “muros” de proteção para que não houvesse nenhum tipo de convivência entre si.

Neste sentido, Conti (2008, p.45) descreve que coisas simples como linguagem, esportes são interpretados como atos políticos, o que serviria para manutenção das regras, normas e socialização entre as comunidades, sendo necessário a construção de alternativas viáveis de enfraquecimento gradual desses “muros”.

Nos parece que a (re)construção gradual das relações entre as comunidades afetadas, pelos conflitos irlandeses e a construção de novas relações comunitárias, baseadas em valores como honestidade, respeito, tolerância religiosa e confiança, são a base de sustentação de um acordo político, considerando o acordo de Belfast, afim de considerar as necessidades de ambas as comunidades independente se seu segmento religioso.

#### *4.1.1 A arte como um instrumento para (re)construção do tecido social*

O território sem vida é meramente um espaço físico recortado geograficamente para delimitar algo, mas as ações existentes nele remetem à territorialidade (SANTOS,2007).

Para iniciarmos este subtópico, gostaríamos de fazer uma reflexão sobre o termo utilizado pela autora Conti (2008), o tecido social. Compreendemos que para entendermos este termo, precisaremos de outros conceitos que nos ajudaram a traduzir o significado do tecido social. Entender a amplitude deste conceito, significa ir além do território irlandês, é necessário compreendermos de forma crítica, os conceitos de território e territorialidade.

Inicialmente, queremos trazer o conceito de território abordado por alguns teóricos, que nos ajudaram a entendê-lo, além de possibilitar a construção do significado do tecido social.

Manuel Correia de Andrade (1998, p.213) diz,

Em ciências sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos como Frederico Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e por Eliseé Reclus, que procurava estabelecer as relações, entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado (ANDRADE, 1998, p.213).

Quando Andrade (1998, p.213) aponta que através da perspectiva das ciências sociais, existe a relação direta entre classes sociais, espaço ocupado e dominado, nos leva a compreender que o conceito de território em uma perspectiva crítica, precisa ser amplamente discutido e (re)visitado constantemente, por questões políticas, econômicas e culturais entre outras.

Ressaltamos que território, não está desvinculado a sua epistemologia, o que segundo Denilson da Silva Ferreira (2014, p.113) <sup>20</sup>seria a posse da terra, mas passa a ser concebido através da sua carga cultural, ou seja, diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto em um sentido mais simbólico de apropriação, este que liga o espaço apropriado por um grupo social, podendo passar a não ser mais compreendido sem o seu território, baseando na sua história, cultura e sustentação.

Ferreira (2014, p. 113 apud HAESBART, 2004) ainda diz que existem quatro vertentes básicas, o território natural, o território econômico e território cultural ou simbólico cultural, ou seja, o território se constrói e reflete a identidade das pessoas, que produzem relações sociais a partir do espaço vivido.

Outra perspectiva que iremos abordar, é o conceito de território construído por Milton Santos e trazido por Maria Adélia de Souza (2005, p.253), a qual traz o território, como uma categoria essencial para elaboração do futuro.

Na perspectiva de futuro, a autora (idem 2005, p.253) ressalta que nesta concepção, o território se dá pela dinâmica dos lugares, onde através das lentes teóricas de Milton Santos, lugares são propostos como espaços do acontecer solidário, onde valores de múltiplas naturezas se encontram como: valores culturais, antropológicos, econômicos, sociais e financeiros, citando alguns, que juntos possibilitam a existência de solidariedades coexistenciais, que constroem o espaço geográfico.

Neste sentido, Souza (2005, p.255) enfatiza que território faz parte do espaço geográfico, porém que alarga o sentido literal do geográfico, pois o território são formas, objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Compreendemos assim que o território, é movimento, fluidez, não se trata de algo estático, nem se limita aos limites delineados pelos seus habitantes que possivelmente foram construídos ao longo do tempo, é algo que transforma e pode ser transformado através de fatores como o tempo, a economia, religião, meio ambiente, conflitos e outros.

A autora (idem 2005, p.256) nos convida a irmos além da categoria território dizendo que, a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje com novos recortes, além da velha categoria região, o que é o resultado da nova construção do espaço e do novo financiamento do território. (SOUZA, 2005, p.256)

Desta forma, compreendemos que existe a necessidade do conhecimento sistemático da realidade de cada território, mediante o tratamento analítico de seus aspectos fundamentais, os

---

<sup>20</sup> Link do texto Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica, disponível em: <  
<https://drive.google.com/file/d/1u2mTZx35yRep2p-ZWcVVcmfyQyFfCVPu/view?usp=sharing>>

quais nos levaram a entender a categoria território, através das realidades construídas em cada momento histórico, considerando as singularidades específicas em cada sociedade, através dos acontecimentos sociais, políticos, religiosos e econômicos, pois cada um pode afetar de forma direta e permanente cada território.

A segunda categoria que iremos abordar é a territorialidade. Andrade (1998, p. 214) define que a territorialidade se constitui a partir da formação de um território, pelas pessoas que nele habitam e a consciência de sua participação, e juntos de forma subjetiva, criam uma consciência de confraternização entre si.

O autor (idem, 1998) admite que a expressão da territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território, e está sujeita à gestão do mesmo, como ao mesmo tempo, está dentro de um processo subjetivo de conscientização da população em fazer parte de um território, ou seja, de integrar o território.

Em uma perspectiva crítica, Ferreira (2014 apud SPOSITO, 2009, p.11) afirma que territorialidade designa a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano. Mas entendemos que a dimensão deste conceito é algo complexo, pois o mesmo está interligado a outros conceitos como espaço, território, poder, lugar e outros, que estão unidos por um elo teórico, complexo e dinâmico.

Trazendo-nos uma abordagem antropológica, Ferreira (2014, apud LITTLE, 2002) nos diz que a territorialidade pode ser entendida como um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e identificar uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território.

O geógrafo suíço Claude Raffestin (1993) em sua obra *por uma geografia do poder*, define o conceito de territorialidade, a partir da influência do filósofo Michel Foucault, pela abordagem que Foucault traz sobre poder.

Sobre territorialidade Raffestin (1993, p.158/160) considera que:

[...] de acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

E ainda afirma que, a territorialidade pode ser definida com um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. (RAFFESTIN, 1993, p.160)

Quando refletirmos sobre a perspectiva trazida pelo autor (idem, 1993), compreendemos que existe um entrelaçamento entre as categorias território e territorialidade, onde a partir desta

compreensão, o território ganha identidade, que é tecida nas coletividades que vivem nele e ele próprio produz, através de processos dinâmicos, flexíveis e contraditórios, tornando-os dialéticos.

Acrescentando a perspectiva de Raffestin (1993), o geógrafo Marco Aurélio Saquet (2010), considera que a territorialidade traduz o conjunto daquilo que se vive cotidianamente, como as relações com o trabalho, com o não trabalho, com a família etc. Ou seja, ela é multidimensional.

Como bem nos fala Ferreira (2014 apud HAESBAERT 2007, p. 22):

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Ferreira, 2014, p.117 apud HAESBAERT 2007, p. 22).

A territorialidade nos leva a enxergar a interação que o homem tem como o tempo e que é mediatizada pelo espaço, refletindo sua face social, a face vivida do território, onde as relações de poder convergem, pois é no campo da territorialidade que se desenrola as relações diárias que as pessoas efetivam.

É como se no chão dos territórios, a territorialidade fosse o fio que tecesse uma imensa e complexa trama, interligando as relações e conflitos gerados na família, no trabalho, na comunidade, nas igrejas, escolas etc., onde sem estas relações os territórios são apenas espaços, ocupados, porém sem identidade, sem pertencimento.

Por isso que Saquet (2010, p. 129) afirma:

[...] a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território. De cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupo sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2010, p. 129).

Quando Conti (2008) traz o conceito de tecido social, podemos compreender que se trata da junção dos conceitos de território e territorialidade, pois o ambos revelam a natureza identitária de um espaço geográfico, que ganhou vida através das pessoas e as subjetividades que as constroem.

Os mais de 30 anos de conflitos no território irlandês, provocou a ruptura desse tecido social, como consequência a territorialidade dos territórios marcados pela guerra sofreram, pois, as consequências que tantos anos de conflitos trazem são irreversíveis. Mas podem ser minimizadas e possivelmente transformadas através de esforços coletivos que estabeleçam a reconciliação, de forma voluntária, espontânea, construtiva e evolutiva.

A (re)construção do tecido social, portanto, é também a possibilidade de construir coletivamente uma nova territorialidade para os territórios marcados pelos conflitos, possibilitando a construção de um novo território, além da perspectiva geográfica, buscando nas experiências do passado, as linhas que irão costurar um tecido social que irá construir o futuro, onde haja a paz, diálogo, solidariedade, respeito e tolerância.

Acreditamos na perspectiva da interligação entre território e territorialidade, para a (re) construção do tecido social, pois nas palavras de Milton Santos (2007) a territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos. Onde o espaço geográfico delimitado é simbólico e fala bem mais que muitas teorias, pois ele carrega consigo vivências.

Trata-se da (re)construção das relações intercomunitárias, como já mencionamos anteriormente, no subtópico 4.1. Seguindo este direcionamento, Conti (2008, p.26 apud BLOMFIELD, 2006, p. 13) considera que os processos de construção de relações intercomunitárias, são caracterizadas por serem longas, amplas e profundas, cujos instrumentos constituintes seriam, justiça, a verdade, a cura e a reparação.

Portanto para que este processo descrito pelos autores seja materializado, é necessário que haja iniciativas que proporcionem este fluxo, se tornando as linhas que irão recosturar o tecido social que foi rasgado de forma tão violenta pela guerra.

Como instrumento de (re)construção do tecido social, Conti (2008) nos traz a arte, como ferramenta de reconciliação das relações humanas e de outras conexões invisíveis que foram destruídas pelos conflitos armados. Para tal, a autora nos traz através da psicologia, alguns conceitos, os quais precisaremos compreender, para entendermos porque Conti (2008) escolheu a arte.

Abordando a perspectiva da reconciliação, Conti (2008, apud SMITH, 2004, p. 42) nos diz que ela está em terceiro lugar quando se trata da ajuda internacional, ficando atrás do desenvolvimento político e da assistência econômica, além de estar à frente de questões importantes como a segurança.

Considera-se que a reconciliação é considerada algo politicamente correto, mas de acordo com os autores idem (apud SMITH, 2004, p. 42) apesar de sua importância e de ser amplamente reconhecida, não existe definição exata sobre o termo, fazendo com que questões como: quais aspectos estão relacionadas a reconciliação? ou quais não estão? quais iniciativas estão relacionadas? como funciona? quais funciona? qual seu propósito? sejam lacunas em meio a resultados obtidos através das iniciativas de reconciliação.

Conti (2008) também explica que as poucas abordagens e conceituações que existem sobre reconciliação, são provenientes de estruturas religiosas particulares, outras de processos pessoais e interpessoais, ficando inviáveis a aplicação destas definições e abordagens em processos políticos e sociais, além de sua aplicação em processos intergrupais serem pouco exploradas, o que dificulta prever os resultados a serem esperados.

Na perspectiva da resolução de conflitos, Conti (2008, apud LADERCH, 2002) explica que em âmbito geral, se tem optado pela tecnificação da reconciliação, buscando elaborar receitas estratégicas, planos concretos, guias e boas práticas, que possam ser universalmente aplicáveis, porém de acordo com cada contexto que será aplicado.

A dimensão modernizadora da reconciliação precisa ser analisada com cautela, pois segundo os autores Conti (2008, apud LADERCH, 2002) seria algo indesejável e pouco confiável. Os autores dizem que a prática da reconciliação não pode ser aplicada como uma receita, pois a mesma busca a transformação, seja de um território ou de uma comunidade, etc. ou seja, se trata de um processo de descoberta, indutivo e subjetivo.

Abordando a perspectiva da arte, Conti (2008) traz o conceito da parte, a partir do psicólogo Lev Semionovitch Vygotski (1996), propondo a partir da sua perspectiva de psicologia cultural – histórica, diz que a arte pode ser entendida como um instrumento psicológico ou uma ferramenta que pode administrar o sistema simbólico que irá representar a realidade.

Sobre a realidade, o autor (idem, 1996) descreve que é culturalmente definida ou (re)definida, para que haja a evolução do processo criativo, que engloba perspectivas sociais ou expressões sociais, a partir de objetos, representações, regras impostas por sociedades, imagens que carregam as informações, entre outras.

Segundo Vygotski (1996) as imagens são muito poderosas, sendo chamadas pelo autor de experiências históricas, o que de uma forma objetiva seriam equivalentes ao genoma humano, porém ao invés de serem carregadas de informações biológicas, são carregadas de informações sociais adquiridas inicialmente em grupo e posteriormente refletidas na individualidade de cada sujeito.

Outro conceito muito importante, que Conti (2008, p. 18) nos traz é a criatividade, abordando esta perspectiva através do psicólogo croata Mihaly Csikszentmihalyi (1999). De acordo com o autor, criatividade ou ato criativo é o resultado da interação de um sistema composto por três elementos.

De acordo com Conti (2008, p. 18, apud CSIKSZENTMIHALYI, 1999), os três elementos são: primeiro uma cultura que contém regras simbólicas, que ele chama de domínio,

segundo uma pessoa que traz novidade para o campo simbólico, que ele chama de pessoa e terceiro um campo de especialistas que reconhecem e validam a inovação, que ele chama de campo.

Assim, para que haja uma ideia criativa ou uma descoberta ocorra, de acordo com Csikszentmihalyi (1999), esses três subsistemas precisam coexistirem, ou seja, para mudar os sistemas simbólicos eles moldam o que uma dada cultura define como realidade.

As concepções de experiência histórica de uma cultura, são constituídas por um sistema de domínios que são inter-relacionados, pois dentro de cada cultura é comum que ao longo do tempo, cada domínio se constituía por elementos e regras simbólicas.

Conti (2008, p.18) afirma que neste direcionamento conceitual, para haver a introdução ou proposição da mudança de um domínio, precisamos considerar elementos simbólicos e das regras que o regem, pois, cada domínio exigirá um tipo diferente de ação, de acordo com suas particularidades.

Especificamente buscando refletir sobre conflitos, Conti (2008, p. 19) diz que os conflitos, sendo eles armados ou não, possuem dimensões culturais, materiais e relacionais.

Segundo Conti (2008, p.19):

Por um lado, o conflito transforma os padrões culturais de um grupo, sua experiência histórica, incluindo sua identidade como grupo e seus padrões de resposta ao conflito. Por outro lado, a experiência histórica de um grupo, seus padrões acumulados e compartilhados influenciam a forma como um grupo entende e responde ao conflito. A dimensão cultural do conflito é a menos visível, é aquela que forma o epicentro do conflito, onde sua energia é gerada. Essa dimensão cultural seria equivalente ao seu domínio (CONTI, 2008, p. 19).

No domínio do conflito, e das suas relações que são de natureza conflituosa, as suas ideias não são lógicas ou absolutas, pois se trata da tentativa de transformar atitudes, sentimentos, preconceitos, padrões de comportamento e isso não é algo subjetivo, não é uma ciência exata.

Além de todas essas questões mencionadas acima, é necessário considerar o tempo que estas perspectivas estão incluídas, de forma implícita nos territórios marcados pelos conflitos e como estes sujeitos que estão dentro destes territórios aceitam e reconhecem a necessidade das mudanças.

É importante também considerar que a arte sozinha não tem o poder de transformar conflitos, podendo até levar à promoção de comportamentos violentos, como uma forma de promover e persuadir objetos que eram capazes de promoção e manutenção de injustiças de repreensão de determinados grupos sociais.

Neste sentido, Conti (2008, p.20) diz que fica claro a necessidade de se analisar a dinâmica do conflito e como podemos usar a arte de forma estratégica e sistemática, criando processos que promoveram a mudança construtiva, afim de reduzir a violência, aumentar a justiça na interação direta nas estruturas sociais, respondendo aos problemas da vida cotidiana.

Unindo os conceitos reconciliação e arte, Conti (2008, p.26) utiliza a metáfora Latino Americana da rede, nos convidando a refletirmos a partir dela sobre a natureza do conflito. Na América Latina, alguns sujeitos usam a palavra *enredo* para se referir ao conflito.

Segundo a autora idem (2008, p.27) nós podemos imaginar o padrão das relações humanas, considerando as conexões invisíveis, que são um dos elos de ligação entre as pessoas, fazendo com que elas se unam e façam as coisas acontecerem como uma verdadeira rede de pescaria.

Nesta perspectiva, os conflitos e violência fazem com que esta rede se rompa e para que ela volte a ser utilizada, seria necessário recostura-la. Este processo de reconstrução, requer movimentos cautelosos e delicados, refazendo esta rede e fazendo com que ela volte a cumprir sua função.

Explicando como esta metáfora, nos ajudará a compreender a (re)costurar o tecido social, Conti (2008, p. 27) nos diz:

Depois dos conflitos, temos que reconstruir o tecido social, temos que abordar essas conexões invisíveis que foram danificadas, temos que abordar o epicentro do conflito. Isso implica compreender as percepções, entendimentos e interpretações do propósito e significado que as pessoas envolvidas têm sobre suas relações, temos que explorar como essa relação foi construída e como ela pode ser reconstruída. Nesse sentido, um dos desafios da reconciliação é fazer com que as pessoas se engajem ativamente no processo de mudança, redefinindo as percepções, entendimentos e interpretações que regem suas relações (CONTI, 2008, p. 27).

Entendemos que não basta apenas cessar os conflitos, por si só a não existência de conflitos não são o bastante para recosturar o tecido social, é preciso que haja iniciativas que farão com as pessoas entendam a necessidade da reconciliação, que transformarão a sua realidade, olhando para um futuro em que haja paz em seu território e possibilitando a construção de uma nova territorialidade.

#### 4.1.2 A história dos têxteis pelo mundo: descobrindo a origem das *arpilleras*

“Milhares de mulheres caminharam literalmente, suas mensagens pelas ruas” (MATZKUHN, 2006).

Neste subtópico contaremos um pouco da história dos têxteis ao redor do mundo, que são a origem das *arpilleras*. O nosso ponto de partida, se dará através das relações intercomunitárias e de tratamento do passado que foram realizadas na Irlanda do Norte, nas cidades de Derry/Londonderry.

Conti (2008, p.64) descreve que todas as iniciativas foram destinadas à população em geral, pois se considerou que os conflitos ocorridos na Irlanda do Norte, de alguma forma, atingiram todos os irlandeses, fazendo com que eles sofressem, então seria necessário que um dos principais objetivos do seu projeto, “*The Quilt Project*” y “*The Art of Survival Exhibition*” seria justamente reconhecer o sofrimento de todos.

Em seu projeto, Conti (2008, p. 64-65) propõe ir além da categorização das vítimas, com base no fato de que a vitimização pode ter consequências negativas em relação à identidade individual e comunitária. Portanto, a autora busca, revendo a história da utilização dos têxteis para fins que vão para além da perspectiva ornamental, situar o projeto, utilizando os têxteis como veículos de expressão, em um quadro histórico global.

Seguindo uma perspectiva histórica, o trabalho têxtil é conhecido como atividade destinada a mulheres, exercendo uma função decorativa, porém ao longo do desenvolvimento social e do trabalho, a função têxtil como algo decorativo foi superada obtendo uma função comunicativa.

Conti (2008, apud MATZKUHN, 2006) explica que os têxteis serviram para contar a história de muitas sociedades, e durante mais de 100 anos, acompanharam as mudanças sociais, enfrentando questões de natureza política, servindo para registrar conflitos violentos, pobreza e até traumas.

Exemplificando a história dos têxteis, Conti (2008, p.65) explica o mito grego da Filomena, de acordo com a autora a história conta que Filomena foi estuprada por seu cunhado, que ainda cortou sua língua e a trancou. Porém, ela conseguiu fazer que sua irmã soubesse o que aconteceu através de seu tear, o qual utilizou para bordar, não só com uma forma de protesto e sim de aviso (CONTI, 2008, p.65).

Embora a história da Filomena seja um mito, nós podemos entender a contextualização do tear, utilizado como um instrumento de bordado que se tornou uma ferramenta de denúncia e aviso da violência que estava sofrendo, o que se tornou um símbolo de resistência feminista como veremos posteriormente.

No sul dos Estados Unidos, também foi encontrado registros de escravos que usavam os têxteis como uma forma limitada de comunicação, porém era dirigido a um grupo ou pessoa específica. Neste caso, Conti (2008, p. 65 apud MATZKUHN, 2006) nos explica que as

mensagens enviadas pelos escravos eram complicadas, pois se tratavam de planejamento de fugas, caminhos que deveriam seguir ou possíveis refúgios.

No caso dos teares foram além de uma forma de comunicação, eles se tornaram uma forma de comunicação pública, assertiva e até mesmo militante, promovendo a participação social, servindo como funções terapêuticos e até para gestão de emoções.

Existem vários exemplos ao redor do mundo, do uso dos têxteis, porém ao nos debruçarmos sobre a história, encontramos registros que mostram o protagonismo das mulheres, seja como uma arte privada, coletiva ou política, seria meio exclusivo para que as mulheres representassem um meio de expressão que abrange toda humanidade.

Conti (2008, p.66) cita como exemplo as mulheres que faziam parte do movimento das sufragistas <sup>21</sup> que desde de 1908 na Inglaterra, as mulheres colocavam todas as suas habilidades de costura e bordado a serviço da persuasão e propaganda política, como forma de denunciar e exigir seus direitos de participação na vida política e na tomada de decisões.

As sufragistas foram revolucionárias ao trocarem a tradição masculina de atuar com tecidos e tintas, pelas faixas bordadas.

Conti (2008, p.66 apud MATZHUN, 2006) cita que:

Entre o período de 1908 a 1913 as mulheres costuraram mais de 150 faixas que reivindicavam seus direitos, homenagearam mulheres importantes e expressaram solidariedade com outras mulheres que haviam sido presas por defenderem essa causa. Milhares de mulheres caminharam literalmente, suas mensagens pelas ruas (CONTI, 2008, p.66 apud MATZHUN, 2006).

Décadas mais tarde, os têxteis voltaram a ser um símbolo, desta vez para enfrentar a ameaça de armas nucleares em frente à base Greenham Cammon, localizada em Berkshire – País de Gales, que era uma antiga instalação militar estadonidense a 200km da capital Cardiff.

Conti (2008, p.66) que as mulheres chamadas de *Mulheres pela Vida e pela Terra* protestavam contra a presença dos mísseis de Cruzeiro na Aliança Atlântica, assim 36 mulheres fundaram em 1981 o chamado *Acampamento de Mulheres pela Paz*, junto com cerca de proteção da base, e iniciou protestos que duraram até os anos 2000, que foi o ano em que o terreno foi devolvido à região como espaço público.

De acordo com Conti (2008, p. 66 apud MATZHUN, 2006):

As mulheres desfraldaram suas bandeiras da paz, ao redor do perímetro da base para enfatizar suas bordas, além de realizar atos como “Abraça a base”, em que 40.000 mulheres deram as mãos para literalmente cercá-la. Eles usaram a arte de tecer conscientemente, como forma de trazer à luz as

---

<sup>21</sup> O movimento das Sufragistas, foi iniciado no século XIX, consistiu em uma luta de reivindicação pela participação ativa das mulheres na política, concedendo a elas o direito de votarem e de serem votadas.

dicotomias entre feminilidade e masculinidade, vida e morte, tecnologia e natureza (CONTI, 2008, p. 66 apud MATZHUN, 2006).

Na América Latina, encontramos outros casos em que os têxteis foram utilizados como forma de denúncia. Sobre esta perspectiva, Conti (2008, p.66) nos apresenta Roberta Bacic<sup>22</sup> (2008) que é uma pesquisadora chilena em direitos humanos e curadora das exposições de *Arpilleras* e *Quilts* (colchas bordadas).

Em seu site, *Conflict Textiles*, Roberta Bacic mostra as colchas e tapeçarias, que têm sido destaque em importantes exposições em museus, universidades, galerias de arte, embaixadas e espaços comunitários em todo o mundo.

Em 2021 o site irlandês *Beyond Skin*<sup>23</sup>, publicou uma reportagem a partir de uma entrevista concedida por Roberta Bacic ao podcast *Homely Planet*<sup>24</sup>. Nesta entrevista, intitulada *Dancing Together*, a pesquisadora explicou um pouco sobre as *arpilleras*.

Na entrevista *Beyond Skin* (2021), Roberta Bacic diz que:

*Arpilleras* são tapeçarias tridimensionais de apliques latino-americanos originárias do Chile. Esses tecidos refletem as histórias de mulheres que trabalharam juntas para denunciar os abusos dos direitos humanos e a repressão da ditadura de Pinochet no Chile, 1973-1990. [...] arte de fazer *arpilleras*, uma forma de inspiração para mulheres com histórias semelhantes de conflito político, protestos contra a guerra, repressão, resistência, sobrevivência, negação, morte, desaparecimentos, deslocamentos, histórias nacionais, preocupações ambientais, terras indígenas lutas e transição para a democracia. Seu trabalho alcançou grupos de mulheres no Peru e, mais recentemente, na Espanha, Brasil, Argentina, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Zimbábue, Colômbia, Canadá, Nova Zelândia e Equador (SKIN, 2021 – Tradução Livre).

Neste sentido, mesmo já mencionando anteriormente as *arpilleras* Chilenas e como estas influenciaram as mulheres do MAB, queremos voltar a esta temática, pois Conti (2008, p. 67 apud BACIC, 2008) traz algumas informações importantes, que aprofundaram o nosso conhecimento sobre a história das *arpilleras* na América Latina, tendo o Chile como ponto inicial.

Utilizando partes do livro *Tapeçarias de esperança, fios de amor – o movimento arpilleras no Chile, 1974-1994* escrito por Marjorie Augosin e traduzido por Ana Cecília Martínez no ano de 2004<sup>25</sup>, as *arpilleras*:

<sup>22</sup> Link do site onde Roberta Bacic reúne as *arpilleras* e os registros de exposições:

<https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/>

<sup>23</sup> Link da entrevista *Dancing Together* : <https://www.beyondskin.net/roberta-bacic-dancing-together>

<sup>24</sup> Link do podcast *Homely Planet*: [https://soundcloud.com/homely-planet/roberta-bacic-dancing-together?utm\\_source=www.beyondskin.net&utm\\_campaign=wtshare&utm\\_medium=widget&utm\\_content=http%253A%252F%252Fsoundcloud.com%252Fhomely-planet%252Froberta-bacic-dancing-together](https://soundcloud.com/homely-planet/roberta-bacic-dancing-together?utm_source=www.beyondskin.net&utm_campaign=wtshare&utm_medium=widget&utm_content=http%253A%252F%252Fsoundcloud.com%252Fhomely-planet%252Froberta-bacic-dancing-together)

<sup>25</sup> Link para o texto na íntegra: <http://www.norastrejevich.com/Materiales/Arpilleras.htm>

Tiveram um enorme impacto na cultura nacional. Os *arpilleristas* começaram a trabalhar numa época em que ninguém ousava questionar as autoridades, numa época de obediência e autocontrole. Essas mulheres foram das primeiras a criar uma cultura de resistência e, com o tempo, foram se juntando a outros grupos: jovens universitárias e mulheres das aldeias que organizavam painéis populares e várias redes de solidariedade não patrocinadas pelo regime. Apesar de elogiar a cultura doméstica, o governo lamentou o trabalho dos *arpilleristas*, considerando-os subversivos e perigosos. As *arpilleras* também representavam o poder que inspirava um tipo de trabalho doméstico que até então era considerado marginal. Por meio das *arpilleras*, foram denunciados crimes específicos: por exemplo, a descoberta de valas comuns em várias áreas da capital e nas cidades de Calama, no norte do Chile, e Lonquén, perto de Santiago. Os *arpilleristas* fazem parte da cultura nacional; são testemunhas e denunciadoras de uma cultura violada pela morte. Eles criam um ofício que resgata os mortos através da memória (MARTÍNEZ, 2004, sp – Tradução Livre).

Conti (2008, p. 67 apud BACIC, 2008) corrobora com a perspectiva descrita acima, explicando que foi no Chile que foi o precursor do uso da *arpillera* como um instrumento político-social da denúncia. Inclusive o nome *arpillera* é derivado da técnica têxtil que utiliza restos de tecido, usando fantoches, bonecos e outros objetos para compor as imagens que são costuradas em um pano, chamadas no Chile de *serapilheira*.

Figura 8 - *Arpillera* Chilena - Mujeres bailando la cueca sola



Fonte: <http://www.norastrejilevich.com/Materiales/Arpilleras.htm>

As mulheres *arpilleristas* chilenas são inspiradoras, pois assumiram uma identidade única na história do país e conseguiram através dos têxteis, denunciar o que foi vivido durante o

regime, como forma de resistência política que reivindica a não violência diante das situações vividas, como terapia para trabalhar a dor, como forma de participar socialmente com um papel diferente daquele designado pela sociedade e como forma, também, de obter recursos para sobreviver.

Esse movimento chileno, deu voz a uma nação silenciada pelo regime através de cores e retalhos, contaram uma história que até então era proibida, mobilizaram a sociedade e foram além das fronteiras, de uma forma muito peculiar.

Conti (2008, p. 67 apud BACIC, 2008) diz que:

(...)conseguiram tirar as *arpilleras* do país e expressar com toda sua textura e cor o que acontecia no Chile, levando mensagens em bolsinhos que costuravam nas costas. Conseguiram sensibilizar outras mulheres fora do Chile, no Canadá, que as ajudaram financeiramente e também denunciaram o que estava acontecendo. As *arpilleras* internacionalizaram o conflito, favorecendo a pressão política estrangeira contra o regime estabelecido (CONTI, 2008, p. 67 apud BACIC, 2008).

Desta forma, as *arpilleras* estiveram presentes em outros conflitos em outros países como no Peru, onde mulheres de diferentes comunidades marcadas por conflitos, se reuniram para expressar suas emoções e sentimentos vivenciados durante anos de violência.

Na África do Sul, os têxteis também tiveram um papel importante na internacionalização da realidade vivenciada pelo país durante o regime do Apartheid<sup>26</sup>. Conti (2008, p. 67 apud BACIC, 2008) explica que as mulheres usavam os *quilts*, que eram colchas costuradas com sobras de tecido.

De acordo a autora, *quilts* (colchas costuradas com sobras de tecido) tiveram um grande papel. A história se desenrolou através das colchas. As colchas tornaram-se a moldura da narrativa, o veículo com o qual podemos voltar ao passado. Essas colchas ainda estão aqui, e a alma das pessoas que as fizeram está nas colchas (CONTI, 2008, p. 67-68 apud BACIC, 2008).

---

<sup>26</sup> *Apartheid* que significa "separação" foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo então primeiro ministro Daniel François Malan e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pela minoria branca no poder. A segregação racial na África do Sul teve início ainda no período colonial, mas o *apartheid* foi introduzido como política oficial após as eleições gerais de 1948. A nova legislação dividia os habitantes em grupos raciais ("negros", "brancos", "de cor" e "indianos"), segregando as áreas residenciais, muitas vezes através de remoções forçadas. A partir de finais da década de 1970, os negros foram privados de sua cidadania, tornando-se legalmente cidadãos de uma das dez pátrias tribais autônomas chamadas de bantustões. Nessa altura, o governo já havia segregado a saúde, a educação e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos.

Figura 9 - Colcha (quilts) de paz – perda comum



Fonte: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/>

Da mesma forma que no Chile, as colchas na África do Sul serviram para denunciar e se opor ao regime de forma não violenta, para mobilizar a sociedade, obter renda e como ato terapêutico para canalizar a dor.

Seguindo o nosso percurso histórico, Conti (2008, p.69) diz que os países do continente Asiático, especificamente da Ásia Central e do Sudeste Asiático, também usaram as técnicas têxteis, como uma forma de traduzir as suas experiências e comunica-las ao resto do mundo.

Os povos *Hmong*, originários da Sibéria, Tibete e Mongólia, traduziam em têxteis sua história. Por serem nômades, viviam saindo de um lugar para outro, até que no século 19 migraram para China, porém ao sofrerem discriminação, começaram a se mover para às montanhas da Tailândia, Laos, Camboja e Vietnã.

Conti (2008, p. 69) diz que:

Durante séculos, os povos *Hmong* levava uma vida simples e agrícola e não tinha linguagem escrita. Em meio a sua história de deslocamentos e adaptações a novos lugares, técnicas têxteis tradicionais, ajudaram-nos a manter a sua identidade e tradições Uma das formas mais conhecidas da arte têxtil *Hmong* é o “*Pat Ntaub Tib Neeg*”, ou “tecido de histórias”, que surgiu como forma de garantir que suas histórias tradicionais são lembradas apesar das mudanças (CONTI, 2008, p. 69 – Tradução Livre).

Os têxteis bordados pelos povos *Hmong*, vão além de tecidos, linhas e cores, ele conta a história da ancestralidade e cultura milenar de seu povo, como podemos enxergar nos registros abaixo.

Figura 10 - “Pat Ntaub Tib Neeg” (tecido de histórias) dos povos Hmong



**Fonte:** <https://www.istockphoto.com/br/foto/closeup-de-tradicionais-tecidos-e-t%C3%A0Axeis-bordados-de-hmong-em-luang-prabang-laos-gm1067622780-285533385>

Fotografia 3 - As mulheres Hmong e sua ancestralidade



**Fonte:** <http://indochina9.blogspot.com/2014/05/o-genocidio-do-povo-hmong.html>

As histórias contadas através dos teares, não narram apenas histórias culturais, elas bordam suas experiências, como na Guerra do Vietnã e seus milenares deslocamentos constantes.

Os têxteis *Hmong*, significaram também a sua fonte de renda, durante o período em que os povos *Hmong* ficaram em campos de concentração. Após este período, foram refugiados

para a Tailândia, onde foram vendidos a visitantes estrangeiros. Portanto, os têxteis dos *Hmong*, são fieis a tradição de seu povo, contando e passando sua história ancestral de geração em geração.

A história dos têxteis também nos contam outra face de seu uso ao pelos diversos povos pelo mundo. Conti (2008, p.69) nos conta sobre o caso das escravas filipinas que foram sequestradas por soldados japoneses e forçados à prostituição durante a segunda guerra mundial.

Segundo Conti (2008, p.69 apud SANFELIU,2008) estas mulheres confeccionaram colchas originais para expressar a sua processos através dos Tribunais de Direitos Humanos da Mulher Asiática na Ásia) e mais tarde foram exibidos na Conferência Internacional da Mulher que ocorreu em Pequim em 2000.

No Afeganistão, a autora Conti (2008, p.69) nos explica que a tradição da tecelagem, tem sido utilizada como meio de expressão das experiências das pessoas dentro e sobre os conflitos do país.

De acordo com a autora idem (2008, p.69):

A invasão russa e a luta contra o terrorismo, que levou ao início de uma guerra aberta neste país contra o regime talibã liderado pelos Estados Unidos, transformaram o tradicional desenho afegãos que cobriam tapetes e carpetes, em espelhos do cotidiano, refletindo guerra e violência. A invasão soviética forçou grande parte da população a fugir para o Paquistão. Algumas dessas pessoas sabiam tecer, e faziam isso nos campos de refugiados inventando um novo gênero de “tapetes de guerra” incorporando imagens de armas, tanques e aviões militares. Da invasão americana no Afeganistão, tapetes e tapetes serviram para ilustrar eventos internacionais como o ataque torres gêmeas ou a invasão do Iraque, além de retratar líderes políticos, ou simplesmente refletem o cotidiano de uma população tristemente acostumada a viver entre armas, tanques e bombardeio (CONTI, 2008, p.69 – Tradução Livre).

O site de curadoria de Roberta Bacic, nos mostra um dos têxteis que foram tecidos no Afeganistão, como podemos ver a seguir.

Figura 11 - Kalashenkoof



Fonte : <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/search-quilts2/fulltextiles1/?id=325>

Toda a história que foi traduzida pelos têxteis e relatada neste subtópico, nos mostra a necessidade de entendermos mais sobre a técnica de bordado *arpilleras* e sua potência subjetiva.

Compreendemos que as linhas, tecidos, aplicações, e os outros aparatos que os têxteis carregam, contam histórias que não foram escritas nem tão pouco narradas ou que foram proibidas de serem escritas e narradas, pelo teor de seu conteúdo que retrata horrores de conflitos que silenciaram vozes que tinham muito a nos contar.

Os têxteis carregam consigo a responsabilidade, não só de contar histórias e sim de denunciar violências através da perspectiva, em termos freireanos, dos oprimidos do mundo, porém continuaremos desenvolver esta temática, através da história do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e das mulheres *arpilleristas* do movimento.

O modelo energético brasileiro acompanha diretamente o seu desenvolvimento histórico, pois o mesmo foi uma estratégia de impulsionamento econômico. Assim podemos traçar um recorte temporal de 1980 até 1989 onde houveram importantes marcos históricos, os quais nos permitirá analisar o avanço da modernização do modelo energético brasileiro.

De acordo com Dirceu Benincá (2011, p.29), se analisarmos o período histórico brasileiro da Proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930, a economia brasileira se caracterizava pela produção primário – exportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais, até 1945 o Brasil começou a dar os primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, o que ocorreu em função do início da industrialização.

Um importante marco histórico deste período se deu no ano de 1934, com a promulgação do Código das Águas<sup>27</sup> (1934) que dispunha em seu preâmbulo,

Considerando que o uso das águas no Brasil tem-se regido até hoje por uma legislação obsoleta, em desacordo com as necessidades e interesse da coletividade nacional; Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o país de uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas; Considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional; Considerando que, com a reforma porque passaram os serviços afetos ao Ministério da Agricultura, está o Governo aparelhado, por seus órgãos competentes, a ministrar assistência técnica e material, indispensável à consecução de tais objetivos (BRASIL, 1934).

Em linhas gerais, percebemos que esta lei nada mais era que uma estratégia governamental para colocar sob total poder estatal o controle para aproveitamento das águas, que estavam em todo território nacional, estabelecendo de forma arbitrária o direito à propriedade, algo que deveria ter o caráter público e não privado para atender finalidades lucrativas.

Caminhando para o ano de 1945 até meados da década de 1980, período em que o Brasil foi marcado por uma intensa e direta intervenção Estatal sobre o setor energético, tendo como importante precursor a ditadura militar, o país optou por direcionar todos os seus esforços para impulsionar o desenvolvimento de sua atividade industrial através da eletricidade, explorando o grande potencial hídrico extraído da quantidade de rios para a construção de barragens.

Neste sentido, Benincá (2011, p.30) argumenta que com:

Este cenário ditatorial o estado brasileiro passou a ser planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e totalmente ligadas aos interesses do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu a ocupação violenta de territórios; gerou sérios impactos ambientais; praticou greves agressões culturais e físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural e a subsequente marginalização social nas periferias das cidades. Tudo em nome do progresso da nação (BENINCÁ, 2011p.30).

Iniciando-se na década de 1990 até os dias atuais, o setor elétrico começou a englobar processos de geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica. Diante desta nova realidade, a qual o modelo energético brasileiro se encontrava, foi criado o Plano Nacional de Energia Elétrica<sup>28</sup>, que foi baseado na implantação de grandes hidrelétricas e aprofundando o modelo neoliberal, associado ao processo de privatização do setor elétrico,

<sup>27</sup> Decreto de nº 24.643 de 10 de julho de 1934 sancionado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas.

<sup>28</sup> Link do documento do Plano Nacional de Energia Elétrica:

<https://drive.google.com/file/d/1t2RoKHhFAFnW669ifC6zsyS9LbSPMPu0/view?usp=sharing>

posteriormente foi criado o Plano Nacional de Energia-2030<sup>29</sup>, traçando os objetivos do setor elétrico do Brasil até 2030.

O investimento que o setor elétrico brasileiro vem fazendo desde da década de 1990, é imenso, considerando as metas que o setor tem até 2030. Ainda de acordo com Benincá (2011, p. 32):

No ano de 2000, a Comissão Mundial de Barragens registrava a existência de 594 grandes barragens no Brasil. A estas, deve-se somar mais de 494 hidroelétricas de grande porte que estavam previstas pela Eletrobrás para implantação até o ano de 2015, além de múltiplas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Segundo o Ministério das Minas e Energia e da Eletrobrás, 1.443 projetos de barragens estão inventariados ou com estudos de viabilidade para serem construídos até 2030 por todo país (BENINCÁ, 2011, p. 32).

Quantificando estes dados, o levantamento feito no de 2015, o Brasil possui mais de 2.260 usinas hidroelétricas instaladas, o que representa uma potência total de 129.378.050 KW, inundando cerca de 3,4 milhões de hectares. Territorialmente, o estado de São Paulo é o que concentra a maior quantidade de usinas, sendo no total 476 usinas, o que corresponde a 22% do fornecimento da energia elétrica do país, seguido pelo estado do Rio de Janeiro que possui 83 usinas, destas a prevalência é de fontes renováveis de energia, pelas usinas hidroelétricas e seguida por outras fontes como a cana de açúcar, madeira e outras biomassas.

Diante desde crescente cenário crescente, começaram as primeiras reações dos atingidos pela construção desenfreada das barragens, desde de 1970 até 1980, especificamente em três regiões do Brasil, a Sul, Nordeste e Norte, o que desencadeou na década de 1990 a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

## 4.2 A história do MAB

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, muitos movimentos sociais populares surgiram, em meio a uma conjuntura de repressão e outros puderam amadurecer sua perspectiva política, como ocorreu com o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Diante da ofensiva capitalista potencializada pelo período político o qual o Brasil atravessava, que historicamente marcaram a década de 1970 até meados de 1980, período este em que o MAB pode concentrar suas estratégias de organização principalmente nas regiões Norte, Sul e Nordeste, como mencionado outrora.

---

<sup>29</sup> Link do documento do Plano Nacional de Energia Elétrica-2030:  
[https://drive.google.com/file/d/1xjODJG6xmY6kMI9MVP\\_1QbD7W8wcZy76/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1xjODJG6xmY6kMI9MVP_1QbD7W8wcZy76/view?usp=sharing)

Posteriormente no ano de 1991, os debates políticos e organizacionais proporcionaram a criação oficial do movimento, que foram de fundamental importância para que o MAB se tornasse o movimento referência no combate a ofensiva capitalista colonial, materializada pelas construções das usinas hidroelétricas e a defesa dos povos atingidos direta ou indiretamente pela construção das barragens.

Benincá (2011, p.82) esclarece “o primeiro marco histórico foi a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, localizada no estado do Paraná, região Sul do Brasil, projetada para ser a maior Usina Hidrelétrica do Planeta, que começou a ser construída em 1975 e só foi finalizada em 1982”<sup>30</sup>.

Este território foi o chão das primeiras reivindicações de agricultores e agricultoras que foram desapropriadas e fundaram o Movimento Justiça e Terra, que teve como finalidade a reivindicação pela indenização de suas propriedades.

Ainda de acordo com Benincá (2011, p.82) o Movimento Justiça e Terra tinha a finalidade de reivindicar a justa indenização de suas propriedades. Porém este movimento só se estruturou após uma assembleia realizada dia 16 de outubro de 1978, com o objetivo de discutir as indenizações irrisórias oferecidas pela construtora responsável pela construção da usina hidroelétrica de Itaipú.

Esta assembleia reuniu 1.500 pequenos agricultores, foi convocada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, e formulou um abaixo-assinado ao então Presidente da República, Ernesto Geisel reivindicando a garantia dos seus direitos. Desta forma, no ano de 1980, os atingidos acamparam em frente ao escritório da empresa, este é considerado o primeiro acampamento dos povos atingidos por barragens no Brasil (idem, p.82).

Em meio a estas reivindicações, em 1979 na região Sul, especificamente na Bacia do Rio Uruguai, foi criada uma comissão chamada de “Comissão de Barragens”, que tinha como objetivo se contrapor às construções das barragens de Machadinho e Itá, o que após as mobilizações do Movimento Justiça pela Terra, em 1980 esta comissão passou a ser chamada de “Comissão Regional de Barragens” e posteriormente “Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB.

Benincá (2011, p.83) informa que:

A Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB, objetivava discutir com a população formas de enfrentar o projeto que se impunha. “Pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e organizar antes do início da obra”. A mobilização contou com a ajuda de segmentos da Igreja Católica, sobretudo lideranças da CPT, CBEs, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), de alguns

<sup>30</sup> Disponível em: < <https://www.itaipu.gov.br/energia/geracao> > Acesso em 03 de maio de 2020.

sindicatos combativos, membros da Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior (Fapes) de Erechim e outras organizações sociais (BENINCÁ, 2011, p.83).

O apoio que a CRAB, proporcionou aos atingidos por barragens foi de fundamental importância e se desdobraram no apoio ao processo de conscientização sobre o projeto de outras barragens, como a que estava sendo construída na Bacia do Rio Uruguai, onde em 15 de fevereiro de 1983, em um distrito chamado Carlos Gomes no estado do Rio Grande do Sul – RS, ocorreu a 6ª Romaria da Terra, levando cerca de 20 mil pessoas a marcharem empunhando a bandeira dos povos atingidos por barragens a qual estava escrito “Águas para Vida e não para a Morte”, que veio a tornar-se a principal bandeira de luta do MAB.

Dentre outras ações protagonizadas pela CRAB salientamos, o recolhimento de mais de um milhão de assinaturas em um abaixo assinado intitulado “Não às Barragens” que foi entregue ao Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, com o objetivo de pressionar a Eletrosul e o governo federal contra a execução dos projetos de usinas hidroelétricas. Isto levou em 1987 a um acordo com a Eletrosul, que comprometia a empresa responsável pelas referidas construções a dialogarem coletivamente com o povos, que seriam diretamente atingidos com as respectivas construções, visando a solução de problemas sociais e a viabilização dos reassentamentos.

Na região Nordeste do Brasil, as organizações embrionárias do MAB deram-se em torno da Bacia do Rio São Francisco, a partir do "Polo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco", que era organizado pelos primeiros povos atingidos pela construção da barragem de Sobradinho na Bahia, em meados de agosto de 1979, no município de Petrolândia – PE. Posteriormente seria incorporada às reivindicações dos atingidos pela construção da barragem de Itaparica, na região do médio São Francisco, que está localizado entre os estados de Pernambuco e Bahia.

Benincá (2011, p. 84) aponta as especificidades das mobilizações dos atingidos por barragens na região Nordeste, o que segundo o teórico:

Contrariamente ao que havia acontecido na região Sul do Brasil, não se constitui aqui uma forma de organização específica dos atingidos, mas uma articulação intersindical para levar adiante a luta. Como o apoio de segmentos da igreja e entidades sociais, os atingidos, realizaram sucessivas manifestações públicas exigindo direitos diante da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. (BENINCÁ, 2011, p. 84).

Observa-se que na ocasião em que o autor Benincá (2011) construiu este material, na região nordeste onde ocorreram grandes mobilizações populares pela não transposição das

águas do Rio São Francisco, que contou com a destacada liderança do então bispo católico do município de Barra – BA, dom Luiz Flávio Cappio.

A região Norte, que é a região mais afetada pela construção das barragens, por conter o maior contingente pluvial do Brasil, no ano de 1981 foi o território para as mobilizações do Movimento dos Expropriados por Barragens do Tucuruí<sup>31</sup>, localizada na bacia hidrográfica do Rio Tocantins no estado do Pará – PA, que chegou a inundar 2.830 km<sup>2</sup> e deslocou mais de 25 mil pessoas.

Benincá (2011, p.84) destaca que ainda em 1978, a empresa Eletronorte que era responsável pela obra, à revelia de qualquer possibilidade de acordo ou possíveis esclarecimentos à população atingida, começou a cadastrar as famílias para posteriores indenizações, que foram concluídas no ano de 1981.

Diante da conjuntura instaurada na década de 1980, o movimento desencadeou diversas ações, dentre elas em 1982 promoveu sucessivos acampamentos na frente dos escritórios das respectivas empresas, reivindicando reassentamento, indenizações justas e ressarcimento de prejuízos.

Toda esta trajetória histórica fez com que o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, construíssem sua identidade através das narrativas de seus sujeitos atingidos, para além da construção de barragens e sim por uma série de violências que foram aplicadas e legitimadas por um discurso capitalista, ancorado em uma perspectiva de modernidade que escondia a tênue face colonial.

Desta forma, no ano de 1989 aconteceu o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, onde foi construído um documento que sinalizava os consensos do encontro, contendo especificidades sociais, culturais e econômicas, levando em consideração as regiões dos sujeitos.

Assim de acordo com Benincá (2011, p.95):

Entre as regiões e dentro de cada região, a população rural atingida não é homogênea e assim pode se organizar diferentemente na resistência às barragens. Em alguns lugares, os atingidos se organizam na fase de planejamento das obras, noutros, articulam-se somente depois do início da construção ou mesmo após o enchimento do reservatório (BENINCÁ, 2011, p.95).

Desde a realização do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, o MAB começou sua constituição como movimento, trazendo para si a identidade dos povos que ele representava.

---

<sup>31</sup>Disponível em <[http://cidadedetucuruui.com/inicio/usina\\_hidreletrica\\_tucuruui/](http://cidadedetucuruui.com/inicio/usina_hidreletrica_tucuruui/)> Acesso em 03 de maio de 2020.

Inicialmente a bandeira do movimento, que é uma identidade do MAB, representa uma construção coletiva do movimento, representando os seguimentos sociais que compõe o movimento, sendo eles: camponeses, trabalhadores/as rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, populações urbanas e outros que pertencem a grupos sociais inferiorizados e invisibilizados (idem, p.94).

Assim a bandeira do MAB é um símbolo emblemático, o qual iremos pontuar os seus respectivos significados.

Figura 12 - Bandeira do MAB



Fonte: <https://mab.org.br/quem-somos/>

De acordo com Benincá (2011, p.95) o círculo expresso na bandeira, remete que o Brasil está inserido em perspectiva maior que o seu território e sim em um contexto mundial, o qual se conecta com a torre que está fixada para além do seu território, bem como os fios que estão fixados, conectados a torre.

O mapa, na cor verde, significa uma concepção de território idealizada, uniforme, sem detrimento de sua fauna e flora, que emergido em linhas azuis que se remete às águas, nos dá a noção que o Brasil está afogando-se em barragens.

A torre significa a implantação das usinas hidroelétricas, e uma pessoa crucificada faz alusão a influência católica alinhada com a perspectiva de libertação, que foi um importante aporte na criação do movimento. Neste sentido, o sujeito colocado na torre não possui rosto definido para demonstrar a diversidade dos povos atingidos, bem como a enxada e a foice que fazem a alusão aos povos camponeses e o trabalho da agricultura familiar, que é um dos projetos defendidos pelo MAB.

As águas azuis límpidas ao serem barradas inundam vastas áreas de terras, causando diversos tipos de impactos ambientais, sociais e econômicos, e esta ideia que foi precursora do seu slogan “Águas para vida e não para morte!”

A água, no singular tem um sentido positivo ligado a vida que conjugados com os outros elementos como a paz, preservação ambiental, a morte e a luta, constituem simbolicamente o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que identifica os que sofrem os impactos da construção das usinas hidroelétricas.

Assim, a palavra “movimento” simboliza os sujeitos que diante da conjuntura capitalista se movimentam contra o sistema, no sentido de resistência desencadeando ações concretas que buscam transpor as construções de barragens instauradas no Brasil, para que este movimento alcance os atingidos de todo o mundo.

O adjetivo “atingido” traz a perspectiva de identificar no sentido negativo as consequências da implantação das barragens, considerando ainda que os cidadãos entendam que estão dentro de um sistema permeado de mecanismos políticos, jurídicos, econômicos e ideológicos derivados do sistema capitalista.

Seguindo a trajetória do movimento, em mês de março no ano 1991 foi realizado em Brasília – DF o “Primeiro Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens” onde vários atingidos e atingidas por barragens estiveram presentes, dialogando entre si de forma legítima, considerando as suas especificidades regionais, e nesta ocasião deu-se a fundação oficial do MAB. A partir deste encontro o movimento obteve uma dimensão nacional e foi instituído o dia 14 de março como sendo o “Dia Nacional de Luta contra as Barragens” e eleita a primeira coordenação regional do movimento.

Maria Stela Moraes (1992, p.100 apud BENINCÁ,2011, p. 98) esclarece que

O Movimento dos Atingidos por Barragens ocupa um lugar de destaque no cenário das lutas sociais da década de 1980. Sua importância revela-se não apenas no papel que desempenha, ao lado de outras forças sociais, na luta contra a expropriação no campo, mas na sua particularidade de tocar na política de produção de energia elétrica, ponto nevrálgico do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, especialmente da estratégia baseada nos grandes projetos (MORAES,1992, p.100 apud BENINCÁ,2011, p. 98).

Podemos compreender que desde sua fundação oficial no ano de 1991, o MAB mantém-se constante, no sentido de colocar-se como um espaço de militância e visibilidade para sujeitos que foram invisibilizados por um sistema, que a medida que explora, viola coletivamente o direito destes sujeitos, expressando suas demandas.

Em 2012 o MAB, no fim de mais um encontro nacional do movimento, lançou o caderno pedagógico nº 03, tendo como título “Água e energia com soberania: distribuição da riqueza e controle popular” ocorrido no estado de São Paulo - SP, o movimento reafirmou as suas bases, bem como atualizou a sua zona de atuação em todo território nacional.

De acordo com MAB (2013, p. 07) o movimento colocasse como:

Movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político ou grau de instrução. Nos organizamos para a defesa dos interesses das populações atingidas pelo sistema de geração, distribuição e venda da energia e para a construção de um novo modelo energético, que esteja a serviço do povo brasileiro. O Movimento organiza lutas em torno das barragens (antes, durante ou depois de sua construção) seja para impedir, garantir ou manter o direito dos atingidos. Luta pelo cumprimento dos direitos humanos, econômicos e sociais e denuncia a violação dos direitos dos atingidos por barragens, que coloca no centro a soberania energética popular dentro de um novo modelo de desenvolvimento social, com respeito à dimensão socioambiental. Todas essas lutas se alimentam no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida, em todas as suas manifestações(MAB, 2013, p.07).

O MAB atualmente está presente em 17 estados brasileiros, fortalecendo os seus principais objetivos que são: resistir contra a construção de barragens que provocam danos sociais e ambientais; lutar para que nenhuma barragem seja construída sem acordo com a população; defender a permanência do povo na terra; reivindicar garantia de justa indenização ou reassentamento aos atingidos; proporcionar formação aos integrantes do movimento; ampliar o número de militantes; discutir e propor um novo projeto energético para o país que garanta, entre outros itens, utilização de fontes alternativas de geração, acesso à energia para todos, com tarifas populares para os consumidores familiares (BENINCÁ,2011,p.100).

#### 4.3 As mulheres *Arpilleristas* do MAB

Dialogar com as temáticas das *arpilleras* dentro do MAB, requer um olhar especial sobre a perspectiva que o movimento tem sobre as mulheres atingidas por barragens, através do seu coletivo de mulheres. Desta forma, as mulheres *arpilleristas* do MAB, tecem através do bordado os argumentos que sustentam a sua prática política e construção pedagógica do tecido de resistência feminista dentro do movimento.

Figura 13 - *Arpillera* “O território e as barragens”



**Fonte:** <https://www10.trf2.jus.br/ccjf/portfolio/arpilleras-atingidas-por-barragens-bordando-resistencia/>

Ao decorrer da construção da história do mundo, vários movimentos sociais, protagonizaram várias lutas de resistência contra hegemônicas, principalmente em países assolados pelo capitalismo, como os países da América Latina.

A resistência sempre foi uma marca de vários sujeitos sociais latino-americanos, como as mulheres que sempre tiveram que lutar por igualdade através de organização social e política pela garantia de seus direitos, desde o básico, o de existir até direitos que foram criados por órgãos internacionais na perspectiva de encontrar meios de reparação e justiça pela subordinação histórica imposta as mulheres.

Figura 14 - *Arpillera* “Crianças construindo resistência”



**Fonte:** <https://www.circus.org.br/single-post/2016/02/09/arpilleras-bordando-a-resistencia>

O movimento das *arpilleras* segue o direcionamento de organizar as mulheres atingidas por barragens, dentro da perspectiva de resistência, através de reivindicações pela seguridade de seus direitos expresso através do bordado, utilizando linhas e retalhos para construir de forma coletiva, o tecido pedagógico da resistência feminista.

Desta forma, a proposta deste tópico tem a perspectiva de resgatar historicamente o contexto da formação histórica e política da técnica de bordado mulheres *arpilleras*, resgatando o início da necessidade de um enfrentamento ao regime ditatorial como a mesma dá-se dentro do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Trata-se de um período onde houve uma polarização em que os Estados Unidos da América – EUA e antiga União Soviética, hoje a Rússia, desdobrando-se no maior conflito bélico da história, caracterizado pela guerra ideológica instaurada entre capitalismo e comunismo.

Na América Latina, encontramos outra realidade com países como Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, os quais obtiveram os resultados da Guerra Fria (1947-1991) de forma fragmentada, através de guerras internas, disfarçadas de revoluções, implementadas por governos militares que agiam de forma brusca e intransigente, sob o pretexto de impedir que seus respectivos países se tornassem repúblicas comunistas.

Importante salientar que durante a guerra fria, este golpe militar bem sucedido, ocorreu com o apoio dos EUA e uma junta militar chilena, porém este feito não foi apenas uma exclusividade do Chile, pois este apoio se deu também em outros países, alicerçados em interesses que giram em cima de fatores políticos, ideológicos e socioeconômicos.

O historiador Tiago Francisco Monteiro (2013, p.399) esclarece que “o regime militar chileno marcou o país com intensas atitudes de repressão, suspensão de direitos e muita violência, onde suas primeiras medidas foram dissolver o Congresso Nacional, colocando em recesso os partidos políticos ligados a unidade popular, suspendendo as relações diplomáticas com países socialistas como Cuba e União Soviética.”

Ainda de acordo com o historiador a violência instaurada foi um marco da ditadura de Pinochet já nos primeiros dias, executou vários cidadãos chilenos, chegando a criar campos de concentração para os militantes de esquerda, onde nos primeiros dias foi registrado de 1500 a 3000 mortes por conflitos, sempre alegando que o motivo das medidas extremas seria para exterminar ideias marxistas.

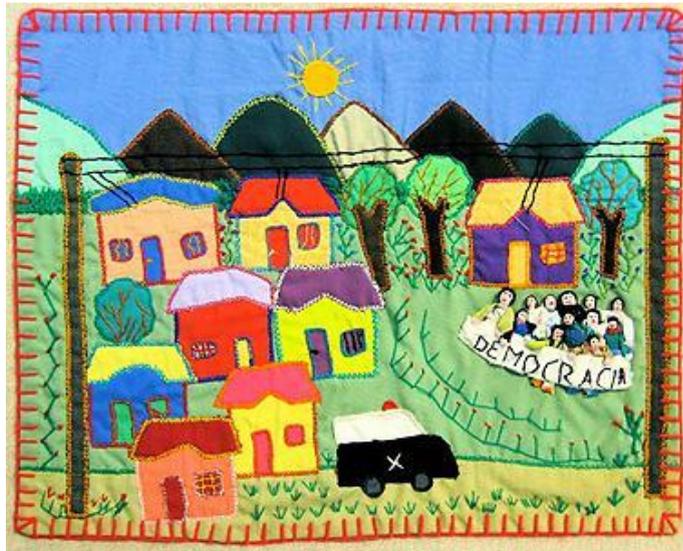
Em um cenário político caótico permeado de acontecimentos terríveis, nasce o movimento das *arpilleras* chilenas, o qual Maria do Socorro Pereira Lima (2018, p.62-63) define como

Um movimento composto por mulheres anônimas que fizeram parte da população silenciada pela violência e o terror da ditadura chilena. Entretanto, escolheram lutar, armadas de seus simples bordados, em composições narrativas, no intuito de denunciar a real situação dos que ousaram contrapor-se ao governo da época. É, pois, nesse contexto que a produção das *arpilleras* chilenas se inclui de forma incisiva nesse *ethos* geopolítico. Elas vivem, fazem história e visibilizam outra performance política, cultural, mesclada à história chilena da ditadura (LIMA, 2018, p.62-63).

Estas mulheres que eram mulheres órfãs, viúvas, mães, e irmãs de presos políticos que começaram a receber apoio da igreja católica para que pudessem realizar trabalhos. Inicialmente, se tratava de uma técnica de bordado em sacos de batatas, onde com linhas coloridas, pequenos retalhos e agulhas, onde as mulheres iriam bordado, não apenas denúncias, mas também como uma forma de reclamar os seus mortos queridos, lembrando suas ausências forçadas pelo regime ditatorial chileno (idem, p.63).

Para além de registros pessoais, a referida técnica também serviu para que as mulheres expressassem o cotidiano de suas comunidades antes do regime militar ser instaurado, mostrando como a arte popular se tornou uma fonte de renda para as mulheres chilenas em tempos adversos.

Figura 15 - Arpillera “Democracia”



Fonte: [http://www.afbndes.org.br/vinc1323/n\\_perca.htm](http://www.afbndes.org.br/vinc1323/n_perca.htm)

De acordo com a escritora Marjorie Augosin (2007,p.63-40) líderes religiosos ecumênicos uniram-se para em 1974 criaram o comitê Pro-Paz, o que precedeu ao Vicariato de Solidariedade, que tinha como objetivo prestar solidariedade e auxílio às vítimas de abusos e violações de direitos humanos, com cuidados de saúde e oferta de empregos, porém o interesse maior deste comitê era a investigação dos paradeiros dos desaparecidos políticos-

A escritora ainda diz que a situação era degradante, faltava comida para as pessoas, em alguns bairros a população masculina era bastante escassa, e aos poucos homens que viviam em liberdade ficavam quase sempre incapacitados de trabalhar, muitas vezes porque não dispunham de coisas simples como roupas e sapatos adequados para o trabalho, levando as mulheres a tomarem a posição de chefe de família (2007, p.41-42).

A situação destas mulheres não era muito diferente da situação dos homens, pois a grande maioria delas nunca haviam trabalhado fora de casa, então depararam-se com uma realidade que as forçaram a buscar formas alternativas de sobrevivência. Diante desta conjuntura o comitê Pro-Paz, instigou estas mulheres a produzirem trabalhos culinários e de costura mesmo sendo estes considerados subempregos, porém com o seu trabalho as mulheres poderiam produzir roupas e sapatos para que os homens que não tinham estes itens pudessem

trabalhar, desta forma o comitê doava o material produzido pelas mulheres, doava aos homens que precisavam, além de óculos, comida e fornecendo notícias de seus parentes desaparecidos dentro das possibilidades.

Diante do cenário o qual o Chile estava, o comitê Pro-Paz conseguiu atuar por volta de dois anos, quando o governo exigiu que o mesmo foi encerrado, desta forma o arcebispo de Santiago, Raúl Silva Henríquez (1907-1999) insatisfeito com a decisão, recorreu ao vaticano para através da autorização do Papa VI (1897-1978) com o objetivo que ele pudesse criar alguma outra forma de assistir as famílias que estavam sob os cuidados do comitê que havia sido desativado. Assim, mediante a autorização em 1976 criou-se o Vicariato de Solidariedade que ficou ativo até o ano de 1992.

O Vicariato de Solidariedade se tornou um refúgio para as famílias que haviam perdido tudo com a ditadura, e era um dos poucos ambientes que poderia se ter um pouco de liberdade política, onde as pessoas pudessem expressar suas opiniões sem que sofressem represália, além de poder dialogar sobre as violações de direitos humanos as quais estavam sofrendo com o regime militar de Pinochet.

Diante dos relatos descritos por Agosin (2007, p.6-7), muitos mencionam “as *arpilleristas* do período ditatorial, como mulheres extraordinárias que mesmo diante do terror, da extrema pobreza a qual estavam inseridas com suas famílias, desafiaram o sistema e conseguiram transformar minimamente suas realidades, utilizando o que elas tinham em mãos, linhas coloridas, retalhos e agulhas.”

Figura 16 - *Arpillera* “Nossa vida”



Fonte: <http://modosdeolhar.blogspot.com/2015/04/arpilleras-da-resistencia-no-chile.html>

Ainda segundo a escritora, o termo *arpillera* em inglês significa “*burlap*”, o que em espanhol passa a significar o tecido da resistência. Neste sentido, Agosin (2007, p. 51-54) argumenta que:

Cientistas sociais e historiadores apontam que os anos da ditadura ofereceram às mulheres uma forma alternativa de poder político. A ditadura militar destituiu direitos das mulheres da classe trabalhadora, assim como as mulheres profissionais que eram dissidentes do regime. Curiosamente, o período mais difícil em termos políticos foi também um momento em que foi possível criar novas estratégias e espaços alternativos que permitiram uma forma pouco ortodoxa de tornar político e repensar problemáticas como a posição das mulheres, dos direitos humanos e do autoritarismo em geral. As *arpilleristas* organizaram-se, primeiro enquanto mães e esposas dos desaparecidos, e depois como cidadãs políticas. Ainda não pertenciam a partidos políticos. Muitas delas trabalhavam dentro de um mundo doméstico confinado, o que significava que sua existência cotidiana girava em torno da casa, da escola e da igreja 31 [Tradução livre] (AGOSIN, 2007, p. 51- 54).

A experiência das mulheres *arpilleristas*, em um contexto ditatorial, parece ser algo simples, porém se tornou um instrumento com uma grande força política, pois as mensagens que as *arpilleras* transmitem ao mundo, partem de experiências transformadoras que foram vivenciadas, tanto de maneira individual quanto coletiva, transcendendo as palavras.

Agosin (2007,p.56-59) ainda esclarece que a primeira oficina das *arpilleras*, ofertada pelo Vicariato de Solidariedade ocorreu em março de 1974, onde compareceram cerca de quatorze mulheres que estavam completamente marcadas pela dor, sofrimento causado pelo desaparecimento de seus familiares e a fome causada pela crise econômica que as impossibilitava de alimentar seus filhos.

Importante frisar que os primeiros bordados utilizando a técnica *arpillera*, nasceram em um contexto de ausência de diálogos, onde os cidadãos eram privados de todo e qualquer direito de fala, escrita ou participação de possíveis partidos políticos, e para além de todas as dificuldades colocadas pelo regime militar, as mulheres precisavam conviver com fatores relacionados ao gênero, pelo fato delas serem mulheres, em sua sociedade marcada pelo patriarcado.

Nesta perspectiva a teórica feminista Joan Scott (1990), argumenta sobre a necessidade de escrever sobre as histórias destas mulheres, pois esta prática causa a redefinição e o alargamento das noções tradicionais que são patriarcais, incluindo tanto a experiência pessoal e coletiva das mulheres, quanto atividades públicas e políticas, a partir da narrativa de mulheres e não por interlocutores.

Assim ao utilizar a categoria gênero Scott (1990) no sentido de narrar a história das mulheres, se entrelaça com as várias desigualdades persistentes, mas as experiências vividas

em semelhantes tempos, porém de formas completamente diferentes, como aconteceu no Chile durante a ditadura de Pinochet, onde de um lado estava o militarismo e a intransigência que chegava para as mulheres em forma de violação de direitos, e por outro lado estava a forma silenciosa de denúncia desses mesmos direitos que foram violados.

Figura 17 - *Arpillera* “Juntas somos mais flertes”



**Fonte:** <https://www.lilianpacce.com.br/e-mais/momento-para-pensar-sobre-direitos-humanos/>

A construção política através da técnica *arpillera*, perpassa por esta perspectiva, pois o bordado tecido pelas mulheres, é forma sensível e traz a valorização política e estética de suas existências, perpassando as margens de um sistema instaurado de forma intransigente e autoritária que as colocou em uma posição de resistência à ditadura.

Assim as mulheres *arpilleristas* de forma coletiva, buscam a ampliação do campo de suas experiências e criando sempre novas possibilidades de (re)significação em seus momentos históricos, a partir da confecção de suas *arpilleras*, que seguem em direção a desconstrução da lógica capitalista, denunciando de forma peculiar o que viviam e vivem.

Desta forma, o bordado tradicional tornou-se uma forma de comunicação com o mundo exterior, independente dos territórios que estão e ao mesmo tempo uma forma de atividade cooperativa e fonte de renda, pois cada bordado das *arpilleras* mostra a história de mulheres que compartilham e seguem construindo experiências, em meio a lágrimas que certamente inundam os seus bordados, que muitas vezes cobriram os corpos dos seus entes que a ditadura os tirou.

No Brasil, as mulheres *arpilleristas* seguem denunciando as desapropriações nos territórios das barragens, onde as *arpilleras* expressam muitas vezes, as paisagens que outrora

ocupavam aqueles locais, mostrando uma memória viva e revelando o caráter destrutivo do capitalismo, que sob a égide da modernidade promove um verdadeiro massacre para sediar as construções de usinas hidroelétricas.

De acordo com Agosin (2007, p. 17) as *arpilleras* tem uma capacidade muito peculiar, segundo a escritora:

Uma *arpillera* tem o poder de dar voz a uma testemunha e permitir que ela imagine o inimaginável. A *arpillera* sempre surpreende, porque à primeira vista dá a impressão de que é uma arte inocente, mas não é. É uma arte que denuncia a tortura, os desaparecimentos forçados e a violência. O papel fundamental da intimidade vivida pelas famílias dos desaparecidos se une às experiências da nação que, por medo, tentou ignorar a natureza opressiva de suas forças militares 34 [Tradução livre] (AGOSIN, 2007, p. 17).

As *arpilleras* carregam a potência de uma expressão ancestral e cultural, que transforma realidades e o seu caráter político em outras formas de saber, para além do conhecimento habitual, a partir da sensibilidade do olhar as expressões de suas vivências e mexendo com a subjetividade humana, transpondo a normalidade do bordado e mostrar uma forma de ser e existir no mundo. Pois, as mulheres *arpilleristas*, passam da condição de fragilidade onde tiveram suas vozes sufocadas para protagonistas de sua própria história.

Figura 18 - *Arpillera* “Denúncia das megaobras”



Fonte: <https://operamundi.uol.com.br/samuel/40155/arpilleras-mulheres-atingidas-por-barragens-usam-bordados-para-denunciar-violacoes-de-direitos-em-megaobras>

Podemos entender, o que consiste na força das mulheres *arpilleristas* é sem dúvida o testemunho que as mesmas carregam. Neste sentido, os testemunhos expressos em seus bordados são em sua maioria subjetivos e advogam em favor das mulheres, no sentido de

mostrar ao mundo o que elas passaram e que não foi mostrado pela censura imposta a elas e que se contrapunha totalmente a história narrada.

O que é importante salientar é que as *arpilleras* se deram em um contexto histórico, onde até o nome e prática foram se aperfeiçoando à medida que a história destas mulheres iria trazendo novos elementos que as faziam ressignificar a prática de bordado.

Todo esse caminho construído nas *arpilleras*, ainda hoje são vividos e construídos coletivamente, além de serem compartilhados culturalmente, que perpassam os discursos verbais e se constroem a partir de suas vivências, mas em contextos singulares onde a prática das *arpilleras* está sendo vivenciada.

Assim as mulheres *arpilleristas* seguem construindo por todo o mundo um legado, independentemente dos seus países, contextos e continentes não apenas apresentando as peças tecidas, mas encorajando outras mulheres em outras perspectivas a tecer suas histórias, imprimindo em seu bordado suas verdades, revisitando e construindo novas memórias.

Nesta perspectiva iremos abordar como a técnica das *arpilleras* é utilizada dentro do Movimento dos Atingidos por Barragens, vem construindo o tecido da pedagógico feminista, como um instrumento de denúncia, de forma participativa e abrangente os enfrentamentos das principais violações dos direitos humanos das mulheres atingidas, durante os processos de planejamento, de construção e operação de barragens, especificamente no Brasil.

Para possibilitar esta construção metodológica, neste tópico iremos abordar como se deu a implementação desta técnica das *arpilleras* dentro do MAB, para que posteriormente possamos discorrer sobre os caminhos que construíram este tecido pedagógico, a partir do caderno do MAB (2015) intitulado “Mulheres atingidas por barragens: em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular”, que foi um desdobramento da atuação das mulheres *arpilleristas* dentro do movimento, assim como o documentário lançado em 2017, cujo título é “*Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência*”.

Figura 19 - Arpillera “Regularização já!”



**Fonte:** <https://www10.trf2.jus.br/ccjf/portfolio/arpilleras-bordando-resistencia/>

A histórias das *arpilleras* dentro do MAB, surgiu no ano de 2013 e se firmou nacionalmente no ano de 2014, quando o Coletivo de Mulheres do movimento, adotaram a técnica das *arpilleras* como um instrumento de denúncias, desta forma a prática das mulheres atingidas por barragens passou a ser construída de forma coletiva, independentemente da região do Brasil. Assim tudo passou a ser decidido e executado em grupo, desde a escolha dos materiais até o próprio desenho da produção das *arpilleras* e foi desta união que veio a força deste coletivo.

De acordo com o MAB (2015, p.48) o Coletivo de Mulheres do MAB se inspirou no poder que as *arpilleras* chilenas tiveram e que, a partir daquelas experiências descritas através do bordado, começaram a repensar em todos os sentidos a ideia e lugar tradicionalmente colocado as mulheres, atingidas ou não pelas barragens.

Desta forma, o MAB (2015, p. 13-14) argumenta que:

Desde sua formação há mais de 20 anos, o MAB tem atuado na luta pelos direitos humanos, dentro de um contexto de disputa de interesses, no qual, a correlação de forças é extremamente desigual.

Na lógica do atual modelo de construção de barragens, a energia é vista como uma mercadoria e os direitos humanos, assim como o meio ambiente, constituem empecilhos, sendo tidos como custos a serem reduzidos pelas empresas construtoras que visam gerar lucros extraordinários. Assim, 16 direitos humanos são sistematicamente violados na implementação de barragens, como já reconheceu formalmente o Estado brasileiro em 2010, no relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [...]. Esse padrão de violação se replica nas mais de 2000 barragens construídas no Brasil que têm causado o despejo de mais de 1.000.000 de pessoas (MAB, 2015, p.13-14).

Esta perspectiva levantada pelo Coletivo de Mulheres, se refere a um conjunto de direitos desrespeitados no Brasil, tanto os direitos coletivos quanto individuais, que foram conquistados através de conquistas sociais e políticas que são um acúmulo de todas as lutas e resistências que o MAB travou ao longo de sua história.

Então o processo de construção das *arpilleras*, permitem o diálogo para possíveis soluções sobre conflitos coletivos de ordem econômica, social e cultural, como o direito de respirar o ar puro, a um meio ambiente equilibrado, qualidade de vida, entre outros que constituem o universo plural que discorre a vida dos indivíduos, que foram decorrentes ao um processo capitalista, cujo os prejuízos são completamente incalculáveis em decorrência da construção das barragens.

O MAB (2015) ressalva que este processo de construção coletivo e popular, são o que dá enredo ao próprio movimento, para que haja a superação da condição passiva das vítimas, e passar a assumir a sua identidade de militante defensoras de direitos que perpassam a sua condição individual, mas vislumbram a defesa de seus direitos coletivos, assumindo a perspectiva de sujeitos históricos e assim reescrever suas histórias com suas próprias mãos e com sua voz.

Neste contexto, Esther Vital Garcia Conti (2016 apud LIMA, 2018, p.77) que foi uma das facilitadoras das exposições das *arpilleras*, escreveu um ensaio intitulado “*Arpilleras Y empoderamiento: afectadas por represas, de víctimas a defensoras de derechos humanos*”, afirma que a arte produzida nestes contextos de conflitos, trazendo consigo um potencial de empoderamento às pessoas que estão inseridas no mesmo, neste caso as mulheres *arpilleristas*, fazendo menção o empoderamento, em um sentido que o mesmo é um elemento de fundamental importância para que haja a construção de uma conscientização.

Paulo Freire (2016) em sua obra “*Conscientização*” nos traz aspectos muito importantes que precisam ser considerados ao dialogarmos sobre a consciência que é construída coletivamente através das *arpilleras*.

Freire (2016, p.15) destaca que “ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade.”

No processo de conhecimento, o sujeito tende a se comprometer com a realidade, sendo está uma possibilidade que está diretamente relacionada à práxis humana, pois, é através da conscientização que os sujeitos assumem seu compromisso histórico, no processo de fazer e refazer o mundo, dentro de possibilidades concretas, fazendo e refazendo também a si mesmo,

partindo do princípio da necessidade de tomada de consciência, que ainda não é conscientização, pois segundo Freire esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência (2016, p.15).

Para Freire (2006, p. 15):

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece (FREIRE, 2006, p. 15).

O conceito de conscientização que Freire (2016) traz ao longo de suas obras, exige o engajamento da ação transformadora. Na perspectiva educacional, a conscientização é um fator primordialmente necessário para que haja o desenvolvimento da criticidade, que aliada a curiosidade, potencializa a criatividade da ação transformadora diante as situações.

Nesta perspectiva, Conti (2016, apud LIMA, 2018, p.77) afirma que a consciência assume um papel fundamental no processo de empoderamento em relação as *arpilleras* do MAB, ocorre de forma planejada e organizada, pois as mulheres do movimento já tinham a intenção prévia de trabalhar com o bordado como uma forma de denúncia.

As experiências das *arpilleristas* hoje vividas subjetivamente, são compartilhadas culturalmente, ou seja, são concepções herdadas de forma simbólica e por meio delas, as pessoas se comunicam, perpetuam e compartilham seu conhecimento em relação a vida, com linhas, retalhos e cores.

## 5 ANÁLISE DO CASO *ARPILLERA*

Quadro 2 - Síntese do caso *Arpillera*, o tecido pedagógico da resistência feminista no movimento dos atingidos por barragens – MAB

CATEGORIA	DIÁLOGO COM OS TEÓRICOS	SUJEITOS DO CAMPO	SINTESE
<p><b>A EFERVESCÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL</b></p>	<p>Maria da Glória Gohn (2010,p.13-14) os movimentos sociais são o coração pulsante da sociedade, onde os mesmos são categorizados como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural, as quais a população expressa e organiza suas demandas. Afirmando que os sujeitos que compõe os movimentos sociais, fazem resistência contra a sociedade capitalista que os oprime, e a todo custo tenta criminalizar suas atuações orgânicas. Assim os movimentos sociais trabalham para que os cidadãos excluídos socialmente, sejam incluídos em seus respectivos contextos plurais, construindo novos fazeres propositivos. (GOHN, 2010, P. 13-14)</p>	<p>O MAB (2013, p.07) se apresenta como um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político ou grau de instrução. Nos organizamos para a defesa dos interesses das populações atingidas pelo sistema de geração, distribuição e venda de energia e para a construção de um novo modelo energético, que esteja a serviço do povo brasileiro. O movimento organiza lutas em torno das barragens (antes, durante ou depois de sua construção) seja para impedir, garantir, ou manter o direito dos atingidos. Luta pelo comprimento dos direitos humanos, econômicos e sociais e denuncia a violação dos direitos dos atingidos por barragens, que coloca no centro a soberania energética popular dentro de um novo modelo de desenvolvimento social, com respeito à dimensão socioambiental. Todas essas lutas de alimentam no</p>	<p>De forma prática, os movimentos sociais se expressam através de denúncias, marchas, mobilizações, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil e negociações, porém na contemporaneidade os movimentos sociais tem se movimentado de outras formas, através de uso de redes sociais por exemplo, além de atuarem de forma descentralizada através de redes locais, regionais, nacionais e internacionais.</p> <p>O mab atualmente está presente em 17 estados brasileiros, fortalecendo os seus principais objetivos que são: resistir contra a construção de barragens que provocam danos sociais e ambientais; lutar para que nenhuma barragem seja construída sem acordo com a população; defender a permanência do povo na terra; reivindicar garantia de justa indenização ou reassentamento aos atingidos; proporcionar formação aos integrantes do movimento; ampliar o número de militantes; discutir e propor um novo</p>

		<p>profundo sentimento de amor ao povo, amor à vida, em todas as suas manifestações. (MAB, 2013, p.07)</p>	<p>projeto energético para o país que garanta, entre outros itens, utilização de fontes alternativas de geração, acesso à energia para todos, com tarifas populares para os consumidores familiares.</p>
<p><b>DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA</b></p>	<p>Giuseppe Tosi (2005, p.19) esclarece que o primeiro artigo da declaração universal dos direitos humanos, estabelece que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotadas de razão e de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.” (TOSI, 2005, P.19)</p>	<p>Bom, quando a gente recebeu o relatório, porque a gente fazia parte da comissão, indo a campo, visitando as obras, identificando as violações, nós tínhamos 1 pessoa que fazia parte do conselho. Enfim, quando saiu oficialmente o relatório, às 16 violações de direitos eram recorrentes em todas as obras, então a gente começou a olhar para as mulheres. Antes disso a gente já vinha debatendo na coordenação do MAB as mulheres em todo o brasil, mas sobretudo no norte e nordeste, que estavam na linha de frente, eram as mulheres que estavam na frente dos processos organizativos, nas comunidades, organizando as reuniões, estavam ali né?</p>	<p>Ao fazermos um recorte sobre educação e direitos humanos no Brasil, é estreita e frágil, e não é algo contemporâneo, esta mencionada desde da promulgação da Constituição Imperial Brasileira assinada em 1824 e a Constituição Republicana em 1891, ambas mencionadas por Dias (2007, p.444) como sendo os primeiros marcos legais brasileiros, onde a educação é mencionada como um direito, porém como sendo um direito de todos e dever do Estado, a educação só é mencionada a partir da Constituição de 1934 através do seu Artigo 140, que diz “ a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.”</p>

		Sempre a frente das coisas (DANI HOHN, 2021).	
<b>DIREITOS HUMANOS EDUCAÇÃO</b>	<p><b>E</b> Adelaide Alves Dias (2007, p.441-456) diz que a temática dos direitos humanos, surgiu na conferência mundial sobre direitos humanos que foi realizada na cidade de Viena – Áustria, no ano de 1993, onde foi estabelecido no documento declaração e programa de direitos humanos.</p> <p>A educação em direitos humanos deve incluir paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, tal como previsto nos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, para que seja possível conscientizar todas as pessoas em relação a necessidade de fortalecer a aplicação universal dos direitos humanos.</p> <p>(DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS DE VIENA, 1993, p. 09.</p> <p>Emir Sader (2007, p.80) argumenta que educar é um ato de formação da consciência com conhecimento, valores com a capacidade de compreensão, por este motivo o teórico considera que o processo educacional é muito mais amplo que a</p>	<p>Então começamos a fazer as reuniões, escutar esses relatos, porque já sabíamos que acontecia antes, em Rondônia, em estreito no Tocantins, estavam neste mesmo período acontecendo os relatos, das casas de prostituição, poderíamos passar aqui horas conversando sobre o que realmente acontece nas barragens, e foi indo, todas as vezes que nos reuníamos com as mulheres, e quando o relatório chegou em nossas mãos, bom estava comprovado, que de fato as mulheres, os impactos são maiores nas vidas das mulheres. Bom em 2015, fizemos o 1º encontro de mulheres em Brasília, nós conseguimos reunir 500 mulheres, das representações dos estados, foram 14 ou 15 estados, e aí imagina quase 500 mulheres, debatendo e entendendo essa realidade, 3 ou 4 dias juntas, voltaram, animadíssimas voltaram para casa, vamos fortalecer a organização das mulheres dentro do MAB, então como acontece os impactos das barragens dentro da vida das mulheres, vamos tentar rascunhar isso, quais são essas violações, quais os tipos dessas violações, a gente percebe, como a gente mensura isso melhor.(DANI HOHN, 2021).</p>	<p>Desde de 1934, a educação obteve vários desdobramentos e fomentações, principalmente quando surgiram debates sobre a universalidade, a obrigatoriedade da educação, além da gratuidade do ensino e o forte movimento em defesa da escola pública, liderado por educadores, sociólogos, intelectuais, líderes sindicais entre outros, como o sociólogo Florestan Fernandes e educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire, porém o eixo central desse debate se deu sobre o questionamento da natureza da educação, na tensão entre o setor público e privado.</p> <p>Entendemos que esta discussão, foi crucial para que possamos construir pontes teóricas que liguem educação e direitos humanos ultrapassam as linhas formais da educação, pois trata-se de questões ligadas à subjetividade humana e plural dos cidadãos que muitas vezes estão além de contextos formais da educação, estando ligados à sua vivência diária com seus pares e espaços de formação, formais e não formais.</p>

	educação formal dos espaços escolares, e nestes processos os direitos humanos precisam estar inseridos. (SADER, 2007, p.80)		
<b>DIREITOS HUMANOS BARRAGENS</b>	<b>E</b> Monise Vieira Soares (2019, P.150-162) diz que nos territórios das barragens, as violações de direitos humanos sofridas pelos povos atingidos, consistem em decorrência da intensa migração populacional daqueles que vão residir nestes territórios, para trabalharem nas construções dos empreendimentos das usinas hidroelétricas por um curto espaço de tempo. Este fator unido a ausência de fiscalização na implementação das obras e gestão de políticas públicas nas respectivas regiões e, não preparação prévia de ações do poder público para suportar as novas demandas sociais, geram uma série de violações de direitos nestes territórios. (SOARES, 2019, P.150-162)	Em 2007-2008 a gente conseguiu fazer um estudo de obras institucional, inclusive o ministério de minas e energia – MME, casa civil, enfim, foi um estudo da comissão nacional dos direitos humanos - CDDH, já nem é mais esse termo que usam, mais enfim, foi um relatório <sup>32</sup> que a gente conseguiu fazer em 07 barragens no brasil, e comprovou o que a gente já dizia, que as barragens causavam violações de direitos. Foram relacionadas 16 violações de direitos e especial na vida as mulheres e o relatório apontam para isso, mulheres, crianças e idosos, em especial tem suas violações mais agravadas. (DANI HOHN, 2021)	Como uma forma de registrar as demandas de violações de direitos humanos, provenientes dos territórios das barragens, no ano de 2011 quando o MAB criou 20 anos de sua existência, o movimento criou a cartilha “violação dos direitos humanos na construção das barragens. A partir da organização do MAB, foi criado o dossiê e nele foi relatado o processo de criminalização, processos judiciais contra os atingidos, fazendo com que em 2006 o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH aceitasse as denúncias e começasse a visitar os locais denunciados. Como resultado, a CDDPH detectou 16 direitos humanos que foram sistematicamente violados nos territórios das barragens.
<b>PEDAGOGIAS DAS EXPERIÊNCIAS</b>	NELSON MALDONADO – TORRES (2020, P.08) As lições da pedagogia de(s)colonial não se limitam à prática explícita do ensino. Mais que responder à necessidade de	Então, eu estava querendo fazer um trabalho que tivesse haver com a (re)construção do tecido social, e eu me deparei com essa linguagem com essa maravilha, e desde de então eu tenho militado na legitimação dessa	Pedagogias de(s)coloniais, se trata de práticas pedagógicas que foram construídas a partir do chão da américa latina, carregando consigo o desafio de fazer enfrentamento as colonialidades do ser e saber, desconstruindo os mitos da

<sup>32</sup> Link do relatório “Atingidos por barragens” :

<https://drive.google.com/file/d/1IYj5fZLnflXsWqzBfmsY6KQNUR6kj0-/view?usp=sharing>

	<p>transmitir conteúdos específicos, a mesma se dá do surgimento do horror e escândalo frente à colonização e fica ancorada na atitude de amor e raiva de(s)colonial que surge como dimensões positivas a esse escândalo. para entender a pedagogia de(s)colonial, deve-se compreender as dimensões fundamentais da colonização moderna da colonialidade e das atitudes que nascem para combatê-las. (TORRES, 2020, P.08)</p> <p>Carlos Brandão (1983, p.05) explica que a educação popular é construída coletivamente por pelo menos aqueles que a pensam de modo mais motivado, a educação popular parece não só existir fora da escola e à margem portanto de uma “educação escolar”, de um “sistema de educação”, ou mesmo “da educação”, como também parece resistir a tudo isso. Porque não aproveitamos, leitor, o fato de que a educação popular não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mais um domínio de ideias e práticas regido pela diferença, para explorar o próprio sentido da</p>	<p>linguagem, dessa expressão, sobretudo para narrar, registrar essas histórias de violências de opressão. Aí eu terminei o mestrado, e fiz as práticas na Palestina, eu fui lá, trabalhei em uma organização de mulheres palestinas, fiz <i>arpilleras</i> lá, foi a primeira vez que eu coloquei as <i>arpilleras</i> para praticar, foi muito louco (ESTHER CONTI,2021).</p> <p>Então, a nível nacional definimos no encontro de mulheres em 2011, que pelo MAB ser um movimento misto, seria importante também trabalhar especificamente com o tema das mulheres, a organização das mulheres, porque a gente sabe o quanto é negado para nós os vários direitos, inclusive os a participação política de estar em espaços de decisão. Então a partir daí a gente começou a organizar melhor as mulheres do MAB, priorizando a organização das mulheres. Nós temos o coletivo nacional, que nós estamos inclusive em processo de formação, é tanto livro meu Deus, para estudar (risos) é muito difícil... e todos os estados nós temos essa tarefa de organizar o coletivo de mulheres, tanto estadual com o as mulheres da coordenação do MAB que fazem parte da organização, as mulheres da direção e as mulheres que ajudam a construir o</p>	<p>modernidade e colonialidade, considerando ainda que cada espaço dos vários territórios e caminhos que fortalecem a perspectiva de(s)colonial.</p> <p>Neste sentido, a metodologia que o mab utiliza para trabalhar com as mulheres atingidas por barragens, parte do pressuposto do trabalho organizativo com as mulheres, pois o movimento considera que as mulheres são historicamente vítimas da sociedade, por serem necessárias para a reprodução capitalista, patriarcal e machista.</p> <p>Portanto, consideramos que a educação popular é um trabalho pedagógico que traz convergências entre os educadores e os próprios movimentos populares, entretanto existem razões dos dois lados, onde de um lado temos educadores que entendem a educação como um serviço que eles precisam colocar em prática, de outro temos os movimentos sociais que são a razão para que o serviço possa ser colocado em prática, de outro temos os movimentos sociais que são a razão para que o serviço possa ser colocado em prática, uma vez que a proposta que a educação defende, é a própria classe popular que deve construí-la através de seu conhecimento genuíno.</p> <p>Os caminhos que unem as pedagogias de(s)coloniais e a educação popular, é fundamental para entendermos como o</p>
--	--	--	--

	<p>educação, através de percorrer os diferentes modos de seu ser como educação popular. (BRANDÃO, 1983, p.05)</p>	<p>MAB nas regiões dos grupos de base. Então esse espaço é específico com as mulheres, pra formação, para organização e dentro disso temos outro debate que é a ciranda, que é uma parte importantíssima para a participação das mulheres, que é ter um espaço para levar as crianças, inclusive as crianças passam por processos de formação, não é apenas um espaço para cuidar e sim um espaço formativo (MÉRCIA VIEIRA, 2021).</p>	<p>processo formativo das mulheres do MAB em uma perspectiva de(s)colonial é construído, pois entendemos que a educação popular é o fio condutor que irá materializar a prática metodológica das <i>arpilleras</i>.</p>
--	---	--	---

Fonte: Criação Própria

### 5.1 Os caminhos da técnica de bordado *arpilleras* e o MAB

Os caminhos que cruzam a técnica de bordado *arpilleras* e o MAB, foram caminhos construídos pela história do movimento, e pela necessidade de reivindicar as violações de direitos já identificadas pelo movimento e que estavam sendo negligenciadas pelo poder público e pelas empresas responsáveis pelas usinas hidroelétricas.

Dialogando com as mulheres da coordenação do MAB, podemos identificar que caminhos epistemológicos, que trilharam a história das mulheres atingidas por barragens, e que encontraram na técnica de bordado *arpilleras*, uma forma legítima de traduzir as denúncias provenientes das violações de direitos humanos, produzidas pela construção das barragens.

Podemos perceber em quatro olhares distintos, a potência do bordado, que se tornou uma metodologia de organização e formação política das mulheres atingidas, fazendo-as passar por um processo formativo, contando suas histórias particulares, e a partir do coletivo, relatar para o mundo a outra face das barragens.

Fizemos descobertas além dos relatos escritos que já conhecíamos, que nos emocionaram e nos mostraram outros caminhos os quais iremos relatá-los, mostrando a técnica de bordado *arpilleras* é fiel em seus relatos, mostrando o horror através dos olhares das mulheres *arpilleristas*.

Inicialmente queremos relatar que o MAB desde que começou a trabalhar com a metodologia da técnica de bordado *arpilleras*, traz duas perspectivas, que ao nosso ver são cruciais para que possamos entender, os aspectos que circundam todo esse processo.

Compreendemos que a técnica de bordado *arpilleras*, usada pelo MAB como a metodologia de auto-organização das mulheres atingidas e a coletividade, marcam todo o processo de confecção das peças, fazendo com que possamos refletir a cerca de dois conceitos abordados por Boaventura de Sousa Santos (2019), a sociologia das ausências e a ecologia dos saberes.

Para chegarmos até a sociologia das ausências e a ecologia dos saberes, Santos (2019, p.49-58) nos convida a refletir sobre os percursos necessários para as epistemologias do sul. Uma discussão imprescindível, quando nos propomos a dialogar sobre a luta dos movimentos sociais, independente de suas bandeiras de luta.

Quando falamos especificamente sobre a luta dos atingidos por barragens, não podemos nos distanciar do simbolismo que as barragens carregam consigo. Elas são uma das expressões capitalistas da modernidade.

Nesta perspectiva, Santos (2019, p.42) traz a reflexão de que na modernidade ocidental não há humanidade sem sub-humanidades, de acordo com o autor, O capitalismo seria intrinsecamente incapaz de abdicar do conceito do sub-humano enquanto parte integrante da humanidade, ou seja, a ideia de que existem alguns grupos sociais cuja existência social não pode ser regida pela tensão entre regulação e emancipação, simplesmente porque não são completamente humanos. Na modernidade ocidental não há humanidade sem sub-humanidades. (SANTOS, 2019, p.52)

Para aqueles sujeitos que implantam as barragens nos mais diversos territórios, as pessoas que residem neles são consideradas sub-humanos. Entendemos esta perspectiva brutal, pela forma como as violências são produzidas nestes territórios, e as narrativas que ouvimos comprovam isso.

As violências contra os atingidos, denotam como é clara a existência da linha abissal, descrita por Santos (2019, p.52) como a divisão radical entre formas de sociabilidade metropolitana e formas de sociabilidade colonial que tanto caracteriza o mundo ocidental, criando dois mundos, onde mesmo sendo gêmeos, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, se apresentam como incomensuráveis.

Santos (2019, p. 43) explica que:

O mundo metropolitano é o mundo da equivalência e da reciprocidade entre “nós”, aqueles que são, tal como “nós”, integralmente humanos. Existem

iniquidades sociais e de poder entre “nós” que são suscetíveis de criar tensões e exclusões; contudo, em caso algum põem em questão a “nossa” equivalência e a reciprocidade básicas. Por essa razão, tais exclusões são não-abissais. São geridas pela tensão entre a regulação social e a emancipação social, bem como pelos mecanismos criados pela modernidade ocidental para geri-las, tais como o Estado Liberal, o Estado de direito, os direitos humanos e a democracia (SANTOS, 2019, p.43).

Neste cenário, estão situadas as lutas pela emancipação social, que ainda de acordo com o autor (idem, 2019, p.43), são sempre lutas contra as exclusões sociais geradas de forma atual de regulação social, com o objetivo de substituí-la por uma nova forma de regulação social nova e menos excludente.

Sobre o mundo colonial, Santos (2019, p.43) continua sua explicação afirmando que:

O mundo colonial, o mundo da sociabilidade colonial, é o mundo do “eles”, aqueles relativamente aos quais é inimaginável e existência de qualquer equivalência ou reciprocidade, uma vez que não são totalmente humanos. Paradoxalmente, a exclusão é ao mesmo tempo abissal e inexistente, já que é inimaginável que possam alguma vez vir a ser incluídos. Estão do outro lado da linha abissal (SANTOS, 2019. p.43).

A crueldade que existe do outro lado da linha, é vista a partir das exclusões que são geridas através da apropriação e violência, onde está apropriação não é apenas de recursos, que são apropriados de forma violenta, mas estamos falando de vidas dos sujeitos que estão neste lado da linha, que tem suas vidas e recursos tomados de forma violenta.

Nesta perspectiva, as epistemologias do Sul estão situadas como uma forma de priorizar epistemologicamente às exclusões abissais, que estão neste lado da linha.

Santos (2019) afirma que a epistemológica, se dá pelo fato dos epistemocídios causados pelas ciências modernas eurocêntricas terem sido muito mais devastadoras neste lado da linha, através da conversão da apropriação e da violência colonial.

Desse modo, Santos (2019) afirma que:

As teorias críticas modernas reconheceram os diferentes graus de exclusão, mas recusaram-se a considerar qualitativamente diferentes tipos de exclusão, não demonstrando ter qualquer consciência da linha abissal. Se as epistemologias do Sul não concedem qualquer privilégio epistemológico às exclusões não-abissais é apenas porque estas já foram objeto de muito investimento cognitivo, e ainda porque as lutas dos últimos quinhentos anos contra essas exclusões tiveram muito mais visibilidade em termos políticos (SANTOS, 2019, p.44).

Neste seguimento, o autor ainda reitera que,

Para as epistemologias do sul e as exclusões não-abissais ganhem maior visibilidade e força, é necessário inicialmente o reconhecimento da existência da linha abissal, pois isso fará com que a agenda política dos grupos que lutam contra a dominação capitalista, colonial e patriarcal deve, por isso, aceitar como princípio orientador a ideia de que as exclusões abissais e não-abissais

funcionem em articulação e que a luta pela libertação só será bem sucedida se as várias lutas contra os vários tipos de exclusões forem devidamente articuladas (*idem*, 2019, p.44).

Afirmar as epistemologias do Sul é um ato de resistência, contra as três formas de dominação moderna sinalizadas por Santos (2019, p.46), o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Por este motivo, o reconhecimento da linha abissal é importante, para que os sujeitos que compõe os movimentos sociais entendam contra quem de fato estão lutando.

No caso do MAB, quando o movimento entendeu que as barragens eram de fato apenas uma expressão de algo bem maior do que eles conseguiam ver, começaram a traçar estratégias objetivas para enfrentar o seu real inimigo, o capitalismo, identificando as formas com o capitalismo ataca nos mais diversos segmentos sociais.

Os sujeitos que compõe o MAB, de uma forma geral são todos atingidos por barragens, porém a forma como são atingidos, é deferente, por exemplo a forma como as barragens atingem os homens e as mulheres, desta forma a resposta aos ataques capitalistas precisam ser, assertivas e objetivas, partindo da auto-organização do movimento. Só assim as lutas contra as exclusões abissais irão interromper a lógica da apropriação e da violência.

Seguindo a perspectiva de enfrentamento as ofensivas capitalistas, tendo como alvo as violências produzidas nos territórios das barragens, acreditamos que a sociologia das ausências e das emergências, são caminhos viáveis a serem tecidos.

Para Santos (2019) a sociologia das ausências é a cartografia da linha abissal. Porém, não é um empreendimento intelectual motivado pela curiosidade cognitiva e sim, primordialmente, um recurso para as lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, devendo ser aplicada tendo em conta as lutas específicas (*idem*, 2019, p. 49-51).

Neste sentido, Santos (2019) ainda explica:

[...] a sociologia das ausências é a pesquisa sobre os modos como o colonialismo, sob a forma de colonialismo de poder, de conhecimento e de ser, funciona em conjunto com o colonialismo e o patriarcado a fim de produzir exclusões abissais, ou seja, a fim de tornar certos grupos de pessoas e formas de vida social não – existentes, invisíveis, radicalmente inferiores ou radicalmente perigosos, em suma, descartáveis ou ameaçadores (SANTOS, 2019, p.49-50).

Quando perguntamos a Coordenadora Nacional do MAB, Diane Carlos Hohn, chamada carinhosamente como Dani Hohn, como começou a sua história com o movimento é possível compreendermos a partir da sua narrativa um pouco sobre as estratégias que o MAB adota para enfrentar as ofensivas do capitalismo:

Eu sou natural do Rio Grande do Sul, mas em 2007 recebemos um convite do MAB para contribuirmos no Pará. Já tinha um processo de resistência lá,

contra Belo Monte que é uma luta desde da década de 1980, outros processos como Tucuruí, que é mais antiga com mais de 30 anos, então sempre teve processos de resistência lá. Mas nós precisávamos fortalecer os processos organizativos de lá, estimulando a companheirada, porque Belo Monte estava voltando com tudo. A gente ficou lá desde 2007, quando foi 2010, Belo Monte foi aprovada, então ficamos mais 10 anos no Pará, contribuindo nos processos organizativos das populações atingidas, fortalecendo os processos que já tinham, mas identificando novas lideranças. Então em 2016 nós fomos designados a vir para a secretaria nacional do MAB em São Paulo (DANI HOHN, Coordenadora Nacional do MAB, 2021).

Através desta narrativa, podemos compreender que o MAB utiliza de uma estratégia de organização, partindo das experiências de seus militantes, para construir e fortalecer os processos de resistência existentes nos territórios de barragens, além de identificar novas lideranças, e assim fazer com que o movimento amplie seus horizontes de forma orgânica.

A forma como o MAB, organiza os seus militantes para estarem a frente das reivindicações, ramifica para todas as frentes de atuação do movimento, inclusive com as mulheres como as coordenadoras do movimento nos informaram nas entrevistas.

A coordenadora do movimento Dani Hohn, em seu relato explicou que o MAB ao longo de sua atuação em todo Brasil, constatou que entre todos os povos atingidos por barragens, existiam grupos específicos que eram mais atingidos pelos empreendimentos, sendo eles as crianças/adolescentes, idosos e as mulheres. Desta forma iremos fazer um recorte sobre como o MAB despertou a necessidade de organizar as mulheres atingidas.

O começo de tudo ocorreu em meados de 2007-2008, quando o movimento conseguiu fazer um estudo de obras, institucional, construído pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos, incluindo o Ministério de Minas e Energia – MME, a Casa Civil, e outros órgãos governamentais. Este estudo, visitou 7 barragens no Brasil e comprovou o que o movimento já informava, que existiam violações de direitos humanos nos territórios das barragens.

Quando identificamos o início do trabalho investigativo que o MAB desempenhou, buscando por vias legais a identificação das violações de direitos humanos, existentes no território das barragens, podemos correlacionar com o conceito da sociologia das emergências, abordado por Santos (2019, p. 53).

De acordo com Santos (2019, p. 53):

[...] a sociologia das emergências dedica-se à positividade dessas exclusões, considerando as vítimas de exclusões no processo de rejeição da condição de vítimas, tornando-se pessoas resistentes que praticam formas de ser e de conhecer na sua luta contra a dominação. Tornar possível a passagem de vitimização à resistência é, afinal, a tarefa política mais importante da sociologia das ausências: desnaturalizar e deslegitimar mecanismos específicos de opressão (SANTOS, 2019, p.53).

Quando o autor nos aponta os caminhos para a sociologia das emergências, ele nos convida a refletir que precisamos enxergar novas potencialidades e possibilidades para que haja uma transformação social, em uma perspectiva anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal, que surgiram através das experiências que antes foram descartadas, que agora ressignificam subjetividades individuais e coletivas.

Nesta perspectiva, Santos (2019, p.53-54) afirma:

Essas novas características, que surgem sob forma de práticas materiais ou simbólicas, afirmam-se sempre de modo holístico, artesanal e híbrido, reconhecendo assim a presença multidimensional da exclusão e da opressão. A sociologia das emergências avalia-se segundo premissas que ampliam o seu potencial simbólico e material. Daí a sua definição como emergências, como realidade embrionárias, como movimentos incipientes, tendências que apontam para uma luta bem-sucedida contra a dominação (SANTOS, 2019, p.53-54).

Através das lutas dos povos atingidos contra a ofensiva capitalista, podemos visualizar a sociologia das emergências de forma clara chegando a ser palpável. A materialização da violência nos territórios das barragens, nos mostra que a uma ressignificação da luta, com a aplicação das frentes anticapitalistas.

Exemplificando esta perspectiva levantada, Dani Hohn em seu relato explica como o MAB há muito tempo já sinalizada que existiam inúmeras violações de Direitos Humanos nos territórios das barragens, mas como quem estava fazendo as denúncias era um movimento social, não se deu credibilidade, por isso a Coordenadora do MAB explica em seu relato:

Em 2007-2008 a gente conseguiu fazer um estudo de obras institucional, inclusive o Ministério de Minas e Energia – MME, Casa Civil, enfim, foi um estudo da Comissão Nacional dos Direitos Humanos - CDDH, já nem é mais esse termo que usam, mais enfim, foi um relatório<sup>33</sup> que a gente conseguiu fazer em 07 barragens no Brasil, e comprovou o que a gente já dizia, que as barragens causavam violações de direitos. Foram relacionadas 16 violações de direitos e especial na vida as mulheres e o relatório apontam para isso, mulheres, crianças e idosos, em especial tem suas violações mais agravadas. Então esse relatório começou a ser pesquisado em 2007-2008, a gente tinha apontado para a CDDH, visitar 60 obras, eles só visitaram 7, porque também não dão conta de visitar todas, mais enfim, e 2010 foi lançado esse relatório, então institucionalmente esse relatório veio comprovar tudo que a gente vinha dizendo a muito tempo pelos atingidos e ninguém ligava. Então esse relatório trouxe veracidade para tudo que os atingidos já vinham dizendo (DANI HOHN, 2021).

As vivências dos movimentos sociais embora legítimas, são marginalizadas pelo capitalismo que tenta a todo custo silenciar as vozes daqueles/as que precisam lutar para que

---

<sup>33</sup> Link do relatório “Atingidos por barragens” :

<https://drive.google.com/file/d/1IYj5fZLnflXsWqzBfmsY6KQNUR6kj0-/view?usp=sharing>

seus direitos sejam assegurados, porém a experiência dos oprimidos é mais forte e potente que a voz de seu opressor.

Como Santos (2019, p.53) nos aponta, essa luta é emergente e plural, se ramificando a cada descoberta, a cada diálogo, a cada vivência e principalmente em cada estratégia que é materializada, para que nos parâmetros capitalistas e governamentais, as lutas sociais possam ser legitimadas, como foi o caso do relatório apontado por Dani Hohn em sua fala anterior.

A experiência adquirida pelo MAB através da vivência dos territórios das barragens, fizeram com que o movimento entendesse a necessidade de trabalhar as pautas específicas das mulheres atingidas, como podemos verificar no seguinte relato:

Bom, quando a gente recebeu o relatório, porque a gente fazia parte da comissão, indo a campo, visitando as obras, identificando as violações, nós tínhamos 1 pessoa que fazia parte do conselho. Enfim, quando saiu oficialmente o relatório, às 16 violações de direitos eram recorrentes em todas as obras, então a gente começou a olhar para as mulheres. Antes disso a gente já vinha debatendo na coordenação do MAB as mulheres em todo o Brasil, mas sobretudo no Norte e Nordeste, que estavam na linha de frente, eram as mulheres que estavam na frente dos processos organizativos, nas comunidades, organizando as reuniões, estavam ali né? Sempre a frente das coisas (DANI HOHN, 2021).

Neste relato, começamos a perceber que para além do relatório que havia sido construído comprovando as violações de Direitos Humanos, o MAB conseguiu através da experiência e vivência nos territórios constatar que havia segmentos que sofriam para além das violações já identificadas.

Começaram a perceber que as mulheres sofriam mais. Nos chama atenção na narrativa da Dani Hohn, quando a mesma frisa que as mulheres do norte e nordeste estavam na linha de frente dos processos organizativos nas comunidades, pois esta fala, corrobora com o que Santos (2019, 54-55) ao mencionar como exemplo as mulheres camponesas.

De acordo com o autor,

As mulheres camponesas que lutam pela sua própria dignidade e pela dignidade das suas famílias, pelas economias locais e terras comunitárias e contra os preconceitos patriarcais das suas culturas e religiões são levadas a assumir uma identidade específica – a de feministas – apesar de serem igualmente camponesas, lutadoras pela defesa da terra comunitária e empresárias não capitalistas. Trata-se obviamente, de mulheres, e a maioria considera-se feministas, mas são, para além de tudo isso, protagonistas (ou vítimas) de muitas outras agendas locais, nacionais e transnacionais – econômicas, políticas, religiosas – que permanecem fora do sistema de rótulos identitários, sendo, por esta razão, negligenciadas ou invisibilizadas (SANTOS, 2019, p. 54-55).

A identidade que as mulheres camponesas relatada por Santos (2019, p.54-55), é construída de forma gradativa e não automática, e nos remete a identidade das mulheres

atingidas por barragens, forjada através da vivência e das marcas que as violências produzem nos territórios das barragens e que até o período de 2007-2008 estavam invisibilizadas.

De acordo com as narrativas que ouvimos, nos parece que este fator incomodava muito o movimento, pois sabiam que as violências existiam, sabiam que as mulheres eram as mais prejudicadas, inclusive as mulheres do norte-nordeste, porém a questão que pairava no ar, se dava pelo que fazer então com toda essa realidade.

Sobre esta pauta, especificamente Dani Hohn, nos diz:

Bom, se tem violações que sabemos que tem, como isso se traduz na vida das mulheres? Então a gente começou a fazer alguns encontros com as mulheres a nível nacional, trazendo 02 mulheres de cada estado, conseguimos reunir a coordenação para a gente entender, e as mulheres ficavam um pouco mais e nós percebemos que os relatos das violações eram muito semelhantes. Economicamente, na conjuntura o que estava colocado era as obras de Santo Antônio e Jirau em Rondônia, as obras do parque 1, que estavam sendo implementadas, e vinha de lá relatos muito fortes de prostituição nas barracas, quebra de vínculos comunitários, do não reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, questão de violência, gravidez na adolescência, uma série de coisas que impactava diariamente a vida das mulheres. Só que esse relato que vinha de Rondônia, a gente já tinha ouvido de outras obras, Itaipú – PR, Sobradinho – BA, nas barragens do Sul, em Machadinho, Campos Novos e em todas as outras, a gente escutava esse tipo de coisa. Quando a gente reunia a mulherada começava a ter esses relatos, ao mesmo tempo que a gente percebia que as mulheres estavam na linha de frente, nas organizações, buscar os direitos, reivindicava, era o público que mais se atenta para essas demandas, então tudo isso estava acontecendo ao mesmo tempo, a realidade era concreta, então como juntar? Então percebemos que é uma forma da gente fortalecer o MAB a partir das mulheres, então, auto organizar as mulheres, porque assim fortalecendo as mulheres automaticamente, fortalecemos o MAB (DANI HOHN, 2021).

Queremos destacar na narrativa acima, o que para nós se tornou marcante em todas as entrevistas que fizemos, se trata da auto-organização das mulheres. Desse modo, é possível perceber que o MAB compreende de forma clara que sua luta não é contra as empresas de energia, mas sim contra o sistema capitalista que está por trás de todo esse sistema que se mostra para os povos atingidos através das usinas hidroelétricas.

Nesta perspectiva, Mirla Cisne (2014) nos traz contribuições sobre a auto-organização das mulheres, refletindo o quão ela é necessária para a luta da classe trabalhadora, através do feminismo, enfatizando que em momento algum o feminismo tende a dividir a classe trabalhadora, pelo contrário, o feminismo contribui para potencializar a classe trabalhadora na perspectiva da emancipação humana.

Deixar claro que não são os que lutam contra a opressão que são responsáveis pela divisão de classe, nem pelo aprofundamento das questões ligadas ao gênero, o que é um debate emergente que precisa estar presente em diálogos voltados para questões de classe.

Por este motivo é tão importante enxergar a luta do MAB e dos outros movimentos sociais, também pelas lentes feministas, pois de acordo com Cisne (2014, p.195) o feminismo amplia o olhar dado ontologicamente a luta de classe.

De acordo com Cisne (2014, p.195):

[...] ampliar a concepção de luta da classe trabalhadora e ampliar a ideia do que é a classe trabalhadora. Ao fazer isso, o feminismo contribui para ampliar o projeto político [...] quando você amplia a concepção de classe, amplia a concepção de classe no sentido de dizer, que a luta de classe operária tem dois sexos. Mas, não só isso. Ele contribui para ampliar a concepção de projeto contribuindo para que a classe entenda que ela precisa enquanto organização política, seja movimento ou partido, sem aliançar com outros movimentos que também representam a classe e muitas vezes fazer aliança para além da classe pra poder fazer transformações (CISNE, 2014, p. 195).

Quando a autora traz a concepção da necessidade de novas alianças para que haja transformações, percebemos que o MAB seguiu este fluxo, pois como vimos na narrativa de Dani Hohn, embora os atingidos já soubessem da realidade dos territórios das barragens, não havia a materialização documental dos crimes, impossibilitando o movimento de avançar em algumas áreas, inclusive identificar quais os seguimentos da sociedade que são mais atingidos pelos empreendimentos.

Quando houve a junção dos dados colhidos através do relatório da CDDH com as narrativas dos atingidos e atingidas, ficou nítido que as mulheres eram o seguimento mais atingido com os empreendimentos nas cinco regiões do Brasil, então entendemos que a necessidade de construirmos de pontuarmos a necessidade de uma consciência e identidade de classe pautada pelo feminismo, que nos levará a auto-organização das mulheres.

Construir este diálogo dentro dos movimentos sociais é muito importante, pois como afirma Heleieth Saffioti (1979, p.85) no interior da classe trabalhadora o feminismo também provoca conflitos, porém de acordo com a autora estes conflitos precisam desmistificar a ideia de divisão de classe e colocar em marcha a construção da necessidade de valores relacionados a classe socialista.

Aprofundando-se nesta perspectiva, Saffioti (1979, p.85) nos diz que precisamos ir além do economicismo ou do evolucionismo em que tantos recaíram ao acreditar que com a transformação do modo de produção capitalista a libertação da mulher seria automaticamente alcançada.

Neste sentido, Cisne (2014, p.199) explica:

O feminismo radicaliza a luta da classe trabalhadora. Radicaliza porque amplia seus horizontes. A nossa revolução é mais longa porque é mais profunda. O sujeito feminista, o movimento de mulheres comprometido com a transformação, o fim do patriarcado e o fim do capitalismo, ele tá tomando

parte da classe trabalhadora. Nosso processo de organização a gente tem que já ser hoje o que queremos que o mundo seja (CISNE, 2014, p.199).

Na conjuntura atual, é vital que as mulheres da classe trabalhadora removam as correntes impostas pelo capitalismo, o que para nós este movimento só se torna real e possível através do feminismo, pois ele é o fio condutor que irá possibilitar a análise crítica das lutas em sua totalidade, pelo movimento dialético que circunda as lutas de classes.

Sobre este viés, a perspectiva da auto-organização das mulheres é tão importante para as mulheres no contexto capitalista, pois de acordo com Cisne (2014, p.199) a auto-organização das mulheres, constrói a formação da consciência feminista, muitas vezes antes da consciência militante, porém ambas estão interligadas de forma orgânica.

Cisne (2014, p.199) ainda explica:

Sem a organização das mulheres de maneira autônoma ou dentro dos espaços organização, ou dos movimentos, a transformação não vai acontecer. O sujeito que vive a opressão precisa se organizar para lutar por ela, de maneira autônoma ou dentro de outros espaços junto com outros companheiros, porque não dá pra gente achar que quem não vive a opressão vai lutar da mesma forma de quem vive a opressão. Sem a auto-organização das mulheres a gente não constrói o movimento feminista, não radicaliza o nosso projeto societário (CISNE,2014, p.199).

Pensar sobre auto-organização sob a perspectiva feminista, nos parece transcender as bandeiras dos movimentos sociais, se trata de construir uma nova sociedade unindo a diversidade das bandeiras sociais, a partir de um olhar contra hegemônico narrado pelas vozes feministas que sentiram e sentem na pele a voracidade do capitalismo.

Avançando ainda mais nesta perspectiva, Cisne (2014, p.199-200) explica que sem a consciência feminista construída pela a auto-organização, as mulheres não se libertarão pelo fato de não perceberem a liberdade como uma possibilidade através do seu sexo, porém é evidente que não basta apenas a conscientização feminista para conquistarmos a liberdade, pois esta é uma conquista coletiva, fazendo parte de um projeto societário.

Ou seja,

O feminismo é condição primeira para nós estabelecermos novas perspectivas e novas concepções rumo a uma nova sociedade. A libertação da mulher é obra da própria mulher. E, ao se libertar, ela também vai se empoderar para romper as relações de desigualdade daquilo que está posto na sociedade. Por isso, nós afirmamos, o feminismo é, sem dúvida, condição necessária, fundamental, indispensável para que hoje haja a libertação (CISNE, 2014, p.202).

Neste sentido, a auto-organização das mulheres é um meio indispensável para que as mulheres se percebam como sujeitos nas suas relações pessoais e políticas. Este processo que

possibilita as mulheres se apropriarem de si e também de se reconhecerem como sujeito político coletivo na luta por transformações de suas vidas e posteriormente na sociedade.

Especificamente sobre esta perspectiva, Cisne (2014, p.203) diz:

A questão da auto-organização, a força da auto-organização para a construção de uma identidade coletiva em termos de pensar mudanças, de se reconhecer como grupo social, da importância da ação coletiva, aquela ação básica que a gente vê quando começa o feminismo, quando a gente começa a discutir com as mulheres [...] de perceber que os problemas são comuns e que tem determinação social e que, portanto, pode mudar. Então nesse sentido é uma ferramenta muito poderosa para as mulheres pensar mudanças nas suas vidas e também perceber como essas mudanças tão vinculadas às mudanças na sociedade (CISNE, 2014, p.203).

A questão da importância da auto-organização das mulheres não deve ser entendida como uma necessidade funcional do movimento revolucionário para ganhar mais, sendo uma metodologia necessária para a construção da mulher como sujeito da revolução e para construirmos, com coerência revolucionária, novas relações sociais, livres de apropriações, opressões e explorações, construindo um novo projeto societário.

Compreendendo sobre a necessidade do feminismo e a auto-organização das mulheres, seguiremos o fluxo da entrevista com a coordenadora nacional do MAB Dani Hohn, quando a mesma explica como de fato o movimento começou a organizar as mulheres após a constatação que seriam as mulheres, as principais vítimas de violações de direitos nos territórios das barragens.

De acordo com Dani Hohn (2021),

Então começamos a fazer as reuniões, escutar esses relatos, porque já sabíamos que acontecia antes, em Rondônia, em Estreito no Tocantins, estavam neste mesmo período acontecendo os relatos, das casas de prostituição, poderíamos passar aqui horas conversando sobre o que realmente acontece nas barragens, e foi indo, todas as vezes que nos reuníamos com as mulheres, e quando o relatório chegou em nossas mãos, bom estava comprovado, que de fato as mulheres, os impactos são maiores nas vidas das mulheres. Bom em 2015, fizemos o 1º encontro de Mulheres em Brasília, nós conseguimos reunir 500 mulheres, das representações dos estados, foram 14 ou 15 estados, e aí imagina quase 500 mulheres, debatendo e entendendo essa realidade, 3 ou 4 dias juntas, voltaram, animadíssimas voltaram para casa, vamos fortalecer a organização das mulheres dentro do MAB, então como acontece os impactos das barragens dentro da vida das mulheres, vamos tentar rascunhar isso, quais são essas violações, quais os tipos dessas violações, a gente percebe, como a gente mensura isso melhor. Em 2011, começamos a fazer alguns encontros locais, estaduais, regionais com a mulherada, para entender um pouco mais isso, bom isso é soma, a gente vai compreendendo as coisas (DANI HOHN, 2021).

Este relato nos traz uma característica muito importante, que está presente em todo o processo organizativo do movimento, principalmente quando o assunto é a estrutura organizativa do coletivo das mulheres do MAB.

Percebemos que de forma coletiva, o MAB reuniu as mulheres representantes dos estados, onde haviam a maior incidência de construção de barragens, para que de forma coletiva, as mulheres pudessem inicialmente entender que embora vivessem em regiões opostas do Brasil, as suas realidades eram muito parecidas.

Os encontros que o MAB realizou com as mulheres atingidas desde de 2011, com encontros estaduais e regionais, até chegar em 2015 com o encontro nacional, fez com que o movimento entendesse que era emergente criar um coletivo que pautasse as demandas das mulheres atingidas, no sentido de fortalecer ainda mais o MAB e não criando outro movimento paralelo.

A identidade das mulheres atingidas precisava ser refletida, pois elas carregam consigo marcas silenciosas de uma violência que a maioria da sociedade não sabia que existia, enquanto que o poder público e as grandes empresas negligenciavam a realidade das mega obras e consequentemente os direitos dos povos atingidos e atingidas.

Entendemos diante da narrativa, que em meados de 2013 até 2015 o grande desafio era materializar a identidade das mulheres atingidas de forma legítima, fazendo com que as suas reivindicações e denúncias viessem a partir delas próprias e não de outras pessoas ou de relatórios produzidos.

Neste sentido, Dani Hohn nos explica que:

Em 2013 a gente conheceu as *arpilleras* porque nós não nos conhecíamos também né? a técnica, enfim. Tinha uma companheira, a Esther Vital, que já tinha uma certa experiência com outras entidades que ela atuava, a nível internacional e ela veio contribuir conosco do MAB nos projetos. Ela trouxe essa experiência das *arpilleras* e tal, caiu como uma luva. A gente já tinha minimamente levantado as violações, então já sabia, então como a gente traduz isso? (DANI HOHN, 2021).

Exatamente neste ponto de nossa entrevista, surgiu de forma muito sinérgica, necessidade de cruzarmos o atlântico para dialogar, ainda que de forma remota, em detrimento a pandemia do COVID-19, com a pesquisadora *arpillerista* Esther Garcia Vital Conti, pois nos inquietou de que forma surgiu a necessidade de se pesquisar sobre as *arpilleras* e como ela chegou até o Brasil especificamente até as mulheres do MAB.

Quando entramos em contato com Esther, prontamente ela se mostrou disponível para conversar conosco, e explicar como foi todo esse processo que trouxe a técnica de bordado *arpilleras* para as mulheres atingidas por barragens do MAB.

A entrevista que fizemos com Esther Garcia Vital Conti (2021) ampliou o nosso olhar sobre a técnica das *arpilleras*, mas tudo começou com sua inquietação pessoal como ela relatou na narrativa a seguir.

Esther Garcia Vital Conti (2021) nos explicou que:

Eu sou Espanhola, de uma cidadezinha com 1700 habitantes, o País Basco para você ideia, sou filha de professores de escola pública, eu sempre tive essa referência em casa, meus pais são muito agentes comunitários na cidade, aqui é uma cidade onde você vive intensamente a comunidade. Como eles foram professores por 30 anos da escola, muito ativos na igreja, tudo cultural, tudo que se faz, a parte social e tal. E aí eu saí da cidade com 18 anos e fui estudar em Salamanca (Espanha) que é outra cidade, e fiz Psicologia lá, e eu nunca tinha saído da minha cidade, meu mundo era 1.700 habitantes (risos), aí eu fui pra Salamanca e me abriu um pouco o mundo assim, aí eu viajei e fiz um intercâmbio na Irlanda e fui abrindo o mundo assim, como que fala, e depois eu fiz um mestrado em ajuda humanitária que chama, e aí nesse mestrado eu sempre quis sair da Europa, porque eu sempre pensei, que aqui era muito reducionista, eu falaria assim (risos), eu sempre tive vontade de saber como era a vida fora daqui, porque eu achava que as pessoas aqui tinham o foco muito fechado e o mundo era muito maior, ainda com a ideia muito romântica de poder ajudar, pensar, com a ideia que, a gente aqui na Europa é criada com a ideia que a gente aqui pode salvar o mundo, então eu fiz esse mestrado com a ideia de ter uma experiência fora da Europa, para sair para um país que não tivesse desenvolvido (ESTHER CONTI, 2021).

A narrativa de Esther, nos levou a refletir sobre o conceito de colonialidade abordado por Aníbal Quijano (2009), pois quando na narrativa acima, ouvimos o seguinte relato,

[...]eu sempre quis sair da Europa, porque eu sempre pensei, que aqui era muito reducionista, eu falaria assim (risos), eu sempre tive vontade de saber como era a vida fora daqui, porque eu achava que as pessoas aqui tinham o foco muito fechado e o mundo era muito maior, ainda com a ideia muito romântica de poder ajudar, pensar, com a ideia que, a gente aqui na Europa é criada com a ideia que a gente aqui pode salvar o mundo (ESTHER CONTI, 2021).

Podemos identificar quando a colonialidade está presente na perspectiva eurocêntrica, por este motivo, iremos abordar este conceito, pois acreditamos que seja um conceito importante para entendermos as narrativas a seguir.

O conceito que Anibal Quijano (2009) traz, coloca a colonialidade do poder como sendo um dos elementos constitutivos e específicos do padrão capitalista mundial. Porém, iremos entender que este processo inicia - se com a criação das classificações étnicas e raciais as quais são a base do padrão do poder o qual constitui sua operabilidade em cada plano, meio ou dimensões societárias.

As dimensões societárias abordadas por Quijano (2009), foram introduzidas a partir do momento que a América Latina foi criada, este que é um fator muito importante para a

constituição do capitalismo de forma mundial, centrados na Europa proporcionando o estabelecimento das ideias de colonialidade e modernidade.

Estas duas categorias são de fundamentais e necessárias para manutenção do poder, o que através de desdobramentos fizeram com que surgissem novas identidades sociais da colonialidade, o que segundo Quijano (2009, p.74) são os índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos e mestiços, além de categorias geoculturais do colonialismo como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (as suas últimas, mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa (Europa Ocidental, depois).

Nesta perspectiva, posteriormente houve a fundição entre o colonialismo e a colonialidade, para que houvesse o atendimento das necessidades do capitalismo, o qual construiu uma gama de fatores ao redor do mundo baseados em dominação e hegemonia eurocêntrica, o que chamamos de modernidade, em padrões capitalistas, a única racionalidade válida.

Ainda nas palavras de Quijano (2009), a perpetuação da dominação eurocêntrica que sustentou o capitalismo colonial e moderno, com sua essência constituída por hegemonia e economia, não durou eternamente, pois após inúmeros debates e apontamentos de sua fragilidade, fizeram com que o binarismo modernidade e racionalidade entrassem em crise.

As raízes do eurocentrismo e a sua extensão, foram estabelecidas na sociedade em uma perspectiva muito profunda, onde as relações sociais estabeleceram-se sobre a exploração, dominação e conflito, as quais propuseram uma articulação em torno da disputa pelo controle dos meios de existência social, que segundo Quijano (2008, p. 76) são:

1)O trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a natureza e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (QUIJANO, 2008, p.76).

O que nos chama atenção é a clara incidência da colonialidade do poder instaurada neste processo, pois o que a mesma impõe são formas de autoritárias de obrigar ou persuadir indivíduos a submeter-se a estas relações e a esse sentido geral do movimento da sociedade que nos habita, por isso que existe a necessidade real de ir de encontro a esta lógica, estabelecendo o processo contra – hegemônico dos sujeitos, principalmente os que habitam no sul global.

Quijano (2008) aponta que as relações de poder sempre existiram na nossa sociedade, porém em alguns territórios as se mostram de forma diferenciada, como o que acontece no sul, global, como já foi mencionado, porém na América as relações de poder se perpetuam através

de fenótipos específicos como sexo, raça e força de trabalho e evidencia-se que na América, para além dos fenótipos mencionados se acrescenta o fator idade.

Todos os fenótipos expostos por Quijano (2008), são colocados como categorias fundantes para que haja a manutenção do poder, pois em nada difere ou interfere no desempenho de ações dos sujeitos e também a naturalização das categorias de poder.

A naturalização nesta perspectiva é um produto histórico – social vazia, e tem se aproveitado do caráter naturalista do poder, para manter a sua reprodução do poder de forma livre e sem objeção. Porém, especificamente na categoria gênero, pensando-a a partir do sexo, que é o fenótipo dentro da perspectiva da história social e a categoria raça é um fenótipo relativamente recente, onde sua incorporação na classificação dos indivíduos nas relações de poder é de em média 500 anos, começando na América e a mundialização do poder capitalista.

De acordo com Quijano (2008, p. 106-107):

A importância e a significação da produção desta categoria para o padrão mundial do poder capitalista eurocêntrico e colonial/moderno dificilmente poderia ser exagerada: a atribuição das novas identidades sociais resultantes e sua distribuição pelas relações do poder mundial capitalista estabeleceu-se e reproduziu-se como a forma básica da classificação social universal do capitalismo mundial; estabeleceu-se também como o fundamento das novas identidades geoculturais e das suas relações de poder no mundo. E, também, chegou a ser a parte por detrás da produção das novas relações intersubjetivas de dominação e de uma perspectiva de conhecimento mundialmente imposta como a único racional (QUIJANO, 2008, p. 106 – 107).

Entendemos assim, que tal racialização do poder exercida sob as novas identidades sociais e geoculturais que é o sustento legitimador e fundamental do caráter eurocêntrico e colonial do padrão de poder, que por sua vez invade as áreas da existência social do padrão de poder mundial.

Quando analisamos os controles estabelecidos pelo colonialismo, podemos identificar que existem claras evidências, que nos direcionam ao entendimento da forma de opressão que o sistema capitalista impõe sobre as os sujeitos que estão fora do padrão estabelecido pelo eurocentrismo, onde podemos citar especialmente os sujeitos do MAB especificamente, as mulheres *arpilleristas*.

As barragens e o que elas representam, além de ser uma das materializações do capitalismo, como já mencionado anteriormente, também carregam as marcas da colonialidade do poder, pois elas simbolizam o avanço, a modernidade sem medir as consequências, sem mencionar os conflitos que são gerados nos territórios.

Foram os conflitos que motivaram Esther Conti (2021) a mergulhar no universo do bordado e trazendo consigo a força da experiência, como podemos identificar nos relatos a seguir:

Eu fiz esse mestrado com a ideia de ter uma experiência fora da Europa, para sair para um país que não tivesse desenvolvido. Aí quando eu fiz esse mestrado eu fui para Palestina, não, eu fiz esse mestrado e conheci as *arpilleras* na Irlanda, porque esse mestrado tinha parte na Espanha e parte em Dubin, a especialização eu fiz em Dubin, e era uma tema que eu gostava muito, sabe Fábria, na região que eu moro na Espanha, tivemos conflito armado até poucos anos atrás, com um grupo “terrorista” (entre aspas) e com muita tensão assim, de conflito, aí sempre me instigou essa história do conflito, da luta armada, aí quando eu fui fazer a segunda parte do mestrado, um mestrado que se fazia em várias universidades europeias, uma rede de universidades europeias que fazem, eu escolhi fazer em Dubin porque eles tinham uma orientação que eram “sociedades em transição” eles trabalhavam como se fossem essa coisa, “ação humanitária em desenvolvimento” porque ação humanitária, o mestrado era muito focado em emergência, desastre, “chegam os europeus e resolvem os problemas” vão e colocam aquilo em prática, e lá (em Dublin) tinham primeiro aquela coisa, olhe bem, tem o problema do desenvolvimento, nem todo mundo está igual, nem todo mundo está jogando na mesma liga, então a gente não basta como chegar com a solução do conflito e tal e também tem aquela coisa da sociedade em conflito, ser uma sociedade em transição, porque lá no norte tem um conflito bem parecido com o conflito que temos no País Basco, na região onde eu cresci. Então, quando eu cheguei lá, desde da minha perspectiva de Psicologia, eu queria entender como trabalhar pós conflito na sociedade, para procurar estratégias que chegassem a “(re)costurar o tecido social” (ESTHER CONTI, 2021).

A perspectiva de construir estratégias para (re)costurar o tecido social, já foi abordada no 4.1.1, onde a mesma autora Conti (2008) traz a arte como uma forma de fazer com que as pessoas envolvidas nos conflitos, entendam a necessidade da reconciliação, que transformarão a sua realidade e conseqüentemente suas comunidades.

Em sua narrativa, Esther Conti (2021) nos relatou que até o momento em chegou na Irlanda, ela ainda não havia tido a experiência propriamente dita com as *arpilleras*, e que isto só foi possível pelas conexões interpessoais construídas ao longo de sua pesquisa, construindo uma verdadeira *quilt*<sup>34</sup>.

Esther Conti (2021) nos explicou que foi durante o mestrado, que ela conheceu o Professor Carlos Martí Beristain, que no período de nossa entrevista, segundo ela, está na Colômbia, trabalhando com uma espécie de comissão da verdade, e foi ele quem a apresentou a Roberta Bacic<sup>35</sup> pesquisadora chilena em direitos humanos e curadora das exposições de *Arpilleras* e *Quilts* (colchas bordadas).

<sup>34</sup> Colchas de retalhos produzidas pelas as mulheres Irlandesas.

<sup>35</sup> Link do site onde Roberta Bacic reúne as *arpilleras* e os registros de exposições: <https://cain.ulster.ac.uk/conflicttextiles/>

A aproximação que Esther Conti (2021) teve com Roberta Bacic, foi extremamente importante para o desenvolvimento de sua pesquisa, como ela relata:

Aí eu cheguei até ela, ela mora da Irlanda do Norte, eu estava em Dublin, e justo ela estava assim, ela é uma mulher assim, ela é uma pessoa descendente da Áustria e a família dela, teve que fugir dos campos de concentração do nazismo e foi morar no Chile, e durante a ditadura chilena, ela foi uma pessoa super ativa e ela conheceu as *arpilleristas* e na época ela ajudou a montar as oficinas das *arpilleras* a comprar as *arpilleras* e colocar pra fora, ela foi uma das pessoas que estava nessa movimentação toda. Ela fez parte da comissão da verdade no Chile, ela foi relatora, na região do Corno no Sul do Chile que inclusive é uma região bem de direita assim, bem militarizada assim, bem complexa, mas ela sempre ficou com uma coisa de que a comissão da verdade não dava conta de registrar tudo que se vivenciou, sobretudo as vozes daquelas pessoas, que estavam em uma situação mais desprivilegiada ou com uma situação de base pior, as vezes nós temos acesso dos grandes guerrilheiros, das grandes pessoas que estavam super envolvidas, mas das mulheres como elas vivenciaram isso na comunidade, e essas vozes, a comissão da verdade não dava conta de colher. Mas ela ficou com essa coisa, depois ela foi morar na Inglaterra, depois que passou a ditadura tudo, trabalhava em uma organização de direitos humanos e ela começou intuitivamente seguir a pista das *arpilleras*, tratar com pessoas e instituições que tinham comprado *arpilleras*, aí ela começou a colecionar, ela pegou essas *arpilleras* e começou a “curar” como fala, fazer curadoria, que é cuidar delas né, dar um espaço, preservá-las (ESTHER CONTI, 2021).

O contato com Roberta Bacic, segundo Esther Conti (2021) foi um divisor de águas, fazendo com que ela implementasse as práticas do mestrado na Palestina. Uma experiência em que Esther, colocou em prática o que aprendeu na Irlanda, se tornando uma mulher *arpillerista*, além de pesquisadora.

Sobre a experiência na Palestina Esther Conti (2021) explica:

Aí eu terminei o mestrado, e fiz as práticas na Palestina, eu fui lá, trabalhei em uma organização de mulheres palestinas, fiz *arpilleras* lá, foi a primeira vez que eu coloquei as *arpilleras* para praticar, foi muito louco! E não deu certo, olha Fábria não deu certo. Eu tive um aprendizado muito forte, não deu certo e deu certo assim. Elas (as mulheres palestinas) até fizeram, mas assim, eu ia muito com vontade sabe, elas até fizeram. sabe aquela coisa, “nossa eu tenho que mostrar, eu tenho uma coisa que elas vão amar”, mas na Palestina, elas têm uma história com uma prática de bordado muito ancestral, então as roupas delas são todas bordadas, e elas tem uma linguagem própria assim, cada região tem símbolos que elas colocam nos bordados delas, e elas escrevem praticamente nos vestidos, nas roupas tudo mais. Na Palestina, o conflito é registrado, elas não têm problema de registro, é televisionado, não é um problema de visibilidade e o estado de Israel tem uma política de apagamento da história de práticas, para falar que lá não tinham ninguém quando eles chegaram, então elas se apegavam a fazer o bordado tradicional, porque já era uma forma de resistência, elas não precisavam das *arpilleras*, elas já tinham sua linguagem têxtil para fazer a sua resistência. Então eu acredito que lá foi um aprendizado forte de entender, sabe “de chegar com uma solução pronta”, você querer chegar como a “branquinha que chega de fora, com toda ideia, *pipiolinha*, pequenininha, toda novinha” você vai lá com um grupo de

mulheres que são as mestras e você ainda quer ensinar alguma coisa, você não, tem que ir lá, escutar, mais foi uma experiência interessante de troca, de conhecer a história das mulheres chilenas, não é que não teve nada de bom, pra mim foi com um “preste atenção” um pouco (ESTHER CONTI, 2021).

Quando ouvimos o relato de sua experiência na Palestina, Esther nos relatou que as mulheres palestinas fizeram com que ela entendesse o quão colonial ainda era sua prática, mesmo sendo pesquisadora de temáticas contra hegemônicas.

De forma emocionada, Esther explica que mesmo não dando certo, na perspectiva metodológica, a vivência na Palestina fez com que algo no seu interior fosse transformada, o que nos leva a refletir sobre a força da experiência através de Jorge Larrosa (2002) em seu ensaio, intitulado Notas sobre a experiência e o saber da experiência.

A experiência que Esther Conti teve ao desenvolver sua pesquisa de mestrado, nos fez refletir sobre a força que uma experiência a partir da perspectiva educacional pode ter, porém pela narrativa de Esther, compreendemos que sua experiência foi além de um requisito formal para obtenção de uma titulação acadêmica.

Neste sentido, Larrosa (2002, p.19) nos convida a pensarmos a educação além dos quatros pilares eurocêntricos propostos, sendo eles a ciência, a técnica, a teoria e a prática, nos levando a refletir sobre a necessidade de uma educação política, crítica que resulte em uma prática emancipatória.

As reflexões do autor (*idem*, 2002) nos inserem na perspectiva da educação a partir da experiência e do sentido, começando por abordar o sentido da relação que o homem tem com as palavras.

Larrosa (2002, p. 21) explica:

O homem é um vivente com palavra. E isto não significa que o homem tenha a palavra ou a linguagem como uma coisa, ou uma faculdade, ou uma ferramenta, mas que o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra. Por isso, atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocias ou vazias, não são mero palavrório. Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos. Nomear o que fazemos, em educação ou em qualquer outro lugar, como técnica aplicada, como práxis reflexivas ou como experiência dotada de sentido, não é somente uma questão terminológica. As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de

outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras (LARROSA, 2002, p.21).

As palavras para os seres humanos possuem a função determinante e objetiva de nomear e dar sentido ao que está ao nosso redor. Em uma perspectiva subjetiva, as palavras carregam consigo a possibilidade de expressarem práxis reflexivas além de experiências.

Quando olhamos o sentido da palavra em uma perspectiva subjetiva, a partir das reflexões de Larrosa (2002), nos parece pretencioso e reducionista ao homem, querer nomear toda sua existência no sentido de rotular tudo que se faz, suas percepções ou os seus sentimentos.

Acreditamos que o que está além das palavras também precisa ser considerado, os silêncios, os olhares, as formas de controle, as desativações que o autor pontua que vivemos ao longo de nossa vida, que perpassam palavras, mas que estão no campo da experiência.

Sobre a experiência, Larrosa (2002, p. 21) nos diz:

Poderíamos dizer, de início, que a experiência é, em espanhol, “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece”; em francês a experiência seria “*ce que nous arrive*”; em italiano, “*quello che nos succede*” ou “*quello che nos accade*”; em inglês, “*that what is happening to us*”; em alemão, “*was mir passiert*”. A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara (LARROSA, 2002, p.21).

A experiência que é tão importante para o desenvolvimento humano, de acordo com Larrosa (2002) está cada vez mais rara, e ele atribui isso à sociedade da informação, a sociedade da informação e a sociedade da aprendizagem.

A perspectiva do autor é ampliada, quando o mesmo explica quatro fatores, os quais ele acredita que sejam importantes, para que pudéssemos compreender porque as experiências estão cada vez mais raras na sociedade contemporânea.

A primeira perspectiva levantada por Larrosa (2002, p.21) se dá pelo excesso de informação, o que de acordo com o autor o excesso de informações que vem sendo produzida pela sociedade, não deixa espaço para que as pessoas vivam experiências.

O autor idem (2002, p.22) ainda nos diz que os sujeitos da nossa sociedade, são obcecados pela informação, para que possam ter uma opinião formada e pronta para alimentar a sociedade do consumo, através das mídias sociais.

A segunda perspectiva levantava pelo autor, se dá pela necessidade de termos opiniões formuladas e prontas para tudo, de acordo com Larrosa (2002) também anulam a experiências e as suas respectivas potencialidades. Larrosa (2002, p.22-23) autor sobre esta perspectiva, traz o conceito de Benjamin (1991) chamado de periodismo.

De acordo com Larrosa (2002, p.22-23):

Benjamin (1991) dizia que o periodismo é o grande dispositivo moderno para a destruição generalizada da experiência. O periodismo destrói a experiência, sobre isso não há dúvida, e o periodismo não é outra coisa que a aliança perversa entre informação e opinião. O periodismo é a fabricação da opinião. E quando a informação e a opinião se sacralizam, quando ocupam todo o espaço do acontecer, então o sujeito individual não é outra coisa que o suporte informado da opinião individual, e o sujeito coletivo, esse que teria de fazer a história segundo velhos marxistas, não é outra coisa que o suporte informado a opinião pública. Quer dizer, um sujeito fabricado e manipulado pelos aparatos da informação e da opinião, um sujeito incapaz da experiência. E o fato de o periodismo destruir a experiência é algo mais profundo e mais geral do que aquilo que derivaria do efeito dos meios de comunicação de massas sobre a conformação de nossas consciências. O par de informação/opinião é muito geral e permeia também, por exemplo, nossa ideia de aprendizagem, inclusive do que os pedagogos e psicopedagogos chamam de “aprendizagem significativa” (LARROSA, 2002, p.22-23).

Pelas palavras do autor, o periodismo é uma ferramenta fabricada pela sociedade que promove a destruição generalizada da experiência, aliançada sobre a informação e opinião.

A terceira perspectiva levantada por Larrosa (2002, p.23), a qual ele acredita que as pessoas não vivam mais as experiências, é em detrimento ao tempo, mais precisamente a falta dele.

A escarcas de tempo é um fator que a cada dia, nos faz apenas passarmos pelas experiências de forma pontual e fragmentada, pois de acordo com o autor, a constante necessidade de vivenciarmos o novo é muito mais relevante que vivermos as experiências em sua amplitude.

Larrosa (2002, p.23) caracteriza a obsessão pelo novo como sendo uma característica do mundo moderno, porém que isso é algo perigoso pois nos impede de construirmos memórias, além de ser um fator que impede o silêncio, o que tão necessário para construirmos nossos pensamentos e opiniões, que são potencializados quando vivenciamos nossas experiências.

Outro fator importante, ligado a perspectiva tempo, Larrosa (2002, p. 23) nos explica que está dentro da lógica da educação, pois dentro da modernidade, o tempo para a educação é algo visto como mercadoria, ou seja, tem valor monetário, fazendo com que algo tão importante quanto a educação, seja reduzida a uma lógica do consumo.

Precisamos refletir muito sobre esta perspectiva, pois está vem sendo adotada pela política pública da educação, que vem produzindo sujeitos que estão habilitados para alimentar a lógica capitalista, os impossibilitando de pensar, refletir e até impulsiona-los a buscar e acreditar que através da educação, possamos transformar o mundo que vivemos, minimizando os impactos da égide capitalista.

No Brasil, temos o exemplo do novo ensino médio que vem promovendo a implementação de uma vertente educacional que desconstrói a perspectiva reflexiva, e impulsiona a lógica produtivista.

Abrindo um parêntese sobre este tema, a proposta do Ministério da Educação – MEC sobre o novo ensino médio<sup>36</sup>, remonta a sua grade curricular em áreas de conhecimento, como linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, além da oferta de ensino técnico, porém 40% do ensino médio será escolhido pelos alunos. Nos parece que a ideia de fazer nossos adolescentes pensarem assusta, e não é interessante para o capitalismo a promoção de uma lógica contra – hegemônica.

O que interessa ao capitalismo são pessoas capazes de produzirem riquezas através do trabalho, esta categoria muito importante para as ciências sociais e que segundo Larrosa (2002, p. 24) é a quarta perspectiva levantada autor, que nos afasta das experiências.

O autor idem (2002, p.24) explica que não é o trabalho propriamente dito, que nos afasta da experiência e sim o excesso dele. Pelo olhar do autor, o sujeito moderno enxerga através do trabalho, a capacidade de ter o mundo mais humano, mais social e mais natural, transformando a natureza externa e interna, segundo seu saber, seu poder e sua vontade.

O sujeito moderno por sua vez, acredita poder fazer tudo que se propõe, Larrosa (2002, p.24) diz que o sujeito moderno tem em sua gênese, o otimismo, o progressismo e a agressividade, como componentes básicos que os impulsionam para fazer, produzir e regular o que se fez.

Outra característica marcante do sujeito moderno e busca incessante pela mudança, e esta corrida frenética pelo novo faz com que o sujeito moderno se torne sujeitos vazios sem experiência. Nesta perspectiva, Larrosa (2002, p.19) nos convida a parar para pensar, olhar, escutar, ir mais devagar, cultivar a arte do encontro, dar tempo e espaço.

Podemos pensar que diante da realidade que vivemos, pensar em parar seja o mesmo que nos tirar da órbita capitalista, porém para vivenciarmos as experiências do dia a dia, é

---

<sup>36</sup> Link sobre o novo ensino médio: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio>

necessário para que possamos contemplar das pequenas as grandes coisas que passam por nós todos os dias.

Hoje talvez passem despercebidas, coisas sem importância, mais se nos dispusermos a parar e fazer o exercício que Larrosa (2002, p.19) propõe, as coisas sem importância poderão transformar nossa vida, ou não, tudo depende de como iremos vivenciar cada experiência.

Vivenciar o que nos passa cotidianamente, segundo Larrosa (2002, p.24) faz parte do sujeito experiência, o que nas palavras do autor seria como um território de passagem, uma superfície sensível que é capaz de produzir afetos, inscrever marcas, deixar vestígios, ou seja, um sujeito que existe para além de seu momento do seu tempo ou do seu eu.

Ampliando esta perspectiva, o sujeito experiência é o sujeito que se define, aquele que em seu território ele entende o que acontece e entende que em seu espaço é o lugar onde as experiências irão acontecer.

O sujeito experiência de acordo com Larrosa (2002, p.24) é um sujeito exposto, que possui em sua gênese a passividade, a receptividade, a disponibilidade e a abertura, possui uma disponibilidade fundamental para viver cada momento pacientemente, entendendo que para viver cada experiência é necessário se expor com paixão e ímpeto a cada momento.

Dialogando um pouco sobre a palavra experiência, Larrosa (2002, p. 24) diz que possui vários significados, sendo eles travessia ou algo que se prova, porém o autor explica que a experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência de razão de fundamento, mas que simplesmente “ex-iste” de uma forma sempre singular, finita, imanente e contagiante.

Ainda sobre o sujeito experiência, Larrosa (2002, p.25 apud HEIDEGGER, 1987, p.143) explica que:

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Quando falamos em “fazer” uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, “fazer” significa aqui: sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, à medida que nos submetemos a algo. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, deixar-nos abordar em nós próprios pelo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso. Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo (LARROSA, 2002, p.25 apud HEIDEGGER, 1987, p.143).

Utilizando esta citação, Larrosa (2002, p.25-26) nos explica que os sujeitos que não vivem as experiências, são sujeitos que não conseguem viver experiências subjetivas, pois aqueles que conseguem viver experiências se tornam mais humanos.

A capacidade que as experiências tem é muito potente, pois elas nos passam, nos tocam, nos acontecem, nos formam e conseqüentemente nos transformam e nos deixam sujeitos abertos a transformação.

Larrosa (2002, p.27-28) explicando um pouco sobre a experiência, em um sentido epistemológica e ética, o autor nos diz que o sujeito passional, possui sua própria força, forma de saber e sua práxis, diferente do jeito experiência pois este está diretamente impactado pela influência da ciência moderna.

O sujeito passional tem um saber diferente do saber científico, possuindo uma práxis distinta do seu trabalho, porém antes da ciência moderna e a sociedade capitalista, o saber humano era entendido como *pathei máthos*, o Larrosa (2002, p.28) diz que seria como uma aprendizagem e pelo padecer e não por aquilo que nos acontece.

O saber da experiência, o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida, dando sentido ao saber da experiência não se tratando apenas da verdade das coisas, mais no sentido do que se acontece.

A experiência se torna a mediação entre do conhecimento e a vida humana, além do conhecimento da modernidade se torna mercadoria, pois ancorada na ciência e tecnologia a experiência é apenas um mecanismo para se adquirir dinheiro.

Por fim, o autor idem (2002, p.27) discorre sobre o saber experiência. Inicialmente, o saber experiência que Larrosa (2002, p.27-28) relata, está na perspectiva de que seria o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ai que vai lhe acontecendo, algo ao longo da vida e no modo como vamos sentindo ao acontecer do que nos acontece.

Na realidade, não se trata de algo encarado como a verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem sentido de tudo que nos acontece, ou seja, o saber experiência é a nossa própria existência.

Nas palavras de Larrosa (2002, p.28) o saber experiência é:

Um saber finito, ligado a existência seja ela singular ou coletiva, saber particular, subjetivo, relativo, contingente e pessoal, algo que não se pode separar do sujeito e algo que ninguém pode aprender da experiência do outro, o que acontece é aprender com o outro ou se reviver cada experiência, tornando-as próprias (LARROSA,2002, p.28).

Diante do que refletimos sobre a experiência, podemos compreender que o autor nos leva compreender de sobre a sua perspectiva, a vida humana se faz pobre e necessitada, e o conhecimento moderno já não é o saber ativo que alimentava, iluminava e guiava a existência dos homens, e a experiência pode ser uma alternativa para fechar as lacunas deixadas pela modernidade.

As notas sobre a experiência, corroborou com que Esther Conti nos disse em sua entrevista, haja vista que toda experiência que ela viveu na Palestina, como ela mencionou que deu errado, mas entre aspas pois serviu para que como pesquisadora ela entendesse que o bordado das mulheres ia bem além das cores e linhas das *arpilleras*.

Esther Conti (2021) nos explicou que:

Então, eu estava querendo fazer um trabalho que tivesse haver com a (re)construção do tecido social, e eu me deparei com essa linguagem com essa maravilha, e desde de então eu tenho militado na legitimação dessa linguagem, dessa expressão, sobretudo para narrar, registrar essas histórias de violências de opressão. Aí eu terminei o mestrado, e fiz as práticas na Palestina, eu fui lá, trabalhei em uma organização de mulheres palestinas, fiz *arpilleras* lá, foi a primeira vez que eu coloquei as *arpilleras* para praticar, foi muito louco (ESTHER CONTI,2021).

Compreendemos a partir da narrativa de Esther Conti, que a sua experiência na e suas vivências com as mulheres palestinas, fizeram com que ela entendesse que as *arpilleras* na realidade é uma linguagem que expressa, narra registra e denuncia as histórias de violência e opressão que as mulheres vivem.

Entende que as *arpilleras* é uma linguagem, nos fez compreender ainda mais a potência dos bordados feitos pelas mulheres atingidas por barragens. Não apenas pela força das cores, das palavras de ordem e denúncia ou pelos fatos que elas retratam, mas que as telas carregam a vida dessas mulheres, narradas através de uma linguagem tão própria e legítima.

As *arpilleras* traduzem a vozes que foram silenciadas pela violência, elas relatam as dores, as percas materiais e afetivas que dilaceram suas vidas, mas que através da auto-organização coletiva encontraram um novo sentido para viver e lutar.

Continuando nosso diálogo com Esther Conti, perguntamos a ela como foi que ela descobriu o MAB e como ela começou o trabalho com as mulheres atingidas por barragens utilizando as *arpilleras*.

Sobre a sua chegada ao Brasil e início do trabalho com o MAB, Esther Conti (2021) nos explicou:

Quando eu cheguei da Palestina, eu estava saturada da Europa e meu companheiro é brasileiro, então decidimos ir para o Brasil. Então, quando eu cheguei no Brasil, eu fui com uma ONG que eu tinha ido para Palestina, que ela tinha projetos com o MST, MAB e a MMM e ela me contratou como assistência técnica para fechar esses projetos. Estava em uma época o Brasil, que tinha muito espaço para os movimentos sociais, era o pós Lula, e o primeiro governo da Dilma e o Brasil estava saindo de todos os índices de subdesenvolvimento, então todos os apoios da cooperação internacional estava se fechando, então está ONG estava fechando todos os trabalhos no Brasil e me contratou para fechar os projetos que tinham em andamento. Mas foi muito legal, porque eu estava sozinha chegando no Brasil e eu cheguei assim, não tinha uma sede, não tinha uma secretaria nada assim, era eu sozinha

e eu tinha que ir nas secretarias resolver os “pepinos” dos projetos, como a gente vai justificar, prestar contas, não sei o que e tal, então eu ficava lá com o galera das secretarias para resolver os pepinos, parecia a brasileira que fazia mediação com as pessoas da Europa, então fui super bem recebida, super acolhida e tive a honra de chegar, imagina no MST, o MAB e na MMM, chegar no Brasil neste contexto de poder ter essa abertura de conhecer, então foi lindo, porque eu viajei pelo Brasil, tive que conhecer muitos projetos do MST, foi muito legal assim, pra mim foi assim, abriu com um mundo assim impressionante, nunca tinha imaginado que era possível tecer uma organização desse jeito, no nível nacional com todas as facetas né que se trabalha dentro desse movimentos da via campesina, me parecia assim, foi incrível (ESTHER CONTI,2021).

A organização não governamental a qual Esther Conti se refere, é a ONG Austríaca H3000 e na ocasião, desenvolvia projetos através da União Europeia. Para que possamos compreender especificamente como se deu o envolvimento de Esther com o MAB, dividimos em três partes, conforme o trabalho do movimento com as mulheres atingidas foi se desenvolvendo.

Inicialmente dialogamos sobre o início do trabalho específico com o MAB, posteriormente os primeiros encontros com as mulheres atingidas por barragens, em seguida a primeira experiência com as *arpilleras* através de uma oficina na Argentina, após esta experiência, o diferencial que se tornou o trabalho com as *arpilleras* com as mulheres do MAB, e por fim os desdobramentos que foram construídos ao decorrer do desenvolvimento do trabalho de organização com as mulheres.

Sobre o trabalho específico que Esther Conti desenvolveu com o MAB, ela diz:

Logo quando eu comecei trabalhar lá, o MAB me “sequestrou”, falou assim, “Você tem que trabalhar conosco, você tem que vir para a secretaria nacional, para ajudar a gente com uns projetos e tal, então o meu trabalho com a Espanha terminou, nós fechamos os projetos e eu comecei a contribuir diretamente com o MAB na secretaria nacional. E estando na secretaria nacional, com a Roberta Bacic que está no Chile, na Irlanda, ela foi convidada no Memorial da Resistência de São Paulo para fazer uma exposição que foi, “*Arpilleras* da resistência política chilena” que foi uma exposição incrível, que teve 03 meses de duração e eu fiquei fazendo lá, facilitando as oficinas que fazia para o público (ESTHER CONTI,2021).

Após o início dos trabalhos com o MAB, Esther nos disse que se abriu muitas possibilidades para que ela colocasse em prática as experiências que ela teve, a partir dos seus estudos no mestrado na Irlanda, e a sua experiência prática na Palestina.

Esther Conti, ainda nos informou que a necessidade do MAB trabalhar com as mulheres, surgiu de forma orgânica como Dani Hohn já havia nos informando em sua narrativa, porém Esther ainda nos disse que os encontros de mulheres que o movimento realizou foi de suma importância para o desenvolvimento dos trabalhos.

Neste sentido, Esther Conti (2021) nos diz:

Em 2010 teve um encontro nacional de mulheres, o I Encontro Nacional das Mulheres do MAB, e a gente já estava muito querendo trabalhar de forma intencional com as mulheres, fomentar de fato um processo de auto organização e eu também com as *arpilleras* na cabeça, desde que eu comecei no MAB, eu falava “Essas mulheres tem que fazer *arpilleras*, porque elas tem que fazer *arpilleras*, imagina as mulheres atingidas fazendo *arpilleras*” só que eu já tinha essa experiência da Palestina de que, por muito que você achar, nada acontece se essa necessidade não nasce do coletivo, não nasce de uma necessidade real do coletivo. Então, a gente estava na época fazendo um projeto para a união Européia, estávamos escrevendo um projeto no coletivo (MAB), para fazer a documentação das violações de direitos humanos das populações atingidas, porque justo em 2010 saiu aquele relatório que foi a secretaria dos direitos humanos, o conselho de defesa da pessoa humana, que foi o relatório que até hoje foi uma referência, que legitimou a luta dos atingidos e justo estava chegando essa exposição no Memorial da Resistência de São Paulo. Então eu falei assim, “Tá! Eu já tinha falado das *arpilleras* sabe assim... que interessante, que interessante” e nós estávamos fazendo essas oficinas, e eu falei para as companheiras, “Porque vocês não vem fazer uma oficina, venham assistir, ver a amostra está muito linda, venham sentir, porque é uma coisa muito mágica e tal...” aí vieram algumas companheiras e participaram de uma das oficinas lá, e elas viram a exposição, viram as *arpilleras*, tipo no Memorial da Resistência de São Paulo, que é um lugar assim, o antigo DEPOS (Departamento Estadual Ordem Política e Social de São Paulo) nossa mais é um lugar que tem uma energia assim de resistência muito forte, porque tem uma história assim, muito forte, muito enraizada, aí eu acho que elas (as companheiras do MAB) se convenceram que a gente tinha que fazer alguma coisa com as *arpilleras*. Então assim, a gente estava escrevendo esse projeto para união européia, aí eu sugerir, porque a gente não coloca dentro do projeto, que tinha um trabalho de formação de formadores, de defensores de direitos humanos, de fazer assembleias nas comunidades, de fazer todo esse registro popular de violações né? Porque assim esses editais, teve essa onda com foco de gênero, e eu sou muito crítica com todas as ferramentas da cooperação (união européia) como elas se apropriam das terminologias e acabam esvaziando de conteúdo, mas você precisava de alguma forma mostrar que seu projeto tinha esse foco de gênero e que tinha inovação, criatividade, e todas as coisas que eles gostam pra vender, aí eu falei “eu acho que essa história das *arpilleras* como um registro das violações de direitos pode ajudar a ganhar o edital, porque vai dar, vai arredondar a proposta e tal e juntando isso com a própria vontade das mulheres começar o trabalho intencional com as *arpilleras*, a gente apresentou um projeto todo que era uma coisa assim, Fábria era só pra cumprir ficha, porque o coletivo de projetos era muito masculinizados então era difícil assim a gente colocar essas coisas, mesmo tendo apoio do coletivo de mulheres do MAB. Mas aí eu botei, e vai vai, vamo mandar, vamo mandar, e depois vê. A questão é que aprovaram esse projeto, eu acho que foi uma coisa importante para gente começar esse projeto, essa ação das *arpilleras* dentro do movimento, mesmo acreditando que isso ia acontecer de uma forma ou outra, que isso poderia acontecer de alguma forma, não é que o projeto providenciou isso, porque foi tudo organizado feito desde das comunidades, desde da própria organização das mulheres e eu acho que criou um compromisso, uma demanda externa de ter que fazer, e priorizar essa ação, porque tinha que mostrar e depois prestar conta desse projeto. Esse projeto foi um projeto importante naquela época, para manter as ações do movimento, não tão importante pelo apoio da União Europeia, nada assim,

mas porque sustentava muitas das ações do movimento e da organização. Então a gente começou a fazer né, mas a gente não queria fazer de uma forma assim, no início a gente, dentro do coletivo das mulheres tinha medo né? Sempre tem medo de muita coisa pode acontecer e uma das coisas que ela tinha medo é de gerar expectativa de renda nas mulheres a partir dessa atividade, elas queriam que fossem uma coisa política, e não uma geração de renda, as *arpilleras* chilenas começaram sendo uma geração de renda na verdade, na verdade esse foi um papel fundamental que elas cumpriram, eu acredito que a vontade e necessidade política era maior, mais também, não só faziam *arpilleras* no Chile as parentes de desaparecidos políticos, era uma coisa, que se fazia nas ações, era uma coisa que se fazia, eu acho que o fazer das parentes dos desaparecidos, fez com que se politizasse muita gente, através dessa atividade, mais a geração de renda e a cooperatividade da geração de renda, desse fazer de uma forma coletiva e que não é você fazer a *arpillera* que você vendia e ia receber o valor que você vendia, fazia um grupo, gente que nem costurava mas fazia lanches, ficava com as crianças então isso é dividido igual para todos, ou era revertido para fazer os comedores infantis, as merendas das crianças e tudo mais, então acho que isso foi um fator fundamental no Chile, com elas aqui no Brasil as mulheres da coordenação do MAB tinham muito receio de gerar expectativa nas comunidades porque não era o foco do trabalho que a gente queria fazer, a gente queria fazer um trabalho político e de organização das mulheres, queria usar o bordado sim, mas não como geração de renda, até hoje a gente não faz geração de renda com as *arpilleras*, e isso tem sido um debate assim, faz, não faz, como faz, isso era um dos medos (ESTHER CONTI,2021).

Depois dos primeiros encontros que foram realizados com as mulheres do MAB, as demandas surgiram, e corroboraram com o que já havia sido identificado através do relatório da Comissão de defesa da pessoa humana.

Quando o projeto da União Europeia <sup>37</sup> foi aprovado, fortaleceu ainda mais a proposta do MAB trabalhar com as *arpilleras* se tornou viável, e foi ainda mais potencializada após das vivências das coordenadoras do MAB, na Argentina presenciando uma oficina de *arpilleras*.

De acordo com a Esther Conti (2021):

A outra coisa era que não queria que fosse gente de fora ensinando, queria que a gente formasse o grupo e viesse construindo desde de sempre com uma direção, porque a gente precisa sempre ter uma ligação política, porque a gente precisa ter os objetivos e propósitos muito claros, mas que fosse criando acúmulo para organização do coletivo, não que ia ter, ou seja que fosse uma pessoa que ia rodar ensinando, tinha que fazer tudo, então a gente montou toda uma metodologia para que isso fosse multiplicativo, de passar a técnica que a gente chama, mais não é uma técnica, é uma linguagem, a forma, então a gente foi ver, olha como que são as coincidências da vida, quando a gente aprovou o edital e tinha grana, a gente pensou em fazer o 1º grande encontro de formadoras, estava rolando na Argentina com mais de 100 *arpilleras* chilenas, no Parque na Memória, no Rio da Prata, em um lugar que se chama” Presente agora e sempre” que foi uma exposição incrível assim, e a Roberta Bacic estava indo lá passar um tempo, para o lançamento da

<sup>37</sup> Link da reportagem do site do MAB: <https://mab.org.br/2013/08/01/mab-e-uni-europeia-lan-am-programa-defesa-dos-direitos-humanos/>

exposição, aí a gente bolou uma viagem com as coordenadoras de todo o Brasil, de várias regiões, fomos 13 mulheres, para conhecer a técnica, o fazer do bordado, com a Roberta e outras mulheres artistas têxteis, que trabalham com a técnica das *arpilleras* na Argentina, se apropriar da técnica, pra a gente pensar, como fazer isso para passar para as mulheres do MAB. Então a gente ficou uns 4 a 5 dias na Argentina, 03 dias lá na exposição bolando isso, visitando, trocando ideias com a Roberta e sobretudo experienciar, porque as *arpilleras* é uma coisa que não dá pra falar, você tem que fazer, tem que ver, você tem que tocar, você tem que passar pelo processo, é uma linguagem que traduz a experiência humana, e aí você precisa experienciar, não é uma linguagem que você escuta, eu acho que é uma das características que faz dela tão potente, ela te envolve, ela te captura, na hora que você acessa a ela, é uma forma de você se jogar dentro né? Eu acredito que essa viagem foi muito importante para gente assim, fazer esse processo que eu não fiz na Palestina, das mulheres interiorizar isso como uma coisa delas, que saísse delas e da própria organização, do próprio coletivo, que fosse uma vontade coletiva assim virou uma necessidade interna né (ESTHER CONTI,2021).

Percebemos que a força da vivência das mulheres atingidas na Argentina, foi o que precisava para que o MAB englobasse a metodologia das *arpilleras*, para o trabalho de auto-organização das mulheres do movimento, após o relato de Esther, nós entendemos que não bastava apenas as mulheres atingidas ouvirem falar as experiências pelo mundo com as *arpilleras*, elas precisavam fazer as *arpilleras* para entenderem esta linguagem.

A partir desta experiência, o trabalho com as *arpilleras* só evoluiu e se tornou único, nas palavras de Esther Conti (2021):

O Movimento dos Atingidos por Barragens, é um organismo vivo, social, de luta, que não tem em outros lugares assim, a forma de trabalhar, o método do organizativo do MAB, a forma de trabalhar, de educação popular, a clareza política delas e a própria estrutura do movimento junto com essa linguagem (*arpilleras*) criou o que a gente tem hoje, essa experiência diferencial, diferente de outros lugares. Você pode ter um grupo de algumas mulheres que sei lá, que pode ser muito significativo e muito potente, mas o movimento nacional, pegando essa linguagem e transformando em uma metodologia de educação popular feminista, como elas falam né? Que tem introduzido dentro da linguagem um método, dentro da organização do movimento, que é prévio, o MAB não nasceu com as *arpilleras*, o coletivo de mulheres não nasceu com as *arpilleras* ele se potencializou, ele achou uma linguagem para poder se comunicar, tanto dentro do movimento quanto pra fora, para poder transmitir uma mensagem, para poder tecer uma organização, mas ele já era prévio, já tinha um trabalho muito forte. Então, eu acho que tem essas coisas, tem muitas experiências muito potentes, na Colômbia por exemplo, comunidades de Paz que tem o bordado, não faz tanto *arpilleras*, fazem coisas de memória, do conflito e tal eu não conheço outra experiência como a do MAB assim, não conheço, para mim é diferencial, a potência que adquiriu e já estão fazendo *arpilleras* as mulheres do MAB e usando essa linguagem de forma intencional com o método próprio, muito bem pensado e estruturado desde de 2013, então vai fazer uma década daqui a pouco e isso vai criando esse vínculo, este tecido que é difícil já de rasgar né? Já cria uma base. Então eu acho que isso foi fundamental assim, que foi essa coisa que eu tava te falando né? elas internalizar a linguagem e traduzir para o trabalho, os propósitos que elas já

vinham perseguindo, tipo não era criar uma coisa diferente a organização das mulheres, não era criar uma coisa uma coisa paralela, não era criar o movimento de mulheres paralelo ao movimento dos atingidos por barragens, era uma forma de você inserir, dentro do que já estava sendo feito, para ver como se potencializava, eu acho que aí houve uma sinergia de potencialização, tanto do que o MAB tem contribuído para levar a linguagem das *arpilleras* para outro lugar né, porque se você for ver, no Chile as *arpilleras* surgem de uma forma espontânea, elas acontecem, é uma situação de urgência, uma ditadura, é uma censura, não dá pra falar, então é uma linguagem que surge da emergência, da urgência, que surge da necessidade urgente. Já no MAB não, o MAB é uma coisa pensada, estruturada, intencionalizada, organizada dentro de uma metodologia, no Chile é algo muito mais orgânico, eram grupos fazendo, cada grupo fazendo de uma forma, é se organizava de uma forma, e supria naquele momento outras demandas. Eu acho que as *arpilleras* do MAB, elas trazem isso muito forte, eu acho que elas vertebram (refletem), toda uma metodologia de educação popular, junto com uma linguagem que faz crescer, fazendo com que a educação popular tenha mais sentido, porque como se a gente tem internalizada a linguagem do opressor, então quebra com a linguagem do opressor, as mulheres conseguem construir com as suas narrativas, se libertando da colonização cultural que elas trazem, que carregam com elas, mas falam colonização cultural, não só como linguagem verbal, que nós mulheres temos mais dificuldades de desenvolver nesse campo não é? Mas também assim, não só das empresas que trazem essa linguagem técnica para as barragens, para a gente não entender não é, mais dos próprios companheiros, dos próprios militantes de esquerda, dos panfletos, da forma com que a gente faz uma análise de conjuntura, foge tudo, você entra em outro campo, o campo da experiência que, eu acho que você consegue registrar a experiência de uma forma mais ampla, assim, quando eu tenho escutado uma coisa da Roberta que me diz muito sobre as *arpilleras* né, que fala assim, “No Chile, as *arpilleras* não eram feitas apenas porque não se poderia falar, mas é o que elas tinham para falar, mais o que elas tinham para falar era insuportável de ser falado, não que seja indizível com palavras, não que seja indescritível com palavras é porque é insuportável de se falar com palavras às vezes, entendeu? Eu acredito que a linguagem verbal, às vezes tem uma especificidade tão concreta, a palavra é a máxima forma que o ser humano desenvolveu para se comunicar e pra ser específico na mensagem que a gente quer transmitir, mas ao mesmo tempo você limita muito aquilo. Quando você usa uma linguagem como a *arpillera* que você consegue com a composição, com as cores, com o tato, que você consegue elaborar de uma forma não tão mental né? Você coloca o corpo, a alma e o coração aí, mas ela cobra uma vida própria, chega uma hora que você tá fazendo a *arpillera*, mais chega uma hora que é a *arpillera* que te fala o que você tem que colocar lá dentro, então acredito que você entra em um espaço de compreensão de realidade que muito maior, pra gente recolher e se você for ver as perdas das mulheres nas barragens por exemplo, muitas vezes o que você deixa por trás, novamente um relatório, da CDDPH não vai conseguir recolher, é a perda das coisas emocionais, do patrimônio imaterial, dos vínculos comunitários, do sentimento, da emoção tudo isso é muito difícil você traduzir em um relatório técnico. Centro, então, as *arpilleras* consegue traduzir isso em uma imagem sabe assim, play sabe, e eu acho que quando a gente fala de fazer *arpilleras*, não é só falar de outro jeito, é falar mais, aspectos da experiência que ficam de fora se não usar linguagens como a têxtil, se a gente pensar em quê que a gente quer que fale, a gente tem disponibilizar linguagem que seja apropriados. Uma mulher camponesa, sei lá, do sertão de Deus me livre, que fala do jeito dela, é quase um dialeto o jeito que se fala na comunidade, não é

acostumada a falar como o relator né? Não é acostumada a falar na mídia, não é acostumada a falar na reunião, então você dá a possibilidade de outras vozes serem ouvidas através dessa linguagem, que se de outra forma elas não seriam ouvidas e essas vozes, principalmente dessas mulheres que a gente tá falando, trazem informações importantíssimas, por que elas são quem (re)costura a vida social nas comunidades, elas são quem sustentam a vida nas comunidades sabe. Muitas vezes as mulheres do MAB falavam assim sabe quando fala da mulher, não é que você vai perguntar, a conta da violação de direitos se ampliam, você consegue abranger e registrar muito mais coisa que ficam de fora, porque aquele pé de limão que você tinha no quintal que era de sua bisavó, que te dava não sei o que, que inclusive te dava pra vender não sei o que, não sei aonde, entendeu, isso ninguém vai dar valor, mais é fundamental, ou aquela mulher que perdeu a vizinha que cuidava da criança que não é mais a vizinha, porque agora não tem mais a vizinha, e todas essas coisas que ficam de fora de uma outra conversa. Então quando a gente vai pensar em linguagem para registrar, para documentar, para levantar né? Violações de direitos humanos em contexto de violência, no extrativismo selvagem como a gente tá falando, é importante pensar em linguagem alternativas como as *arpilleras*, porque elas trazem os lados ocultos dos conflitos territoriais, dos conflitos de gênero, dos conflitos que estão rolando. Então isso é fundamental, e um fator muito importante para que a experiência das *arpilleras* não ficasse nesse projeto da união europeia, que transcendesse e que se tornasse um método de organização dentro do movimento. Eu não sei o que te falaram as mulheres do MAB, mas elas pensam na organização das mulheres com essa linguagem, é uma coisa que é inseparável, é uma coisa junto, elas já pensam juntos, é uma forma que elas têm de fazer a organização das *arpilleras*. Outra característica que elas tem também, é que elas se recusaram a fazer *arpilleras* individuais, no Chile cada uma bordava sua história, cada uma bordava sua *arpillera*, no MAB todas as *arpilleras* são coletivas, isso dentro dos padrões estéticos predominantes e hegemônicos, tem um prejuízo vamos dizer, porque às vezes é muito mais difícil fazer uma *arpillera* coletiva com discussão, na qual o resultado final às vezes seja tão caprichado, porque se você for fazer uma *arpillera*, não sei, é muito diferente ter que colocar um grupo de mulheres, a costura é junta, só de tempo, de organicidade, só de fazer uma coisa em coletivo, já supõe um esforço maior, agora fazer individual, você faz em casa, você pensa no que colocar, mais aí (no coletivo) qual é mais importante botar de retalho, onde quer .. é um exercício de construção do coletivo, então é uma coisa diferencial das *arpilleras* do método que elas fizeram, que elas estão construindo, não se elas chegaram a falar sobre isso, mas eu acho essa questão importante, de que todas elas são elaboradas de forma coletiva. E isso, a partir daí só foi crescendo a linguagem e essa sinergia que eu falei, sobre a linguagem e as construtoras dessa ,linguagem que se manifestam de uma forma muito particular no MAB, e que inclusive assim e se você ver a obra do MAB como um todo, você ver as regionalidades, você vê como cada região incorpora a sua identidade, a sua cultura, o seu jeito, como em cada lugar cada uma datou a sua realidade e como vai, como uma coisa viva que vai se alimentando e crescendo (ESTHER CONTI,2021).

A narrativa de Esther, para nós foi muito clara, explicativa e emocionante, fazendo com que pudéssemos compreender ainda mais sobre o trabalho com a técnica de bordado *arpilleras* em um contexto macro para depois entendermos em uma perspectiva micro, e é sobre isso que queremos dialogar.

Compreendemos de forma clara que as *arpilleras*, é uma linguagem não verbal, expressa através da técnica de bordado, que por sua vez são utilizados como metodologia de organização feminista através da educação popular dentro do MAB.

A definição das *arpilleras* como uma linguagem, para nós é algo revolucionário, pois ela foi adotada justamente por um movimento social, um organismo vivo e em movimento. Acreditamos que a experiência cotidiana possibilitou justamente a potencialização dessa linguagem, como metodologia de trabalho específico das mulheres atingidas.

Nas palavras de Esther, ficou explicado algo muito importante, se trata de deixar claro que não foram as linhas *arpilleristas* que criaram o coletivo das mulheres nem tão pouco MAB, mas foram estas linhas coloridas cheias de vida que organizaram as mulheres atingidas, fazendo com que elas encontrassem sua própria forma de traduzir o que sentem, diante da ofensiva capitalista.

Trata-se da forma que as mulheres emitem para o mundo sua mensagem, que foi pensada e estruturada diante das demandas que surgiram de forma muito orgânica, legitimando as suas regiões de forma muito intencional, assim foi construído o tecido da resistência feminista muito difícil de ser rasgado.

As mulheres do MAB não começaram a bordar apenas, elas primeiro internalizaram o trabalho e depois traduziram do seu próprio jeito, elas criaram a partir do enredo de suas próprias vidas e posteriormente de forma coletiva, bordaram vida em suas telas.

A característica da coletividade, presente na metodologia utilizada pelo MAB nos parece que deu mais sentido a educação popular, fazendo com que a linguagem opressora fosse quebrada, essa forma individual de se construir algo ou até mesmo atribuir maior valor ao que é feito individualmente, ou seja, o uso da educação popular fez com que as mulheres criassem suas próprias narrativas sem interlocução.

Concordamos com Esther a que a metodologia criada pelo MAB, também desconstrói a colonização cultural imposta a estas mulheres, que por sua vez dificulta o desenvolvimento verbal, e esta questão levantada nos fez refletir sobre aspectos importantes os quais iremos dialogar a seguir.

A questão da linguagem técnica imposta pelas empresas, tão distante da realidade dos povos atingidos por barragens, em especial as mulheres, fazem com que elas se sintam intimidades, seria como a linguagem fosse o instrumento de imposição da superioridade, proferida na maioria das vezes por homens, que são o gênero predominante dos grandes empreendimentos.

Porém Esther nos convida a refletir, que esta perspectiva não está voltada apenas as empresas, pois as vezes a própria militância de esquerda ao fazer análises de conjuntura, ao utilizarem certos panfletos, utilizam uma linguagem muitas vezes acadêmica, rebuscada, fazendo com que os sujeitos camponeses se sintam excluídos de debates que são deles e delas também, o fato é que esse tipo de linguagem silencia vozes compulsoriamente.

A linguagem verbal tem um peso muito grande, porém as palavras são tão claras que chegam a limitar, não dando espaço para outro nível de interpretação, por exemplo. Já a linguagem das *arpilleras* é diferente, sua potência, sua força, suas cores, constroem mentalmente uma gama de possibilidades diante do que está se vendo ou se construindo.

Seria como se as *arpilleras* nos levassem a outro nível de compreensão da realidade muito maior, nos levando para dentro do bordado, nos tornando empáticos e sensíveis com as dores, violações, perdas comunitárias e tudo que as barragens levaram que são traduzidos nas telas através do bordado.

Como Roberta Bacic disse e Esther citou, o que as mulheres *arpilleristas* tem para falar é tão pesado, tão cheio de violência, atrocidades e dores que se torna indizível como palavras, porque as palavras não são capazes de traduzir.

As *arpilleras* deu voz as mulheres atingidas de todo território brasileiro, pois a partir das primeiras experiências na Argentina, ao voltarem para o Brasil, as coordenadoras e militantes do MAB, replicaram o que apreenderam e a consolidaram como a metodologia de organização feminista e descentralizam do coletivo de mulheres do MAB, para todos os estados onde o movimento tem atuação.

Como já foi mencionado anteriormente, o MAB possui atuação em todo o território nacional, porém o lócus de nossa pesquisa é o estado Ceará. Nesta perspectiva, a partir de uma entrevista semiestruturada, a coordenadora estadual do MAB Mércia Vieira, nos explicou sobre o MAB especificamente no Ceará e trabalho desenvolvido com as mulheres *arpilleristas*.

Começamos nossa entrevista, perguntando como começou o trabalho com as mulheres atingidas por barragens no Ceará, pois entendemos que o Brasil é um país muito diverso inclusive em relação as reivindicações pelos direitos das mulheres, sobre esta pergunta Mércia respondeu:

Então, a nível nacional definimos no encontro de mulheres em 2011, que pelo MAB ser um movimento misto, seria importante também trabalhar especificamente com o tema das mulheres, a organização das mulheres, porque a gente sabe o quanto é negado para nós os vários direitos, inclusive os a participação política de estar em espaços de decisão. Então a partir daí a gente começou a organizar melhor as mulheres do MAB, priorizando a organização das mulheres. Nós temos o coletivo nacional, que nós estamos

inclusive em processo de formação, é tanto livro meu Deus, para estudar (risos) é muito difícil... e todos os estados nós temos essa tarefa de organizar o coletivo de mulheres, tanto estadual com o as mulheres da coordenação do MAB que fazem parte da organização, as mulheres da direção e as mulheres que ajudam a construir o MAB nas regiões dos grupos de base. Então esse espaço é específico com as mulheres, pra formação, para organização e dentro disso temos outro debate que é a ciranda, que é uma parte importantíssima para a participação das mulheres, que é ter um espaço para levar as crianças, inclusive as crianças passam por processos de formação, não é apenas um espaço para cuidar e sim um espaço formativo (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Foi enfatizado a importância de descentralizar a metodologia de organização do coletivo de mulheres nacional, para que houvesse a incorporação regional das especificidades dos sujeitos, trazendo a heterogeneidade dos atingidos e atingidas por barragens, pois por mais que o problema central seja a construção das barragens, percebemos que esta demanda trás várias faces que precisam ser consideradas.

No nordeste brasileiro, especificamente no Ceará percebemos essa realidade através da continuidade do relato da nossa entrevistada, que continua seu relato explicando:

Aqui na região nordeste, nós temos uma especificidade que nos difere das outras regiões que tem barragens, que aí uma das pautas, além de ser contra a construção as barragens por vários motivos, que aí o problema em si não é as barragens e sim o modelo, e nós também tem a luta pelo acesso a água. Muitas comunidades nossas, nós somos tirados das nossas comunidades para dar lugar as barragens. A maioria das barragens aqui do nordeste são para acumulo de água e não para geração de energia, mais mesmo assim nossas comunidades não tem acesso a água, nós temos vários exemplos aqui no Ceará, com a barragem do Castanhão<sup>38</sup> onde o MAB nasceu aqui no estado, é o berço da organização no estado é a barragem do Castanhão, tem comunidades lá que estão a menos de 2 km da barragem e não tem acesso a água, não tem adutora, no período do verão são abastecidas por carros pipa até hoje, por isso um dos nossos pontos de luta por direito é o acesso a água, que inclusive as mulheres são sempre as mais violentadas nesse processo, são elas que lavam a louça, a roupa, quem cuida dos filhos em casa, são as mulheres, que tem que ter o trabalho de ir buscar a água são as mulheres, então esse ponto da luta pelo acesso a água, que nesse processo de luta muita coisa avançou, a luta por adutora, nós temos exemplos de conquistas de cisterna, poço profundo de algumas experiências que tiveram êxito, mais temos algumas comunidades que ainda estão no processo (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Sobre a diferença das barragens aqui no Nordeste, pedimos que Mércia explanasse um pouco mais sobre esta perspectiva, porque entendemos que esta diferença ela é uma pauta discutida no MAB e possui características importantes que precisam estar bem claras haja vista que a luta dos atingidos no Ceará começaram sobre este viés. Desta forma Mércia explicou:

---

<sup>38</sup> O Açude Público Padre Cícero, mais conhecido como Açude Castanhão, é uma represa brasileira construída no leito do rio Jaguaribe, no estado do Ceará. O açude está localizado em Jaguaribara, embora atinja outros municípios dadas as suas grandes dimensões. O Castanhão é atualmente o maior reservatório de água doce do Ceará.

Aqui no estado, nós não temos nenhuma barragem do modelo que gere energia a partir da água. Temos as eólicas, não sei se temos térmica, mas os açudes são feitos principalmente para acumulação de água. Imagine assim, o Castanhão é o pulmão do Ceará, é a caixa d'água do Ceará, ele foi pensado também para receber a transposição do Rio São Francisco, então é maior caixa d'água do estado, são 6,7 bilhões de metros cúbicos a capacidade dele. Então tem os canais trazendo água do Castanhão para Fortaleza, para região metropolitana, para o Porto do Pecem, passa ali pela Chapada do Apudi, mas muitas comunidades nossas não tem acesso a água ainda, então está aí as contradições. E assim, lá nós temos muitos assentamentos que foram conquistas da luta pelos atingidos. Porque quando foi pensada a barragem, não foi pensado para onde iriam aquelas pessoas, foi pensada a cidade “planejada” (fez sinal de aspas com os dedos) a sede do município, mas quem morava na zona rural não tem plano nenhum, então a partir da luta que hoje tem vários assentamentos em torno do Castanhão. Tem os assentamentos que com muita luta, tem projetos irrigáveis, ainda com muita dificuldade, teve um que após a crise, a falta de chuva parou tudo, teve que iniciar do zero agora, e tem os assentamentos de “cerqueiro”, <sup>39</sup>então tudo foi a partir de luta, não tem um plano para alocar essas famílias. Tinha as discussões para as indenizações, mais tudo muito a quem, mais quem tinha uma casinha, uma terrinha, não dava pra comprar outro lugar, então foi muita luta pra ter o que tem hoje (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Partindo deste ponto, Mércia enfatizou a importância do trabalho de base nas comunidades, e posteriormente como a participação política das mulheres é fundamental neste processo organizativo. Sobre este ponto, Mércia explicou como acontece esse trabalho no Ceará, segundo ela:

Eu acho que outra coisa importante, que sempre chama muita atenção na organização, é essa questão da participação política. Quando a gente inicia o trabalho com as mulheres nas comunidades, a gente tem muita dificuldade, nesse processo das mulheres estarem em espaços públicos, reuniões, a maioria da vezes são os homens que vão lá, e aí até na hora das apresentações, as mulheres tem dificuldades em se apresentar, dizer o nome, dizer porque está ali, normalmente acompanhando o companheiro, mais aí com o processo organizativo, com os espaços de formação, a gente vai ganhando um pouquinho de espaço com as mulheres. Aqui no estado, tipo assim, nossa forma de organizar nas comunidades é o grupo de famílias, 10 a 15 famílias, que nós precisamos ter um coordenador e uma coordenadora, pra ter a mulher nesse processo organizativo e colocar um jovem, normalmente os jovens tem mais disponibilidade de sair. Como nós trabalhamos com mulheres rurais, temos mais dificuldade ainda, tirar uma mulher do campo dos seus afazeres, é um desafio, muito, muito desafiador. Então é essa a nossa forma, um mulher, um homem e um jovem, né...e aí lá no Vale do Jaguaribe, teve processos muito longos, lá a barragem foi construída, iniciou no final dos anos 80, 90 ali, concluiu no final dos anos 2000, mas aí a gente iniciou um processo organizativo lá muito interessante mesmo, tem conquista de assentamento, de terra, e as mulheres as mais, sabe as que colocam mesmo pra frente, são as protagonistas, são as que organizam o povo para ir pra reunião, é quem

---

<sup>39</sup> De acordo com Delma Passanha Neves (1997, p.212) em seu livro, Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis, assentamentos de cerqueiros são os assentamentos construídos através de cercas produzidas por madeira que delimitam os limites territoriais dos assentamentos.

organiza o espaço, é quem sabe, garante os espaços organizativos de fato é as mulheres (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Queremos destacar dois pontos a partir das narrativas de Mércia os quais acreditamos que são relevantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa e entendimento da grandiosidade do trabalho que o MAB desenvolve nas comunidades.

Quando refletimos sobre o trabalho de base, revisitamos caminhos que mostram a raiz das diversas lutas dos movimentos sociais, que em nossa perspectiva precisam sempre estar pulsando nos corações daqueles que acreditam na transformação do mundo em que vivemos.

Entendemos que o fato de acreditarmos na possibilidade da transformação do mundo é um ato político, reservado aqueles que lutam dia após dia em suas trincheiras por justiça sobre o viés da classe trabalhadora, sobre o chão de uma realidade que embora seja tão desigual, inspira as lutas de sujeitos que não conheceram outra face do capitalismo ao não ser a da desigualdade de classes.

A perspectiva pedagógica dos movimentos sociais, para nós é uma forte perspectiva que direciona e impulsiona aqueles que sofrem e nem sabem o porquê estão sofrendo, os excluídos e subalternizados que de tão invisibilizados se tornaram inexistentes.

Inspirando esta discussão, Allene Lage (2013) diz que a luta por justiça social é algo intrínseco a classe trabalhadora, não fazendo parte da classe opressora, pois parte do pressuposto do sonho dos oprimidos, excluídos e subalternizados para os direitos de cidadania e a partir da consciência destes a mudança seja real. (LAGE, 2013, p.17)

Ainda de acordo com Lage (2013, p.17-18):

Assim, pensar algo radicalmente melhor implica, pois, numa rebeldia do próprio pensar, capaz de romper com as crenças imobilizadoras que geram um saber-fazer submisso, um sentimento de incapacidade e uma descrença na luta política. É dentro deste universo de possibilidades que os movimentos sociais se organizam, lutam e atuam coletivamente (LAGE, 2013, p.17-18).

Acreditamos que as diversas lutas que fazem e movem os movimentos sociais, partem de inquietações pessoais, que transcendem sujeitos que foram subalternizados a vida toda, mas que não tem essa consciência e muitas vezes se culpabilizam pois não tiveram contato com outra realidade.

Refletimos após a narrativa enfática de Mércia sobre o trabalho e a importância do trabalho de base que é feito nas comunidades, que fazem com que a transcendência pessoal se potencialize na sua coletividade, através da vertente educativa dos movimentos sociais, que possui características únicas, orgânicas de cada território, produzindo um novo fazer pedagógico.

Anteriormente, no capítulo 04, dialogamos sobre a importância do território, porém queremos revisitar este conceito, a partir da perspectiva de Lage (2013), que nos traz contribuições pertinentes sobre o novo fazer pedagógico, considerando pontos importantes como território, luta política, identidades e sujeito político e a nova compreensão da educação a partir dos movimentos sociais.

Nas palavras de Lage (2013, p.27) o território carrega consigo fatores determinantes para a construção das lutas sociais, pois o mesmo está presente em todo processo histórico trazendo consigo simbolismos e significados nos quais é possível estabelecer as redes de poder, as hierarquias e os novos conhecimentos sociais advindos das experiências dos grupos sociais. (LAGE, 2013, p.27-28)

Ainda nas palavras de Lage (2013, p. 28) neste território da luta política os integrantes dos movimentos sociais vão se forjando como sujeitos políticos no exercício da militância e dos processos de formação. Esta formação que está ligada de forma intrínseca a educação dos movimentos sociais, e sobre esta perspectiva nós iremos transcorrer, pois acreditamos que é fundamental o seu entendimento.

Quando pensamos que a educação é um fenômeno humano produzido por situações sócio-históricas, ocorrido através de conquistas sociais, Lage (2013, p.29) nos convida a enxergar as experiências de educação que vem sendo construídas pelos movimentos sociais, além da perspectiva de suprir a escolaridade não obtida ao decorrer de sua vida até o momento de ingresso nos movimentos sociais.

Ampliando este horizonte epistêmico, a educação dentro dos movimentos sociais engloba um aprender político que vai restituir até mesmo a humanização perdida pela ausência de dignidade, de direitos e de cidadania.

De acordo com Lage (2013, p.30):

Neste sentido, a educação dentro dos movimentos sociais renova no sujeito o desejo de estudar por diversas razões, tais como sonho da conquista de direitos, a descoberta de novas subjetividades, a perspectiva da apropriação do saber como aspecto importante instrumento de capacitação para luta política, realização pessoal entre outros. A própria angústia existencial do ser inconformado, buscando sempre novas respostas para os seus problemas, na procura do reconhecimento das discriminações sociais, étnicas, de gênero e de lutas tantas outras, impulsionam o desejo de mudar essas relações excludentes e a alienação com relação aos processos políticos e da participação social (LAGE, 2013, p.30).

Dentro dos movimentos sociais, os conteúdos trabalhados são de uma perspectiva crítica convergindo para apropriação do conhecimento, no fluxo contínuo de ensinar e aprender, com muita criatividade e uma constante reflexão, para que os conteúdos produzidos cheguem

até os sujeitos para que possam compreender a realidade que os expulsou dos direitos de cidadania.

Assim, a educação carrega consigo a característica de mediação dentro dos processos comuns entre os sujeitos e os conhecimentos, na perspectiva de melhor lidar com os aspectos e problemáticas do cotidiano, o que segundo Lage (2013) estão diretamente relacionados a luta política dentro dos movimentos sociais.

A educação dentro dos movimentos sociais, fazem parte de seus projetos educativos, que ampliam a compressão do mundo e conseqüentemente contribuem para compreensão dos sujeitos políticos, considerando suas subjetividades, assim os espaços construídos através dos diversos projetos políticos, articulam saberes, combinando os processos pedagógicos com trajetórias sociais e políticas.

Lage (2013, p.32-33) aponta sobre outra perspectiva que está diretamente ligada a luta dos movimentos sociais e seus respectivos projetos educativos, se trata do projeto político, os quais nas palavras de Lage (2013) trazem significativos avanços, a partir da formação de uma consciência política, construída através de vivências coletivas, formações políticas ou técnicas.

De acordo com Lage (2013, p.33) o projeto político para os movimentos sociais é algo imprescindível, segundo a autora:

Resulta na formação de uma identidade revolucionária, na qual forja um novo sujeito capaz de confrontar a classe dominante sobre a própria condição de opressora, por meio da luta, que capacita seus sujeitos a questionarem as condições estruturais dos fenômenos sociais que violentamente, os colocam na condição de oprimidos (LAGE, 2013, p.33).

Entendemos que para os diversos projetos políticos dos movimentos sociais impactem diretamente na sociedade, fazendo com que haja uma transformação social é necessário que a transformação comece na mentalidade dos sujeitos, desconstruindo a mentalidade de oprimidos.

Lage (2013, p. 33) trazendo reflexões de João Francisco de Souza (2004), explica que para que haja uma mudança radical no modo de pensar na sociedade, causando uma transformação real, é necessário que haja a Pedagogia da Revolução.

Trata-se de uma pedagogia, que segundo os autores seja capaz de forjar sujeitos políticos que tenham a capacidade de enfrentamento da realidade, desconstruindo discursos hegemônicos que invalidam sujeitos que foram colocados as margens da sociedade.

A revolução proposta pela educação, traz o despertar de novos sujeitos, porém segundo Lage (2013, p.34) para que isso aconteça, é necessário que haja um processo contínuo, pois não basta apenas formar lideranças é necessário que haja multiplicação coletivo, para que a consciência possa ser despertada e assim o enfraquecimento do sistema capitalista.

Na sociedade capitalista em que vivemos, onde as vezes o negacionismo impera e as vezes cega, o grito, as marchas, as cores, as reivindicações dos movimentos sociais são necessárias para que possamos manter viva a chama da revolução. Compreendemos que os projetos educativos dentro dos movimentos sociais são combustíveis para que os projetos políticos sejam multiplicados, desbravando ainda mais territórios desconhecidos.

Miguel Arroyo (2014, p. 25) nos diz que a pedagogia dos movimentos sociais, são uma pedagogia em movimento, e ainda nos indaga a pensarmos sobre o que temos a aprender dos movimentos sociais? A resposta contundente é que os coletivos populares se reconhecem sujeitos de conhecimentos, de valores, culturas, sujeitos de processos de humanização/emancipação, ou seja, sujeitos pedagógicos produzindo outras pedagogias. (ARROYO, 2014, p.25).

As pedagogias construídas coletivamente pelos movimentos sociais, são necessárias, pois elas são assertivas ao expressar a realidade de seus sujeitos, as suas demandas e os projetos políticos os quais estão inseridos. Compreendemos assim que existe a necessidade de outras pedagogias pois as convencionais não conseguem responder tantas demandas e as suas respectivas complexidades.

A Pedagogia da Revolução precisa estar em movimento, pois precisam seguir o fluxo dos movimentos que seguem as constantes mudanças da sociedade, que são reflexos das constantes ofensivas capitalistas. Seguindo esta perspectiva, o MAB seguiu este direcionamento utilizando as *arpilleras* como metodologia de trabalho com as mulheres e o impacto deste trabalho podemos identifica-lo nas narrativas que seguem.

Dando continuidade à nossa entrevista com Mércia Vieira – MAB Ceará, perguntamos especificamente sobre o trabalho com as *arpilleras*, a partir dos processos organizativos que já vinham sendo desenvolvidos antes das *arpilleras* chegarem.

Neste sentido Mércia Vieira nos respondeu,

Então temos a experiência da maioria serem mulheres, as coordenadoras e quem de fato se compromete com a organização. E as *arpilleras* para nós foi uma metodologia que chegou e que acho que vai ficar no MAB assim (risos), não é uma coisa assim, um evento, as *arpilleras* é uma ferramenta que inclusive nos possibilita ajudar naquele problema inicial, que as mulheres não precisam falar, né? Para fazer uma *arpillera*, a gente trabalha os temas, essa questão das violações de direito e aí, aqui no Ceará agente trabalhou alguns temas, o acesso a água foi um tema, para construção da *arpillera*, é.. a luta pelos altos preços da luz era um tema de uma *arpillera*, a participação política, cada tema elas criavam uma *arpillera* e a partir do debate as mulheres não precisavam fazer exposição, agente usava alguns vídeos, fazia alguns debates, alguns problemas e as mulheres iam ali se dividir em alguns grupos e iam produzir sua *arpillera* (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Entendemos esta narrativa que Mércia nos trouxe, nos relevou pontos muito importantes, o primeiro deles e que nos impactou foi o ponto do lugar de fala, seguido pelas violações de direitos, especificamente o que são ligados ao acesso a água, a luta constante pela diminuição dos preços da luz e a participação política.

Percebemos de forma subjetiva, com sua voz embargada, o quanto é voraz e cruel a violência que as mulheres cearenses sofrem com a seca, a falta de água e ainda terem que muitas vezes deixar de comer, para pagar contas de luz com preços abusivos. Neste ponto, percebemos que as marcas da violência, ainda vivas na memória, fazem com que a única resposta dada neste cenário seja o silêncio.

Compreendemos ainda que de forma sensível, o coletivo de mulheres do MAB construiu a metodologia de trabalho com as mulheres de forma coletiva, para que a coletividade, a partilha, o diálogo, desconstruísse as barreiras que as violências das barragens e as produzidas através das barragens, construíram nas mulheres fazendo com que elas silenciassem, desta forma a participação política foi sendo construída de forma orgânica.

Continuando nosso diálogo, como percebemos que existem temáticas que são abordadas antes que as mulheres construam as *arpilleras*, perguntamos como os temas são escolhidos.

Mércia Vieira nos explicou,

Como eu te falei, nós temos o coletivo de mulheres, então tem a discussão desde do coletivo nacional, é tudo direcionado, então todos esses temas, nós, tipo assim, o tema da energia é um tema muito difícil de compreensão, muito difícil, entender o setor elétrico é muito complicado, então nós passamos pelo processo de formação, então as reuniões são para discutir esses temas. Desde das mulheres do coletivo nacional, estadual e as mulheres da base nas regiões e vão trabalhando com as mulheres, desde das mulheres da militância até as mulheres da base. Então passa pelas mulheres do coletivo nacional, regional, até as mulheres da base os temas, a energia, o acesso à água, participação política e vários outros, inclusive nós estamos organizando a nossa exposição do acervo nacional das *arpilleras* para o dia 30 desse mês (outubro/2021). Então estamos tentando concluir, porque você sabe que toda *arpillera* tem uma carta contando a história dela né? Cada *arpillera* tem uma carta no caso, que vai contar a história daquela *arpillera*, de como ela foi construída e o nome de quem fez. Qual foi a discussão que foi construída e aí traz tudo ali (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Dando continuidade ao processo de construção das *arpilleras*, Mércia nos explicou como são realizadas as discussões após as temáticas serem escolhidas.

Fazemos discussões no geral, para ter uma compreensão mais ampla, mas não tem como trazer a questão pessoal, da vivência de cada uma, então os temas são gerais, por exemplo, um dos temas são laços comunitários, porque a gente diz que quando uma mulher é tirada da comunidade para do lugar ao lago, das barragens, ela perde o laço comunitário dela, geralmente a família se divide, um compra um terreno em um lugar, outro na cidade, a mulher perde aqueles laços da comunidade, perde a cultura do local, a mulher perde a rede de apoio

que tinha para cuidar dos filhos, então a mulher não tem como não colocar, acho que é o mais colocado é a sua vivência. No preço da luz, normalmente a mulher deixa de pagar a comida pra pagar a conta de luz, né? Deixa de lavar a roupa na máquina para lavar a roupa na mão, porque a luz tá cara, então não tem como, a gente faz o debate geral do preço da luz, mas ela demonstra ali o que ela está vivendo dentro de casa, né, no dia a dia dela. São nesses encontros que fazemos o debate, antes da construção das *arpilleras*, depois vamos para o grupo, depende muito da quantidade de mulheres que está no espaço, mas geralmente são 5, 6 mulheres porque se não fica muita gente para uma *arpillera* só, aí tem o tamanho adequado, tem toda uma orientação para ser um trabalho padronizado. As vezes a gente tem dificuldade porque todo mundo quer fazer assim (no sentido de ser como elas pensam), mas tem toda uma orientação, o tamanho e tal para gente ter uma padronização nacional. Depois do grupo criar a *arpillera* e conseguir expressar tudo que estão sentindo ali depois do debate, é feito uma apresentação da *arpillera*. As mulheres dizem o que cada objeto daquele significa, elas explicam e leem a carta, tem um espaço para todas apresentarem. Como eu disse não dá para as mulheres levarem para casa, inclusive é feita em grupo, então fica no nosso espaço da secretaria estadual do MAB. E nacionalmente, como eu disse para você, estamos organizando nosso acervo que aí é por tema que está sendo organizado, aí tem uma exposição, aí tem toda uma orientação de como tirar as fotos, de como guardar as *arpilleras*, como tem a carta, está sendo digitado tudo, todo o processo que foi feito, os encontros que foram feitos, as histórias das *arpilleras*, a exposição do filme, então estamos digitando tudo e colocando no acervo nacional para ficar tudo guardadinho para nosso processo histórico (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

A narrativa acima, nos fez entender a importância da coletividade e da análise de conjunta, para que os temas abordados na comunidade em geral, reflita as dificuldades vivenciadas por todos e todas.

Fica claro que o debate em grupo, faz com que os laços comunitários sejam fortalecidos, para que os atingidos possam entender que a luta é coletiva e as lutas individuais por mais que sejam dolorosas, elas convergem para a coletividade, porque no coletivo, eles conseguem ver o quanto podem se fortalecer ao lado de seus pares.

Nos debates de forma geral, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos participam, mas quando perguntamos a Mércia sobre a construção das *arpilleras*, ela nos informou que só as mulheres participam, tanto das jovens as idosas, pois como a mesma enfatizou, a metodologia não é só bordar.

De acordo com Mércia Vieira,

As comunidades são bem mistas, bem mistas mesmo, de jovens a idosos. Nas comunidades rurais são mulheres mais de idade, mas na organização das mulheres, na militância, participa dos grupos, é bem misto, tem de todas as idades. Mas o maior número é de mulheres. No último encontro que eu participei aqui no estado foi em Jaguaribara, os homens participaram do processo organizativo, da cozinha, da ciranda, da organização do espaço, das articulações para as companheiras participarem do espaço, mas nos debates lá

com os temas, da construção das *arpilleras*, não. É algo específico para as mulheres (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Nos chamou atenção, quando Mércia nos falou das cirandas e nós perguntamos a ela o que seria, e se fazia da parte da metodologia das *arpilleras*, então ela nos explicou o que são as cirandas e como esta metodologia é fundamental para que as mulheres participem das atividades propostas.

A ciranda na verdade, é uma condição concreta para as mulheres participarem é um espaço para as crianças estarem enquanto as mulheres e os homens também estão em outros espaços, de reunião, de luta, de formação, então é organizado o espaço das cirandas, e nós também nesse último período conseguimos avançar na organização desse coletivo. Porque como eu falei antes, não é só um espaço pra deixar as crianças ali enquanto os pais estão em processo de formação. Então nós estamos organizando esse coletivo a nível nacional, com os dirigentes nacionais da ciranda que pensam os processos de formação para os educadores, que são educadores, não gostamos nem de chamar de cirandeiros, são educadores populares, que passam por formação para contribuir melhor com a ciranda, então os educadores nacionais, fazem esse mesmo processo com os educadores estaduais e assim a gente tenta organizar pessoas para ajudar nesses espaços, não é assim “aquele militante tal não está fazendo nada agora, então vamos colocar ele para os espaços das cirandas” – não é assim! A gente tenta mapear pessoas que de fato conseguem trabalhar bem com crianças. Porque vocês sabem né, tem pessoas que gostam de fazer aquilo, querem fazer então elas passam pela formação, são pessoas dirigentes para estarem nesse espaço, são militantes que ajudam a construir esses espaços. Tipo, eu tenho um filho que tem 10 anos já, já nasceu na ciranda do MAB. Hoje os meninos brincam, dizendo que ele já o dirigente, eles aprendem o que é o MAB, as lutas, as pautas, sobre os altos preços da luz... tudo é trabalhado na reunião, é trabalho de forma mais lúdica no espaço das cirandas (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Compreendemos, portanto, que as cirandas fazem parte do MAB de forma muito importante, pois desde pequenos as crianças já começam a ter consciência da realidade, a qual estão inseridas de forma lúdica, além do mais a ciranda também pode ser compreendida como uma estratégia de trazer as mulheres para os encontros.

Sabemos da realidade de muitas mulheres, que querem participar dos momentos, mas não tem com quem deixarem os seus filhos por serem muito pequenos e dependerem de suas mães, então essa estratégia para nós é muito pertinente e propositiva, pois estão sendo forjados os militantes do amanhã, que darão continuidade ao movimento e as mulheres estão tendo a oportunidade de participar dos encontros propostos pelo MAB.

Após compreendemos um pouco sobre as cirandas, perguntamos a Mércia quem são as mulheres *arpilleristas* do MAB no Ceará, pois gostaríamos de saber quem elas são, quais suas ocupações, para que possamos conhece-las e se ela sabia uma média de quantas mulheres já fizeram as *arpilleras*.

De acordo com Mércia,

Bom, como o MAB é um movimento mais rural, a gente tem experiências urbanas mais ainda muito iniciais então nós trabalhamos muito com mulheres rurais, aí o trabalho doméstico, o trabalho produtivo da agropecuária, cuidando dos animais, cuidando da roça, mas são mulheres que fazem tudo, muito trabalho, muito trabalho. Não temos ideias quantas mulheres já fizeram *arpilleras*, são muitas. Porque assim nós trabalhamos principalmente em 04 regiões do estado né, cada um a partir da organização estadual faz o seu processo na sua região, então é bem difícil dizer um número (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Especificamente sobre a construção das *arpilleras*, nós a perguntamos como ocorre o processo com as mulheres e os materiais que são utilizados, e nesta perspectiva Mércia continuou sua narrativa explicando:

Então, quando a gente foi fazer as primeiras *arpilleras* aqui no estado, a gente não sabia se ia conseguir fazer, eu nunca costurei, eu não sei bordar, eu aprendi a fazer outras coisas com minha mãe, essas coisas aí eu não aprendi, mas quando a gente vai fazendo, todo mundo eu acho tem esse mesmo sentimento, mas cada uma chega e faz um pouquinho, tem uma que chega e sabe fazer um ponto bonito, outra faz a bonequinha e a gente vai se ajudando, não tem especialista em costura, não tem especialista em bordado, mais cada uma da sua contribuição e no final sai aquela peça bonita. Pois é, você acha bonito, mais de vez enquanto o pessoal da nacional fala “olha vamos dar uma melhoradinha nesse acabamento”, aí a gente fala, olha aquilo ali foi uma construção coletiva, a gente vai dar uma passadinha, pra ficar mais retinho, mais é aquilo ali. Mas eu acho que é o sentimento de todas, é a sensação que não conseguir fazer, a gente mostra as fotos, tem livretos que é a coisa mais linda do mundo, mais na hora. Assim, a base é a junta (estopa), mas o resto são tecidos. A gente fala: - Oh, a gente vai ter encontro, vamos fazer as *arpilleras*, cada um leva um pedaço de pano, uma roupa usada, roupa velha, linha” cada uma leva alguma coisa, as vezes a gente tenta coletar na comunidade, com as costureiras que tem os retalhos (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

O processo de confecção das *arpilleras*, nos remeteu ao conceito de ecologia dos saberes e a tradução intercultural de acordo com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2019).

Nas palavras de Santos (2019, p.103) não podemos dialogar sobre a ecologia dos saberes sem antes mencionarmos as lutas contra a dominação, a exclusão, a discriminação e a repressão nas epistemologias do Sul.

As lutas e as resistências sociais, por muito tempo não foram tratadas como prioridade pela teoria social principalmente na perspectiva eurocêntrica, pois havia um foco para temáticas voltadas a ordem social e aos conflitos sociais.

Em contra partida a esta perspectiva, organizações políticas e movimentos sociais, pautaram suas reivindicações contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, a partir de intensas e profundas reflexões, que giravam em torno de diferentes formas de luta, tipos de organização, objetivos, políticas de alianças, relações com o Estado, entre outras.

Na perspectiva de Santos (2019, p.105) existem dois tipos de genéricos de luta, os quais são possíveis, segundo ele:

Há dois tipos genéricos de luta possível, os que abordam as exclusões abissais e os que abordam as exclusões não-abissais. Porém, como sublinhei também, ao nível a que as lutas são construídas e vivenciadas pelos que nelas participam, a sua diversidade é imensa (SANTOS, 2019, p.105).

Seguindo esta perspectiva, Santos (2019, p.106) explica sobre as lutas contra dominação apoiadas pelas epistemologias do sul:

As lutas contra a dominação apoiadas pelas epistemologias do Sul são aquelas que transformam qualquer margem de liberdade, por pequena que seja, numa oportunidade de libertação, aceitando os riscos inerentes a uma tal transformação. Fazem-no mais por necessidade do que por opção. Transformar liberdade mínima em libertação implica a consciência de que limites da liberdade não são nem naturais nem fixos; são, antes, impostos de forma injusta e suscetíveis de serem deslocados (SANTOS, 2019, p.106).

No campo das epistemologias do Sul se situam as lutas dos oprimidos, onde muitas vezes, são lutas em que não existe confronto direto nem formas de resistência abertas e declaradas e, por esse motivo, são raramente conhecidas como sendo políticas.

Sobre as lutas dos oprimidos, Santos (2019, p.106-107) explica:

As lutas dos oprimidos assumem um número infinito de formas. As mais óbvias são as lutas explícita e deliberadamente organizadas por grupos, organizações e movimentos sociais a fim de reduzir ou pôr termo a um determinado caso de opressão considerado injusto. Em geral, essas lutas são facilmente delimitáveis no tempo e no espaço, seus respectivos protagonistas são facilmente identificáveis, tal como o são aqueles contra quem lutam, e os termos do confronto são claros para as partes envolvidas. Esse tipo geral de luta desdobra-se em muitos subtipos, dependendo das escalas e dos horizontes espaço temporais, dos seus níveis de confrontação, dos tipos de liderança, dos tipos de narrativas que os legitimam, da natureza pacífica ou violenta da luta, e assim por diante. Os diferentes subtipos exigem e geram diferentes tipos de conhecimento (SANTOS, 2019, p.106-107).

Expressando as diversas lutas dos oprimidos, podemos compreender que a ecologia dos saberes se torna, de torna visível a potência e diversidade das incontáveis lutas dos movimentos sociais, mostrando entre outras coisas os seus projetos educativos e políticos.

A ecologia dos saberes assim como a tradução intercultural, segundo Santos (2019, p.59) são ferramentas que transformam a diversidade de saberes visíveis, através da sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, possibilitando a compressão ampliada de contextos de opressão e resistência, promovendo articulações abrangentes e profundas por diversas lutas, reunindo várias dimensões ou tipos de dominação de modos diferentes. (SANTOS, 2019, p.59)

Compreendemos ainda que Santos (2019, p. 59) nos leva a refletir que as articulações de diferentes movimentos sociais e suas lutas plurais, são potencializadas pela tradução

intercultural, pois ela visa contribuir para a transformação da diversidade epistemológica e cultural do mundo, em um fator favorável e capacitador, possibilitando a interseccionalidade entre as lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

Nas palavras de Santos (2019, p.59) a ecologia dos saberes precisa ser compreendida em dois momentos, segundo o autor o primeiro momento se trata na identificação dos principais conjuntos de conhecimentos, que são discutidos por determinada luta social, podendo levar a uma sobrecarga de análises teóricas, política e cultural.

O segundo momento, segundo Santos (2019, p.59) a ecologia dos saberes deve ser complementada com a tradução intercultural e interpolítica, visando especificamente reforçar a compreensão recíproca, sem dissolver a identidade, e identificando a complementariedade e contradições comuns e alternativas.

Enquanto que a tradução cultural, ocorre em reuniões ou sessões de atividade militante, de capacitação, de formação, de educação popular, considerando as intervenções dos sujeitos, porém sem protagonismos especiais, pois é considerado o a dimensão cognitiva coletiva, que estão presentes na ecologia dos saberes, valorizando a troca de experiências, avaliação de lutas (próprias e alheias), análise do conhecimento que dos grupos sociais dominantes, que tentam isolar ou desarmar os oprimidos. (SANTOS, 2019, p.59)

Ainda nas palavras de Santos (2019) dialogando sobre a tradução intercultural, o autor ainda nos diz que existem vários tipos, porém diante das *arpilleras* e da forma com que o MAB a utilizam, como forma de organizar as mulheres atingidas, acreditamos que a tradução didática.

De acordo com Santos (2019, p.60) na tradução intercultural didática:

Ocorre em processos que combinam, por um lado, individual e o coletivo e, por oral e o escrito. Diz respeito a situações em que líderes de movimentos ou organizações se distinguem pelo trabalho de tradução que levam a cabo para fortalecer as lutas sociais em que estão envolvidos. A sua individualidade não é, nesse caso, individualista, pois o seu trabalho não só expressa uma vontade coletiva como está orientando para fortalecer a luta contra a dominação econômica, social, cultural e política. Por outro lado, a oralidade, que domina na prática da organização e da luta política, é complementada pela reflexão escrita publicada (SANTOS, 2019, p. 60-61).

Depois de sabermos como o processo de confecção funciona, ficamos indagados para saber, o que acontece depois que as *arpilleras* ficam prontas. Nos chamou atenção, que após as peças estarem prontas, as mulheres escrevem uma carta contando a história daquela *arpillera* específica, ou seja, narrando as suas próprias histórias.

Sobre este processo Mércia nos explicou,

Cada *arpillera* tem uma carta, as mulheres acham mais difícil escrever a carta do que fazer a *arpillera* (risos), e o nome de quem fez. Qual foi a discussão

que foi construída e aí traz tudo ali. Pra você entender melhor, você já viu o filme, não é? Então, aquela narração é a leitura de uma carta, quem faz a leitura é a Margarida, ela usou um pedaço de um vestido da filha dela e é assim, cada um leva um pedaço, e assim cada um vai colocando um pouco de si nas *arpilleras*, por isso que tem esse sentimento todo. É um espaço de diálogo delas, elas conversam, lá elas choram lembrando as histórias, é muito bom, muito bom mesmo (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Continuando ainda sobre esta pergunta, Mércia trouxe elementos onde ficou claro o sentimento de pertencimento que as mulheres têm pelas peças, pois elas carregam consigo suas histórias, e para nós este relato foi muito significativo.

Tem muitas que quando terminam dizem assim “Nossa vamos guardar a onde?” eu posso levar pra casa?” Tipo assim todo mundo quer para si, porque a partir dali não é só um bordado qualquer, é uma história das mulheres, é o que elas vivenciaram, é as violações que elas sofreram, tá tudo ali desenhado, todo mundo quer, elas dizem “ Cuidado nós vamos deixar com vocês, mas a vontade é levar para casa” todo mundo quer levar pra casa, fazer um quadro. Nós temos uma experiência na comunidade nossa que foi feito um livro de *arpilleras*, toda história da comunidade foi feita um livro, todo o processo que a comunidade passou, quando foi atingida, o que a comunidade passou, desde do barraco de madeira até o assentamento ficar pronto, então está tudo feito no livro de *arpilleras*. Tipo assim, foi organizado um grupo de mulheres e elas não quiseram parar depois que fizeram história, fizeram outras *arpilleras* no espaço da comunidade e elas tem um vínculo muito grande com a *arpillera*. A gente quis até trazer para o nosso espaço estadual, mais não deixaram não (risos), tem um espaço na comunidade só pra guardar, elas têm um vínculo muito grande (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

Sabemos que as *arpilleras* confeccionadas, relatam a histórias das mulheres que tiveram e tem os seus direitos violados em detrimento ao avanço do capitalismo, e são muitas violações relatadas por todo Brasil, pois como já sabemos, cada região possui especificidades.

Como nossa pesquisa está situada no estado do Ceará, perguntamos a Mércia, quais as violações de direitos humanos que são mais relatadas pelas mulheres e retratadas por elas através das *arpilleras*.

Nas palavras de Mércia,

Eu acho que um dos principais, que todas as mulheres sentem na pele, é essa da participação política, de poder estar em espaços e do desafio delas, saírem de casa. Só em elas irem para o encontro do MAB é um desafio enorme, sair de sua casa, passar 02 dias em um encontro estadual, fazendo esse debate, sair de casa para ir para cidade, ir para uma mobilização, participar desses espaços, é o mais colocado porque é o que elas vivenciam mais. Então a participação política, essa questão do acesso a água, também é muito colocado, da divisão sexual do trabalho, é um dos principais. Nossa mais depois que a gente conversa sobre essas violações, inclusive é o que elas mais gostam (risos) mais depois elas falam com uma raiva (risos), reivindicando mesmo sabe? A gente trabalha assim, porque o inimigo não é o marido, o homem, mais é o sistema como todo, mas ela volta pra casa bem empoderadas Depois que elas começam

a colocar no papel, ouvir os relatos das outras mulheres que passam a mesma coisa, então elas voltam bem chateadas (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

A narrativa descrita por Mércia, nos mostram que as violações de direitos humanos, vivenciadas por mulheres nos territórios das barragens, são ligadas a categoria gênero, expressando-se por pautas como patriarcado, participação política e divisão sexual do trabalho.

Inicialmente gostaríamos de abordar a categoria gênero através da autora feminista Guacira Lopes Louro (2020). As contribuições da autora, nas discussões sobre gênero, afirmam a sua importância como uma categoria fundamental, pois esta categoria, considera mulheres como sujeitos, capazes de construir e narrar suas histórias propondo assim uma linha de pensamento plural, desconstruindo as desigualdades impostas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Para Louro (2020, p.19) o movimento feminista, organizado se iniciou no ocidente em meados do século XIX, porém foi na virada do século que o mesmo através de várias manifestações contra a discriminação feminina, levantaram a sua primeira bandeira de luta, que foi Sufragismo, o movimento que reivindicava a extensão do direito ao voto para as mulheres, conhecida também como a 1º onda do feminismo.

Entendemos que o direito ao sufrágio foi a reivindicação primária, mas que houveram também objetivos secundários relevantes que estavam ligados aos interesses das mulheres brancas de classe média que queriam que as questões ligadas às organizações familiares fossem revistas, bem como a viabilização de oportunidade de estudo e acesso a profissões.

Os desdobramentos destas pautas, construíram a segunda onda do feminismo, que se iniciou na década de 1960, e esta foi de suma importância para as problematizações do conceito gênero, pois esta onda do feminismo estava ligada diretamente a construções teóricas além das bandeiras políticas e sociais já conhecidas.

O ano de 1968, especialmente marcou a segunda onda do feminismo principalmente no hemisfério norte, em países como os Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha, que não reivindicavam pautas feministas, também estudantes negros, jovens e de outros grupos que já vinham inconformados a muito tempo com a forma tradicional e vazia de formação, que não promoviam reflexões críticas e propositivas, e sim propunham um silenciamento e neutralidade aos novos arranjos sociais que surgiam.

Assim, após este período conflituoso que foi muito válido para ressignificação do movimento feminista, o movimento ressurgiu indo além de sua perspectiva política demonstrada a partir de marchas e outras manifestações públicas, adentrando a esfera teórica de construção de saberes através de revistas, jornais e livros, o quais são conhecidos e marcos teóricos

importantíssimos para formação feminista ainda hoje, como por exemplo, os que são destacados por Louro (2020, p.20) o livro “O Segundo Sexo de Simone Beauvoir” escrito em 1949, “A mística feminina de Betty Friedman” escrito em 1963 e “Política Sexual de Kate Millet” escrito em 1969.

Todas estas obras mencionadas, impulsionaram as militantes feministas para que estas entrassem no mundo acadêmico, propondo estudos das mulheres, como estudiosas, docentes e pesquisadoras com perspectivas políticas que iriam propor uma movimentação contra hegemônica desconstruindo a neutralidade acadêmica que por muito tempo foi reproduzida e que invisibiliza as mulheres como sujeito da ciência.

Ainda sobre esta perspectiva, a autora ainda nos traz a reflexão de que esta invisibilidade está diretamente ligada a caracterização dos discursos que constituem o mundo privado e doméstico, como sendo o ambiente e universo das mulheres. Porém sabemos que a muito tempo as mulheres já haviam transposto este universo, construindo pela colonialidade ao qual elas estavam submetidas, trabalhando em outros lares domésticos, em fábricas, lavouras, etc, mas sempre na retaguarda dos homens, sempre na perspectiva secundária ligadas majoritariamente à assistência, ao cuidado e educação.

Acreditamos, que as mulheres estudiosas feministas, naquela ocasião especificamente e até hoje, servem como vozes que denunciam as condições de vida e trabalho das mulheres como sendo uma estratégia de pautar a desigualdade sociais, políticas, econômicas, jurídicas que perpassam a opressão e submetimento feminino, em diversas áreas de conhecimento como a Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura e etc.

Posteriormente, as contribuições das estudiosas feministas podem articular outros espaços para dialogar com seus pares, na perspectiva desconstruir ideias androcêntricas que era obtida, como verdades soberanas e colocar em evidências estudos feministas que antes não passavam dos rodapés dos trabalhos científicos.

Assim Louro (2020 p. 23) pontua que as mulheres feministas estavam bem além do seu tempo e de sua realidade, pois as mesmas:

Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi mais um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles, decididamente, não eram neutros (LOURO, 2020, p. 23).

Estas mulheres, descritas pela autora ousaram em propor uma organização que construísse lugares coletivos como grupos de estudos, revistas, promover eventos e outros, porém uma das principais marcas dos estudos feministas que estas mulheres promoveram, foi enfatizar o caráter político, onde a objetividade e neutralidade eram problematizados, subvertidos e transgredidos.

Elas eram ousadas na sua escrita, sempre utilizando a primeira pessoa como sendo um instrumento de reafirmar a identidade de quem estava escrevendo sem reservas, dialogando sobre trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e de manifestação artística, profissional, econômica, política entre outras, pontuando questões direcionadas a quem interessava, fazendo com que fosse escrito uma trajetória histórica, que tinha como objetivo construir um lugar social das mulheres e reafirmando que cada linha escrita se tornasse uma ponte de transformação do padrão androcentrista de fazer ciência.

Evidentemente que as mulheres são plurais de dialogam de várias formas, o que originou o feminismo radical, o qual constrói uma perspectiva que argumenta a necessidade de construir-se argumentações teóricas que se construíssem a opressão feminina, que é a causa central e caminho para emancipação das mulheres.

A pluralidade das pesquisadoras feministas, em algum ponto do debate e das polêmicas ideias que surgiam ao longo dos mesmos, como em algum ponto estarão as pesquisadoras que justificam as suas desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as às características biológicas.

O argumento da distinção biológica entre os sexos, tanto do ponto de vista do senso comum como do ponto de vista científico, precisa ser problematizado pois os mesmo, camufla a verdadeira distinção que não é biológica e sim sexual, o que podemos entender que serve de justificção para a desigualdade social e esta perspectiva precisa ser desconstruída, pois como a Louro (2020, p.25) enfatiza que não as características propriamente sexuais, mas a forma com que estas são representadas ou valorizadas, o que remete ao que é masculino ou o que é feminino para uma sociedade e um determinado contexto histórico.

Analisar estes contextos históricos e sociais são de suma importância para que possamos compreender o lugar e as relações que permeiam homens e mulheres, para além dos seus sexos, o que levanta a base de sustentação na qual o gênero se torna um conceito fundamental.

Louro (2020, p. 25) aponta que foram as feministas anglo – saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Esta perspectiva foi colocada para rejeição do determinismo biológico que é atrelado às concepções dos termos como sexo e diferença sexual, fazendo com que os mesmos sirvam como uma ferramenta analítica e política ao mesmo tempo.

Porém, é importante entender que pelo fato da categoria gênero está ligada ao fator social, não significa dizer que é negada a perspectiva sobre os corpos sexuados ligada a biologia, o que argumenta-se é que o gênero está enfatizada na questão social mas não podemos considerar como única vertente a ser descrita, pois enfatizamos a vertente da prática social, uma vez que a mesma dirige-se aos corpos, no sentido de expor como se dá a representação das características sexuais, as quais fazem parte do processo histórico.

Para esta discussão é muito cara a concepção que a construção social da categoria gênero nos traz, pois é no chão das relações sociais que os gêneros são construídos, pois são campos flexíveis de disputa e resignificação, o que fica muito claro quando a autora enfatiza que embora sigamos priorizando as análises sobre as mulheres de forma explícita.

Alargando o horizonte desta discussão, a necessidade de dialogarmos sobre como enxergamos os homens neste processo é necessária, pois precisamos sempre levar em consideração a vertente pluralista dos gêneros, que fica cada vez mais evidente quando consideramos as distintas sociedades e os distintos momentos históricos e o interior de cada processo considerando os diversos grupos étnicos, religiosos, raciais e de classe.

O não cabe na categoria gênero é entendê-la como sendo papéis sociais, pois seria considerar que os gêneros devem seguir os padrões estabelecidos pela sociedade que são utilizadas para definir seus sujeitos no sentido de como eles devem se portar, as roupas que devem vestir ou forma com que eles devem relaciona com seus pares, ou seja limitar as discussões de gênero apenas no sentido de suas relações interpessoais seria reduzi-la e simplificá-la.

Dialogar sobre a categoria gênero, não possível sem que possamos vê-la como uma rede de poder que é hierarquizada, precisamos enxerga-la além através da perspectiva proposta pelos estudos feministas, que propõe a entender gênero como um dos elementos que constituem a identidade dos sujeitos.

Louro (2020, p. 29) sobre a perspectiva da identidade é de muita relevância para esta discussão que estamos propondo, pois a mesma pontua que a identidade é um elemento fundante no que diz respeito a categoria gênero, pois ambas estão diretamente interligadas, a partir da crítica e reflexões trazidas pelas reformulações propostas pelos estudos feministas em diálogos com os estudos culturais, os quais nos trazem a importante reflexão de que os sujeitos são constituídos a partir de identidades e que estas são múltiplas, flexíveis, transformadoras e até contraditórias, contemplando assim o pertencimento a diferentes grupos étnicos, sexuais, de classe e gênero, o que podemos entender que são as práticas sociais que literalmente fabricam os sujeitos. (LOURO, 2020, p. 29)

Corroborando com este diálogo, de acordo com Louro (2020, p. 30-31):

Ora é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc) (LOURO, 2020, p. 30-31).

Por tanto, podemos entender que na dinâmica de gênero assim como na dinâmica da sexualidade, as identidades não são construídas a partir de uma ideia pré-estabelecida, elas são construídas e não são dadas ou acabadas em determinados momentos, pois elas estão sempre se constituindo pela sua capacidade de estar passíveis de transformações.

A partir desta análise, quando entendemos a identidade sexual como algo instável, mutável e volátil, que por sua vez produz uma relação social contraditória e não finalizada, nos traz a possibilidade de pensarmos que as identidades de gênero atuam de forma relevante, pois elas atuam também neste fluxo contínuo de construir-se e transformando-se.

Neste ponto específico, consideramos que as relações sociais que se materializam através de diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, onde a partir delas os sujeitos irão se construindo como masculinos e femininos, o que irá possibilitar que os mesmos arranjam e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições e formas de ser e estar no mundo.

Se torna muito evidente que em uma sociedade marcada pelo colonialismo como a nossa, existe um vasto caminho a percorrer para que estas perspectivas apresentadas possam ser apresentadas e compreendidas, porém entendemos que para isto acontecer precisamos começar em caráter de urgência a desconstruir muitas colunas que foram engendradas de forma compulsória.

Louro (2020, p.35) nos sugere que uma das possibilidades de começarmos a fazer este exercício contínuo de desconstrução seria através da oposição binária masculino – feminino, para tal a autora sugere que analisemos a necessidade desta desconstrução através dos apontamentos da autora feminista americana Joan Scott, que traz a perspectiva da necessidade de implodir essa lógica binária, tão presente na sociedade capitalista colonial, que pontua homens e mulheres como seres opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação e submissão caracterizando um pensamento dicotômico que polariza os gêneros.

A necessidade apontada por Scott pontuada na obra de Louro (2020) é muito importante para discussão da categoria gênero, e precisa ser refletida sob uma ótica que reflète que o

binarismo não se trata apenas de pontuar sobre duas categorias opostas, mais que uma delas sempre exerce a superioridade sobre a outra e esta é sempre a primeira, neste caso, a masculina.

Por esta razão, desconstruir esta polaridade nos remete a construção de uma problematização de oposição quanto a unidade interna de cada um, entendendo que dentro do polo masculino contém o feminino e vice-versa, pois estes são fragmentados e divididos, uma vez que não existe uma única mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas, pelo contrário são plurais.

Podemos entender que ao apontar a ideia da necessidade de desconstrução desta dicotomia binária, produzida pela lógica patriarcal que colocou o homem como medida, padrão e referência de discurso legitimado, constroem-se paralelamente a ideia de que estes sujeitos não são apenas homens e mulheres, mais sujeitos de várias classes, raças, religiões, idades, entre outras, podendo até serem mais extensos, considerando os seus antagonismos, arranjos e relações de poder.

A perspectiva das relações de poder é muito relevante quando nos reportamos a uma discussão sobre gênero, como este que estamos propondo pois os gêneros se produzem, nas relações de poder e pelas relações de poder.

Seguindo este direcionamento, que vários estudos feministas sempre estiveram preocupados com esta temática, pois a mesma faz alusão direta às formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres, pois elas são os sujeitos que estão diretamente expostos a negação e secundarização histórica, política e social.

Entendemos ainda, uma das estratégias contra hegemônicas que vem fazendo com que esta lógica colonial fosse perdendo forças se dá através da denúncia, pois ela faz com que haja uma estagnação em relação da lógica que coloca as mulheres como sendo vítimas de uma alienação capitalista, a qual coloca as mulheres como sendo culpadas por estarem em sua respectiva condição social hierarquicamente subordinada aos homens, o que leva a perpetuação da concepção binária constituída socialmente de um homem dominante versus uma mulher dominada.

Esta lógica de desconstrução binária que faz parte de um esquema linear polarizado, não vendo tensionada apenas pelos movimentos feministas e seus estudos, os movimentos gays e o movimento de mulheres lésbicas também têm contribuído com essa perspectiva, pois os mesmos fazem parte de um conjunto de materialidades que demonstram que a complexidade social a qual estamos inseridos hoje como sujeitos, precisam de respostas que o binarismo entre os sexos não consegue responder.

Para dialogar profundamente sobre as relações de poder, Louro (2020, p.42) traz as concepções de Michel Foucault, corroborando com as novas perspectivas levantadas também por outras estudiosas feministas, que também entendem que as concepções de poder levantadas pelo autor, possui uma relação direta com os seus estudos que trazem a perspectiva da analítica do poder.

Louro (2020, p.42) explica que Foucault traz concepções inovadoras e instigantes, no sentido de propor caminhos alternativos que irão desorganizar as concepções convencionais que são estruturais para manter-se sólida a perspectiva da centralidade e a posse do poder, além de entender que o poder não é exercido apenas unilateralmente, mas que ele possui várias direções e que está por sua vez se capilariza por toda sociedade.

Foucault *apud* de Louro (2020, p.42-43) traz em suas ideias um traço de ousadia, ao nos mostrar que para o seu olhar peculiar, o poder deveria ter sido concebido como uma estratégia e não como um privilégio de alguém que o possui e o transmite para outro na perspectiva de se apropriar-se dele, pois segundo o autor os efeitos deste fluxo de poder e apropriação, dar-se através dos efeitos do poder que dar-se através das disposições, manobras, táticas, técnicas e funcionamentos, o que nos leva a entender que as ações é que de fato materializam o poder.

Seguindo este direcionamento, Louro (2020, p. 42-43) pontua:

No contexto deste referencial teórico fica extremamente problemático aceitar que um pólo tem o poder – estavelmente – e o outro, não. Em vez disso, deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações. Tornar-se central pensar no exercício do poder, exercício que se constitui por “manobras”, “técnicas”, “disposições”, as quais são, por sua vez, revestidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas (LOURO, 2020, p. 42-43).

Portanto, compreendemos que de acordo com Foucault o exercício do poder constrói-se sempre entre sujeitos que são capazes de resistir, e quando não se tem de um lado esta capacidade, dar-se as relações de violência, pois existe sempre uma rede de relações sempre tensas e ativas entre os sujeitos condensados entre os sentimentos de liberdade e revolta, uma vez que homens e mulheres através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há constantemente negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças.

Porém, toda esta concepção que se formou e Foucault conseguiu teorizar nasceu do fato de que homens e mulheres sofreram e sofrem manobras de poder que os constituem com sujeitos subordinados ou submetidos, mas que estas manobras não tem o poder de anulá-los retirando-lhes a capacidade de serem sujeitos, pois em paralelo a toda esta relação de poder, existe também a relação de resistência, que dar-se em paralelo ao exercício do poder.

Consideramos que as relações de poder possuem um caráter de perversidade enorme, pois ainda sob as lentes teóricas de Foucault, o poder não é construído fundamentalmente por características coercitivas e negativas, ele também é produtivo e positivo, o que aumenta ainda mais a sua complexidade.

Segundo Machado (1993, p. 16):

O poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também “faz”, produz, incita. Chamando a atenção para as minúcias, para os detalhes, para as táticas ou técnicas aparentemente banais, ele nos faz observar que o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos, “aumenta a utilidade econômica” e “diminui a força política” dos indivíduos (MACHADO, 1993, p. 16).

O que entendemos é que homens e mulheres que não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, estes sujeitos através de práticas e relações instituem gestos, modos de ser que arbitrou a sua condição de estar no mundo e que remetem sua forma de falar, agir, condutas e posturas apropriadas.

Desta forma, mencionamos outro aspecto que é o biopoder, que trazido por Louro (2020) também sob o viés de Foucault, o qual menciona que se trata do poder de controlar as populações, de controlar o corpo-espécie, construídas a partir de práticas que foram sancionadas historicamente com o objetivo de controlar homens e mulheres, se tratando de uma forma de poder que é exercido sobre corpos dos sujeitos, ainda que agora esses sejam observados de um modo mais coletivo.

Louro (2020, p.45) diz que como sendo corpo-molar da população, como exemplo desse controle podemos mencionar as relações de poder entre os gêneros, a normalização da conduta dos meninos e meninas, a produção dos saberes sobre sexualidade e os corpos, as táticas e as tecnologias que garantem o governo e autogoverno dos sujeitos.

Prosseguindo com a construção da perspectiva que Louro (2020, p.48) dialoga sobre a categoria gênero, gostaríamos de abordar as perspectivas a seguir, mencionando a frase que a autora traz em seu livro: Viva a diferença!

Escolhemos trazer esta frase pois através dela, simbolicamente, pois ela traz consigo uma série de questões derivadas das relações de poder, que se desdobram em redes de poder e estas por sua vez alimentam as diferenças que estão diretamente ligadas às questões de gênero as quais estamos dialogando.

O trazer como pano de fundo a frase, Viva a diferença! Louro (2020, p.48-49) se remete a menção que a mesma faz ao domínio sexual que é camuflado muitas vezes com o domínio biológico, que existe quando pautamos a diferença óbvia que existe entre homens e mulheres.

Entretanto, o que a autora cita como pauta desta discussão é que esta diferença precisa ultrapassar as barreiras dos fatores biológicos, pois existem marcadores sociais como classe, sexualidade, aparência física, nacionalidade e etnia por exemplo, que precisam ser mencionados e considerados quando abrimos o leque para falarmos sobre diferenças, ou seja, precisamos sair a cômoda analogia restrita entre gênero e sexualidade.

Percebemos de forma clara, a importância de abrimos o leque a respeito de pluralizar as análises feitas sobre as diferenças quando dialogamos sobre as mulheres *arpilleras* do MAB, pois estas mulheres tem o seu direito violado pelas construções das barragens e a partir desta violação iniciar, podemos perceber que estas mulheres sofrem outras violações atribuídas a elas e aprofundas em detrimento ao gênero.

Portanto, existe a necessidade de compreendermos a perspectiva da diferença de forma mais aprofundada, pelo nível de complexidade ao qual ela se insere. Acreditamos que inicialmente precisamos pautar a necessidade de um certo estranhamento, quando refletimos que o apelo a diferença está se tornando algo comum.

Louro (2020, p.48) entende que esta posição exige de nós uma cautela tênue, uma vez que o uso irrestrito desta afirmação precisa ser dado com extrema desconfiança, pois ainda nesta perspectiva dar-se um caráter político como eixo norteador, o que nos leva a compreender que precisamos analisar a intencionalidade da colocação do termo diferença antes de usá-lo.

Ainda nas palavras da autora, a mesma nos traz um exemplo claro, da perspectiva política das diferenças utilizando os estudos feministas e os estudos culturais, pois para eles o sentido do político das várias diferenças não são os mesmos, quando o mesmo termo é utilizado pelos setores tradicionais da nossa sociedade, pela mídia que exerce uma influência muito grande manobrando o sentido qual este termo está sendo empregado e até na nova direita conservadora.

Desta forma, as lentes teóricas que julgamos pertinentes para discorrermos sobre esta vertente de diferenças incluída na categoria gênero, são os estudos feministas e o campo do feminismo, os quais inicialmente se remete a referência de que existe sim a distinção entre os gêneros. Porém que esta perspectiva, leva consigo a afirmação da diferença entre as mulheres, o que desconstrói a concepção de que embora que no princípio as distinções biológicas estabelecidas entre os gêneros tenham servido para explicar e justificar as variadas distinções entre homens e mulheres, elas não são suficientes e são limitadas.

Louro (2020, p.49) ainda afirma que várias teorias foram criadas, para tentar provar distinções físicas, psíquicas, comportamentais que indicassem diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões que servissem para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os

possíveis destinos de cada gênero, foi onde o movimento feminista entrou com o objetivo de se ocupar centralmente com essas diferenças e principalmente com as consequências que tais teorias poderiam trazer.

Precisamos mencionar ainda, que inicialmente foram as mulheres negras que reclamaram a necessidade de pautar suas especificidades dentro do próprio movimento feminista, o que causou rupturas internas e posteriormente surgiram as reivindicações das mulheres lésbicas.

A partir das mulheres negras e lésbicas, vários muros foram sendo derrubados, fazendo com que o próprio movimento trouxesse a pauta de diálogos mais complexos, os quais traziam à tona a necessidade de dialogar sobre as relações de poder e consequentemente as desigualdades, além de trazer a visibilidade e a diversidade de histórias, através de experiências e de reivindicações não só das mulheres negras e lésbicas, mais de outras tantas mulheres que precisavam ser representadas pelo movimento feminista.

Diante destas novas possibilidades que surgiram ao movimento feminista, Louro (2020, p. 50) nos traz a dimensão de que o feminismo irá responder à acusação da diferença transformando-a numa afirmação, ou seja, não apenas reconhecendo, mas procurando valorizar positivamente a diferença entre mulheres e homens.

Evidentemente, que o movimento feminista sofreu várias críticas por defender duas proposições, a igualdade e a diferença. Neste sentido Louro (2020, p.50) menciona a autora Joan Scott que irá apontar que esta perspectiva é uma falsa dicotomia e que é impossível colocar a igualdade e a diferença para dialogar, uma vez que a igualdade é um conceito político que supõe a diferença.

Partindo do pressuposto, que não existe sentido em se reivindicar a igualdade para sujeitos que são idênticos, ou até mesmo que são os mesmos, enfatizando a necessidade de se reivindicar que os sujeitos não sejam considerados idênticos e sim equivalentes, pontuando ainda que as atribuições das diferenças vêm sempre atreladas às relações de poder, ficando ainda mais evidente que as diferenças se evidenciam a partir de determinados lugares onde os sujeitos são colocados como diferentes.

Entende-se, portanto, que todas essas reflexões que as mulheres negras e lésbicas levantaram dentro do movimento feminista, proporcionou ao movimento uma oxigenação, fazendo com que o movimento estivesse fomentando práticas políticas e educativas atentas a diferença, desconstruindo de vez as concepções teóricas marcadas por mulheres brancas, heterossexuais, urbanas e de classe média.

Porém, esta proposta de mudança paradigmática não foi facilmente assimilada, pelos sujeitos que formam o campo dos estudos feministas mais a concepção mais conservadora e tendem a preservar os paradigmas permanentes.

Sobre esta concepção, Teresa Lauretis (1986, p. 14):

[...] um quadro de referência feminista que sirva para tudo não existe. Ele tampouco deveria, jamais, ser um pacote pronto para usar. Nós precisamos continuar construindo esse quadro, um quadro absolutamente flexível e ajustável, a partir da própria experiência das mulheres com relação à diferença, a partir de nossas diferenças, em relação à Mulher e das diferenças entre as mulheres; diferenças que [...] são percebidas como tendo a ver tanto (ou mais) com a raça, a classe ou a etnia quanto gênero ou a sexualidade *per se* (TERESA LAURETIS, 1986, p.14).

Na realidade, a autora Teresa Lauretis (1986, p.14) retoma uma questão inicial, em nossa sociedade, devido a hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, são chamados de diferentes os sujeitos que não se enquadram nesta lógica e nos atributos os quais esta lógica exige que os seus sujeitos ajam.

Stuart Hall (1992, p.06) nos explica que as sociedades da modernidade tardia, as quais consideramos sociedades coloniais, são caracterizadas como diferentes, porque sobre elas perpassam divisões e antagonismos sociais, que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeitos, estes que são homens e mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade e nacionalidade que são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político.

Porém, o autor chama a atenção, que é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulando, chegando a ser contraditória e que por terem esta característica, provocam diferentes posições que são conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos.

Todas as contradições conflitantes, para Louro (2020) se voltam ainda para categoria classe, a qual a autora considera sendo a categoria central, sendo ela capaz de nos dar subsídio que nos dará base para compreender as contradições sociais que permeiam a sociedade capitalista colonial, porém é necessário pontuar que o marcador social classe, não pode ser usado de forma generalista para ser utilizado como base para as representações de todas as identidades dos sujeitos.

Corroborando com esta perspectiva de classe, Stuart Hall (1992, p. 07) diz que:

As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe: a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades da pessoa possam ser reconciliadas e representadas. De forma crescente, as paisagens políticas do mundo moderno são fraturas por identificação rivais e deslocantes – advindas, especialmente,

da erosão da “identidade mestra” da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos (STUART HALL 1992, p. 07).

Louro (2020, p.57) contribui com Stuart Hall (1992, p.07) no sentido de considerar que os sujeitos vivam simultaneamente, vivendo várias condições de subordinação e esta perspectiva aponta que sempre haverá condições históricas específicas, as quais tendem a compreender-se cada sociedade pelas suas especificidades, pois intrínseco a este processo estão as relações de poder que se dão pelas relações de submissão dos sujeitos e esta relação é complexa.

A teórica norte – americana de estudos de gênero, Eve Sedgwick (1993, p.253) nos contribui com as perspectivas dos autores acima, afirmando que o uso de casada por uma mulher torna evidente, ao mesmo tempo, tanto sua subordinação como mulher quanto ao seu privilégio como uma presumida heterossexual, porém, Louro (2020, p.58) nos traz a reflexão de que esse processo é cheio de imprevisíveis combinações, de efeitos contraditórios e de identidades múltiplas e transitórias.

Sobre a categoria gênero, podemos compreender que a mesma vai para além de questões de classe, embora a envolve e Louro (2020, p.59) nos mostra a necessidade de historicizar e politizar, considerando as relações de opressão, por isso a autora nos aponta a necessidade de considerarmos gênero, como uma categoria de análise quanto a materialização de uma forma de relações de opressão, permeada em nossa sociedade capitalista, racista e colonialista, construindo assim uma questão política que precisa ser vista através destas lentes.

Tomando como base, a narrativa de Mércia, identificamos os traços do patriarcado presente, principalmente quando a mesma descreve as reações das mulheres, diante das temáticas ligadas a categoria gênero. Por este motivo, continuaremos dialogando sobre os respectivos desdobramentos desta categoria, iremos dialogar sobre o patriarcado.

Sobre o patriarcado, iremos dialogar a partir da autora, sociológica marxista e feminista brasileira Heleieth Saffioti através de sua clássica obra gênero, patriarcado e violência (2015), e com contribuições da pesquisadora feminista Mirla Cisne com sua obra feminismo, diversidade sexual e serviço social (2018), a qual contribuirá com os diálogos sobre a categoria que abordaremos posteriormente, que é divisão sexual do trabalho.

A autora Saffioti (2015, p.56-57) ao dialogar sobre o patriarcado nos faz refletir o quão importante é partirmos para de uma construção territorial histórica, para nos fazendo entender que, não se pode problematizar o patriarcado, sem discutirmos as relações entre homens e mulheres pois elas não são meramente físicas, mas se constituem um ambiente simbólico, onde

o homem é considerado o todo poderoso, tornando inconcebível a ideia de que a mulher seja superior ou igual a ele, por esta razão que precisamos acrescentar a esta discussão a perspectiva sexual.

A gênese da palavra patriarcado de acordo com Cisne (p. 58, 2018) vem da combinação de duas palavras gregas, *pater* (pai) e *arke* (origem e comando), portanto literalmente o patriarcado significa autoridade do pai, construindo assim a perspectiva da formação social em que coloca o homem como sujeito que detém o poder, ou seja, o poder é algo que foi construído para os homens, tornando assim sinônimo de dominação dos homens ou opressão das mulheres.

O patriarcado não é algo constituído recentemente pela sociedade moderna, pois de acordo com as pesquisas históricas, relatadas na obra da Saffioti (2015, p.63) o processo de instauração do patriarcado, tem início no ano de 3100 a.C e só veio se consolidar no ano de 600 a.C, isso devido à forte resistência das mulheres, fazendo com que os homens lutassem por 2 milênios e meio para chegar até a sua consolidação, assim podemos entender que se formos analisar, partindo do princípio da idade da sociedade, o patriarcado tem em média 5.203 a 204 anos, se contarmos do período de a.C e d.C.

Saffioti (2015, p.62) aponta que a dominação dos homens sobre as mulheres é originária de uma vertente contratualista, cuja sua base vem da ausência de liberdade das mulheres em todos os aspectos, inclusive sobre os seus próprios corpos, uma vez que as mulheres sob as lentes patriarcais são seres objetificados marcados por uma história de sujeição, e é neste sentido que o direito patriarcal se origina.

O contrato estabelecido de cunho sexual e social, concebe o controle do corpo e a sexualidade, a opressão e exploração ao patriarcado, fazendo com que sobre este prisma, fosse desenvolvido um modelo heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos sob duas égides, a primeira garantiria o controle sobre as/os filhas/os, que significa mais força de trabalho e mais produção de riqueza e segundo garantido a perpetuação de sua prole, a perpetuação da propriedade privada por meio da herança, assegurando aos os homens o direito a terem acesso regular e sistemático ao corpo das mulheres.

Esta perspectiva contratualista, também fez com que o patriarcado fizesse com que homens exercessem sobre as mulheres um direito político para além dos direitos sexuais e sociais, pois era preciso para que patriarcado moderno se sustentasse. Porém, toda esta estrutura, direcionasse a dimensão privada e não na esfera pública, pois os vínculos familiares de parentescos são atribuídos de forma particular, enquanto que os demais constroem e estruturam a sociedade moderna.

Saffioti (2015, p.60) afirma que precisamos sempre revisitar esta perspectiva, pois muitas teorias tentam desconstruir o termo patriarcado, mais a autora nos mostra elementos de sua estrutura socialmente construída, que impossibilita a sua desconstrução.

Saffioti (2015, p. 60) explica que:

- 1 – Não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2 – Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Haja vista o débito conjugal explícito nos códigos civis inspirados no Código Napoleônico e a ausência sistemática do tipo penal estupro no interior do casamento nos códigos penais. Há apenas uma década, e depois de muita luta, as francesas conseguiram capitular este crime no Código Penal, não se tendo conhecimento de se, efetivamente, há denúncias contra maridos que violentam suas esposas. No Brasil, felizmente, não há especificações do estuprador. Neste caso, pode ser qualquer homem, até mesmo o marido, pois o que importa é contrariar a vontade da mulher, mediante o uso da violência ou grave ameaça;
- 3- Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4 – Tem uma base material;
- 5 – Corporifica-se;
- 6 – Representa-se uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

Diante de tais elementos apresentados pela autora, podemos entender que o patriarcado está empregado em todas as sociedades, se alimentando da falta de diálogo e problematização dos sujeitos que por sua vez é retroalimentada pela hegemonia, através do sistema capitalista colonial.

Comprendemos ainda que o patriarcado traz consigo uma perversidade notória, pois se trata de uma categoria que é hierarquizada que contamina a sociedade chegando até o estado, condicionando até a liberdade civil, pois a mesma está diretamente condicionalmente ao patriarcado de uma forma que a diferença sexual é convertida em uma diferença política.

Cisne (2018, p.44) nos traz outro aspecto relevante, onde a autora explica que o patriarcado exerce também controle sobre a subjetividade, o corpo e a sexualidade da mulher, evidentemente, e atingindo também a população LGBTQIA+<sup>40</sup> derivando-se da imposição binária rígida de um modo de ser feminino e masculino, com ênfase na desvalorização e dominação da mulher e do que seja identificado como sendo feminino.

Esta perspectiva, não diminui a estrutura heterossexista que mantém o patriarcado, pois se trata de uma perspectiva ideológica de naturalização dos sexos, que organiza estrutura e dissemina a heterossexualidade, como sendo uma prática correta e única possibilidade aceitável

---

<sup>40</sup> LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a comunidade. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade. Sua sigla significa, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexo, assexual e + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

de expressão e vivência afetiva e sexual, precisando que haja a disseminação da ideia da família tradicional, para manutenção da lógica patriarcal e criminalização de tudo que vier de encontro a estas concepções.

Desta forma entendemos que para analisarmos a sociedade em que vivemos, precisamos expor as relações patriarcais de gênero, pois elas são fundamentais para dialogar sobre as relações hierarquizantes de opressão e exploração, entre os sexos e são mantidas através de uma estrutura.

Cisne (2018, p. 45) explica que as relações que sustentam o patriarcado são:

- 1 – Relações sociais de sexo/sexualidade;
- 2- Constituição da família heteropatriarcal – monogâmica associada ao controle sobre subjetividade e o corpo (e seus produtos – como controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão;
- 3 – Divisão sexual e racial do trabalho;
- 4 – Violência contra a mulher e a população LGBTQI+ (CISNE, 2018, p. 45).

Em relação aos elementos mencionados por Cisne (2018), Saffioti (2004) acrescenta que nenhum deles nasceu naturalmente tampouco estão isolados, é a junção deles que fazem com que o sistema patriarcal seja rígido, pois estes elementos produzem um fator determinante para a manutenção do sistema patriarcal, o medo.

Saffioti (2015, p.136) acrescenta que o medo produz controle, este que por sua vez é um combustível necessário para assegurar as condições de exploração, de opressão, violação de direitos, violência e a garantia da reprodução da sociedade privada, que demanda a construção de ideologias que naturalizam os sexos e as relações de desigualdades, além de suprimir ou desvalorizar a dimensão da diversidade humana.

Saffioti (2015, p.58) diz que a formulação patriarcalista contada de forma unilateral pelos homens, que estão na base privilegiada desta categoria, fortalece o patriarcado, por este motivo existe a necessidade emergente de termos uma teoria feminista, que avancem e sejam capazes de formular, libertar e desconstruir as categorias patriarcais de pensamento.

A história precisa ser contada pelas mulheres, pois estas mulheres e suas narrativas feministas, irão desconstruir o patriarcado e sua hegemonia, transformando o poder paterno em direito sexual. As *arpilleras* contribuem para esta perspectiva, no sentido de traduzir os silêncios que foram construídos a partir do medo produzido pelo patriarcado.

Continuando a nossa abordagem sobre as violações de direitos humanos, identificados pelas mulheres atingidas por barragens no Ceará, iremos dialogar sobre a divisão sexual do trabalho, que é uma das relações fundamentais para sustentação do patriarcado.

Saffioti (2015, p.62) explica que a divisão sexual e racial do trabalho, vai além da produção econômica, através da participação masculina na antroprodução, mais que se trata de um conceito que está na produção dos seres humanos, não apenas no sentido biológico, mas também no social, porém que faz parte do regime de dominação e exploração das mulheres.

Em uma perspectiva histórica, voltada para as sociedades de caça e coleta, Saffioti (2015, p.61) diz que embora as mulheres não tivessem tanto poder quanto os homens, elas eram consideradas seres fortes, poderosos, fortes e mágicos pela capacidade de darem à luz sozinhas.

De acordo com Saffioti (2015, p.64):

A hipótese mais relevante para justificar a divisão sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta, é explicada pois as mulheres precisavam amamentar seus filhos e trabalhar e conseqüentemente precisavam levar seus filhos para a caça, pois as mulheres eram atribuídas esta função, porém como os bebês choravam assustavam as presas e as mulheres teriam que voltar para os seus grupos sem nenhum alimento, então as mulheres na perspectiva de prover seu sustento, começaram a coletar plantas, raízes, folhas e frutos que eram imperturbáveis com o barulho das crianças (SAFFIOTI,2015, p.64).

Saffioti (2015, p.62) explica que foi transferido para os homens, da atribuição de caçar, mas a caça não era uma atividade diária, e sobrava muito tempo livre e eles poderiam assim exercer a criatividade, por isso os homens conseguiram criar sistemas simbólicos da maior eficácia para obter ainda mais domínio sobre as mulheres.

Contribuindo com a perspectiva da divisão sexual do trabalho trazida por Saffioti (2015), as autoras Helena Hirata e Daniele Kergoat (2017) com o texto intitulado as novas configurações da divisão sexual do trabalho, nos trazem contribuições relevantes.

Hirata;Kergoat (2007, p.596) explicam que o conceito da divisão sexual é de origem eurocêntrica, precisamente na França nos anos de 1970, e que por sua vez pode ser aplicado em duas perspectivas distintas.

A primeira perspectiva é a sociográfica, onde se estuda o diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e profissões, e a segunda perspectiva estuda as variações no tempo e no espaço dessa distribuição, analisando como se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Hirata;Kergoat (2007, p.596) afirmam que é uma pauta profunda e complexa, a qual precisa-se construir uma análise que irá nos permitir ir além da constatação das desigualdades.

Neste sentido, Hirata;Kergoat (2007, p. 596) explicam:

Segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 596).

Na França, as primeiras aparições do termo divisão sexual do trabalho propriamente dito, veio através de um projeto coletivo que tinha como objetivo principal, denunciar desigualdades, sob o impulso do movimento feminista que pautava naquela ocasião, repensar o trabalho para além do trabalho doméstico, na perspectiva de incluí-lo como qualquer outra atividade laboral, a ser exercida de forma paritária e não apenas na normalidade imposta pelo patriarcado, sendo uma atribuição exclusivamente realizada por mulheres.

Nesta tensão causada pelo movimento feminista, necessária para que pudesse haver uma possível reflexão sobre a pauta, mesmo que esta fosse colocada de forma compulsória, foi concluído que um enorme percentual do trabalho é efetuado gratuitamente pelas mulheres de todo o mundo e que além de gratuito, este trabalho era invisível. Porém, para a sociedade, serviam como uma cortina de fumaça para esconder o poder do patriarcado, que direcionava as mulheres a trabalharem em suas residências silenciosamente em nome da natureza, do amor e do dever materno.

Depois de várias discussões e embates, as ciências sociais começaram a analisar tais perspectivas apontadas pelo movimento feminista e entenderam que havia uma necessidade real de construir estudos que abordassem o trabalho doméstico como sendo o “modo de produção doméstica” incorporando a categoria trabalho, em termos marxistas, como um trabalho profissional como qualquer outro.

Desta forma, a divisão sexual do trabalho passou a ter o estatuto de articulação de duas esferas, o que segundo Hirata, Kergoat (2007) a levou ao segundo nível de análise, a conceituação dessa relação social decorrente entre o grupo de mulheres e o grupo de homens as quais chamaram de divisões sexuais do sexo.

Estes argumentos que começaram na França, fez com que obtivessem várias formas de repensar até a forma de pensar aspectos ligados à família e ao ambiente familiar, que precisou ser problematizado, em seu caráter biológico, mas o exercício do trabalho assalariado como também em torno do trabalho produtivo, da figura eurocêntrica do trabalhador branco, masculino e heteronormativo, ou seja, em termos coloniais, o indivíduo qualificado

Nas palavras de Hirata, Kergoat (2007, p.597), esta forma de repensar os padrões eurocêntricos de trabalho, que iniciou-se na França logo transpôs os limites territoriais em várias

categorias, tanto em sua perspectiva histórica quanto na geográfica, além de gerar vários questionamentos radicais da sociologia da família.

De acordo com Hirata, Kergoat (2007, p. 598) a forma de pensar a sociologia do trabalho também mudou, segundo as autoras:

No que se refere à sociologia do trabalho, elas permitiram retomar noções e conceitos como de qualificação, produtividade, mobilidade social e, mais recentemente, de competência, e abriram novos campos de pesquisa: relação de serviço e, hoje, trabalhos de cuidado pessoal, mixidade no trabalho, acesso das mulheres às profissões executivas de nível superior, temporalidades sexuadas, vínculos entre políticas de emprego e políticas para família etc (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 598).

Nesta perspectiva, o termo divisão sexual do trabalho caiu em uso por várias áreas de conhecimento, principalmente com a sociologia, trazendo mais amplitude conceitual, porém a sua gênese permanece, é a forma de divisão de trabalho decorrente as relações entre os sexos, considerando-se como sendo um fator prioritário para sobrevivência da relação social entre os sexos, mudando de acordo com a sociedade e a história, pois a desigualdade prioritária dos homens na esfera produtiva e das mulheres na esfera reprodutiva não são estáticas.

Hirata, Kergoat (2007, p.599) propõe ainda que a divisão sexual do trabalho, é guiada por dois princípios base de cunho organizadores, o primeiro princípio é separação, pois está claro que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o segundo e o princípio hierárquico, pois na sociedade patriarcal os trabalhos considerados dos homens, valem mais do que os trabalhos considerados das mulheres.

Porém, os princípios mencionados acima, não são estáticos ou imutáveis, de acordo com as autoras a época que estamos vivenciando trouxe novas configurações para a divisão sexual do trabalho.

De acordo com Hirata, Kergoat (2007, p. 600-601):

1. Trata-se antes de tudo da aparição e do desenvolvimento, com a precarização e a flexibilização do emprego, de “nomadismos sexuais”: nomadismo no tempo, para as mulheres (é a explosão do trabalho em tempo parcial, geralmente associado a períodos de trabalho dispersos no dia e na semana); nomadismo no espaço, para homens (provisório, canteiros do BTP<sup>41</sup> e do setor nuclear para os operários, banalização e aumento dos deslocamentos profissionais na Europa e em todo o mundo para executivos). Constata-se que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo.

2. O segundo exemplo é o da priorização do emprego feminino, que ilustra bem o cruzamento das relações sociais. Desde o início dos anos 1980, o número de mulheres contabilizadas pelo *Institut National de la Statistique et*

---

<sup>41</sup> Banque du Bâtiment et Travaux Publics [Banco da Construção e Obras Públicas] (N. da T.).

*des Études Économiques – Insee* (pesquisas de emprego) como “funcionários e profissões executivas de nível superior” mais do que dobrou 3; cerca de 10% das mulheres ativas são classificadas atualmente nessa categoria. Simultaneamente à precarização e à pobreza de um número crescente de mulheres (elas representam 46% da população ativa, mas são 52% dos desempregados e 79% dos baixos salários), observa-se, portanto, o aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção não desprezível de mulheres ativas. Assiste-se também ao aparecimento, pela primeira vez na história do capitalismo, de uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pai, esposo, amante) opõem-se frontalmente aos interesses daquelas que foram atingidas pela generalização do tempo parcial, pelo emprego em serviços muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, de maneira mais geral, pela precariedade (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 600-601).

No mesmo sentido do pensamento das autoras Hirata, Kergoat (2007), a autora feminista brasileira Cisne (2018) discute a divisão sexual do trabalho, acrescentando outros fatores que serão mencionados para endossar a discussão sobre esta perspectiva de extrema relevância para as *arpilleras* do MAB.

Nas palavras de Cisne (2018, p.62) a divisão sexual do trabalho é uma relação central para a estruturação das relações patriarcais do sexo, bem como o patriarcado que iremos dialogar sobre o mesmo posteriormente. O que de fato a autora ressalta é que se trata de algo que não pode ser considerado normal em nossa sociedade, até porque de fato este fenômeno está longe de conter parâmetros sociais de normalidade, considerando que nesta sociedade capitalista e patriarcal o que entendemos como normal precisa ser refletido, pois a uma forte tendência à distorção dos fatos e valores.

Precisamos refletir sobre este aspecto, pois entendemos que por ser algo derivado do patriarcado, não pode ser considerado natural nem correspondente a uma possível parceria mútua entre homens e mulheres, uma vez que esta relação de acordo com os termos de Cisne (2018, p.62) não é neutra, e sim orientada e assimétrica, pois é uma relação onde existe uma clara distinção prioritária de homens à perspectiva reprodutiva das mulheres, dando-lhes o caráter social inferior aos homens, que ainda ocupam cargos com fortes valores agregados sendo nas esferas políticas, sociais e econômicas etc.

Nesta perspectiva, a autora entende que a divisão sexual do trabalho cria duas classes baseadas no sexo e na exploração pela sua gênese capitalista, sendo não a presença de ovários ou espermatozoides do corpo, caracterizando a exploração sobre as mulheres no sentido amplo, porque esta exploração e apropriação tem o seu caráter objetivo e subjetivo.

Cisne (2018, p.65) explica que é subjetivo porque se trata de construções sociais impostas pelo modelo capitalista com sua face patriarcal que impôs, sendo necessário reflexões

para que haja a conscientização desta perspectiva para quebra do caráter alienador do capital, e objetiva porque se considera a apropriação dos instrumentos de trabalho por parte dos homens, posto que as mulheres realizam determinados trabalhos e são excluídos de outros.

O acesso ou a falta de acesso à determinados instrumentos de trabalho, transpõe o limite do controle do corpo humano chegam até o controle dos meios de produção e da sociedade, controlando totalmente as formas de produção e as armas que garantem o poder dos homens sobre as mulheres, o acesso à matéria prima e à tecnologia que são de suma importância para aprofundarmos as razões as quais se estabelecem a separação hierárquica entre os sexos e seus respectivos trabalhos.

Cisne (2018, *apud* Souza Lobo, 2011, p. 154) afirmam que a relação produtiva e a divisão sexual do trabalho, estabelece uma linha bem demarcada expressas em certas qualidades que foram impostas, para categorizar o que é feminino e o que é masculino, desta forma os autores dizem que:

Os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina. [...] a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho de homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilando a dons naturais, desconsiderando-se o treinamento informal (CISNE, 2018, *apud* SOUZA LOBO, 2011, p. 154).

As qualidades mencionadas acima, expressas como sendo femininas, foram estabelecidas compulsoriamente sobre a falácia de estarem inteiramente ligadas a essência feminina, desconsiderando por completo o treinamento informal das mulheres, o que implica a não valorização das atividades pelo trabalho especializado, porque estas atividades são consideradas mais uma espécie de obrigatoriedade ou um papel feminino do que um próprio trabalho, justificando a disparidade da remuneração destinada às mulheres.

Esta perspectiva, possui raízes tão profundas e está tão presente em meio às relações sociais e com um poder significativo ideológico tão claro, que parece natural ser introduzida na vida humana desde da infância, por meio da divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras, passando pela organização e gestão da força de trabalho.

Cisne (2018, p.65) explica que estes elementos, constroem a divisão sexual do trabalho da política e do poder, o que está totalmente interligado a sexuação social <sup>42</sup>, que reafirma a perspectiva da autora de que cada vez que a divisão sexual do trabalho ou do poder, há a criação e reintegração de categorizações sexuadas.

---

<sup>42</sup> De acordo com Devreux (2011) trata-se de uma construção histórica do sexo e da sexualidade que encontra apoio na divisão sexual do trabalho e na categorização dos sexos, tendo a divisão entre público e privado como uma determinação importante.

Ainda segundo a autora idem (2018, p.65) estas concepções foram socialmente construídas, não são elementos que apenas constituem desigualdades e sim as naturalizam e as reproduzem de forma sistemática. Por isso, além de ser de extrema importância a categorização social do sexo se associando a uma ideologia que vem naturalizando os seus valores, atribuídos a normas que irão constituir culturalmente aquilo que nos foi internalizado pelo masculino e feminino.

Neste sentido, Cisne (2018, p. 65) diz que tais naturalizações começam na infância de uma forma muito sucinta, a autora afirma que:

[...] desde da infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os sexos, mas educa os homens e mulheres de forma desigual. Para isso, o sistema patriarcal conta com algumas instituições na difusão de sua ideologia, das quais destacamos a família, a igreja e a escola. Meninas são educadas para lavar, cozinhar, passar, cuidar do(as) filhos(as) e do marido e serem submissas, passivas e tímidas. Meninos são educados para serem fortes, valentes, decididos e provedores. Cabe, portanto, às mulheres, no sistema patriarcal que foi incorporado pelo capitalismo, a responsabilidade com o trabalho reprodutivo, sem o qual a produção social seria fortemente dificultada já que ele é o gerente, em grande medida, a reprodução da força de trabalho (CISNE, 2018, p. 65).

Portanto, a divisão sexual do trabalho é a base material da ideologia do patriarcado e a sua categorização assimétrica dos sexos a que se associa, definindo quem é um homem e uma mulher, o que é ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção.

Cisne (2018, p.66) traz outra perspectiva importante que precisa ser considerada dentro da divisão sexual do trabalho, que transpõe a linha do binarismo de gênero, homem x mulher, que estão ligados às relações sociais do sexo, como a orientação sexual e as outras expressões de identidades que vão além do binarismo do sexo que é o caso das pessoas transexuais.

As dimensões servem para entendermos que às relações sociais de sexo tendem a se estruturar de forma diferente a divisão e a exploração do trabalho, nos permitindo compreender que algumas categorias de trabalho são marcadas pela presença LBGTQI+, imprimindo processos que tendem a condenar homossexuais a profissões para quais a sociedade patriarcal designou como se fosse apropriada para estes sujeitos.

Profissões como cabeleireiros, maquiadores, esteticista, entre outras, o que a delimitar uma espécie de zonas de tolerâncias estereotipadas, onde apenas nelas estes sujeitos podem ser bem sucedidos porque são supostamente aceitos, e se analisarmos estas profissões que também foram consideradas femininas, então logo socialmente desvalorizadas.

Ainda temos outra dimensão que precisa ser mencionada dentro da divisão sexual do trabalho é a desigualdade racial, nesta perspectiva, Cisne (2018, p.67) explica que ao

trabalharmos a categoria divisão sexual do trabalho, não podemos dissociá-la do sexismo e racismo, pois segundo a autora, se ambas não existirem nestas análises corremos o risco de cair em uma espécie de racionalismo abstrato, o que se refere a um discurso tipicamente, eurocêntrico, colonizador e branco.

Não pretendemos aprofundar esta perspectiva da divisão racial do trabalho, porém queremos trazer que ao acrescentarmos a categoria étnica racial a divisão sexual do trabalho, Cisne (2018, p.67) nos aponta que está se torna a divisão sexual e racial do trabalho.

Nesta perspectiva, entendemos que não se trata apenas de diferenças, mas, as desigualdades entre mulheres, que é real pois existem mulheres que exploram outras mulheres, além de se tratar de uma dimensão alicerçada na discriminação e exploração diferenciada, que a população negra sofre no mundo trabalho, pela divisão que a dimensão étnico-racial opera entre mulheres.

Abordando o tema da participação política, os autores Grasielle Borges Vieira de Carvalho e Maurício Gentil Monteiro (2016), construíram um estudo intitulado, mulheres na política: reflexões sobre as lutas identitárias *versus* sociedade patriarcal capitalista.

Os autores Carvalho;Monteiro (2016, p.208-209), abordam a temática da participação política das mulheres, sobre a perspectiva da cidadania, porém neste contexto, a cidadania das mulheres era vista como a aptidão para exercício de direitos políticos, ativo e passivo, além da capacidade eleitoral ativa e passiva, direito de votar e ser votada nos países do mundo ocidental no início do século XX com a declaração do direito ao voto feminino.

O Brasil não se distanciou deste cenário, o reconhecimento da cidadania da mulher, ocorreu na década de 1930, especificamente no ano de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas após a revolução de 1930, com a promulgação da Constituição de 1934. Porém em alguns países europeus, como França e Itália o direito ao voto das mulheres, só foi reconhecido após a segunda guerra mundial (1939-1945).

Carvalho; Monteiro (2016) afirmam que todo esse movimento mundial, para que as mulheres tivessem o direito ao voto reconhecido, só foi possível graças ao empenho e trepidez do movimento de mulheres, que foi um dos movimentos sociais de fundamental importância para que uma nova perspectiva sobre a democracia, pudesse ser abordada, alargando seus horizontes para todas as pessoas e sobre pautas voltadas para os direitos humanos.

Entretanto, o fato de as mulheres poderem votar, não significou a participação ativa das mulheres na política, como explicam Carvalho; Monteiro (2016, p.209):

A relativa contemporaneidade mundial no que se refere ao direito das mulheres ao voto não se traduziu em participação ativa da mulher na política.

Pode-se afirmar que não há participação ativa da mulher na política nem sob a perspectiva formal de maior presença quantitativa nos espaços estatais de poder e centros de decisões do sistema democrático-representativo, muito menos sob a perspectiva material de controle da agenda de discussões e deliberações sobre políticas públicas de emancipação da mulher e de transformação do estado de coisas machista e patriarcal da estrutura econômica e social (CARVALHO; MONTEIRO, 2016, p.209).

O cenário apresentado pelos autores, se perpetua mesmo com a Assembleia Constituinte em 1987-1988 até os dias atuais. O que temos continua sendo um quadro reduzido de participação das mulheres na política, com exceção das mulheres que tem suas candidaturas apresentadas pelos partidos políticos às vagas preenchidas em sistema eleitoral proporcional, como nas câmaras dos deputados e assembleias legislativas.

Nesta perspectiva, mais uma vez podemos identificar com clareza, as questões de gênero enviesadas sobre a participação política das mulheres, pois se olharmos através da política, as mulheres continuam ocupando lugares sociais subordinados em relação aos homens, pensada como algo que varia de acordo com a época, história e lugar.

Todavia com a atuação incisiva dos movimentos feministas, em conferências, conselhos de participação social, entre outros, o número de mulheres que estão ocupando lugares em ambientes que anteriormente eram predominantemente masculinos, vem aumentando, porém ainda é pouco que desconstruir as raízes patriarcais que geram a exclusão, opressão e discriminação de gênero.

No ano de 2015, os autores Carvalho; Monteiro (2016, p. 2015) destacam uma publicação, feita Professora Marlise Matos sobre democracia, para Observatório de Gênero, o qual foi desativado, chamando atenção para urgência em pautarmos estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado.

De acordo com Carvalho; Monteiro (2016, p. 2015):

Quando um grupo é consistentemente sub-representado, algum outro grupo está obtendo mais do que o que lhe corresponde: é dessa forma que vão sendo construídos os privilégios masculinos de gênero no âmbito da representação político - parlamentar. Assim também se dá a construção política daquelas desigualdades que afetam as mulheres quando elas se candidatam nas disputas políticas do país. Aqui nos parece inegável que a variável “gênero” é profundamente, densamente, originariamente “política” porque é patriarcal e é igualmente “explicativa” para o fenômeno persistente da sub-representação (ou da exclusão feminina). O patriarcado institucionalizado no Estado compreende e explica tal fenômeno, localizando a dimensão hierárquica do poder político masculino, assimétrico e vantajoso exclusivamente para os homens, no coração mesmo da nossa representação política. Desta forma, também é que vamos reproduzindo uma democracia que não é efetivamente inclusiva (e mesmo estruturalmente injusta) das mulheres e é, também dessa forma, que vamos perpetuando a normatividade patriarcal da sociedade, desta vez partindo mesmo de dentro do próprio Estado brasileiro: do Poder Legislativo. O ativismo das próprias mulheres e o ativismo acadêmico

contidos nas várias teorias feministas são as forças políticas que, organizadas, têm tentado compreender, explicar, desconstruir, enfrentar e desmontar o patriarcado institucional com esforços que estão voltados para se eliminar algumas das causas sistêmicas da opressão das mulheres, tentar eliminar o poder de domínio dos homens e seus privilégios correlatos e, afinal, visar a construção daquela igualdade e democracia que realmente importam e que são necessárias à construção de uma sociedade justa. Despatriarcalizar significa conduzir e produzir orquestradamente estratégias e mecanismos de descolonização patriarcal e racial do Estado brasileiro (e da sua forma de gestão pública), com vistas a reforçar uma nova etapa que tenha foco na conquista de resultados cívicos de políticas públicas. (CARVALHO; MONTEIRO, 2016, p. 2015).

Nestes cenários, a luta identitária das mulheres é relevante e precisa ser afirmada todos os dias, em várias frentes não só pelos movimentos feministas, pois a categoria perpassa toda a sociedade em todos os âmbitos, porém as discussões levantadas pelas vozes e bandeiras das mulheres feministas que estão à frente dos movimentos são de extrema importância.

Sobre a pauta da democracia ser abordada pelos movimentos feministas, a autora Vera Soares (1994, p.24) aponta caminhos que nos levam a refletir sobre a democracia, como sendo um marco substancial para a interrelação de sujeitos, espaços, lógicas e formas, pois se trata da possibilidade de invenção e fruição de novos direitos, como também ainda é uma utopia em nosso país.

De acordo com Soares (1994, p.24):

É urgente e necessário repensar o significado da democracia para as mulheres e ligá-las às condições sociais do país atual: corrupção, miséria crescente, instituições que não funcionam, tradição cultural e política de práticas autoritárias, violência crescente. É preciso criticar as formas da democracia que não reconhecem a diversidade humana, que definem o bem comum a partir de formas radicalmente distintas da construção dos sujeitos. Apesar da referida reflexão ter sido feita no século XX, tal perspectiva é atual e primorosa, ainda em um contexto de desigualdade social e política (SOARES, 1994, p.24).

As lutas travadas pelas mulheres em todo mundo se arrastam por décadas, porém ao longo da história, não podemos deixar de considerar as conquistas e avanços, mas diante da realidade em que vivemos, ainda falta muito para que as demandas emergentes sejam sanadas.

A desigualdade de gênero não será resolvida com a promulgação de leis, pois se trata de algo enraizado que constitui a sociedade brasileira, que possui raízes machistas e patriarcais. Porém, acreditamos através das lutas feministas, o direito das mulheres, o efetivo exercício da cidadania plena com participação nas esferas de poder e nas decisões políticas, serão possíveis.

Carvalho;Monteiro (2016, p.217) ressaltam que as lutas identitárias travadas sobre a pauta gênero, se afirmam quando existe clareza das pautas específicas, dentro da sociedade

patriarcal, enfatizando o quanto as mulheres sofrem com a realidade socioeconômica que vivem.

Evidentemente que enfatizamos a organização política das mulheres, mais são problemas estruturais que se estendem a todos que lutam pela igualdade social, como os negros, índios, os LGBTQIA+ e todos os outros. Na sociedade capitalista contemporânea, para que haja a sua desestabilização estrutural, é necessário que haja a união de pautas, respeitando as suas respectivas particularidades, porém vislumbrando um mundo igualitário para todas/os/es.

Vladimir Safatle (2012, p.28) registra que em certos momentos, as lutas identitárias, servem como um poderoso instrumento político até mesmo quando existem posições reacionárias.

De acordo com Safatle (2012, p. 28):

Por um lado, tal dinâmica teve sua importância por dar maior visibilidade a alguns dos setores mais vulneráveis da sociedade (como negros, mulheres e homossexuais). No entanto, a partir de certo momento, começou a funcionar de maneira contrária àquilo que prometia, pois podemos atualmente dizer que essa transformação de conflitos sociais em conflitos culturais foi talvez um dos motores maiores de uma equação usada à exaustão pela direita mundial, em especial na Europa. Ela consiste em aproveitar-se do fato de as classes pobres europeias serem compostas majoritariamente por imigrantes árabes e africanos e, assim, patrocinarem uma política brutal de estigmatização e exclusão política travestida de choque de civilizações (SAFATLE, 2012, p. 28).

Desta forma, a reunião das lutas particulares se torna universal e concreta, em prol da igualdade material, o que nas palavras de Safatle (2012) seria tão importante e essencial quanto as pautas políticas esquerdistas.

Segundo o autor (2012, p.28), o que precisamos refletir é que se não houver esta reunião de pautas, não haveria ataques as verdadeiras causas de discriminação e opressão de gênero, ou seja, as lutas identitárias feministas correm risco de, ainda que tópica e pontualmente, se traduzir em lutas para que as mulheres continuem sendo exploradas pelo patriarcado, sem desestabilizar as bases capitalistas.

Sobre a categoria gênero, o Norte se suas lutas identitárias referente à participação política das mulheres, traz de forma contundente a necessidade da participação quantitativa das mulheres nos espaços de poder do sistema político-representativo, direcionado a lutas que imprimam o sentido da transformação e mudança concreta das estruturas sociais.

A participação política das mulheres em um viés feminista, constrói a perspectiva da superação das causas da opressão, enxergando no horizonte uma sociedade livre, justa e solidária, onde existe a real e progressiva redução das desigualdades sociais e regionais, erradicando a pobreza e sem preconceitos relacionados ao sexo.

Carvalho; Monteiro (2016, p.219) ainda consideram que:

Importa menos que as mulheres acumulem conquistas específicas voltadas à igualdade material no contexto maior de uma sociedade estruturalmente desigual e importa mais que as mulheres acumulem conquistas voltadas à transformação da sociedade como um todo, a partir da ruptura com as causas estruturais das desigualdades em geral, para com isso atingir objetivo específico de uma sociedade plenamente caracterizada pela igualdade de gênero, sem opressão nem discriminação de sexo, sem sobre-exploração do trabalho da mulher (CARVALHO; MONTEIRO, 2016, p.219).

Considerando os termos da participação política, na perspectiva de Safatle (2012) as lutas específicas das mulheres não podem ser perdidas de vista, elas precisam ser incluídas de forma radical. Portanto, é essencial que o objetivo da sociedade não se reduza apenas a discussões, é necessário que haja deliberações, além de direcionamentos políticos que sejam direcionados a plena e efetiva igualdade de gênero.

A temática emergente da participação política das mulheres, precisa ser considerada de forma plural, pelos diversos órgãos e representações mundiais, que promovam discussões e encorajem deliberações sobre a esta pauta específica.

A autora Sofia Marcucci (2020) escreveu um texto sobre a Organização das Nações Unidas – ONU em 2012, lançou na Conferência Rio+20 a agenda 2030, sinalizando os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS, que são campanhas que ONU faz, para promover mudanças positivas no mundo do futuro. Esses objetivos representam planos que todos os Estados-membros da ONU devem seguir para atingir alguns objetivos.

Marcucci (2020) destaca que entre estes ODS, está o objetivo 05 que se refere a igualdade de gênero, destacando que a participação das mulheres, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública e adotando e fortalecendo políticas sólidas e legislação aplicáveis para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis, é de fundamental importância para as metas globais da agenda da ONU seja alcançada.

Nesta perspectiva, a ONU Mulheres Brasil, fez uma publicação destacando a pauta da liderança e participação política das mulheres<sup>43</sup>. O texto destaca que a promoção da democracia partidária, em um regime democrático, justo e inclusivo, permite que as mulheres liderem e participem de forma substantiva e igualitária da tomada de decisões junto aos homens, para contribuição de agendas públicas com a perspectiva de gênero.

---

<sup>43</sup> Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

A ONU Mulheres, destaca e apoia a participação política de mulheres em todos os espaços de poder, sejam eles formais e não – formais, garantindo a diversidade e fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas, negras, indígenas, ciganas, rurais, jovens, entre outros.

Diante das narrativas de Mércia, sobre as violações de direitos que as mulheres atingidas por barragens do Ceará destacam, podemos identificar que sem o trabalho de base que o MAB desenvolve nas comunidades, não seria possível que as mulheres tomassem a consciência, de que a realidade que elas vivem faz parte de um sistema que enxerga nelas, a sua base de sustentação através da sua exploração.

Continuando com nossa entrevista, perguntamos qual o termo que o movimento utiliza, para organizar os atingidos por barragens após as reocupações nos territórios e quais os direitos que foram minimamente assegurados, após o MAB ter começado a trabalhar de forma direta no estado do Ceará e também.

Mércia nos informou que,

Na verdade Fábria, nós chamamos de reassentamento, porque entendemos que não é apenas a conquista pela moradia e sim da terra que servirá para produção. Nós já tiamos o lugar, já morava numa casa, mesmo com todas as dificuldades da época, da região, mas todo mundo estava em algum lugar e a barragem tirou isso, então a partir da luta e da organização, nós fomos reassentados. Tem vários assentamentos que estão lá como conquista disso. E a principal conquista, eu acho que não tem outra, é o reassentamento. É a moradia, é a terra para produção, é a escola, é o posto de saúde, é a adutora pra ter acesso à água, e até hoje nós estamos na luta por muita coisa dessa, é projetos de adutoras, plano de desenvolvimento daquela região, porque esse era um discurso, que ia desenvolver a região, que ia ter emprego para todo mundo, então ainda tem muita coisa por que lutar. E nós estamos aí na tentativa de organizar o povo pra fazer essa luta (MÉRCIA VIEIRA, 2021).

As violações de direitos apontadas por Mércia, especificamente no estado do Ceará, fazem parte da perspectiva levantada pelo MAB em 2011, pelo relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH<sup>44</sup>) que aponta as principais violações de direitos humanos que as mulheres atingidas sofrem.

---

<sup>44</sup> O CDDPH é o órgão do Estado brasileiro equivalente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão de Direitos Humanos da ONU.

O conselho foi criado pela Lei Federal 4.319, de 16 de março de 1964, e tem competência para promover inquéritos, investigações e estudos para avaliar a eficácia das normas que assegurem os direitos da pessoa humana, inscrito no Constituição Federal, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), podendo receber representações com denúncias de violações dos direitos, apurar sua procedência e tomar providências cabíveis referentes a abusos dos particulares ou das autoridades por elas responsáveis.

Fotografia 4 - Alagamento provocado pela barragem do Castanhão no Ceará



**Fonte:** Relatório “O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens” MAB (2011).

Em sua apresentação, o relatório destaca que as mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida. O texto em si, mostra as violações de direitos humanos e mostrar fotografias anexadas, que traduzem em imagens as violações dos direitos humanos na vida das mulheres registradas pelo fotógrafo João Zinclar (1956-2013).

De acordo com o MAB (2011, p.05) as mulheres não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares, e por isso tem sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação das barragens. (MAB, 2011, p.05)

Ainda segundo o relatório, em outubro de 2010, o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil, tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por agravar as graves desigualdades sociais, que se expressão através da miséria e desestruturação social, familiar e individual.

A realidade descrita pelo MAB (2011), é vivenciada pelos povos atingidos por barragens diariamente, porém o MAB começou a documentar a realidade dos atingidos a mais de 20 anos, para que comprovadamente o Estado brasileiro e as empresas construtoras das barragens, fossem provocadas a mudar as políticas que invisibilizam os direitos dos povos atingidos.

De acordo com o MAB (2011, p. 10) existem demandas específicas para as mulheres atingidas por barragens, que são um reflexo das principais violações de direitos das mulheres, que se dão nas esferas do trabalho e da participação política, na relação com as construtoras, na convivência comunitária e familiar, no acesso a serviços públicos e na sexualidade.

O primeiro aspecto levantado pelo relatório MAB (2011, p.10) se refere a mulher atingida e o mundo do trabalho. Esta perspectiva levantada, se trata do não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo, pois além de contribuir com a renda familiar a partir do trabalho no campo e com trabalhos artesanais feitos em horas vagas, geralmente são as mulheres que assumem todo o trabalho doméstico.

Consideramos que os afazeres diários das mulheres atingidas, se dá por serem trabalhos que não geram renda direta, pois dentro da sociedade capitalista e patriarcal, os trabalhos que as mulheres fazem, são tidos como obrigação enquanto mulheres, além de serem seu dom natural para o cuidado com as suas famílias.

Fotografia 5 - Ribeirinha trabalha na região do médio São Francisco



**Fonte:** Relatório “O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens” MAB (2011)

O MAB (2011, p.12) afirma a necessidade do reconhecimento e valorização do trabalho das atingidas, para que essas mulheres sejam livres dos rótulos patriarcais e para que o não

reconhecimento do trabalho doméstico e do campo, seja reconhecido como uma violação de direitos.

O relatório considera que a perda do trabalho gerador de renda, pois de acordo com a CDDPH, existem inúmeros casos de mulheres que perderam suas condições de trabalho e sobrevivência em virtude da barragem e da destruição de suas cidades.

De acordo com MAB (2011, p.12):

A maioria dos trabalhadores do setor informal ou semi-informal no Brasil é composta pelas mulheres. Esses trabalhos não são facilmente reestruturáveis em outras áreas quando ocorre o deslocamento forçado por causa da construção da barragem, pois são de baixa qualificação e fortemente dependentes de um vínculo com a população local. Além disso, os homens geralmente possuem o título de propriedade das terras, o que facilita seu reconhecimento como atingidos pelas barragens e o acesso a algum tipo de indenização. Como as mulheres não possuem esse reconhecimento, sofrem mais perdas econômicas (MAB, 2011, p.12).

Dando continuidade a esta temática, outro ponto levantado se trata da não adaptação ao trabalho urbano, pois foi comprovado pelo movimento a não aptidão da maioria das atingidas para o trabalho urbano já que a maioria são mulheres camponesas, que passaram toda a vida trabalhando e vivendo da terra.

O cenário que as mulheres atingidas são inseridas, considerando o trabalho urbano, se dá nas periferias das grandes cidades, trabalhando em frentes de trabalho para as quais não foram preparadas, acarretando o aumento do trabalho informal o que precariza ainda mais a sua força de trabalho, além disso boa parte das famílias são colocadas em vilas pré-moldadas, nas quais não podem plantar pois não se tem espaço.

O MAB (2011, p.14) explica que a situação das mulheres que resistem e permanecem no campo é tão grave quanto a situação das camponesas que vão para as cidades, pois elas perdem seu sustento, seus instrumentos de trabalho e passam a trabalhar em situações ainda mais precárias ou na informalidade.

O segundo aspecto levantado pelo relatório do MAB (2011) é a participação política, a qual o MAB considera uma violação dos direitos humanos das mulheres pois está ligado a criação de um sentimento de não pertencimento à comunidade em resistência ao processo de implantação das barragens, pois é dado aos homens a responsabilidade de tomada de decisões nas reuniões com os construtores dos empreendimentos.

Nesta perspectiva o MAB (2011, p.15) afirma que:

A ausência do sentimento de pertencimento das mulheres no processo político decorre de sua ausência no espaço público, que sempre foi majoritariamente masculino. A consequência disso é a negação às mulheres do status de cidadãs,

de sujeitas de direitos, de porta vozes das suas demandas e das questões que afetam a sociedade como um todo (MAB, 2011, p.15).

Todo esse processo é potencializado, pelos construtores das barragens que agravam intencionalmente este problema, que contribuem para dividir as comunidades atingidas e afastar as mulheres do processo de luta, pois compreendem que na lógica capitalista eles possuem papel fundamental, no fortalecimento da comunidade e nos processos de resistência.

Fotografia 6 - Marcha dos Movimentos Sociais em Brasília, no encerramento do Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens em abril de 2011



**Fonte:** Relatório “O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens” MAB (2011).

A ausência e desqualificação das mulheres nos espaços deliberativos é outra demanda identificada, pois em muitas situações as mulheres são excluídas dos espaços de decisão, inclusive pelos seus próprios companheiros.

Neste sentido, a presença nos espaços de decisão, quando ocorrem, esta demanda não é solucionada, pois as mulheres chegam até a falar, porém na hora da tomada das decisões, são os homens deliberam e a opinião das mulheres não é considerada.

Nesta perspectiva, o MAB (2011, p.16) considera que a voz sufocada das mulheres faz parte do processo histórico em uma sociedade patriarcal, que considera as mulheres menos capazes que os homens, estes que por sua vez não encorajam as mulheres uma vez que não as reconhecem como capacitadas para a atividade política.

Estruturalmente, a ausência de serviços básicos também dificulta a mobilização e participação das mulheres atingidas por barragens. Este problema está ligado ao fato das comunidades atingidas por barragens, são localizadas geograficamente distante dos espaços urbanos, onde corriqueiramente se realizam as reuniões, mobilizações e decisões políticas.

Desta forma, os povos atingidos que vivem em comunidades ribeirinhas, são prejudicados por vários motivos, o MAB (2011, p.16) destaca que entre eles estão:

Falta de transporte público frequente, péssimas condições das estradas, falta de energia elétrica nas casas (e, quando existe, geralmente é de má qualidade), inexistência de creches para as mulheres deixarem seus filhos, precariedade do atendimento básico de saúde, como postos e farmácias, ausência de programas de assistência técnica, entre outros (MAB, 2011, p.16).

As mulheres neste cenário ainda são mais prejudicadas, tendo seus direitos violados de forma mais agressiva, pois mesmo no cenário de violação de direitos, elas precisam se desdobrar para que as suas famílias não sejam prejudicadas, em meio a ausência de condições básicas de sobrevivência, ou seja, elas são obrigadas a não participarem das ações políticas.

O terceiro aspecto levantando pelo relatório MAB (2011, p.17), está relacionado com a relação com as construtoras. O relatório neste ponto, enfatiza que as mulheres são as vítimas preferenciais de chantagem e pressão por parte das empresas construtoras das barragens.

Pela condição de dependência econômica com relação à família, são consideradas atingidas diretamente e possui direitos negados, sendo completamente excluídas dos processos de negociação, fazendo com o MAB (2011, p.17) construísse de forma coletiva, o conceito patrimonialista e patriarcal, específico das populações atingidas por barragens.

O conceito patrimonialista e patriarcal, parte do pressuposto que no processo de implantação das barragens, a perspectiva de atingido atribuído pelas empresas tem sido o territorial – patrimonialista, o que de acordo com o MAB (2011) se refere a perspectiva de quem não for proprietário de terras, casas, comércios, entre outros já está automaticamente descartado.

Neste aspecto, mais uma vez as mulheres são prejudicadas diretamente, pois historicamente em decorrência do patriarcado as mulheres não costumam ter títulos das propriedades, ficando sempre na dependência de seus companheiros. De acordo com o MAB (2011, p.17) o fato de as mulheres não possuírem títulos, elas nem sequer são reconhecidas como atingidas, dificultando o acesso a indenização e reassentamento.

O MAB (2011, p.17-18) explica como se dá esse processo na prática, mencionando o caso da barragem de Santo Antônio <sup>45</sup>em Rondônia. Segundo o relatório:

Os funcionários e funcionárias das empresas construtoras reforçam a discriminação de gênero, pois também não consideram as atingidas por barragens. Quando chegam a uma casa perguntam pelo chefe da casa, pelo homem. Outra tática é apelar para questões sentimentais. como foi relatado em Rondônia: as assistentes sociais apelam para a maternidade, afirmando que

<sup>45</sup> A Usina Hidrelétrica Santo Antônio, localizada no rio Madeira, com sede no Município de Porto Velho (RO), tem potência instalada mínima de 3.568,3 MW e 2.424,2 MW médios de energia assegurada e é considerada a quarta maior hidrelétrica do Brasil. Disponível em : < <https://www.furnas.com.br/subsecao/134/usina-de-santo-antonio---35683-mw?culture=pt>> Acesso em 05 de abril de 2022.

“se as mulheres querem bem aos seus filhos, precisam aceitar a proposta da empresa”, ou que “elas têm que convencer os maridos a aceitarem a proposta da empresa, pois será melhor pra família”, em flagrante assédio moral às famílias e mulheres da comunidade (MAB, 2011, p.17-18).

O caso da barragem de Santo Antônio (RO), é um exemplo do que ocorre nos territórios das barragens em todo Brasil. O relatório ainda enfatiza que quando as mulheres são as lideranças comunitárias, os funcionários das empresas agem de uma forma intimidatória, propondo o aumento das indenizações, para que as comunidades saiam imediatamente das comunidades.

O quarto aspecto relacionado é a convivência familiar e comunitária, pois além dos impactos ambientais e sociais, a perda da terra, do trabalho, do rio e suas casas, o MAB (2011, 19) afirma que as mulheres são vítimas de profundas perdas que vão para além do material, sofrendo graves problemas de depressão e desilusão, que estão associados a desestruturação de suas vidas e ao afastamento do convívio de parentes e amigos.

A perda dos vínculos com a comunidade não se trata apenas de deixar de residir em uma determinada localidade, ou deixar de falar com pessoas, vai além, está associada a perda da dinâmica social e de amparo entre as famílias, que vai além de laços consanguíneos. Por exemplo, os vizinhos de uma vida toda foram o suporte para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia, seja na falta de alimento, para vigiar os filhos menores, cuidar de animais e outras diversas situações.

O MAB (2011) sobre este aspecto, traz a narrativa de duas mulheres atingidas pela barragem de Santo Antônio: “Como vou fazer sem meu filho! Ele terá que sair da casa dele e eu ficarei. Mas sou viúva e quem cuida da roça é ele. Como farei? Quem vai me ajudar?” (MAB,2011, p.20).

A outra narra: “sou mãe solteira e tenho três filhos pra criar. Ela (outra atingida) aqui que olha meus filhos quando preciso vender as coisas. Ela vai sair, como será? Às vezes não tenho o que dar de comer aos meus filhos e ela quem ajuda!” (MAB,2011, p.20).

Comprendemos através destas narrativas, que neste processo de tantas violações de direitos, não podemos desconsiderar os vínculos comunitários, culturais e solidários que as populações atingidas estabelecem, pois estes vínculos fazem parte de redes de apoio familiar que em sua maioria são destruídos pela chegada das barragens.

A quebra desta rede, tecida ao longo de toda uma vida, as mulheres são as principais prejudicadas, pois como vimos no primeiro relato, existem muitas mães solteiras que se apoiam

em vizinhas e familiares para conseguir suprir as necessidades socioeconômicas de suas famílias.

O MAB (2011, p.21-22) também estende esta demanda dos vínculos comunitários, a desestruturação familiar provocada nas comunidades atingidas, que por sua vez pode ocorrer de várias maneiras, seja durante o processo de construção de barragens ou após o deslocamento forçado por povos atingidos.

Fotografia 7 - Moradoras de Correntina -BA na região do médio São Francisco.



**Fonte:** Relatório “O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens” MAB (2011).

O relatório ainda destaca que em muitos casos de construção das barragens, as jovens atingidas se envolvem com os operários das obras, que migram de outras regiões onde já têm família e acabam engravidando e arcam sozinhas com a criação dos filhos, quando os operários retornam para as suas regiões de origem.

A saída dos seus territórios e o deslocamento para as cidades, os jovens passam a viver a realidade das grandes periferias brasileiras, no sentido de vivenciar a violência, o acesso às drogas e a ausência do Estado para os serviços básicos. O MAB (2011, p.22) diante desta perspectiva, explica que se compararmos com o cenário do campo, os jovens que ainda não tinham ido para a cidade, tinham acesso à educação, alimentação saudável, convivência familiar e comunitária, o que não foi constatado pelo MAB (2011) nas famílias que haviam sido realocadas e passaram a morar na vila construída para elas.

O quinto aspecto relacionado no relatório MAB (2011) se trata da prostituição e foi apresentado em forma de estudos de casos. Esta é uma temática delicada, pois um dos elementos

centrais para a análise da violação dos direitos humanos das mulheres, é a crescente prostituição nas cidades que recebem as obras dos grandes projetos das barragens.

Em contra o MAB (2011, p.23) explica que não podemos fazer um debate de criminalização dessas mulheres, pois o é necessário que questionar o Estado pela ausência de políticas públicas para as mulheres, as quais colocam muitas delas em situação de vulnerabilidade social e econômica, fazendo com que as mulheres se submetam a situações graves de tráfico, cárcere privado e prostituição.

A respeito desta realidade, a Coordenadora Nacional do MAB, Dani Honh que tivemos a oportunidade de entrevistar, na ocasião nos incentivou a ler este relatório do MAB (2011), para que tivéssemos conhecimento de quanto é destrutivo para a vida das mulheres, a chegada das barragens. Desta forma, a coordenadora nos relatou sobre as questões provenientes das perdas dos laços comunitários.

De acordo com Dani Honh (2021):

Então assim, uma série de coisas, eu queria que tu lesse esse documento, para tu ver como fica a vida das mulheres depois que uma grande obra chega. Essa coisa da violência, das drogas, é muito forte, assim é um relato de um dossiê, feito em 1 município, que a estrutura que tem Belo Monte, mas que assim, mexeu com muita gente, é de arrepiar assim, a gente lê, parece que está vendo sangue naquele documento, de tanta morte, de tanta violência, que traduz porque as meninas conseguiram traduzir aquilo é algum dos relatos, imagina o que a gente não conseguiu descrever para poder trazer para a pesquisa. Eu estou te dizendo isso, porque a gente já apontava antes lá no início que já tinha violência, por exemplo. Barra Grande que era a barragem aqui do Sul, em Santa Catarina, na época Barra Grande foi constituída no início dos anos 2000, tinha 200 crianças que nasceram sem saber quem eram os pais, porque os “peões” (trabalhadores da obras) e vão para as obras e vão para a próxima obra, e ali ficam as jovens, adolescentes, mulheres com os filhos. Em Estreito, no Tocantins, a obra começou em 2007/2008 e também Rondônia, tinham 200 casas de prostituição na porta da obra, porque a indústria da prostituição caminha com a indústria da obra. Em Rondônia, eu acho que tu debes ter visto alguma coisa, os cartões “Vale amor”, os peões recebiam R\$600,00 (seiscentos reais) para gastar na casa de prostituição próxima a obra. Cada um tinha 600,00 de vale para gastar lá. Em Belo Monte tivemos a boate Xingú, lá a gente conseguiu com umas entidades locais, Ministério Público e tal, retiraram as pessoas e tal, inclusive tinha uma adolescente, menor de idade e tal (DANI HONH, 2021).

Os dados chocantes informados pela coordenação do MAB, foram comprovados através do relatório preliminar de Missão e Monitoramento das Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira <sup>46</sup>da Plataforma de Direitos Humanos – DESCCHA <sup>47</sup> Brasil, fez as

<sup>46</sup> Relatório preliminar de Missão e Monitoramento das Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira. Disponível em : [https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2019/08/2011\\_meio\\_ambiente\\_rio\\_madeira.pdf](https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2019/08/2011_meio_ambiente_rio_madeira.pdf) . Acesso em: 05 de abril de 2022.

<sup>47</sup> DHESCA significa Direitos humanos, sociais, culturais e ambientais.

denúncias dos altos índices de prostituição nos territórios das barragens, tendo como foco as barragens de Jirau<sup>48</sup> e Santo Antônio, ambas em Rondônia.

De acordo com o relatório MAB (2011, p.24) com a chegada dos operários para a construção das barragens, o distrito de Jaci Paraná-RO quadruplicou o número de habitantes, chegando no pico de sua construção em fevereiro de 2011, as duas obras chegaram a empregar aproximadamente 40 mil trabalhadores, sendo 20 mil em Jirau e 20 mil em Santo Antônio.

Com o grande número de trabalhadores, as casas de prostituição também se multiplicaram, todos em situação muito precária, que ficaram lotados de homens à espera de mulheres, o que o relatório da DHESCA, trouxe é que o número de homens era muito maior do que o número de mulheres que trabalhavam nas casas de prostituição.

Diante destas demandas, as incidências de crimes de pedofilia e à indução a prostituição foram aumentando e se repetindo nos dois empreendimentos. O que o relatório do MAB (2011, p.24) explica é que isso não é um fenômeno novo, pois a 40 anos atrás quando a Usina Hidrelétrica de Itaipu, construída na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, estava sendo construída o cenário era o mesmo em função da migração dos trabalhadores da obra.

O MAB (2011, p.24) ainda traz que o relatório da Plataforma DHESCA, sinaliza que a cidade de Porto Velho-RO registrou um aumento geral nos índices de violência após o início das obras. Onde o número de homicídios dolosos cresceu 44% entre 2008 a 2010, a quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% e o número de estupros cresceu 208% entre 2007 a 2010.

Os dados continuam especificamente sobre as mulheres, relatando que em Rondônia a maioria dos casos de exploração sexual, são adolescentes entre 13 e 17 anos que recebem até R\$ 30,00 (trinta reais) por cada “programa” que fazem. Estas adolescentes são vendidas de Rondônia, do Acre, do Amazonas e até da Bolívia com falsas promessas de emprego e ascensão social.

O sexto e último aspecto apontado pelo relatório MAB (2011), se refere ao acesso à energia elétrica em duas perspectivas, tanto se referindo a falta do acesso a energia e trazendo a crítica aos altos preços da energia fornecida para a população.

Sobre a falta do acesso à energia, no período em que este relatório foi construído, o número de brasileiros e brasileiras que não tinham acesso à energia elétrica em suas residências, chegava a 30 milhões de pessoas.

---

<sup>48</sup> A Usina Hidrelétrica de Jirau é uma usina hidrelétrica, construída no Rio Madeira, a 120 km de Porto Velho, em Rondônia. Tem um reservatório com uma área de 361,6 km<sup>2</sup> quando está com seu volume máximo. Tem capacidade instalada de 3.750 MW, (sendo 2.184 MW assegurados) e faz parte do Complexo do Rio Madeira.

Nesta perspectiva o trabalho doméstico feito pelas mulheres em casa sem eletricidade é mais árduo, pois elas acabam gastando mais energia humana para suprir a falta desta tecnologia, que facilita o trabalho doméstico.

As mulheres precisavam buscar água longe de suas casas, aquecer a água para o banho da família, preparar os alimentos de cada refeição pois sem energia elétrica, não há condições de conserva-los e além disso, em 2011 foi constatado que a maioria das populações atingidas, não tinham acesso aos meios de comunicação como rádio, televisão e telefone.

A outra face desta realidade é apontada pelo MAB (2011, p.27) é o fato que as famílias brasileiras pagarem a quinta maior tarifa de energia elétrica do mundo, dando às empresas um lucro extraordinário, pois o preço da energia é baseado no valor do petróleo. Neste sentido, a realidade das mulheres é marcada pela diminuição da comida na mesa, para que possam pagar as tarifas mensais de energia.

Fotografia 8 - Moradora do Cerrado Baiano, região do médio São Francisco



**Fonte:** Relatório “O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens” MAB (2011)

O relatório, o modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens, traz a comprovação técnica do que há muito tempo já havia sido constatado pelas populações atingidas por barragens em todo Brasil, porém que não havia sido legitimado.

A narrativa presente nos territórios das barragens, carrega consigo a força da resistência de mulheres que são atingidas diretamente pelo avanço capitalista, ancorado na voracidade e muitas vezes silenciosa maldade patriarcal, uma realidade camuflada pelas vozes que divulgam o desenvolvimento a todo custo.

Como já mencionamos anteriormente, a valorização das narrativas das mulheres do MAB, foram potencializadas pelas histórias, cores, telas, linhas e lágrimas que constroem o bordado tão forte e marcante das *arpilleras*. Porém, com o passar dos anos de trabalho com a metodologia organizativa das mulheres, precisava ser registrado.

Desta forma, o coletivo de mulheres do MAB começou a produzir o documentário, que refletisse de forma legítima a narrativa das mulheres atingidas por barragens, que eram também mulheres *arpilleristas*. Mas é importante salientar que o documentário não é sobre as *arpilleras*, e sim sobre as mulheres atingidas, as *arpilleras* neste contexto são um dispositivo, como Esther Vital Garcia (2021) relata em sua entrevista.

O documentário “*Arpilleras: mulheres atingidas bordando a resistência*” lançado em 2015, foi produzido pelo coletivo de mulheres do MAB através de financiamento coletivo e dirigido por Eduardo Coutinho (1933-2014).

Figura 20 - Cartaz de divulgação do documentário “*Arpilleras, atingidas por barragens bordando a resistência.*”



Fonte: Site do MAB

O documentário relata a história de cinco mulheres, das cinco regiões do Brasil, que foram atingidas por barragens, e encontraram através das *arpilleras* uma forma de denunciar as violações que sofreram, ao decorrer do processo de implantação das barragens.

A narrativa do documentário, segue a metodologia das *arpilleras*, pois se trata da leitura de uma carta produzida por mulheres *arpilleristas*, ao fim da produção de sua *arpillera*. São depoimentos fortes, onde as mulheres contam as suas experiências e são interlocutoras de milhares de outras mulheres atingidas por barragens, que viveram e vivem as mesmas circunstâncias.

A memória das mulheres do documentário, nos emociona, pois, as mesmas revisitam os seus antigos lares, que deram lugar as barragens e retiraram de suas famílias o direito de viver onde queriam e eram felizes e que hoje procuram ter vez e voz através do bordado.

O documentário nos permitiu conhecer a história da Margarida e de sua filha Marina, nordestinas e atingidas pela barragem do Castanhão-CE. Transcrevendo um trecho de sua narrativa, Margarida diz,

Eu nasci em Alagamar que faz parte de Jaguarerama no Ceará, e aprendi a amar esse pedaço de terra. Eu cresci e vi outras pessoas da minha idade crescer e mais novas. Eu testemunhei a história de muitas pessoas de superação, aqui nesse pedaço chão. Aí de repente, a gente sabia, mas talvez a gente não quisesse acreditar, mas chegou o dia de retirar as famílias daqui. Isso foi muito dolorido, o sertão virou mar, Jaguaribara virou mar e esse mar virou deserto. São muitas recordações, se a gente fechar os olhos lembra de cada coisa né? Cada pedacinho, cada historinha. Tem uma coisa que eu nunca consegui esquecer, era o cheiro da minha rede, sabe se eu fechar os olhos eu tenho a sensação de sentir, porque era uma redinha de saco, porque as coisas eram muito difíceis aí Mãe comprava o saco branco de açúcar que tinha na época e fazia, era um cheiro de amor, cheiro de Mãe, de família unida. Foram momentos de muito desespero, a água alagando tudo, o seu sentimento, a sua história sendo inundada, a água entrando dentro de casa. Tinha famílias que era a água entrando e tirando os móveis, antes que a água inundasse tudo. Eu lembro de todo esse desespero e os helicópteros da defesa civil, e como a gente não tinha pra onde ir, tinha que construir os barracos de madeirite (MARGARIDA, 2017).

Continuando a narrativa, Marina, filha da Margarida diz,

O rio pra quem nasce perto do rio, os ribeirinhos, o rio é parte do nosso corpo, é parte da gente, é parte da nossa alma. Então o rio, o peixe, a água, o banho no rio, a lavagem de roupa no rio, o cheiro de sabão, isso é muito intrínseco a gente, é muito parte da gente. Então ver o rio de certa forma, abafado, destruído, é muito forte dentro de quem nasce perto dele. Normalmente a gente conhece barragem pra produção de energia elétrica, mais aqui no nosso Nordeste, no Ceará, a barragem do Castanhão que é uma grande barragem, são 6,7 bilhões de metros cúbicos a capacidade, tinha esse discurso de combate a seca, de garantir a água no sertão, que é um discurso inclusive muito difícil de se contrapor, porque a água no sertão é uma riqueza. Mas a gente vê a falência desse discurso, desse desenvolvimento, porque não resolveu o problema da seca, expulsou os ribeirinhos, expulsou as famílias que viviam a base do rio, que tinham o contato com o rio, não tinham projetos para essas famílias, inundou, se tornou um grande mar e agora não conseguiu resistir o maior período de seca, então a falência do discurso do desenvolvimento a gente vê nesse cenário, onde era rio, virou uma grande obra e agora voltou a estar seco. Do Castanhão, tem um imenso canal que é o canal da integração que leva água para Fortaleza, mas ao entorno desse canal, tem várias famílias que não tem acesso a água, é a água só pra você ver e não para usar, já teve caso de pessoas que foram presas tentando acessar a água e são impedidas, então é um dos exemplos que a obra não foi feita para as comunidades que estão sem água, que foram atingidas pela barragem. O acesso a água é para quem está nos grandes centros urbanos e as indústrias de fabricação de peças (MARINA, 2016).

Margarida ainda continua,

Diante disso, a gente vê assim, quem sofre muito mais com essa política do capitalismo, das grandes empresas é as mulheres. Era uma sexta-feira santa, 02 de abril, quando o pessoal veio pra fazer, pegar os dados para a desapropriação, aí veio o pessoal do estado pra fazer esse levantamento. Quando foi a noite, onze horas da noite a gente acordou, tendo um tiroteio lá em casa, quando eu acordei atordoada, achando que a casa tinha caído, porque a casa que a gente morava era cheia de rachaduras, só quando eu ascendi a luz que eu percebi que não era. Aí assim, foi muito doloroso, porque a gente teve que passar um mês dormindo na casa vizinha, porque a gente não conseguiu casa, e depois a gente sabia, não tinha certeza, mas sabia quem que ia mandar fazer isso. Aqui era um local muito cheio de vida, de amor, de esperança, e com a construção da barragem do Castanhão foi preciso sair, foi construído um novo reassentamento, mas as casas, as paredes, continuam aí. Olhar como ficou aqui, da um vazão, é um sentimento que eu não sei explicar. Hoje eu vejo que foi muita luta, mas a gente conseguiu se estabilizar. Eu lembro da primeira visita das casas, foi uma festa, aquela alegria (MARGARIDA, 2017).

As narrativas apresentadas no documentário, afirmam através da vida das mulheres, a história contada em relatórios, reportagens e até pelo próprio MAB. Porém, quando ouvimos os relatos carregados de história, memórias afetivas, lágrimas e muita luta, nós percebemos que o protagonismo da organização, força e luta pelos direitos violados, são das mulheres.

A proposta do coletivo das mulheres do MAB, ao levarem as mulheres atingidas no documentário, para os locais onde elas e suas famílias foram desapropriadas, potencializou ainda mais as narrativas apresentadas, pois elas poderão falar e mostrar de acordo com suas memórias, como elas viviam antes das barragens e como passaram a viver depois das barragens.

Uma perspectiva que queremos destacar sobre o documentário, especificamente a partir das narrativas de Margarida e de sua filha Marina, se trata da consciência militante que elas têm ao narrarem suas vidas e sua experiência de atingidas pela barragem do Castanhão.

Através das narrativas ao longo de todo o documentário, não apenas pelas falas que destacamos, entendemos que a partir do momento que as mulheres começaram a entender que elas são atingidas por um sistema, capitalista, opressor, patriarcal, que enxerga nas mulheres uma forma potencializada de extrair riquezas para se alimentar, essas mulheres conquistaram a sua identidade como sujeito de direito e como sujeito político.

Lage (2013, p.36) afirma que todas as formas de identificações e demarcações coloniais que são acentuadas, por lógicas de desigualdade de poder criando conceitos e pensamentos consolidados sobre o Outro como um subalterno, colocando-o numa esfera social, periférica ou marginal, inclinado para ser um sujeito de uma identidade subalterna que luta e resiste, como sujeito subalterno, silenciado e degradado socialmente.

Nesta perspectiva, Lage (2013, p.36 apud SANTOS, 2002, p.46-47) explica:

As identidades subalternas são sempre derivadas e correspondem a situações em que o poder de declarar a diferença se combina com o poder para resistir ao poder que a define inferior. Na identidade subalterna, a declaração da diferença é sempre a tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou a eliminar a sua inferioridade. Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade (LAGE, 2013, p.36 apud SANTOS, 2002, p.46-47).

O que Lage (2013) nos aponta, se trata de entendermos que a diferença entre uma identificação subalterna e ser subalterno, está principalmente sobre a diferença entre lutar e resistir ou se sujeitar a inferioridade imposta.

A autora (2013, p.36-37) ainda explica que colocar-se em uma condição de rebeldia frente a passividade, significa ressignificar a sua própria identidade, transformando a perspectiva de inferioridade numa perspectiva política, onde os Outros conseguem enxergar em si a possibilidade de transformação, articulação e organização de forças sociais.

Em relação aos sujeitos, que são historicamente silenciados de seus discursos e esquecidos socialmente, Lage (2013, p.37) diz que existe um aspecto fundamental que precisa ser considerado, se trata da medida em que a identidade imposta tem contribuído para uma resignação social.

Lage (2013, p.37) traz os pensamentos de Boaventura de Sousa Santos e Gayatri Spivak, quando ambos afirmam que “a condição do subalterno é o silêncio e a fala é a subversão da subalternidade”, de acordo com Lage (2013) o sentido desta afirmação, faz sentido quando constatarmos que o Outro, separado de nós é, por si só, uma forma silenciada que assegura a distinção.

Ainda nas palavras de Lage (2013, p.37):

Sem acesso à sua própria fala, a sua voz cala-se, numa resignação muda, com a qual parece aceitar as opressões e as desigualdades historicamente demarcadas. Contudo, mesmos diante dos difusos compôs de silenciamento, que abarcam as esferas sociais de ação, articulam-se muitas vezes – dentro de um aparente silêncio – e criam formas transgressivas de lidar com a ideia de subalternidade (LAGE, 2013, p. 37).

A autora (2013, p.37) ainda afirma que nesta perspectiva levantada, a identidade é também um sentimento de pertença que assenta em experiências e em crenças partilhadas e nos constrói como sujeitos sociais articulados, com discursos e práticas inteligíveis.

A construção da identidade tem forte componente relacional, o que de acordo com Lage (2013, p.37) vai sendo formada na medida em que o sujeito social vai construindo as suas experiências sociais, alinhadas com seus valores e com as narrativas políticas, sociais e culturais.

Outro aspecto relevante, explicado pela autora (2013, p.38) se trata da perspectiva da inserção da vida social e como ela cobra dos sujeitos, a construção de sua representação identitária, como prerrogativa para o reconhecimento de si e do outro. Sabendo quem é e quem é o outro, o sujeito consegue se estabelecer numa perspectiva relacional que irá definir a hierarquia de cada um na teia.

Desta forma Lage (2005, p. 71-72) afirma:

A inserção da vida social, orientada pela perspectiva do questionamento sobre o mundo e da ação transformadora sobre esse mesmo mundo, também cobra que o sujeito possua uma representação identitária que lhe permita suportar a dúvida sobre si mesmo, para poder visualizar outras possibilidades sobre si e sobre o mundo. Sem esta condição, estará destinado a permanecer à margem da vida em sociedade (LAGE, 2005, p. 71-72).

Assim, Lage (2013, p.38) explica que o trânsito social e até mesmo a inserção coletiva e singular pedem a constituição de uma identidade maleável, não rígida, que permita ao sujeito responder perguntas como, quem sou? E pra onde vou? Mas que também permita a esse mesmo sujeito duvidar dessas respostas e visualizar outras possibilidades sobre si mesmo e sobre o mundo.

Quando assistimos o documentário contando a história das atingidas, com um olhar sensível, entendemos que as *arpilleras* dão outro sentido as vidas daquelas mulheres, de forma que as *arpilleras* vão bordando uma nova história, a partir de narrativas que foram ressignificadas.

As *arpilleras* se pintam, colorindo um cenário marcado pela dor deixada pela violação de direitos, da história, da memória, de vidas. Mas a força das narrativas faz com que tudo que foi produzido através da vida das mulheres, se traduza na força necessária para continuar a denunciar e lutar, chegando a um ponto que não há como separar a narrativa das mulheres das *arpilleras* e vice-versa.

Como foi mencionado, as narrativas são muito fortes e marcantes, por este motivo, gostaríamos de dialogar sobre as narrativas autobiográficas, pois podemos compreender que a partir delas, conseguimos identificar a força da identidade das mulheres atingidas por barragens, que foram forjadas através da militância, do diálogo e da vida dos atingidos e atingidas expressa pelos bordados.

Depois de ouvir as narrativas das mulheres do MAB, entendemos que as narrativas autobiográficas podem nos direcionar a um fluxo, que nos proporcionou o alargamento da nossa compressão sobre a tradução das narrativas em bordados, sendo está a linguagem da experiência das mulheres atingidas por barragem.

Neste sentido a autora Maria da Conceição Passeggi (2016), traz de forma sensível as narrativas autobiográficas como narrativas da experiência, trazendo-as como dispositivos de pesquisa-formação que segundo ela são a base para o uso das narrativas, a partir da sua concepção de sujeito epistêmico e sujeito empírico, sendo estes conceitos vitais para o exercício da biografização.

Passeggi (2016, p.67) explica que as narrativas nos ajudam a compreender que a formação que ocorre ao longo da vida e de todas as circunstâncias da vida dos sujeitos. Mas para entendermos este fluxo, a autora diz que precisamos entender a noção de sujeito, que de acordo com Balibar (2012, p.70 apud PASSEGGI, 2016) encerra em si mesma uma ambiguidade histórica, por de um lado, ela designa “sujeição, assujeitamento, a submissão a uma autoridade, a um poder” ou à própria linguagem, por outro lado, ela remete à subjetivação, à emancipação, a um poder de decidir ou pensar por si mesmo.

Precisamos refletir além da concepção da noção de sujeito, que de acordo com Passeggi (2016, p.70) é concentrada na dicotomia de sujeito assujeitado-sujeito empoderado, ou seja, a do herói ou do anti-herói da história narrada, seria prudente concebê-lo na perspectiva dialética da própria humanidade multifacetada, pois como sujeitos, nós sofremos e agimos ao mesmo tempo e o tempo todo.

Nesta perspectiva, Passeggi (2016, p.70-71) explica a sua abordagem controvertida de noção de sujeito epistêmico ao sujeito biográfico, dividindo-os em dois momentos e utilizando a metáfora de uma travessia.

De acordo com a autora,

Na memória coletiva ocidental, a emergência do sujeito (e não do indivíduo) seria contemporânea da célebre inscrição do Oráculo de Delfos: “Ó homem, conhece-te a ti mesmo e conhecerás os deuses e o universo.” Quero pensar que se encontram nela amalgamados o sujeito epistêmico (sujeito do conhecimento), capaz de conhecer, de refletir, de sistematizar; e o sujeito biográfico (sujeito do autoconhecimento), capaz de conhecer-se, de refletir sobre sua própria natureza, o que o faz humano, em que e porque se diferencia de outros seres ou a eles se assemelha, para daí depreender teorias. O que importa é que o autoconhecimento constitui a condição necessária para conhecer: “os deuses”, simbolicamente, tudo o que nos governa, e “o universo”, simbolicamente, tudo o que nos rodeia, empírica e culturalmente, pois o lugar onde habitamos é feito de coisas e de ideias sobre as coisas (PASSEGGI, 2016, p.70-71).

Nesta perspectiva, Passeggi (2016, p.71) explica:

Pensar em travessia é, antes de tudo, uma provocação para considerar, por um lado, o que produziu, ao longo da história ocidental, a dicotomia entre o sujeito epistêmico (do conhecimento) e o sujeito biográfico (do autoconhecimento), presente na inscrição de Delfos, por outro lado, na possibilidade de religar conhecimento e autoconhecimento nas narrativas da experiência, consideradas

como prática pedagógica na perspectiva da pesquisa-formação. Para conceber essa indissociabilidade, nada mais sutil do que a metáfora das duas faces de uma folha de papel, utilizada por Saussure (2006, p. 131), para se referir à impossibilidade de se isolar o som da palavra pronunciada do pensamento. Do modo semelhante, o sujeito epistêmico seria o anverso e o sujeito biográfico o verso, por isso “não se poderia cortar um sem cortar ao mesmo tempo o outro” (PASSEGGI, 2016, p.71).

A concepção de travessia a qual a autora (2016, p.71) se refere também está ligada ao surgimento da ciência moderna datada no século XVI, a qual nos permite deixar de lado as discussões sobre o ser humano e tomar como hipótese a ruptura entre o sujeito do conhecimento e o sujeito biográfico, que surgiu e se evidenciou com a pesquisa científica.

Boaventura de Sousa Santos (2002, p.81) diz a respeito do sujeito, que a ciência moderna consagrou o homem como sujeito epistêmico, mas o expulsou enquanto sujeito empírico. Então a partir desta perspectiva, o sujeito do conhecimento, racional, abstrato, que é vital para a ciência moderna, cresceu dentro dos pilares da pesquisa científica. (SANTOS, 2002, p.81)

Portanto a ciência moderna, trouxe para a ciência uma nova tendência, foi esquecer o sujeito empírico, ou seja, o sujeito carne e osso, construído através da razão e da emoção, transpassado pela experiência e capaz de refletir sobre si mesmo e sobre ela. Mas existe a clara dificuldade do sujeito falar de si, refletir sobre si mesmo, e Passeggi (2016, p.71) vai mais além, existe a dificuldade de fabricar uma história sobre si.

Para a autora (2016, p.72) cada pessoa se torna responsável pelos desvios de rota, eventuais sucessos e fracassos, mas o que se pretende não é apenas que esse indivíduo crie sua própria marca, mas que ele saiba falar dela e por ela, sem interlocutores. Porém, o que a modernidade impõe é que é necessário se mostrar como um produto viável e não como uma pessoa, é necessário ser empregável e casável.

Existe a necessidade de um marketing de si próprio, se sua própria história, de seu cotidiano, da frenética alimentação de produção de conteúdo para as redes sociais, uma verdade show do eu, como afirma Passeggi (2016). Todo esse processo se torna perverso, pois como a autora explica, os sujeitos se tornam protagonistas de histórias, muitas vezes não reais e sim ficcionais, pois para a modernidade não basta ser, é necessário saber ser.

Um ciclo infinito e perverso que exige dos sujeitos que eles se mantenham em uma constate metamorfose, se transformado e se adequando continuamente. Desta forma, Dosse (2009 apud PASSEGGI, 2016, p.72) chama atenção para este processo, que é um verdadeiro desafio biográfico, pois as histórias dos sujeitos rompem com a linearidade dos fatos de sua vida que estão sendo narrados e conseqüentemente as experiências estão sendo perdidas e as reflexões que elas proporcionam aos sujeitos.

Contribuindo com as reflexões trazidas por Passeggi (2016) e seus pares, a autora Claudia Regina Ribeiro Pinheiro das Chagas (2018), traz o exemplo de mulheres que fazem o movimento contra hegemônico, enfrentando a lógica da modernidade, afirmando-se como sujeitos epistêmicos e (re)afirmando suas identidades e memórias, através de suas escritas bordadas.

As memórias escritas bordadas de acordo com Chagas (2018, p.668) parte da perspectiva da cultura oral, fazendo um trajetória teórica-metodológica, onde a autora busca compreender como as narrativas de conhecimento e significações se encontram, tornando-se uma só na vida de cada sujeito.

Para a autora é muito importante perceber a oralidade das narrativas que são expressas através dos escritos e das histórias, mas principalmente como as mulheres se apropriam desses escritos, que partem das narrativas e são traduzidas através dos bordados.

Certeau (2014, p.202 apud CHAGAS, 2018, p.668) explica que a oralidade se insinua sobretudo como um desses fios de que se faz, na trama, interminável tapeçaria de uma economia escriturística, pois existe a forte presença da oralidade na arte de escrever.

Quando fazemos um recorte para categoria gênero, Chagas (2018) descreve que existe uma dicotomia no ato de escrever e a oralidade era uma constante, já que era negado as mulheres o aprendizado da escrita, o que cabia a elas era o trabalho manual. Desta forma compreendemos que a oralidade é fundamental na escrita e que as mulheres de alguma forma consciente ou não, escreveram com o bordado as suas vidas.

Nesta perspectiva, Certeau (2014, p.202-203 apud CHAGAS, 2018, p. 668) explica que referir-se à escritura e à oralidade, quero precisar logo de saída, não postula dois termos opostos, cuja contrariedade poderia ser superada por um terceiro, ou cuja hierarquização se pudesse inverter. (CERTEAU, 2014, p.202-203 apud CHAGAS, 2018, p. 668)

As palavras tomam forma e cor através das atividades das mulheres, trançados a partir de vários fios que colorem e falam muitas vezes o que é indizível, Chagas (2018, p.668) ainda nos explica que, as mulheres foram e são as responsáveis por construírem a história, memória e a identidade de várias sociedades, através de bordados têxteis do mundo, como o estudo da história da cultura escrita nos relata.

Castillo Gómez (2003, p.93 apud CHAGAS, 2018, p. 668) afirma que:

Entender a escrita, para além de um processo gráfico, pesquisar suas funções, ‘saberes-fazer’ e em que ‘espaçotempos’ elas acontecem, propicia testemunhos escritos, alguns bordados de uma determinada sociedade, independente de técnicas e materiais, no câmbio de relações simbólicas e materiais (CASTILLO GÓMEZ,2003, p.93 apud CHAGAS, 2018, p. 668).

Nesta perspectiva, podemos compreender que os bordados escritos ficam, entre a escrita e a expressão oral, pois o uso das letras para se expressar, escritas primeiro e depois os bordados vem, porém todo esse fluxo tem haver com os modos de expressão, que precisam ser de acordo com o desejo de cada sujeito, relacionados a sua oralidade.

Portanto, de acordo com a autora *idem* (2018, p.668) estudar os bordados de alguma forma é estudar a escrita, uma vez que os bordados são uma espécie de escrita, a escrita da oralidade, onde o texto bordado fica no campo das ideias, dos sonhos, das dores e da vida.

Castillo Gómez (2002, p.26 apud CHAGAS, 2018, p. 669) nos diz que basta olharmos rapidamente alguns materiais bordados, para percebermos que existe uma história a ser contada, pois a linguagem é um fenômeno oral inevitável e óbvio.

Quando olhamos para os bordados, enxergamos que para as mulheres que os fizeram, cada pedaço colocado é importante, pois representam lembranças que estão sendo revividas e assim as suas histórias são contadas, mesmo que aquilo que está sendo bordado seja dolorido mais é fundamental.

Chagas (2018, p.669) acrescenta ainda que o bordado possui uma função social e política fundamental, pois a prática do bordar permitiu que muitos grupos de mulheres se organizassem para compartilhar experiências, histórias e assim dialogando coletivamente, os bordados são transformados em um símbolo de resistência.

A confecção dos bordados pelas mulheres ao longo da história é muito importante, para conhecermos a história, contada por mulheres desconstruindo a perspectiva androcêntrica. Porém, percebemos que ao procurarmos bordados confeccionados por mulheres, ainda existem poucos registros físicos e digitais comparado ao volume de bordados produzidos através dos séculos.

Compreendemos que o registro e a divulgação dos bordados produzidos por mulheres, em seus mais diversos contextos sociais são tão importantes quando a própria confecção dos mesmos, pois além de ser uma forma de resistência coletiva ou individual é um instrumento de denúncia das violações de direitos que as mulheres sofrem.

A dificuldade de registrar os bordados estava sendo vivenciada pelo MAB, que desde de 2015 quando começou a organizar as mulheres atingidas com a metodologia das *arpilleras* não estava contabilizando as peças produzidas nem os registros das mulheres *arpilleristas*, que faziam após as peças estarem prontas.

A coordenadora Dani Honh (2021) nos explicou que desde de 2018 a coordenação nacional do MAB, já estava se organizando para desenvolver uma metodologia que fosse capaz de catalogar as peças produzidas de 2013 a 2018, porém só após a pandemia do COVID-19

(2020), fazer com que as atividades externas do movimento fossem paralisadas, que se pode desenvolver o método para catalogar as *arpilleras* confeccionadas.

Desta forma Dani Honh (2012) diz,

Então 2018, a gente fez uma reunião da coordenação nacional e decidimos que ia tentar juntar essas informações, porque tá espalhado, vamos tentar juntar essas informações, pra saber quantas mais ou menos a gente tem, demos esse tempo de 2013 a 2018 para tentar juntar as informações. Com a pandemia, começamos a juntar as informações, mas não nos demos conta de contabilizar quantas peças nós tínhamos. Entrou 2019, então começamos a pensar que essas informações tinham que chegar a nível nacional, que a sociedade conseguiu saber, que os pesquisadores conseguiam ver onde que tá e quais são, porque daí quando tu reúnes, facilita né? Porque quando tu queres saber onde estão as peças do Ceará, tu vais lá, as do Pará, tu vais lá, enfim. Começamos interno entre nós pensar, tem que ter um jeito de mostrar essas coisas, e começamos a escrever em um papel, caneta assim, poderia ser assim, assado e o site do MAB foi reformulado nesse período assim, depois do encontro nacional, 2017 foi reformulado e nós queria colocar ali dentro, aí os meninos foram construindo da comunicação, mais não dava conta de colocar as informações e fomos amadurecendo até encontrar essa plataforma digital essa forma de colocar ali e tal, e agora nesse período de pandemia que nós não estava atuando nas comunidades, ficamos mais “dedicadas em casa” (colocou entre aspas) olhar para isso que a gente tinha feito e pensar como agente traduz isso e mostra e demonstra e tal, conseguimos construir essa plataforma, esse acervo enfim, aí juntando aí de novo no método do MAB, reunimos 1 para cada estado e vamos catalogar, ase até 2018 a gente tinha feito, 2019 fizemos mais algumas vamos juntar essas informações, cadê a foto da peça, cadê a cartinha e onde ela já foi exposta, quantas mulheres participaram, então estamos juntando ainda, não finalizamos, o acervo não está pronto ainda, nós lançamos, no sentido de organizar mais ainda tem bastante coisa para organizar, porque tem peça, tem foto, tem cartinha, tem reunião das mulheres, uma série de coisas que a gente quer organizar para dar a dimensão desse trabalho, porque a *arpillera* é o produto final, mas tem todo processo para construir ela e uma série de coisas que a gente quer organizar ainda (DANI HOHN, 2021).

Depois de anos de planejamento, em 30 de outubro de 2021, o coletivo de mulheres do MAB, fez o lançamento do acervo virtual das *arpilleras*<sup>49</sup>. As peças expostas no acervo produzidas por todo Brasil, e suas versões físicas estão disponíveis na coordenação nacional do MAB em São Paulo.

O acervo<sup>50</sup> reúne as peças catalogadas foram separadas por região e temática que foi abordada coletivamente, antes da confecção da respectiva *arpillera*, além de conter também as cartas escritas com a descrição da peça, escrita pelas mulheres *arpilleristas* que a produziram.

<sup>49</sup> Link do lançamento do acervo virtual das *arpilleras* do MAB: Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=-CGhWtmgni0> > Acesso em: 19 de abril de 2022.

<sup>50</sup> Link para acervo das *arpilleras* do MAB: Disponível em < <https://mab.org.br/2021/10/30/mab-lanca-acervo-virtual-arpilleras/> > Acesso em: 19 de abril de 2022.

Entre as peças catalogadas, podemos encontrar as peças das mulheres *arpilleristas* atingidas por barragens do estado do Ceará, as quais iremos relacioná-las a seguir, pois através das imagens podemos enxergar as reflexões teóricas trazidas pelas autoras sobre as narrativas autobiográficas, e a representação das principais violações de direitos sofridas pelas mulheres atingidas por barragens do Ceará, além das vidas, das corpos, da história, memória e as denúncias das mulheres que tem os seus direitos violados.

Figura 21 - A luta e resistência pelos direitos



**Fonte:** [https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/a-luta-e-resistencia-pelos-direitos/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=0&source\\_list=repository&ref=%2Frepository%2F](https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/a-luta-e-resistencia-pelos-direitos/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=0&source_list=repository&ref=%2Frepository%2F)

De acordo com o MAB (2016) esta *arpillera*, produzida pelo Grupo de Mulheres Idosas do Alagamar – Ceará, que são atingidas por barragens, produziram esta peça após as discussões acerca da temática, acesso a direitos básicos-políticas públicas e em sua descrição, as mulheres *arpilleristas* descreveram em sua carta:

A *arpillera* retrata a resistência das famílias atingidas pela barragem Castanhão no Ceará. Centenas de famílias foram atingidas diretamente na primeira cheia do Rio Jaguaribe após o término da construção do açude em 2003. Muitas delas ainda não tinham sido reassentadas e tiveram que sair às pressas de suas antigas casas, com a água chegando e sem ter para onde ir. Por isso, só restou a luta e a resistência pelos direitos. A *arpillera* relembra uma das mais importantes manifestações que ocorreram na resistência dos atingidos pela barragem do Castanhão e retrata a ocupação da BR 116 na altura da entrada da comunidade Sossego Contendas (também atingida pelo Castanhão), onde milhares de pessoas impactadas pressionaram para o

atendimento dos direitos básicos, como água, moradia, condições adequadas de produção e de trabalho. Essa ocupação foi muito importante para a comunidade Alagamar e por isso a peça foi construída, pois foi a partir dela que se conseguiu garantir os recursos para a construção do Reassentamento das famílias (GRUPO DE MULHERES IDOSAS DO ALAGAMAR - CEARÁ, 2016).

Nesta *arpillera* podemos compreender a realidade do conflito descrito pelas mulheres na carta da peça, porém de forma clara, se torna visível as corpos das mulheres estendidas pelo chão, rodeada por palavras que simbolizam as dores, violações e reivindicações das mulheres atingidas que são as principais vítimas das barragens.

Podemos ver também a bandeira do MAB, estendida sobre as corpos de forma a protegê-las dos caminhões das empreiteiras, das estradas que levam o progresso e também a negligência dos direitos, mas está mesma bandeira que protege também serve como instrumento para forjar a luta das atingidas/os.

A próxima *arpillera* que iremos ver através da imagem, também foi produzida pelo Grupo de Mulheres Idosas do Alagamar – Ceará, e foi produzida após as discussões do eixo vínculos comunitários e familiares

Figura 22 - O velho Alagamar 02



Fonte: [https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/o-velho-alagamar-2/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=1&source\\_list=repository&ref=%2Frepositorio%2F](https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/o-velho-alagamar-2/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=1&source_list=repository&ref=%2Frepositorio%2F)

O MAB (2016) catalogou esta peça e as mulheres *arpilleristas* a descreveram da seguinte forma:

Esta *arpillera* mostra os vínculos sociais e comunitários, bem como os costumes existentes na comunidade do Velho Alagamar antes de ser atingida pela barragem Castanhão, no Ceará. A *arpillera* retrata o posto de saúde, a escola, a igreja, a agricultura e a pecuária existente, bem como relembra um dos costumes antigos, que era a união dos moradores em uma residência para assistir televisão. Na década de 1980 a 1990, a televisão ainda era uma novidade nas áreas rurais do Nordeste. Somente algumas famílias de fazendeiros passaram a possuir a tecnologia. Em algumas dessas residências, no horário do fim da tarde e início da noite, as famílias se reuniam para assistir os programas e novelas, sendo também um momento de interação social (GRUPO DE MULHERES IDOSAS DO ALAGAMAR - CEARÁ, 2016).

Nesta *arpillera* podemos ver a memória viva das mulheres que a produziram, inicialmente vemos uma comunidade viva, pois vemos as corpas das mulheres felizes, vivendo em comunidade pois no bordado vimos casas, a igreja, animais pastando livremente, a televisão onde as pessoas da comunidade se reuniam e conseqüentemente fortaleciam os vínculos comunitários.

A próxima *arpillera* que iremos ver, ainda foi produzida dentro da temática vínculos comunitários e familiares e foi bordada pelo Coletivo de mulheres atingidas pela barragem de Aracoiaba-CE.

Figura 23 - Antes da barragem chegar



Fonte: [https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/antes-da-barragem-chegar/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=2&source\\_list=repository&ref=%2Frepository%2F](https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/antes-da-barragem-chegar/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=2&source_list=repository&ref=%2Frepository%2F)

De acordo com o MAB, as mulheres do coletivo de mulheres atingidas pela barragem de Aracoiaba-CE, descreveram esta *arpillera* desta forma:

A *arpillera* mostra como era a vida em comunidades antes da construção da barragem de Aracoiaba. As mulheres retratam a importância do rio e o vínculo que possuíam com ele. A *arpillera* mostra as casas, a vegetação e as pessoas convivendo. Essa realidade foi mudada drasticamente com a construção da barragem, já que as famílias se distanciaram, o rio se modificou, os costumes, as fontes de renda (COLETIVO DE MULHERES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE ARACOIABA-CE,2019).

Podemos ver mais uma vez a memória viva das mulheres atingidas pela barragem de Aracoiaba-CE, pois elas descrevem como era a região antes da barragem. Coletivo de mulheres atingidas pela barragem de Aracoiaba-CE. Vimos o rio vivo, com peixes rodeado pela vegetação verde, saudável proporcionando qualidade de vida as populações ribeirinhas.

Como foi relatado por Marina, uma das mulheres atingidas por barragens do Castanhão, a relação que os ribeirinhos tem com o rio é muito intensa pois o rio faz parte da vida cotidiana deles. Trata-se de uma relação orgânica, impossível de se explicar objetivamente, porém podemos compreendê-la através dos relatos e dos bordados.

A *arpillera* a seguir, foi bordada pelas mulheres do coletivo das mulheres atingidas pela barragem do Castanhão, e foi construída após as discussões sobre a temática acesso a direitos básicos-políticas públicas.

Figura 24 - Água pra ver, mais não para beber



Fonte: [https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/5-png/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=3&source\\_list=repository&ref=%2Frepositorio%2F](https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/5-png/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=3&source_list=repository&ref=%2Frepositorio%2F)

As mulheres do coletivo das mulheres atingidas pela barragem do Castanhão, descreveram esta *arpillera* desta forma:

Esta *arpillera* aborda a desigualdade no acesso à água no contexto da política hídrica no Ceará. A peça demonstra o sentido político da construção de grandes obras hídricas, que é o de garantir suprimento e segurança hídrica para grandes indústrias e o agronegócio. O bordado mostra a água sendo levada para as indústrias (detalhe preto na parte superior da peça), que por sua vez, garantem altas taxas de lucratividade, especialmente no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Do outro lado, ficam as famílias atingidas por barragens e residentes próximas às áreas de abrangência da obra, que mesmo se situando próximo aos extensos canais de transposição, não podem acessar essa água. A *arpillera*, nesse sentido, também destaca que para garantir os direitos humanos básicos, como ter água, essas famílias precisam se organizar e hastear suas bandeiras de luta, junto ao MAB (COLETIVO DAS MULHERES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DO CASTANHÃO, 2015).

De acordo com as narrativas de Margarida e Marina, mulheres atingidas pela barragem do Castanhão, afirmam o que a *arpillera* acima descreveu, pois como elas descreveram a abertura de canais que levam água para Fortaleza-CE, ilustram um discurso desenvolvimentista que não se sustenta, pois, a realidade em que os atingidos vivem é totalmente diferente.

A água existe, porém, serve apenas como artifício político para que as grandes empresas e assim alimentar o sistema capitalista, enquanto que os ribeirinhos que vivem ao redor do Castanhão e dos canais que levam água, continuam vivendo sem o acesso a águas sem condições de desenvolver atividades agropecuárias que são a principal fonte de renda dos ribeirinhos.

A *arpillera* a seguir, continua descrevendo a violação de direitos das atingidas por barragens do Ceará. Esta foi bordada também pelo coletivo das mulheres atingidas pela barragem do Castanhão, a partir da temática águas e energia-violência contra as mulheres.

Figura 25 - A vida das mulheres atingidas por barragens



Fonte: [https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/a-vida-das-mulheres-atingidas-por-barragens/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=5&source\\_list=repository&ref=%2Frepository%2F](https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/a-vida-das-mulheres-atingidas-por-barragens/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=5&source_list=repository&ref=%2Frepository%2F)

A vida das mulheres atingidas por barragens de forma muito forte foi retratada através da entrevista com a coordenadora do Ceará Mércia Vieira, e foi bordada pelas mulheres *arpilleristas* que bordaram as suas vidas.

Desta forma, as mulheres descrevem esta *arpillera* como:

A *arpillera* mostra a realidade da vida das mulheres atingidas por barragens, destacando duas questões centrais. Primeiro, na parte superior da peça demonstra os impactos dos processos de construção de barragens na vida das mulheres. Para bordar e falar sobre isso, é destacado a inundação e consequente destruição das antigas comunidades onde residiam as famílias atingidas. Na *arpillera* é possível verificar as casas, animais e plantação “debaixo d’água”. Esse processo resulta em dismantelamento das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, que afetam, de forma dramática as mulheres, por ocasionar dificuldades na reconstituição das comunidades, das estratégias econômicas e de obtenção de renda, assim como os vínculos sociais e comunitários. Na parte inferior da *arpillera*, também se destaca a violência sofrida pelas mulheres nas suas próprias residências e famílias. No bordado é destacado a imagem de um homem apontando para a mulher que ela deve ficar em casa. Essa ideia é abordada pelas mulheres para destacar que ainda existem muitos desafios para a participação política das mulheres nos espaços de organização e discussão coletivos nas comunidades, visto que é ainda predominante a ideia de que a mulher deve ficar em casa e a participação nas reuniões é de responsabilidade dos homens. Essa mesma ideia e bordado valem para destacar as dificuldades que as mulheres ainda enfrentam para conseguir um emprego e renda própria, o que por sua vez, aumenta a submissão e dependência dos maridos (COLETIVO DAS MULHERES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DO CASTANHÃO, 2015).

Mulheres que em sua maioria se dedicam aos trabalhos domésticos, porém como podemos ver também a bandeira do MAB simboliza as discussões que as mulheres começaram a participar, para discutir temas cotidianos e assim fazer com que elas participassem de análises de conjuntura para que elas possam compreender que tudo faz parte da arquitetura de um sistema que tem as mulheres como base exploração.

A última *arpillera* relacionada a qual iremos relacionar, foi bordada pelo Coletivo de Mulheres do Ceará, após as discussões relacionadas a temática mundo do trabalho, este tema que como descrito em nossas entrevistas, está presente na maioria dos diálogos que o movimento realiza com as mulheres atingidas, não só no Ceará mais em todo o Brasil.

Figura 26 - A divisão sexual do trabalho e as mulheres atingidas



Fonte: [https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/a-divisao-sexual-do-trabalho-e-as-mulheres-atingidas/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=7&source\\_list=repository&ref=%2Frepository%2F](https://mab.org.br/arpilleras-do-mab/a-divisao-sexual-do-trabalho-e-as-mulheres-atingidas/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=ceara&pos=7&source_list=repository&ref=%2Frepository%2F)

As mulheres descreveram esta *arpillera* em sua carta como:

As mulheres atingidas a partir do tema “Mulheres e o mundo do trabalho” dialogaram sobre o tema mulheres e o mundo trabalho a partir das suas perspectivas, do seu cotidiano. Através de quatro quadrantes bordados, a *arpillera* retrata a pluralidade das tarefas que as mulheres realizam nos seus cotidianos. Os recortes são de um tempo que elas dispõem em um único dia, onde as mulheres encaixam suas triplas jornadas. Isso porque a ascensão das mulheres ao mercado de trabalho não as liberta do trabalho doméstico, submetendo-as ao acúmulo de jornadas, o que para as mulheres rurais é ainda notadamente mais fatigante. Cada quadrante da peça conta um pouco desse cotidiano. Cedinho, a mulher já está de pé. Levanta antes do marido e é ela quem vai acordar os filhos para eles irem à escola, mas antes disso, é necessário preparar o café da manhã, tudo tem que estar pronto e na mesa para quando a família acordar. O dia começa com o sol forte e uma ida ao seu quintal produtivo, pois mesmo se trabalha fora de casa ela busca manter seu modo de vida como agricultora. As mulheres narram uma variedade de hortaliças, frutíferas, legumes e ovos que têm nas suas próprias produções. Apesar de muitas vezes não reconhecerem a diversidade e a riqueza que produzem em seus quintais, é a partir desses que podem alimentar a sua família com segurança. Isto porque as mulheres relatam que os seus maridos, muitas vezes, insistem na utilização de veneno nos roçados, mas nos seus quintais produtivos elas não permitem. Podemos observar a representação da diversidade de alimentos que está presente na cestinha que a mulher traz do seu quintal no primeiro quadrante. No segundo quadrante, é possível notar a variedade de ícones relacionados aos trabalhos desenvolvidos, retratando que a busca pelo acesso à renda não é fácil para as mulheres atingidas. A mulher exerce as atividades domésticas no seu lar e muitas vezes prestam o mesmo serviço na casa de outras famílias que podem ser de localidades distantes das suas. Algumas mulheres também cozinham ou costuram para fora, tarefas que conjuntamente exercem dentro de casa para os seus familiares. Há as que buscam vender os artesanatos que confeccionam ou excedente da sua produção agrícola, se existem feirinhas na comunidade ou cidades vizinhas, elas estarão lá. No entanto, as mulheres relatam que a realidade é que muitas, por necessidade, somam várias dessas atividades bordadas. O acesso das mulheres ao espaço público também é bordado no terceiro quadrante. Apesar de subjugadas a uma jornada exaustiva, as mulheres atingidas buscam ocupar espaços de organização coletiva e de luta. Assim, a percepção das mulheres sobre a importância de estarem organizadas para o enfrentamento das opressões que são submetidas é observada tanto no âmbito público e coletivo, no sentido das comunidades atingidas, quanto no âmbito doméstico e individual. O dia da mulher se encerra com a mesma solidão e trabalho que começou, todos dormem, mas ela permanece acordada. Já colocou o filho para dormir, mas ainda precisa lavar a louça do jantar que ela preparou sozinha enquanto o marido assistia televisão (COLETIVO DAS MULHERES ATINGIDAS CEARÁ, 2015).

A divisão sexual do trabalho é um dos temas mais discutidos nos grupos de mulheres do MAB, por ser algo presente na vida das mulheres atingidas. Nesta *arpillera*, podemos enxergar como esta realidade é latente dentre as mulheres, pela riqueza dos detalhes que foram bordados, e pela extensa descrição da peça que foi a maior que vimos dentre as peças produzidas no Ceará.

O bordado da *arpillera* está dividido em quatro partes, as quais podemos compreender que são as atividades que as mulheres desenvolvem no seu cotidiano. Porém, observamos que por serem quatro mulheres descritas, vestidas com vestidos diferentes, com cabelos diferentes, acreditamos que a peça está nos mostrando a vida das mulheres que bordaram a *arpillera*, e que coletivamente conseguiram entender que todas vivem a divisão sexual do trabalho, desenvolvendo as mesmas atividades e só conseguiram enxergar esse processo após as discussões coletivas sobre a temática do mundo do trabalho.

Na primeira parte da *arpillera*, vemos uma mulher cuidando da roça, que de acordo com os relatos é uma atividade desenvolvida pela maioria das mulheres atingidas por barragem do Ceará. Já na segunda parte a mulher está indo a feira, e pelos outros elementos como a máquina de costura, que simboliza as atividades de costura que elas desenvolvem para obter alguma fonte de renda, a panela que simboliza os afazeres domésticos do cuidado com sua casa.

Na terceira parte da *arpillera*, nos chamou a atenção o nome MAB bordado, e elementos que simbolizam uma igreja e uma casa, além da mulher está caminhando entre ambos. Nós entendemos que esta parte específica nos mostra as mulheres indo para os grupos de discussões, que são desenvolvidos pelo movimento com os homens e mulheres atingidos por barragens, e os grupos que só as mulheres participam para bordarem.

Na quarta e última parte, podemos ver a mulher em sua casa, e pelos demais elementos bordados na *arpillera*, vimos uma rede com um bonequinho bordado, que nos parece ser o companheiro desta mulher que dorme após mais um dia de trabalho externo, e compreendemos isto por logo acima da rede, está bordado uma lua que simboliza a noite.

Enquanto seu companheiro dorme a mulher está vendo TV, onde na tela está bordada a frase “Diretas já!”, nos levando a compreender que esta mulher está assistindo as notícias de tele jornais, para que possa posteriormente fazer análise de conjuntura com seus pares no coletivo de mulheres do MAB.

Em todas as imagens das *arpilleras* que vimos, enxergamos as violações de direitos humanos atingindo seus territórios, suas famílias e suas corpos. Torna-se marcante como as corpos das mulheres estão presente em todas as peças, mostrando as marcas das dores e dos impactos invisíveis, porém reais que perpassam as corpos das mulheres atingidas por barragens.

Boaventura de Sousa Santos (2018) em seu texto *corpos, conhecimento e corazonar*, nos traz elementos os quais consideramos relevantes para as discussões sobre a presença das corpos, presente nas narrativas e no bordado das *arpilleras*.

Neste sentido, quando Santos (2018, p.135) abordando a temática conhecimento e corporeidade, o autor explica que dentro das epistemologias do Sul, o conhecimento que está

presente na resistência e na luta contra a opressão, além de seus respectivos desdobramentos, são materializados, corporizados em corpos, coletivos ou individuais e este caráter corpóreo do conhecimento, coloca muitos desafios.

Santos (2018, p.136) explica:

Segundo as epistemologias do Sul, o conhecimento corporizado manifesta-se em corpos vivos (*Lieb* e não *Körper*), utilizando a distinção, muito esclarecedora, existente na língua alemã, os que empreendem a luta contra a opressão; são corpos que sofrem com as derrotas e se exultam com as vitórias. Tanto os corpos individuais como os coletivos são corpos sociais. Os corpos coletivos, como grupos ou classes sociais, castas, seitas, povos ou nações, são portadoras das lutas, mas, em última análise, aqueles que sofrem ou exultam são os corpos individuais (SANTOS, 2018, p.136).

A violência perpassa tais corpos de forma contundente, na perspectiva da apropriação destes corpos, porém além de sofrerem esta violência, as corpos das mulheres são tratadas enquanto território, pois o corpo de emoções e afetos, do sabor, do cheiro, do tato, da audição e da visão não está incluído nas narrativas epistemológicas.

Ainda nas palavras de Santos (2018, p.137) o fato de pensarmos e conhecermos o corpo que tem a percepção, experiência e memória do mundo, não anula a perspectiva de que os corpos são vistos como um suporte de todas as coisas valiosas produzidas pelos seres humanos.

A controversa percepção dos corpos, consiste pelo fato das narrativas que a validam, são baseadas em epistemologias relevantes, pois consistem na ocultação de narrativas que as fundamenta, pois elas fazem que o corpo se torne uma presença ausente.

Encontramos de forma latente nas sociedades capitalistas centrais, a emancipação ou subversão corpórea se torna impossível, até mesmo quando os corpos falam de emancipação e subversão, pois o que existe hoje é uma emancipação perversa do corpo, pois o corpo é cuidado de forma obsessiva a fim de aumentar a sua vitalidade e o seu desempenho.

As epistemologias do sul, fazem uma crítica sobre a forma que o capitalismo enxerga o corpo. De acordo com o autor Santos (2018, p.138),

As epistemologias do Sul não aceitam o esquecer do corpo porque as lutas sociais não são processos que se desenrolam a partir de *kits* racionais. São os produtos de *bricolages* complexas nas quais os raciocínios e os argumentos se misturam com emoções, desgostos e alegrias, amores e ódios, festa e luto (SANTOS, 2018, p.138).

Nas palavras do autor, não podemos desconsiderar as emoções que transpassam os corpos, pois são as emoções que tecem o caminho da luta, pois ambos estão interligados de forma orgânica, ou seja, as lutas estão no centro dos corpos e os corpos estão no centro das lutas.

São corpos que transcendem e subvertem a ordem capitalista, desestabilizando os pilares coloniais e patriarcais que sustentam o sistema capitalista. Corpos que agem afirmando quem são dentro da realidade que vivem, rompendo as amarras com os seus gritos, performances, silêncios e com suas marcas e seguem resistindo.

Nesta perspectiva Santos (2018, p.138) afirma:

Os corpos que resistem são muito mais do que a luta, e a luta, por sua vez, abarca muito daquilo que geralmente se crê existir fora dela, seja a dança, o teatro ou a música, o sono o amor. Os corpos mobilizam diferentes capacidades em lutas diferentes ou em diferentes momentos da mesma luta: às vezes capacidades das pernas, da mão, depois, do ouvido, da voz ou do nariz (SANTOS, 2018, p.138).

Compreendemos diante do pensamento do autor, que os corpos estão presente em tudo, porém nunca da mesma forma, pois além de serem diversificados, as lutas que os perpassam os transformam, uma vez que os corpos não podem deixar de existir ou acontecer, porém as lutas abrem caminhos que se desdobram em outras possibilidades, muitas vezes ruínas.

Para as epistemologias do Sul, não existe um padrão corpóreo e sim três tipos de corpos, os quais Santos (2018) os chama de corpo moribundo, corpo sofredor e corpo jubiloso. O autor enfatiza que não se trata de estados abstratos, e sim de estados abstratos, pois esses corpos refletem o impacto das relações sociais perversas sobre corpos que são racializados, sexualizados e mercantilizados.

Sobre o corpo moribundo, Santos (2018, p.139) explica que:

O corpo moribundo é o corpo do fim provisório da luta. Mas é igualmente, quase sempre, o corpo que continua a luta noutro corpo vivo que luta. O martírio é a máxima potência do corpo morto na luta. É também o evento que confere mais dignidade a todos quantos lutam ou àqueles que são solidários com a luta. O martírio é, assim, um conhecimento corporizado mesmo até a extinção do corpo, mas sem qualquer ideia de autodestruição. Muito pelo contrário, trata-se de autoconstrução por outros meios. Os sobreviventes carregam vidas como as mortes dos mártires, reivindicando, enquanto herdeiros, aquilo que o corpo fez e foi, e o que agora não pode nem fazer nem ser (SANTOS, 2018, p.139).

Um exemplo de corpo moribundo, são as corpos das mulheres atingidas por barragem que foram assassinadas lutando contra o sistema capitalista. Corpos que se tornaram um símbolo e inspiração as outras mulheres atingidas por barragens, que seguem reivindicando bravamente por direitos e por justiça.

Ainda nas palavras de Santos (2018) o corpo moribundo, na perspectiva da oralidade, o conhecimento e a sabedoria acumulados correm o risco de se perderem nas mortes dos seus detentores, pois muitos dos que lutam contra a opressão fazem-no exatamente nesse contexto.

O corpo sofredor de acordo com Santos (2018, p.140) é aquele que requer mais atenção, uma vez que se trata de um corpo que sobrevive e persevera na luta apesar do sofrimento. Porém, sobre as lentes das epistemologias do Sul, existem dois tipos de sofrimento, aquele é injusto causado pela opressão e o que é autoimposto, como a greve de fome que se integra em atos de resistência e de luta na expectativa de pôr fim ao sofrimento injusto.

Quando nos referimos ao sofrimento, as epistemologias do sul se deparam com o problema da trivialização do sofrimento e as suas conseqüentes desvalorizações enquanto conhecimento corporizado que fortalece a luta contra a opressão. Pois para os opressores e seus aliados o drama da morte dos oprimidos é um acontecimento banal, ou seja, um dano colateral dramático de curta duração que não é fatal, visto como sendo parte da condição humana.

Santos (2018, p.140) explica que:

A trivialização do sofrimento ocorre hoje em dia muito para além do contexto da luta. Parece ter-se tornado a mais vulgar expressão de indiferença perante o corpo sofredor. O reverso dessa indiferença é o corpo medicalizado, que evita o sofrimento através da ingestão compulsiva de analgésicos. A trivialização do sofrimento e a conseqüente indiferença com que, nosso tempo, encaramos o sofrimento do outro – mesmo que sua presença perante os nossos sentidos seja avassaladora – têm variadas causas. Entre os fatores mais relevantes encontra-se certamente o impacto da sociedade de informação e comunicação – a repetição da visibilidade sem a visibilidade da repetição – e a aversão ao sofrimento induzida pela medicalização (SANTOS, 2018, p.140).

Encontramos o nível mais profundo de trivialização do sofrimento, em categorias utilizadas para conceituar o que a tradição ocidental moderna, julga importante principalmente quando encontramos o sofrimento atrelado a desclassificação e a desorganização do corpo.

Corpos que estão separados da alma que são degenerados por serem carne humana. Esta carne que tanto oferece prazer como sofrimento, que pode provocar reações instintivas e afetivas, além de uma variação imensa e vareáveis de intensidade que estão além de palavras, argumentos e análises racionais reflexivas.

Nesta perspectiva as epistemologias do sul, compreende que as lutas dos oprimidos possuem dois tipos de ignorância muito mais profundas, do que as que são produzidas pelas epistemologias do norte e que foram disseminadas pela modernidade, onde a ecologia dos saberes atua nas lutas, buscando transforma-las em razões para partilha-las, como alternativa e solidariedade com os oprimidos e suas pautas.

As epistemologias do sul também não fazem distinção entre conhecimento, ética e política, o que de acordo com Santos (2018, p.141) consiste em detrimento da visão de uma política que tem a perspectiva de partilha ou de solidariedade, onde a ética do cuidado precisa

existir para que os corpos possam subsistir e continuar a luta incessantemente, caminhando junto com o sofrimento e a politização.

A perspectiva sensível que as epistemologias do sul, tem diante da dominação moderna conhecida por neoliberalismo, enfrentam diretamente a sua hegemônica necessidade de separar o máximo possível, a ocorrência do sofrimento e o sentimento de injustiça que está por trás da intencionalidade neoliberal, que se esconde atrás do fatalismo presente nas sociedades capitalistas, colonialistas e patriarcais.

Santos (2018, p.148) a partir das epistemologias do sul, nos apresenta em seu texto, O aquecimento da razão: o *corazonar* e as suficiências íntimas, de forma prática como caminhos alternativos construídos pela esperança, que abre possibilidades, e a alegria que é a capacidade de se beneficiar dela, o que segundo o autor sem elas, nenhuma resistência seria possível.

De acordo com Santos (2018, p.152):

*Corazonar* é o nome que dou ao aquecimento da razão, para se continuar a lutar contra a opressão, contra todos os obstáculos. Ambos os conceitos – *corazonar* e “suficiências íntimas” – surgem das lutas dos povos indígenas e afrodescendentes da América Latina. Recorro a eles dado seu potencial de clarificação e fortalecimento das lutas. Fornecem pistas que ajudam a dar respostas à questão da resiliência num contexto epocal caracterizado por muita derrota e por relações de poder extremamente injustas (SANTOS, 2018, p.152).

Tomado como base o povo indígena Kitu Kara, cujo seus territórios estão localizados na região de Quito – Equador, o conceito de *corazonar* se encontra dentro da cosmovisão indígena, o qual se trata de um estudo inovador que percorre os caminhos das epistemologias do sul.

O cientista social equatoriano Patricio Guerrero Arias (2016, p.13 apud SANTOS, 2018, p.152) explica que:

Os povos Kitu Kara apresentam o *corazonar* como uma proposta espiritual e política. Tal proposta difere das que foram avançadas pelas análises marxistas acerca de alguns movimentos sociais mais preocupados com mudanças estruturais e socioeconômicas. O *corazonar* propõe, por seu lado, a cura do ser [...] do ponto de vista do *corazonar*, entende-se que uma das expressões mais perversas da colonialidade é o fato de ter colonizado quatro dimensões, poderes, ou forças – *sayas*, como são chamadas no mundo andino. A humanidade feminina teceu a vida a partir destas *sayas*: o afeto; a dimensão sagrada da vida; a dimensão feminina da existência; e a sabedoria. Todas essas forças deveriam ser colonizadas a fim de se atingir o domínio absoluto da vida (ARIAS, 2016, p.13 apud SANTOS, 2018, p.152).

Pensar no *corazonar* a partir da perspectiva do povo Kitu Kara, entendemos como podemos de forma prática, através dos movimentos sociais e seus sujeitos o enfrentamento ao capitalismo, porém com outras vertentes além das tradicionalmente vistas, que não deixam de

ser importantes ou válidas, porém o *corazonar* nos reoxigena e amplia nossos horizontes epistemológicos.

Santos (2018, p.154) nos remete a mergulhar no *corazonar*, para o autor:

*Corazonar* significa experienciar o infortúnio ou sofrimento injusto dos outros como se fossem próprios e estar disponível para se aliar à luta contra essa injustiça, ao ponto mesmo de correr riscos. Significa acabar com a passividade e fortalecer o inconformismo perante a injustiça. *Corazonar* nunca significa que as emoções deem origem a falta de controle. Pelo contrário, as emoções são a energia vital que impele as boas-razões-para-agir a passarem à ação ponderada. *Corazonar* produz um efeito de aumento por meio do qual um mundo remoto e desconhecido se torna próximo e reconhecível. *Corazonar* é uma forma amplificada de ser-com, pois faz subjetividade que se envolve com as outras, destacando seletivamente aquilo que ajuda a fortalecer a partilha e a ser corresponsável. *Corazonar* não se enquadra nas dicotomias convencionais, sejam elas mente/corpo, interno/externo, privado/público, individual/coletivo ou memória/expectativa. *Corazonar* é um sentir-pensar que junta tudo aquilo que as dicotomias separam. *Corazonar* é o ato de contruir pontes entre emoções/afetos, por um lado, e conhecimentos/razões, por outro. Essa ponte é como uma terceira realidade, ou seja, uma realidade de emoções/afetos com sentimentos e de saberes emocionais ou afetivos. (SANTOS, 2018, p.154)

Quando refletimos sobre o *corazonar* através das *arpilleras*, desbravamos um outro caminho, além dos que foram trilhados através deste texto, o *corazonar* nos mostrou que esta perspectiva é como um rio que estamos atravessando, e as *arpilleras* é a ponte que junto com a luta, a mistura de emoções e conhecimento se encontra em constante mudança, pois ambos, *corazonar* e *arpilleras* são um processo incessante e não planejado de aprendizagem coletiva que segue bordando um novo mundo.

## 6 CONSIDERAÇÕES

No ano de 2020 começamos a trilhar os caminhos epistemológicos, os quais nos fizeram embarcar em uma longa e instigante jornada chamada mestrado. Evidentemente que eu não fazia ideia do que estaria por vir, nem tampouco as conquistas epistêmicas que faria, ao me debruçar sobre o rico referencial teórico e metodológico que foram escolhidos além das entrevistas e o contato com o campo de pesquisa.

Nossa pesquisa que tem como objetivo geral, compreender como a técnica chilena das *arpilleras* constrói o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens para a documentação, denuncia, de forma participativa e abrangente os enfrentamentos das principais violações dos direitos humanos das mulheres atingidas durante os processos de planejamento, construção e operação de barragens no Nordeste do Brasil.

Logo que iniciei esta aventura, estava fascinada diante das inúmeras possibilidades que estavam surgindo, e de todas as contribuições que estávamos angariando, através das aulas das disciplinas que estávamos prestes a iniciar, além das vivências na UFPE no Centro Acadêmico do Agreste. Porém, o mundo foi pego de surpresa pela pandemia do COVID-19, e nós tivemos que nos adaptar a uma nova rotina, que afetou diretamente nossas pesquisas, nos desafiando a uma perspectiva acadêmica que nos encorajou a desbravar novos horizontes com outras possibilidades, ressignificando este momento.

Nossa pesquisa que teve com ponto de partida a metodologia feminista, pois compreendemos que precisaríamos ir de encontro a perspectiva androcentrista colonial da ciência, através de uma abordagem qualitativa o qual nos levou, ao encontro das subjetividades presente nos bordados e diálogo presente nas *arpilleras*, o que nos levou ao método Caso Alargado, alargando o nosso olhar diante do objeto de pesquisa, nos fazendo dar um salto na imaginação sociológica através das entrevistas não estruturadas, que foram profundas, além da análise documental.

Desta forma, voltamos a nossa problemática de pesquisa: De que maneira a técnica chilena *arpilleras* constrói o tecido pedagógico da resistência feminista no Movimento dos Atingidos por Barragens para os enfrentamentos das principais violações dos direitos humanos das mulheres atingidas? e os nossos objetivos específicos que buscam evidenciar os principais resultados encontrados no percurso trilhado, para que pudéssemos concluir o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

O nosso primeiro objetivo específico, consiste em dialogar com a construção pedagógica da técnica chilena *arpilleras* para os processos de resistência feminista das mulheres do MAB,

podemos perceber através das entrevistas com a coordenadora nacional do MAB Dani Hohn e a coordenadora estadual do MAB no Ceará, Mércia Veieira que nos mostraram que foi de forma orgânica que o MAB começou a entender que precisaria encontrar uma forma de legitimar, as denúncias de violações de direitos humanos que eram identificadas nos territórios das barragens, pois sabiam que existiam mas como se trata de um movimento social, que constantemente é marginalizado pela sociedade, não havia credibilidade em suas denúncias, por mais volumosas e reais que elas fossem.

Após o ano de 2007-2008 quando houve uma investigação do Ministério de Minas e Energia, da Casa Civil e da Comissão Nacional dos Direitos Humanos – CDDH, em 07 barragens no Brasil, o poder público identificou que as denúncias feitas pelo MAB eram verdadeiras e estavam presentes em todo território nacional, sendo constatado que as principais vítimas de todas as violações eram as mulheres, especificamente as que residiam nas regiões Norte e Nordeste.

Diante desta realidade, o MAB começou a fazer reuniões com as mulheres atingidas em todo país acolhendo suas reivindicações, porque embora na maioria das vezes fossem as mesmas, haviam especificidades regionais. Então em 2015 houve o 1º Encontro de Mulheres Atingidas por Barragens em Brasília, reunindo mais de 500 mulheres de 15 estados.

Este primeiro encontro foi crucial, pois a partir de 2015 o MAB começou a realizar reuniões estaduais e regionais com as mulheres, afim de construir coletivamente uma metodologia que refletisse a identidade das mulheres atingidas. Assim, a coordenação nacional do movimento, convidou a pesquisadora e *arpillerista* Esther Vital para contribuir para este processo de construção, pois ela já estava trabalhando com a técnica das *arpilleras* através de uma ONG internacional, que estava propondo alguns trabalhos pela Cooperação Internacional da União Europeia.

Neste mesmo período de 2015, as mulheres do MAB foram convidadas a participarem de um conjunto de oficinas de *arpilleras*, que estavam acontecendo na Argentina, onde após vivenciarem esta experiência voltaram para o Brasil e começaram a replicar o que aprenderam. Após este momento, o MAB instituiu a técnica das *arpilleras*, como a metodologia de organização feminista das mulheres atingidas por barragens do MAB.

O nosso segundo objetivo específico, consiste em sistematizar os princípios metodológicos e políticos da técnica das *arpilleras*, este objetivo só podemos entendê-lo com profundidade, quando entrevistamos Esther Vital que pode nos explicar como se deu os princípios metodológicos da técnica.

Após refletir sobre a entrevista realizada, entendemos que as *arpilleras* não são apenas uma técnica, pois existe toda uma história por trás dos bordados que são construídos. As *arpilleras* são uma linguagem, construída por mulheres que vivenciaram e vivenciam uma realidade que de tão cruel e paralisante, se torna indizível. Assim as *arpilleras* são a linguagem que expressa, registra e denuncia as histórias das violências e opressão vividas por mulheres ao redor do mundo.

Ao compreendemos que as *arpilleras* são uma linguagem, o nosso olhar foi ampliado sobre os bordados, e percebemos que cada cor, cada desenho, cada traço colocado pelas mulheres possui o seu significado específico, além do que ao final de cada peça, as mulheres escrevem uma carta contando a história daquela *arpillera*.

Dentro do MAB a técnica das *arpilleras*, é a metodologia de organização das mulheres atingidas por barragens e os seus bordados são a linguagem da denúncia que elas constroem coletivamente, pois as *arpilleras* são construídas em grupos de 05 mulheres.

As mulheres *arpilleristas* do MAB aprenderam a técnica em si, com as mulheres *arpilleristas* chilenas, porém a identidade das mulheres do MAB fazendo com que aqui no Brasil, os bordados seguissem uma metodologia específica construída pelo coletivo de mulheres do MAB.

Metodologicamente o coletivo nacional de mulheres do MAB, relaciona eixos temáticos pertinentes a conjuntura da luta dos povos atingidos e pautas específicas das mulheres como o preço da luz elétrica, o sistema capitalista, o patriarcado, a divisão sexual do trabalho entre outros, que quando chegam nas regiões estas temáticas convergem com as especificidades de cada estado e localidade.

Nas nossas entrevistas, as coordenadoras do MAB relataram que nas comunidades, o movimento organiza grupo de base nas comunidades que são grupos mistos e intergeracionais, onde as crianças participam, porém, em outro espaço chamado Cirandas, onde são trabalhados os mesmos temas que os grupos de base, porém com linguagem própria.

Quando os temas são trabalhados no grupo misto, as mulheres se reúnem para compartilhar e debater temáticas específicas ao gênero, e após as discussões em grupos de 05 mulheres, as mulheres começam a construir as *arpilleras*, diante do direcionamento estabelecido pelo coletivo nacional das mulheres, para que independente do estado ou região, sigam um padrão de tamanho e formato das peças.

Os materiais utilizados pelas mulheres, para fazerem as *arpilleras* são as mulheres que trazem de suas casas, pois até eles possuem um significado como foi relatado nas entrevistas existe muita afetividade cercado todo o processo de confecção das peças. Quando as peças

estão prontas, as mulheres constroem a carta que cada *arpillera* carrega e os membros da coordenação do MAB, fazem o registro fotográfico e a respectiva peça é guardada no acervo regional, para depois seguir para a coordenação nacional do MAB em São Paulo.

Alguns aspectos diferem as *arpilleras* do MAB das *arpilleras* chilenas, o que as coordenadoras do movimento fizeram questão de afirmar em suas narrativas. A primeira diferença é que no Chile as mulheres produziam as *arpilleras* de forma individual, aqui no Brasil o MAB a absoluta exigência que as peças sejam produzidas coletivamente. Outra diferença é que no Chile, as mulheres faziam as *arpilleras* como uma forma de obter uma fonte de renda, mas aqui no Brasil as mulheres produzem as peças com um direcionamento político, denunciando as violações de direitos que sofrem.

O nosso terceiro objetivo específico, conhecer as principais violações de direitos humanos sofridas pelas mulheres do MAB, que foram constatados no relatório da Comissão Nacional dos Direitos Humanos – CDDH, 16 direitos humanos que foram violados, sendo eles: direito à informação e à participação, direito à liberdade de reunião, associação e expressão, direito ao trabalho e a um padrão digno de vida, direito à moradia adequada, direito à educação, direito à um ambiente saudável e à saúde, direito à contínua das condições de vida, direito à plena recuperação das perdas, direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletividade acordados, direito de ir e vir, direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais, direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, direito aos grupos vulneráveis é proteção especial, direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial, direito à reparação por perdas passadas e direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária.

Todas as violações de direitos humanos mencionadas, as populações atingidas por barragens sofrem seus impactos diretamente ou indiretamente, porém o que podemos perceber que as mulheres sofrem mais, por causa do gênero e diferem a sua a profundidade e amplitude de acordo com a região, pois como já mencionamos as especificidades de cada região precisa ser considerada.

O nosso quarto objetivo específico, analisar como a educação popular fortalece os processos de empoderamento das mulheres do MAB, onde podemos observar que todo o processo de formação coletiva, parte da educação popular tanto da parte do movimento, que forma seus militantes para que eles possam ser agentes multiplicadores dos eixos apontados pela coordenação nacional do movimento.

Nas cinco regiões do Brasil, as formações de base além de serem intergeracionais seguem o mesmo princípio da educação popular, onde a temática é lançada, mas todo apreendem de forma mútua, com as teorias apresentadas e com a vida de cada atingido ou atingida, pois toda a experiência é voltada para a formação militante e fortalecimento do MAB.

Especificamente no processo da confecção das *arpilleras*, podemos enxergar a educação popular como o bordado que une, a metodologia do coletivo das mulheres, os eixos temáticos trabalhados, a técnica de bordado, os materiais a serem utilizados e a troca de saberes e experiências que existem e que são a base para que as peças possam ser produzidas, com tanta riqueza de detalhes, pois as *arpilleras* contam verdades, histórias e memórias.

O nosso quinto objetivo específico, descrever as narrativas autobiográficas das mulheres *arpilleristas* do MAB, para nós a forma que as narrativas autobiográficas aparecem nas *arpilleras*, foi algo surpreendente pela capacidade descritiva que são impressas nas peças pelas mulheres que as constroem. Este processo só foi compreendido em sua totalidade, quando mergulhamos fundo em todo processo que está por trás do bordado.

Desta forma, podemos compreender que tudo começou quando o MAB entendeu que precisava organizar as mulheres, pois as violações de direitos que elas sofrem nos territórios das barragens são em detrimento ao gênero, posteriormente a sensibilidade que o movimento teve ao escolher a metodologia da técnica de bordado *arpilleras* para trabalhar com as mulheres.

Compartilhando coletivamente os saberes, dores e experiências, os grupos de base que formam homens e mulheres militantes do movimento, fazendo com que eles encontrem na luta coletiva, a força para lutarem pelos seus direitos violados pelo sistema capitalista, além do trabalho específico com as mulheres, forjando mulheres *arpilleristas* que aprenderam entre si, que por mais dolorosa que seja as violências que suas vidas e suas corpos carregam, elas precisam ser denunciadas pois a luta coletiva precisa ser fortalecida.

As *arpilleras* quem em todo esse processo, possuem um papel fundamental de dizer ao mundo a histórias destas mulheres que a partir das cores, tecidos, linhas e bordados que contam através da sua história, a vida de incontáveis mulheres que direta ou indiretamente contribuíram para que as *arpilleras* carregassem vidas.

Aprendemos que em grupos de 05 as mulheres, compartilham seus materiais e confeccionam as *arpilleras*, após elas narram a história daquela peça, cinco narrativas que se unem construindo algo grandioso, pois mesmo sendo 5 em uma única peça, podemos enxergar de forma clara todas elas através das cartas escritas a mão que cada *arpillera* carrega, faz parte de uma grande marcha que as levam a denunciar aquilo que bordaram de forma única, pois cada peça é única.

As narrativas das mulheres, expressas pelas *arpilleras* e suas cartas nas cinco regiões do Brasil, foram unidas em um documentário que teve as *arpilleras* como pano de fundo, mas foi construído através da narrativa das mulheres, foram elas as protagonistas, as roteiristas e as diretoras. Narrativas que nos emocionaram com uma realidade até então desconhecida para muitos, pode ser vista internacionalmente através de exposições e rodas de diálogos presenciais ou virtuais e hoje está disponível nas plataformas das redes sociais gratuitamente.

Com a pandemia do COVID – 19, o MAB entendeu que precisava organizar em um acervo online, onde foi contabilizado todas as peças das *arpilleras* que já haviam sido feitas em todo o Brasil, as separando por região, eixo temático, registro fotográfico da peça e suas cartas para que as narrativas das mulheres pudessem chegar ainda mais longe, e servisse de base para alargar ainda mais a metodologia organizativa das mulheres do MAB.

A sociedade precisa saber que as *arpilleras* são a linguagem da denúncia de mulheres, que coletivamente encontraram uma forma de seguir denunciando, resistindo e lutando junto com o MAB e os outros movimentos sociais, por uma sociedade que entenda que mulheres, água e energia não são mercadorias, onde direitos conquistados precisam ser assegurados pela sociedade e não podem ser negligenciados.

Desta forma, após apontar os resultados obtidos pelos nossos objetivos específicos, respondendo a nossa pergunta de pesquisa, evidenciado o nosso objetivo geral, acreditamos que as *arpilleras* são a linguagem que denunciou todos processos de violações de direitos humanos que as populações atingidas por barragens, evidenciando as mulheres atingidas sofrem.

Os bordados das *arpilleras*, nos mostram que o discurso desenvolvimentista disseminado pelo sistema capitalista é uma grande falácia, pois o desenvolvimento proposto é unilateral, só beneficiando uma mínima parcela da população que serve para retroalimentar um sistema que viola os direitos a todo custo, para manter sua hegemonia e dominação.

As narrativas das mulheres *arpilleristas*, nos mostra que as barragens não são construídas com uma a única finalidade de alimentar as usinas Hidroelétricas, elas são construídas para sanar as necessidades que as indústrias possuem em cada região do Brasil.

Esta perspectiva fica clara, quando ouvimos e vemos através dos bordados, as narrativas das mulheres *arpilleristas* do Ceará, onde as mesmas denunciam que as a barragem do Castanhão não foi feita para produzir energia, e sim para alimentar as indústrias do estado e que a população que mora nos assentamentos em torno dos canais que levam água para a Fortaleza, não tem acesso a água, pois a água é apenas para ver.

As denúncias feitas pelas mulheres, também mostram que as outras barragens que são construídas a partir da barragem do Castanhão, são em territórios que foram desapropriados

indevidamente, foram mal estruturadas por não suportarem os períodos da seca do sertão cearense, fazendo com que se torne o um ciclo de desapropriação para construção de barragens, e quando secam tomam outros territórios e assim sucessivamente, para suprir as necessidades capitalistas.

Nas trincheiras das violações dos direitos, as mulheres atingidas por barragens encontraram na coletividade uma forma de denunciar as violências que sofrem, construindo um tecido de resistência que transformou a dor em arte através das *arpilleras*, mostrando através de uma linguagem própria, as narrativas as quais o capitalismo tentou silenciar mas não conseguiu, pois a arte as mulheres *arpilleristas* rompe e desafia todo e qualquer sistema opressor.

Finalmente, nossa pesquisa buscou mostrar o quão potente são os bordados construídos pelas mulheres *arpilleristas* do MAB, além do trabalho de base que é feito nas comunidades atingidas por barragens, fazendo com que as violações de direitos humanos fossem denunciadas de forma única, carregando em cada peça a história das vidas das mulheres que as produziram.

A nossa pesquisa chega até aqui finalizando o clico do mestrado, mas abrindo várias possibilidades com outros desdobramentos, pois concluímos que tudo que foi escrito nestas páginas, não esgotam a potência epistemológica que as *arpilleras* carregam.

As *arpilleras* são um símbolo da descolonização das corpos das mulheres atingidas por barragens, que seguem na luta pela seguridade de direitos e pela legitimação dos direitos das populações atingidas, pois através da arte elas bordam para o mundo que mulheres, água e energia não são mercadorias.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**; tradução Christina Baum. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AGOSIN, Marjorie. **Tapestries of Hope, Threads of Love: The Arpillera Movement in Chile**. Ed. Rowman & Littlefield Publishers, 2007.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. “**Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas**” In: **Política e Sociedade**, Florianópolis, Vol. 15, Edição Especial, p. 261 – 295, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2016v15nesp1p261/33804> > Acesso em: 24 de fevereiro de 2021.
- ALVARADO, Mariana. “**Pedagogias Desobedientes**” In: MOUJÁN, Inés F; CARVALHO, Elson S.S.; JUNIOR, Dernival V.R. (orgs). **Pedagogias De(s)coloniais: saberes e fazeres**. Goiânia: Elson S. Carvalho, 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local” In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia de A. SILVEIRA, Maria Laura. “**Território, Globalização e Fragmentação.**” (orgs.) p. 213-221. 4º ed. São Paulo: Editora Hucitec – Associação de Pós – Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional (ANPUR), 1998.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2º Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BALESTRIN, Luciana. **América Latina e o Giro Decolonial**. Revista Brasileira de Ciência. Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antero Neto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo – SP, Cortez: 2011.
- BEYOND SKIN. Roberta Bacic "Daçando Juntos". **Belfast Carnival Centre**. Irlanda do Norte. Disponível em: <https://www.beyondskin.net/roberta-bacic-dancing-together> Acesso em 26 janeiro 2022.
- BEZERRA, Cristina. **A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento**. p. 136 – 152. Cortez, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília,DF: MME: EPE, 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 24.643 de 10 de Julho de 1934. **Estabelece o Código das águas** Brasília – DF,1934.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANUTO, Antônio. “Comissão Pastoral da Terra - CPT”. In: CALDART, Roseli Salette. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO,Paulo. FRIGOTTO,Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. (orgs.) p. 128 - 133. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2014.

CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. MONTEIRO, Maurício Gentil. “**Mulheres na política**: reflexões sobre as lutas identitárias x sociedade patriarcal capitalista. In: Revista de Teoria de Democracia e Direitos Políticos, Curitiba, Vol. 02, nº 02, p.207-223. Disponível em: < <https://www.indexlaw.org/index.php/revistateoriasdemocracia/article/view/1676/pdf>> Acesso em: 31 de março de 2022.

CASTAÑEDA, Martha Patricia Salgado. **Metodología De La Investigación Feminista**. Colección Diversidad Feminista, Abril, 2008.

CHAGAS, Claudia Regina Ribeiro Pinheiro das. **Memórias bordadas de mulheres e os movimentos migratórios**: suas identidades culturais. In: Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, V. 03, nº 08, p. 657-671, maio/ago de 2018. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3788/pdf> > Acesso em 15 de Março de 2022.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.  
CONTI, Esther Vital Garcia. “**The Quilt Project**” y “**The Art of Survival Exhibition: International and Irish Quilts**” Un ejemplo de cómo utilizar el arte para construir espacios para el encuentro en sociedades divididas. (Máster em Acción Intercacional Humanitaria) – Universidad de Duesto: Bilbo – Bizkaia, Espanha, 2008.

CONTI, Esther Vital Garcia. **Arpilleras y empoderamiento afectadas por represas, de víctimas a defensoras de derechos humanos.** 2016.

CORRÊA, Sérgio Roberto de Moraes. **“Educação popular do campo e desenvolvimento territorial rural na Amazônia: uma leitura a partir da pedagogia do movimento dos atingidos por barragem.”** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2007.

CORRÊA, Sergio Roberto de Moraes. **“O movimento dos atingidos por barragens na Amazônia: um movimento popular nascente de “vindas inundadas”** In: Revista Nera, Presidente Prudente, Vol. 12, p. 34-65,2009. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1372/1356>> Acessado em 21 de novembro de 2021.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

DUNCAN, Maria Catarina. **Ecos do Atlântico Sul.** Rio de Janeiro,2010

DIAS, Adelaide Alves. Educação popular em direitos humanos In: TOSI, Giuseppe. **Direitos Humanos: história, teoria e prática** (org). p. 441 – 455. João Pessoa: Editora Universitária, 2005

DURIGUETTO, Maria Lúcia. MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social.** – 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Bernardo Maçano. “Movimento dos Trabalhadores Rurais em Terra (MST)” In: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO,Paulo. FERREIRA, Denilson da Silva Ferreira. **Território, Territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica.** Revista de Geografia Agrária – Campo território, Rio Grande do Sul, v.09, n. 17, abr., 2014, p. 111-135. Disponível em : < <https://drive.google.com/file/d/1u2mTZx35yRep2p-ZWcVVcmfyQyfFcVPu/view?usp=sharing> > Acesso em 20 de janeiro de 2021.

FREIRE, Paulo. **“Conscientização.”** São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. **“Pedagogia do Oprimido”.** 17ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO,Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** (orgs.) p. 657 – 666. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2014.

GERVEREAU, Laurent. **Ver, compreender, analisar as imagens**. Lisboa – Portugal, Edições 70, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 8ª Edição – São Paulo, SP : Edições Loyola, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4ª Edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. In: HALL, Stuart; HELD, D., MCGREW, T. (orgs.) **Modernity and its futures**. Cambridge: Polity/Open University, 1992.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniele. “As novas configurações da divisão sexual do trabalho.” In: Fundação Carlos Chagas e do grupo de estudos Mercado de Trabalho e Gênero – Mage – do Centre National de la Recherche Scientifique da França. **“Cadernos de pesquisa.”** (orgs.) p. 595-609. V.37. nº 132. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007.

KOLLING, Edgar Jorge. VARGAS, Maria Cristina. CALDART, Roseli Salette. **“MST e Educação”**. In: CALDART, Roseli Salette. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. 2014

LAGE, Allene Carvalho. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2013.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal**. Volume I – Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

LAGE, Allene de Carvalho. “Pesquisa de campo em educação: roteiros, narrativas e dilemas científicos.” In: GUIMARÃES, Orquídea Maria de Souza. SILVA, Jaqueline Barbosa. **“Pesquisa em educação: teoria, experiências e orientações.”** (orgs.) p. 86-103. Recife: Editora Universitária UFPE, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAURETIS, Teresa. Feminist Studies/Critical Studies: Issues, terms and contexts. In: LAURETIS, Teresa (orgs.) **Feminist Studies/Critical Studies**. Bloomington/Indianápolis: Indiana University Press, 1986.

LIMA, Maria do Socorro Pereira. **“Arpilleras: O bordado como performance cultural chilena, em favor do drama social.”** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa Interdisciplinar em Performances Culturais. Goiânia, 2018.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **“AUDIÊNCIA PÚBLICA – “Os impactos dos grandes empreendimentos de barragens na vida das mulheres.** Brasília – DF, 2018.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **“Caderno Pedagógico de formação do militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB nº 01”.** São Paulo, 2008.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **“Caderno Pedagógico de formação do militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB nº 02”.** São Paulo, 2008.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **“Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) reconhece a existência de um padrão de violações dos direitos humanos na construção de barragens.** São Paulo – SP, 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/2010/11/24/conselho-defesa-dos-direitos-da-pessoa-humana-cddph-reconhece-existencia-um-padr-viola-es-do/> Acesso em 11, julho de 2021.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **“Violações dos Direitos Humanos na construção das Barragens”** São Paulo – SP, 2011.

MAB, MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular.** São Paulo, 2015.

MAB, MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens.** São Paulo – SP, 2011.

MAB, MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Política de direitos para as populações atingidas por barragens – PNAB.** São Paulo – SP, 2013.

MACHADO, Frederico Viana. **Subjetivação Política e Identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política.** In: Psicologia política. Vol. 13. Nº 27. PP. 261-280. MAIO – AGO. 2013.

MARCUCCI, Sofia. **ODS DA ONU: os objetivos do desenvolvimento sustentável para década 2020/2030.** Disponível em: < [https://propeq.com/ods-daonu/?gclid=CjwKCAjwopWSBhB6EiwAjxmQDWbm2FS-\\_5IUxMhLDPwCtAdgXHffYqJcuIBIv9wg4aJU6jOwKRncHBoCZ28QAvD\\_BwE](https://propeq.com/ods-daonu/?gclid=CjwKCAjwopWSBhB6EiwAjxmQDWbm2FS-_5IUxMhLDPwCtAdgXHffYqJcuIBIv9wg4aJU6jOwKRncHBoCZ28QAvD_BwE)> Acesso em: 31 de março de 2022.

MARTÍNEZ, Ana Cecília. **Tapeçarias de esperança, fios de amor – o movimento arpilleras no Chile, 1974-1994 – Marjorie Augosín.** San Diego State University. Disponível em: < <http://www.norastrejilevich.com/Materiales/Arpilleras.htm> > Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

MONTEIRO, Tiago Francisco. **As divisões políticas da primeira elite castrense da ditadura chilena (1973-1978); grupos políticos, alternativas institucionais e formação profissional.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013, p. 397 - 429.

NEPOMUCENO, Eric. **A memória de todos nós.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

ONU MULHERES. **Liderança e participação política.** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/> . Acesso em: 31 de março de 2022.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrativas da experiência na pesquisa-formação: do sujeito epistêmico ao sujeito biográfico. In: **Revista A Roteiro**, Joaçaba, V.41, nº01, p.67-86, jan/abr de 2016. Disponível em: < <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/9267> > Acesso em 20 de março de 2022.

PEREIRA, Ernandes Q. **A Organização dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo do acampamento ao assentamento:** quais os desafios para a educação popular? Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2007.  
RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 2º Edição – São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóricos – metodológicos.** (org). p. 75 – 83. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome.** São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. “**Epistemologia do Sul**” In: **Revista Lusófona de Educação**, Coimbra, Vol. 13,p. 183-189,2009. Disponível em: < <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/553>> Acessado em: 04 de julho de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul** – 1º Ed; 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do "Skylab"**. In: Revista Crítica, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 1990.

SDWICK, Eve. Axiomatic. In: DURING, S. (org.) **The Cultural Studies reader**. Londres: Routledge, 1993.

SOARES, Monise Vieira Busquetes. **TECENDO A LUTA: Memória, violência dos direitos humanos em arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela UHE Belo Monte**. Tese (Doutorado) em Ciências do Ambiente, Palmas – TO, 2019.

SOARES, Vera. **Movimento Feminista – Paradigmas e desafios**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 1994. Florianópolis, n. especial, ano 2, segundo semestre 1994. p. 11-24. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>> . Acesso em: 31 de março de 2022.

SOARES, Vera. Movimento Feminista – Paradigmas e desafios. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 1994. Florianópolis, n. especial, ano 2, segundo semestre 1994. p. 11-24. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>> . Acesso em: 05 de abril de 2022.

SOUSA, Francisco Marcos Xavier de. **Assentamento Boa Esperança, O MAB e a barragem do Figueiredo, Iracema-CE: territórios, lutas, conflitos e sobrevivência.** 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em geografia)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2013.

SOUZA, Maria Adélia de. **“O retorno ao território – Milton Santos”** In: Territorio y movimientos sociales, Buenos Aires, Vol. 06, p. 251-261, 2005. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf> > Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

STÉDILE, João Pedro. “Questão Agrária”. In: CALDART, Roseli Salette. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** (orgs.) p. 639 – 644. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2014.

STÉDILE, João Pedro. “Reforma Agrária”. In: CALDART, Roseli Salette. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** (orgs.) p. 657 – 666. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2014.

TORRES, Nelson Maldonado. “Prefácio” In: MOUJÁN, Inés F; CARVALHO, Elson S.S.; JUNIOR, Dernival V.R. (orgs). **Pedagogias De(s)coloniais: saberes e fazeres.** Goiânia: Elson S. Carvalho, 2020.

TOSI, Giuseppe. Direitos Humanos: Reflexões Iniciais. In: TOSI, Giuseppe. **Direitos Humanos: história, teoria e prática** (orgs). p. 19 – 46. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.